

Destinado ao:

Ministério Público Federal - MPF

Tipo de Documento:

Relatório de Monitoramento Consolidado: Mês 027 – Dezembro/2018 a Março/2019

Período:

Dezembro/2018 a Março/2019

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO CONSOLIDADO DOS PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS PARA RESTAURAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE



SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2. MONITORAMENTO POR PROGRAMA	9
2.1 PG001 – Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados	9
2.2 PG002 – Programa de Indenização Mediada	16
2.3 PG003 – Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas	25
2.4 PG004 – Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais	31
2.5 PG005 - Programa de Proteção Social	36
2.6 PG006 - Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social	43
2.7 PG007 – Programa de Assistência aos Animais	46
2.8 PG008 – Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira	48
2.9 PG009 – Programa de Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves	60
2.10 PG010 – Programa de Recuperação das Demais Infraestruturas Impactadas	66
2.11 PG011 – Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar	76
2.12 PG012 – Programa de Memória Histórica, Cultural e Artística	79
2.13 PG013 – Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	82
2.14 PG014 – Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada	85
2.15 PG015 – Programa de Promoção à Inovação	91
2.16 PG016 – Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	96
2.17 PG017/40 – Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias no Contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável + Programa de Fomento ao CAR e PRA	100
2.18 PG018 - Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica	102
2.19 PG019 - Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios	107
2.20 PG020 – Programa de Estímulo à Contratação Local	113
2.21 PG021 – Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE)	121
2.22 PG022 – Programa de Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos	125
2.23 PG023 – Programa de Manejo de Rejeitos	126
2.24 PG024 – Programas de Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento <i>in situ</i>	131
2.25 PG025 – Programa de Recuperação Ambiental 1	133
2.26 PG026 – Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP)	136
2.27 PG027 – Programa de Recuperação de Nascentes	137
2.28 PG028 – Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática	140
2.29 PG029 – Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reintrodução da Fauna Silvestre	143
2.30 PG030 – Programa da Fauna e Flora Terrestre	147
2.31 PG031 – Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	149
2.32 PG032 – Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	153
2.33 PG033 - Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce	160
2.34 PG034 - Programa de Preparação às Emergências Ambientais	163
2.35 PG035 – Programa de Informação para a População	165
2.36 PG036 – Programa de Comunicação Nacional e Internacional	166
2.37 PG037 – Programa de Gestão de Riscos Ambientais	168
2.38 PG038 – Programa de Investigação e Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas	169
2.39 PG039 – Programa de Consolidação de Unidades de Conservação	172
2.40 PG040 – Programa de Fomento ao CAR e PRA	175
2.41 PG041 – Programa de Gerenciamento dos Programas Socioambientais	176
2.42 PG042 – Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários	177
3. ANÁLISE DE RISCOS PROGRAMÁTICOS – PLANEJAMENTO DO REASSENTAMENTO DE BENTO RODRIGUES	180
3.1 Metodologia adotada	181
3.2 Análise do cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues	182
3.3 Exemplos de riscos quantificados com grande potencial de impacto ao cronograma	183
3.4 Riscos considerados “potenciais falhas fatais”	188
4. PONTOS CRÍTICOS IDENTIFICADOS	190
5. TORABIT - FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DAS MÍDIAS SOCIAIS	195
6. SETTER - FERRAMENTA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS	200
7. BASE DE DADOS GEOESPACIAL	206

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O monitoramento realizado pela Ramboll dos 42 programas implementados pela Fundação Renova constatou que a maioria dos programas continuam com seus escopos sob avaliação por parte das Câmaras Técnicas (CTs), estando ainda indefinidos. Somente 12 dos programas estão com os escopos definidos e aprovados pelo Comitê Interfederativo (CIF). Além disto, verificou-se que muitas das atividades planejadas foram postergadas, gerando atrasos no desenvolvimento e implementação de diversos programas.

Após a homologação do Termo de Ajustamento de Conduta - Governança (TAC-Governança) em agosto/2018, o qual cria mecanismos e estabelece os meios para a participação de diferentes partes interessadas e, em especial, dos atingidos, o conteúdo e as formas de comunicação passaram a ser ainda mais prioritárias. Com dois anos e meio de existência, a Fundação Renova fez, no início de 2019, a reorganização de seu organograma, estabelecendo gerências de território. Ainda reconhecendo uma comunicação incipiente, a Fundação está criando Planos Territoriais Integrados, que ficaram praticamente parados neste quadrimestre monitorado. Em campo, a Ramboll pôde constatar que os esforços de comunicação e disponibilização das informações sobre os danos incorridos e as ações de reparação conduzidas pela Fundação Renova são insuficientes para uma efetiva participação, controle social e tomada de decisão por parte dos atingidos. Nas peças, textos, áudios, vídeos ou em espaços físicos e virtuais, prevalece uma comunicação unidirecional. Como exemplo, destaca-se que o website da Fundação Renova evoluiu, mas nele ainda prevalece o conteúdo institucional e de propaganda das ações da Fundação. Reduziu-se muito pouco o hiato entre a prática comunicacional da Renova e a dialogicidade requerida para que a informação de interesse público seja prestada à sociedade, e em especial às pessoas atingidas.

A Fundação Renova tem um sistema de acolhimento de manifestações e participação da sociedade implementado através dos Canais de Relacionamento, Ouvidoria e setor de Diálogo por meio de gerências nos territórios. As manifestações concentram-se nos programas de reconhecimento da condição e dos direitos básicos dos atingidos (PG001) e no pagamento desses direitos (PGs 002 e 021) que somam 84,1% do total de 38.589 manifestações registradas de 01/11/2018 a 28/02/2019.

Um aspecto considerado crítico é o fato de o diálogo ser feito de maneira fragmentada por programa e por território. O que se percebe em campo é que, por vezes, mais se confunde a população sobre seus direitos e sobre os programas da Fundação, do que se garante participação e controle social efetivo, como previsto no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). No quadrimestre, a média nos Canais de Relacionamento caiu de 21.774 para 9.596 manifestações por mês, e o SGS da Fundação Renova registrou aumento na taxa média de atendimento fora do prazo de 38,5% para 45,5% (referente ao total das manifestações que não receberam resposta dentro do prazo de 7 dias). A Ouvidoria finalizou apenas 49% dos protocolos abertos dentro do prazo de 20 dias. Em resumo, observa-se, no período, uma piora nos indicadores.

Por outro lado, observa-se alguns avanços com relação à ampliação de interatividade dos usuários prioritários e pessoas atingidas com a produção de conteúdo específico no website. Foram verificados, no período, a implantação da caixa de comentários e possibilidade de avaliação dos conteúdos quanto à sua utilidade. Contudo, são avanços parciais que carecem de melhorias para que cumpram plenamente o objetivo de possibilitar e ampliar a participação dos atingidos na seleção e produção de informações.

De maneira concisa, para os programas abordados pela dimensão social, o relatório destaca que a Fundação Renova informa que o cadastro emergencial, com prazo de conclusão em julho/2016, ainda se encontra com pendências, havendo 530 cadastros em andamento, 106 em análise e 56 que não foram localizados. Para o cadastro integral, é informado para as campanhas 1, 2 e 3 um total 30.200 manifestações, 31.730 propriedades, 28.204 famílias, 48 empresas e 91.887 pessoas, sendo 29.226 da categoria de pescadores. Um indicador referente à comparação entre os números apresentados nos relatórios da Fundação Renova e extratos gerados diretamente do banco de dados SGS apontam para diferenças de 1.069 cadastros de família, 3.663 cadastros de pessoas e 1.582 cadastros de propriedades. Há cerca de 24 mil manifestações de cadastro realizadas entre janeiro e dezembro/2018 que devem compor a campanha 4 (fase 2). A Fundação Renova reconhece que é necessário revisar a metodologia do cadastro, o que se encontra em discussão. Em

Mariana, o cadastro apresenta, na fase 1, 922 entrevistas e, na fase 2, 485 vistorias de um total de 537 previstas.

A metodologia de atendimento aos atingidos necessita de urgente revisão e critérios de priorização claros, seja para o adiantamento de indenizações, seja para ações como as de atendimento emergencial para retomada de atividades econômico-produtivas, acesso aos fundos de desenvolvimento econômico junto aos bancos de fomento e contratação de mão-de-obra local.

Com relação ao Programa de Promoção da Inovação, o Projeto Inove Mariana deverá ser reapresentado à Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI) quando concluída sua revisão. O término deste projeto já apresenta um desvio de 8 meses em relação ao prazo informado inicialmente.

No Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), há 11.753 auxílios ativos com 27.154 pessoas assistidas, incluindo titulares e dependentes. Com base no número de cadastros das campanhas 1 e 2 de 18.472, conclui-se que o AFE assiste 63,6% dos atingidos segundo a referência de titulares. A auditoria realizada pela Ernst & Young (EY) identificou que 14.569 pessoas foram cadastradas declarando terem perdido renda ou sofrido afetação em sua ocupação e não foram contempladas pelo AFE.

Com relação às indenizações referentes ao dano a água, cerca de 352.435 foram atingidas, e, destas, 313.506 foram atendidas, apontando um adicional de 46.604 pessoas em comparação a dezembro/2018. Em janeiro/2019, o total de indenizações pagas foi de R\$ 262 milhões, representando um progresso de R\$ 4.658.690 comparado com o total pago em 30/11/2018. Estima-se que se tenha, até o mês de janeiro/2019, um passivo de 39.435 pessoas atingidas que não foram atendidas, e cerca de 48.000 atingidos que foram atendidos e aguardam pelo pagamento da indenização. Para o dano geral, de 30/11/2018 a 31/01/2019, as campanhas 1 e 2 apresentam 19.233 cadastros de família, sendo 8.391 propostas aceitas e 8.321 indenizações pagas. Não houve novos cadastros de família entre novembro/2018 e janeiro/2019, havendo uma diferença (passivo) de 5.807 cadastros aguardando o ingresso no processo de indenização (data de corte 31/01/2019). Em Mariana/MG, foram realizados 11 (onze) acordos de indenização final para um universo total de cadastros de famílias de 921.

Para os povos indígenas e populações tradicionais, percebe-se que, ainda hoje, perduram as ações de caráter emergencial, com renovação dos acordos para a Terra Indígena (TI) Comboios e Tupiniquim Guarani em dezembro/2018, porém sem atender solicitações das comunidades. Foi entregue uma versão parcial dos Estudos de Componente Indígena (ECI) para a Comunidade Tupiniquim Guarani, que está em análise pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O povo Krenak mantém a não abertura para negociar e conduzir as tratativas com a Fundação Renova, sendo efetivas em suas terras as atividades de adequação viária e abertura de poços-teste para o fornecimento de água. Para faiscadores, há 212 pessoas/titulares recebendo o auxílio financeiro emergencial sem haver um plano de ações estruturado. Em Degredo, tem-se a judicialização para a distribuição de água, que vem sendo mantida pela Fundação Renova, porém em quantidade inferior ao que é recomendada pela Organização Mundial de Saúde (é recomendado a distribuição de 15 litros diários por pessoa e, no momento, são distribuídos 5 litros). No dia 23/02/2019, foi aprovado o Plano Básico de Ação Quilombola com as alterações apontadas e organizadas em 4 eixos.

Em relação às questões de saúde, as bases mínimas definidas pela Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde) estabeleceram como eixos estruturantes do PG014 (Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada):

- assistência à saúde;
- vigilância em saúde;
- estudos; e
- participação social.

O Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), que inclui os municípios de Mariana, Barra Longa e Linhares, está sendo desenvolvido e a Fase I está em vias de conclusão. Estão previstas mais duas fases. Com exceção dos municípios de Mariana e Barra Longa, nos quais a Fundação Renova tem executado ações emergenciais, para os outros municípios atingidos as ações se resumem ao monitoramento da qualidade da água para consumo humano. Para os estudos epidemiológicos e toxicológicos das áreas atingidas, a

consolidação dos estudos já realizados e a elaboração de estratégias de comunicação com a população local não foram iniciadas.

No âmbito da proteção social, há muitas ações não iniciadas e é observado alto nível de desarticulação entre processos e projetos do escopo. Para os componentes que estão em execução, há problemas adicionais de mobilização e aplicação metodológica. Como exemplo, citam-se as ações de educação financeira em Baixo Guandu, onde, de um total de 105 participantes, apenas 37 estão no Cadastro da Fundação Renova, sendo que o município possui 1.423 famílias de baixa renda atingidas.

É importante alertar que a demora no lançamento do Fundo Compete Rio Doce na versão mineira e, mais ainda, na versão capixaba, pode ter potencializado a situação de vulnerabilidade das empresas que tiveram o crédito negado quando do lançamento do fundo Desenvolve Rio Doce, dado que as restrições identificadas à época podem ter se agravado durante esse período de tempo transcorrido.

De maneira geral, os processos e ações em curso no âmbito do PG018 (Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica) não são integrados (prazos descasados, informações contraditórias entre diferentes atores e falta de planejamento estratégico). Também se nota que os atrasos nas atividades acabam por tornar a implementação imediatista, com prazos de execução tendendo a compensar o atraso de algumas frentes, e, por fim, comprometendo o sucesso do programa, bem como o desencadeamento de casos de sucesso que potencializariam o alcance dos objetivos do programa.

Existe desencontro de informações entre os números de atendimentos realizados e os casos finalizados, além de falta de integração desse programa com as ações do Programa de Indenização Mediada (PIM). Isto acarreta na falta de participação e/ou desistência por parte dos atingidos em relação às ações assistenciais e estruturantes, como é demonstrado nas desistências que vêm ocorrendo no processo de desenvolvimento e planos de negócios junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Nenhuma família foi reassentada até o momento. Aproximadamente 414 moradias temporárias foram disponibilizadas às famílias atingidas. Considerando os 232 imóveis vistoriados, 56% apresentam algum tipo de inadequação, sendo que aproximadamente 39 moradias (17%) estão localizadas em áreas consideradas como de risco geotécnico ou de inundação pelo Plano de Municipal de Redução de Risco de Mariana ou pela CPRM em Barra Longa. Cerca de 72 moradias apresentam problemas de habitabilidade relativos à iluminação/ventilação inadequada e/ou à falta de acabamentos. Por outro lado, verifica-se que as moradias “temporárias” que foram disponibilizadas perderam esta qualificação, já que estão abrigando a população atingida das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira pelos últimos 3 anos, transcorridos desde 05/11/2015. Se considerarmos que ainda resta um período de, no mínimo, 24 meses para o início da solução do reassentamento, no caso de Bento Rodrigues, estas famílias permanecerão nas moradias temporárias, por um período de, no mínimo, 5 anos.

Com relação a obra de Bento Rodrigues, há áreas de preservação permanente que não foram assim reconhecidas nem no projeto urbanístico aprovado nem no licenciamento ambiental, uma vez que 42 lotes privados e a Área de Disposição de Material Excedente (ADME) estão localizados sobre linhas de talvegue existentes no terreno, contrariando as legislações urbanísticas vigentes e comprometendo aproximadamente 17% dos 240 lotes do reassentamento, além de outras 2 das 10 áreas públicas. Destaca-se que a probabilidade de ocorrência de processos erosivos é muito alta em situações onde os caminhos d’água são alterados e ocupados. Por outro lado, considerando as características do projeto, onde haverá lotes com desníveis entre frente e fundo que giram em torno dos 20 metros, verifica-se que há 58 famílias insatisfeitas com a situação dos seus lotes por não permitirem a reprodução dos modos de vida que dispunham em Bento Rodrigues.

É importante ressaltar que hoje duas variáveis definem o caminho crítico do processo de reassentamento de Bento Rodrigues:

- o processo de adesão; e
- a emissão do alvará de construção para início das obras das casas.

A adesão das famílias ao reassentamento coletivo (assinatura do Termo de Adesão ao Reassentamento Coletivo) só é realizada após a visita aos lotes e a emissão do Alvará de Construção pela Prefeitura. Nestas visitas, muitas famílias têm reconhecido a situação real dos seus lotes e manifestado sua insatisfação. A adesão

é necessária para dar início às obras das casas. Por outro lado, na 30ª Reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura (CT-INFRA), realizada no dia 18/02/2019, o Secretário de Obras da Prefeitura de Mariana, Fábio Vieira, pontuou que, considerando a equipe técnica atual da Prefeitura responsável pela análise de projetos, os Alvarás de Construção das casas podem demorar até 36 meses para serem emitidos, o que atrasaria em 36 meses a adesão ao reassentamento coletivo e, conseqüentemente, o início das obras das casas. O cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues apresentado pela Fundação Renova prevê uma probabilidade de 80% de alcance da data de agosto/2020. Entretanto, se for considerado o fato de que as aprovações das casas podem se estender por muito mais tempo do que o planejado, este cronograma pode não se materializar, comprometendo o planejamento previsto para a entrega das chaves das casas na Nova Bento Rodrigues.

Com relação ao PG010 (Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas), merece destaque a falta de equacionamento dos problemas relativos às trincas encontradas em 234 casas. Este universo de intervenções deveria ter sido incorporado ao PG10, porém, verifica-se que a inclusão das infraestruturas com danos e casas com trincas, assim reconhecidas pela Comissão de Atingidos de Barra Longa, no planejamento de obras da Fundação Renova, está acontecendo parcialmente. Somente 55 residências atingidas, de um total de 234, foram incorporadas. Por outro lado, já foram realocadas 34 famílias, cujas moradias se encontravam em situação de risco estrutural. Conforme informado pela assessoria técnica Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), na reunião realizada no dia 18/01/2019, a Fundação Renova tem se negado a reconhecer os encaminhamentos negociados em Assembleia pela comissão de atingidos de Barra Longa no que diz respeito ao Plano de Ação para a recuperação das infraestruturas com danos reconhecidos (Plano Popular de Recuperação de Moradias e Infraestruturas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão no município de Barra Longa).

Com relação ao manejo de rejeitos, pode-se destacar que as obras do dique intermediário na Fazenda Floresta estão paralisadas desde maio/2018. O talude da ombreira esquerda do dique apresenta trincas, e parte dele cedeu, conforme observado pela Ramboll em vistoria de campo realizada em agosto/2018. Atualmente, a Fundação Renova está conduzindo estudos de caracterização geotécnica na área e monitorando por radar as movimentações nos diques intermediário e principal. Por outro lado, a dragagem no reservatório da usina Risoleta Neves foi concentrada na área dos 400 metros imediatamente à montante da barragem da usina. Porém, o grande volume de rejeitos a ser dragado dessa área (inicialmente cerca de um milhão de metros cúbicos) e os atrasos nas obras da Fazenda Floresta, área destinada à disposição final do material dragado do reservatório, levaram ao exaurimento dos setores de disposição de rejeitos localizados nas margens do reservatório. Isso ocasionou, inicialmente, a diminuição da produtividade da dragagem e, posteriormente, a suspensão dessa atividade. Atualmente, estima-se um tempo de 6.586 dias (ou seja, 19 anos) para dragar o volume de 712 mil m³ de sólidos (rejeitos e/ou sedimentos naturais do rio) contido na área dos 400 m, considerando a variação da produtividade da dragagem.

Na bacia do Rio Doce há um conflito do uso histórico do solo com as ações de recuperação ambiental. Principalmente no Trecho 09, a pecuária extensiva compete com o plantio de vegetação nas margens e terraço do rio, mesmo nas áreas cercadas. Nesse contexto, a sinergia das ações do Programa de Manejo de Rejeitos (PG023) com o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG017) e com o Programa de Revegetação, Enrocamentos e Outros Métodos (PG025) assume caráter fundamental para a eficácia do desenvolvimento da vegetação e promoção das condições necessárias para que a atividade pecuária seja realizada com maior eficiência, sem ocupar as áreas de plantio. Sendo assim, o Plano de Comunicação referente ao Plano de Manejo de Rejeito assume papel fundamental para o diálogo entre a Fundação Renova e os proprietários das áreas-alvo das ações do Plano de Manejo de Rejeito. No entanto, em minuta de Nota Técnica apresentada e aprovada na 25ª reunião da Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeitos), realizada em 06/09/2018, os membros da Câmara Técnica concluíram que o documento protocolado pela Fundação Renova não atendeu as diretrizes estabelecidas pelo TTAC e pela Deliberação CIF nº 173.

Aproximadamente 70.000 habitantes, distribuídos em 8 municípios, são abastecidos por sistemas de caráter emergencial, mesmo após três anos do desastre. Fica nítido que as ações de maior permanência se resumem ao transporte de água bruta ou tratada por meio de caminhões-pipa, que, além dos riscos envolvidos no deslocamento de toda operação, implicam em elevados custos de distribuição, os quais vem se acumulando ao longo do tempo. Um dos casos mais críticos relacionado ao abastecimento emergencial é o do município de Baixo Guandu/ES, onde o manancial, utilizado atualmente para suprimento de água (Rio Guandu), recebe mais

de 90% da contribuição de esgoto in natura da população, e o ponto de captação está localizado à jusante dos lançamentos. Além disso, a estrutura utilizada para captação apresenta condições precárias, com risco iminente de desabastecimento, agravada ainda mais pelo fato de não existir nenhuma alternativa de suprimento a não ser a operação com caminhão-pipa.

As localidades com as maiores concentrações de população, como Governador Valadares, Colatina e Linhares, não possuem sistemas de tratamento de lodo. Sendo que, no caso de Governador Valadares, foi constatado que, durante a limpeza dos decantadores (frequência a cada 8 dias em período chuvoso), todo o resíduo gerado no processo é lançado diretamente em curso d'água, sem qualquer tratamento. Consequentemente, a maior parte dos sólidos retidos durante a etapa de decantação são devolvidos ao Rio Doce em concentrações mais elevada das encontradas na água bruta.

Como pode ser verificado acima, a segurança hídrica de parte da população da bacia do Rio Doce encontra-se comprometida. Do mesmo modo, para as questões de segurança alimentar, pode-se destacar que há estudos que evidenciam que, apesar de haver tendência de redução nas concentrações de metais nos pescados ao longo do período de monitoramento, foi observada maior frequência de amostras de peixes em não conformidade para Cádmiio nos pontos amostrais próximos à foz do Rio Doce, tanto ao norte quanto ao sul. Para a porção mineira do Rio Doce, há reiterados atrasos em estudos de monitoramento da biodiversidade, o que acarreta uma lacuna de informações para este território. É importante destacar que, independentemente da existência de restrição à atividade da pesca na área da foz do Rio Doce, esta continua ocorrendo em larga escala, apesar dos esforços de fiscalização empreendidos pelo poder público, com suporte da Fundação Renova.

No que se refere ao PG034 (Programa de Preparação para Emergências Ambientais), verifica-se que ele cria regras relativas à gestão de risco nos municípios de Área 1, que deveriam nortear todos os programas. Porém, estas regras não são respeitadas nos outros programas. Por exemplo, no caso da questão do dam break, este programa consolida um censo populacional para identificar as famílias nesta situação. Tanto no programa PG008 (Programa de Reconstrução de Vilas) como no PG010 (Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas), verifica-se a localização de famílias nestas áreas tanto na forma de reassentamento definitivo ou temporário, sem análise prévia da vulnerabilidade aos diferentes tipos de risco, muitas vezes consagrando intervenções que deveriam ser relocadas previamente. Este programa traz implícita uma discussão relativa ao padrão brasileiro de urbanização, pautado pelo loteamento periférico irregular, com profusão de áreas de risco, sem infraestrutura e com casa própria autoconstruída. Reconhecer as características deste padrão de urbanização nos processos de monitoramento pode evidenciar peculiaridades dos programas a serem verificadas. Por outro lado, esta análise é fundamental para conseguir superar estes entraves no âmbito da implementação futura do acordo a ser pactuado. Por exemplo, as moradias envolvidas nos programas não podem estar localizadas em áreas de risco, nem pode ser feita qualquer reconstrução em áreas consideradas inadequadas para a urbanização (por exemplo áreas de dam break, com risco de inundação ou geotécnico).

Quanto ao Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários, o ressarcimento dos órgãos públicos federais e estaduais evoluiu de 15 para 18 órgãos ressarcidos no quadrimestre monitorado, perfazendo um total de R\$ 27.909.532,00. Com relação ao ressarcimento dos municípios, 19 foram ressarcidos até fevereiro/2019, totalizando R\$ 13.882.652,12 repassados aos municípios, o que representa 25,47% dos valores previstos pela Fundação Renova. Os municípios de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Barra Longa ingressaram com Ação Civil Pública na 2ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova contra a Fundação Renova para recebimento dos gastos extraordinários sem a assinatura do Termo de Quitação que a mesma propõe.

As atividades de restauração florestal apresentam desvio no cronograma gerando recorrentes atrasos no cumprimento das ações. As mudas plantadas não possuem padrão mínimo adequado e a manutenção dos plantios é insuficiente ou inexistente, fatores que contribuem para a alta mortalidade das mudas verificada em campo, levando a uma perda de recursos e prolongando o tempo para a restauração florestal tanto das áreas objeto de reparação como das ações compensatórias de restauração.

A retomada das atividades agropecuárias possui ações pendentes de implementação, o que limita o avanço da produção bem como da diversificação das atividades agrícolas. Adicionalmente, observa-se uma resistência nos processos de recuperação ambiental nas propriedades diretamente atingidas pelo rejeito em função da consequente perda de áreas produtivas.

As metas de recuperação de nascentes não foram cumpridas com relação ao quantitativo esperado, e as áreas de preservação permanentes estão sendo restauradas sem a aprovação do estudo de áreas prioritárias pelo sistema CIF.

Estudos sobre o impacto do desastre nos corais do Parque Nacional de Abrolhos concluiu que os mesmos foram atingidos e deveriam ser monitorados em médio e longo prazo pela Fundação Renova. Relatório sobre a qualidade do pescado concluiu que os estudos realizados até o momento são insuficientes para que uma resposta segura quanto ao consumo de pescado seja emitida.

Na área de educação, boa parte das ações encontram-se em atraso, com maior gravidade para a ação de apoio psicopedagógico aos alunos de escolas atingidas, que só começou, efetivamente, 3 anos após o rompimento da barragem de Fundão. Quanto aos aspectos de cultura, inclusive os relacionados ao lazer e turismo, houve avanços em recuperação de patrimônios materiais e imateriais, porém com muito atraso devido à falta de interlocução com os atingidos e as instituições locais, com destaque para a identificação, recuperação e proteção de sítios históricos e arqueológicos, além de áreas de lazer perdidas pela população, tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo.

2. MONITORAMENTO POR PROGRAMA

2.1 PG001 – Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Em sua concepção, o PG001 tem como objetivo: traçar o perfil socioeconômico das famílias impactadas; Proceder levantamento de perdas e danos e de expectativas de reparação; Identificar relações socioeconômicas estabelecidas entre população impactada nos municípios; Fornecer dados da população impactada a programas de reparação socioeconômicos e ambientais; Atuar de forma participativa com comunidades impactadas, permitindo esclarecimento e contribuição de envolvidos. A Fundação Renova enviou escopo revisado do PG001 ao CIF em novembro/2018 em atendimento à Deliberação nº 251 e NT CTOS nº 029. Cabe frisar que essa versão de definição do cadastro foi acompanhada pelo Ofício OFI.NII.122018.4814-11 de 26/12/2018, que menciona a impugnação feita pela Fundação Renova à Nota Técnica nº 029/2018/CTOS-CIF. Em fevereiro/2019, a Fundação Renova apresentou, na 32ª Reunião Ordinária da CT-OS, novo conceito metodológico que não foi aprovado pela CT-OS.

Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG001). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Projeto de Cadastramento Emergencial	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Cadastro Integrado	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de atualização, complementação e ajuste do cadastro dos impactados	0%	25%	50%	75%	100%
Cadastro em Mariana (Fase 01)	0%	25%	50%	75%	100%
Cadastro em Mariana (Fase 02)	0%	25%	50%	75%	100%

○ **Projeto de Cadastramento Emergencial (75%):**

Segundo Relatório da Ernest Young (EY)¹, foram identificadas 3.570 pessoas remanescentes, sendo destes: (i) 530 cadastros de famílias em andamento; (ii) 106 em análise pela empresa Synergia e; (iii) 56 cadastros (pessoas) da Fase Emergencial que teriam sido cadastrados após o lote 19 segundo a Fundação Renova, porém não foram localizadas pela EY em nenhum dos lotes do cadastro integrado encaminhados. A existência de “cadastros remanescentes” (não localizados) do cadastro emergencial em avaliação e/ou não identificados no cadastro integrado, associada não apresentação proativa de seu status junto à CT-OS aponta para a falta de transparência e falhas na inclusão e encaminhamento de mitigação de danos sofridos por pessoas e famílias há 3 anos.

Dentre os indicadores apresentados pela Fundação Renova neste documento, está o registro da 89% para a taxa de atendimento de pessoas do cadastro emergencial. Em fevereiro/2019², a Fundação Renova informa que está dando continuidade ao cadastramento dos “Não Localizados”, identificados por meio das ações de busca e tratativa das pessoas provenientes do Cadastro Emergencial e ainda não contidas no Cadastro Integrado, identificadas pela Ernest Young (EY). Adicionalmente, uma próxima entrega se refere ao envio de novo lote de cadastros contendo o atendimento aos manifestantes “Não Localizados” e do grupo identificado pela EY.

Sublinha-se que a entrega relevante e próximas entregas apresentadas pela Fundação Renova em fevereiro/2019, conforme exposto acima, encontra-se repetitivamente mencionados nos dois últimos relatórios de monitoramento

¹ Programa: PG 001 – Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados: Apresentação da análise sobre os lotes do cadastro integrado protocolados junto ao CIF -Comitê Interfederativo – Lotes 01 a 19. Junho/2018 -Versão 01. Pág 07

² Fundação Renova: Relatório de Monitoramento Mensal (RMM), Fevereiro de 2019, págs. 5 e 6.

mensal apresentados à CT-OS (de dezembro/2018 para a 30ª Reunião Ordinária e de janeiro/2019 para a 31ª reunião ordinária), sem que houvesse qualquer evidência objetiva de avanço e/ou conclusão dessa questão.

Importante sublinhar que o Cadastro Emergencial ocorreu no período de 06/11/2015 a 01/08/2016, sendo sua conclusão apontada em julho/2016, quando a base de dados desse período foi formalmente enviada ao Comitê Interfederativo. No total, a Fundação Renova informa que foram cadastradas emergencialmente 8.572 famílias e 29.712 pessoas³. Assim, estima-se que pode haver, no pior cenário, 692 famílias/pessoas atingidas desde 2016 sem a conclusão definitiva de seus cadastros⁴.

○ **Projeto de Cadastramento Integrado (50%):**

A Fundação Renova informa que as campanhas 1, 2 e 3 encontram-se finalizadas, com 31.716 cadastros enviados ao CIF, sendo 26.521 aprovados pelo CIF (data de corte em 30/01/2019) e 5.195 em análise.

O status do cadastro integrado considera dados sistematizados segundo duas principais fontes: (i) planilha de dados apresentado pela Fundação Renova no dia 25/02/19⁵; (ii) Relatórios de Monitoramento Mensal apresentados nas 30ª, 31ª e 32ª Reuniões Ordinárias da CT-OS.

Nas tabelas abaixo, é possível observar, de forma comparativa, o quantitativo de manifestações e cadastros de forma estratificada por grupo social para as 3 campanhas.

Tabela 2.1-01

	Manifestações	Propriedades	Famílias	Empresas	Pessoas
Campanha 1	13.200	14.441	13.316	26	45.094
Campanha 2	5.600	6.625	5.930	8	18.959
Campanha 3	11.400	10.664	8.958	14	27.834
TOTAL	30.200	31.730	28.204	48	91.887

Tabela 2.1-02

	Comunidades Tradicionais				
	Areeiros	Faiscadores	Autodeclaração Quilombola	Pessoas que se indicaram indígenas	Pescadores
Campanha 1	230	58	547	14	14.053
Campanha 2	73	17	249	6	6.113
Campanha 3	88	173	191	5	9.060
TOTAL	391	248	987	25	29.226

Tabela 2.1-03

	Pessoas vinculadas à Cadeia da Pesca	Ficha Familiar apontando Impacto Direto	Inelegíveis
Campanha 1	555	13.532	499
Campanha 2	403	6.113	605
Campanha 3	707	9.139	599
TOTAL	1.665	28.784	1.703

Os dados acima levantam dúvidas quanto à correlação entre manifestações – cadastrados – inelegíveis. A Fundação Renova informa que a elegibilidade está representada pela ficha familiar, enquanto metodologia empregada para indicar dentre os múltiplos impactos declarados quais são diretos de acordo com indicado no TTAC. Portanto, assumindo que uma relação direta seja manifestações – famílias cadastradas – fichas familiares apontando impacto direto (elegíveis), têm-se diferenças passíveis de diversas interpretações. Esse é uma dificuldade constante no âmbito do monitoramento deste programa, seja pela Ramboll, seja pela CT-OS.

Os motivos de elegibilidade (impacto direto conforme cláusula 01 do TTAC) adotados unilateralmente pela Fundação Renova sugerem não considerarem de forma tecnicamente correta os termos relacionados em sua integralidade, a saber: (i) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento; (ii) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica; (iii) perda comprovada pelo proprietário de

³ PG001 – Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados. Definição de Programa – Novembro/2018.

⁴ Considerando como pior cenário que o somatório das 530 famílias em andamento, 106 pessoas em avaliação e 56 cadastros emergenciais não identificados no banco de dados do cadastro integrado estejam sem a conclusão de seus atendimentos até o momento.

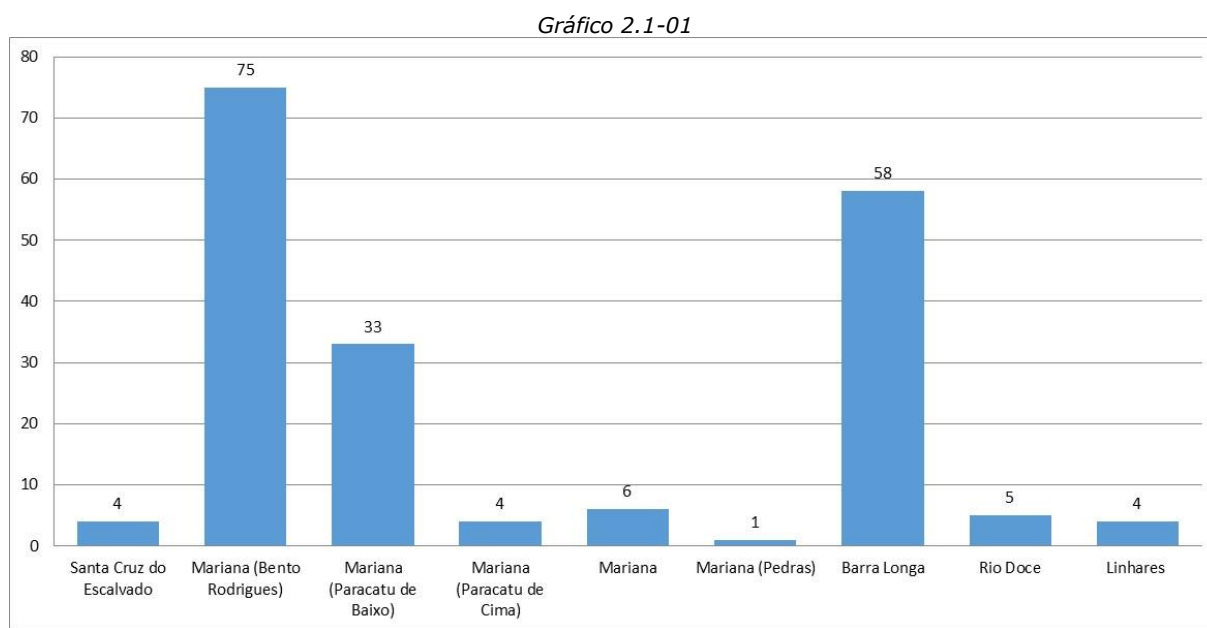
⁵ Planilha GOV1928 a 1933 apresentada a Ramboll em resposta as solicitações de dados atualizados e estratificados.

bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel; (iv) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele; (v) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; (vi) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentabilidade das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas; (vii) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas; (viii) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações; (ix) danos à saúde física ou mental; e (ix) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.

Em apresentação de proposta conceitual para o cadastro (fase 2) e discussão a respeito de critérios adotados pelo Programa de Proteção Social (PG005) para identificar famílias vulneráveis a partir do cadastro⁶, a Fundação Renova releva que: "...o cadastro apresenta limitações para aferir o quão o dano é relacionado ao rompimento da barragem".

Desta forma, tem sido temerário em que bases de julgamento e avaliação a equipe do cadastro define se a manifestação é elegível ou inelegível, em especial para impactos diretos relativos à saúde física e mental e à destruição ou interferência em modos de vida comunitários conforme definido no TTAC.

À luz de atividades econômicas de pesca artesanal, comércio, turismo, artesanato, entre outros ao longo do território, o número de empresas/estabelecimentos (pessoa jurídica – micro e pequenas empresas) extraídos do SGS em 27/01/19 é igualmente passível de questionamento (N total=48). Segundo monitoramento do PG019 (Programa de Micro e Pequenos Negócios) há 190 micro e pequenos negócios que sofreram impactos em 5 municípios, sendo 132 de autônomos e 58 de comércio ⁷ (gráfico abaixo):



Obs.: Retiradas as localidades com menos de quatro casos na exibição do gráfico.

Importante sublinhar que a probabilidade de haver muitos outros pequenos negócios atingidos ao longo do território é alta. Adicionalmente, considera-se a posição da Fundação Renova durante a 32ª Reunião Ordinária da CTOS: "O método cadastro é ineficaz para avaliar impactos e causas como exemplo da perda econômica de um mercado".

Em email recente, datado de 25/02/2019, enviado pela Gerência Jurídica da Fundação Renova em atendimento à solicitação da DPU, é informado que a ficha cadastral da Sra. Rosa Teixeira indica INEXISTÊNCIA DE IMPACTO DIRETO (ID SGC 30916 e ID SGC 30924). Abaixo, os motivos com trechos relevantes estando sublinhados:

"Os laudos declaram: As declarações da entrevistada em relação aos danos sofridos, referem-se a perdas econômicas decorrentes dos impactos no turismo da região. Segundo a Sra. Rosa, após o rompimento da barragem de Fundão os turistas deixaram de frequentar a comunidade Pontal do Ipiranga. Durante a vistoria foi apurado que a atividade ambulante declarada como afetada era realizada na comunidade Pontal do Ipiranga, local que está a cerca de 40

⁶ Memória da 32ª Reunião Ordinária da CT-OS

⁷ Data de corte de 20/12/2018

quilômetros da foz do Rio Doce, que fica localizada entre as comunidades de Regência e Povoação. Após a vistoria e a análise do cadastro constatou-se que a atividade comercial da entrevistada não se enquadra no rol de atividades diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. e que a mesma não é desempenhada nas áreas turísticas das comunidades de Regência e Povoação. Sendo assim, os danos declarados pela Sra. Rosa na etapa do cadastro integrado relativos ao comércio ambulante são considerados indiretos. Quanto ao AFE, a Sra. Rosa Teixeira de Souza não consta na base de pagamentos do auxílio financeiro emergencial, pois não se enquadra nas políticas da Fundação Renova.”

A arbitrariedade da avaliação, baseada em um critério geográfico de localização da comunidade de pontal do Ipiranga, que desconsidera ser uma comunidade costeira que teve sua dinâmica econômica afetada pelas mudanças e impactos ocasionados na zona costeira-marinha do estado do Espírito Santo, é clara. Cabe lembrar que a Defensoria Pública da União do Estado do Espírito Santo tem recebido denúncias individuais e avaliado laudos de impacto do cadastro de forma encontrar inconsistências e arbitrariedades que denunciam a urgente necessidade de revisão substantiva do processo de reconhecimento do atingido e de seus danos para uma efetiva e justa reparação integral. As tabelas acima ainda levantam questões com relação às comunidades tradicionais a partir de seu auto-reconhecimento e que podem estar invisibilizadas.

Analisando os dados apresentados pela Fundação Renova nas reuniões ordinárias da CT-OS durante o último trimestre, é possível observar na Tabela abaixo uma variação nos números de novembro de 2018 para janeiro de 2019 de 481 famílias a 1.618 pessoas cadastradas. A Ramboll realizou um extrato no Sistema de Gestão de Stakeholders (SGS) da Fundação Renova com data de corte em 27/01/2019, do número de cadastros, obtendo diferenças significativas nos números comparados aos apresentados pela Fundação Renova à CT-OS⁸ no mesmo período – janeiro/2019.

Tabela 2.1-04

	Famílias	Pessoas	Propriedades
nov/18	27.723	90.463	30.864
dez/18	28.115	91.848	31.664
jan/19	28.204	92.081	31.749
SGS (27/1/19)	27.135	88.418	30.167
Diferença	-1.069	-3.663	-1.582

Conforme diagnóstico realizado pela EY, durante a 3ª campanha, identificaram-se 40 pessoas atendidas pelo Programa de Recuperação das Demais Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga que deveriam ser incluídas no Cadastro Integrado. Destas, 33 já foram cadastradas ou estão em finalização do processo de cadastramento, 1 recusa e 6 foram não localizadas. Durante o mês de janeiro/2019, foram recebidas 378 novas solicitações e realizado o cadastro de 106 famílias.

Alguns pontos adicionais merecem atenção:

- O cadastro ainda não alcançou as áreas nem o reconhecimento da condição de atingidos para setores da agricultura, do artesanato e do surf (NT nº 26, NT nº 28), nem o litoral do Espírito Santo (Deliberações 58, 93 e 141).
- Observa-se a ocorrência de processos de mobilidade de população que vem ocorrendo no território atingido, se observando uma significativa tendência ao deslocamento de população para locais/comunidades que no imaginário coletivo estão sendo atendidas pelo PG01.

○ **Processo de atualização, complementação e ajuste do cadastro dos impactados (25%):**

O compromisso de revisão da metodologia do cadastro apresentado na CT-OS de fevereiro/2019 para atender as NT nº 26 e NT nº 29 foi realizada de forma insuficiente. A proposta apresentada pela Fundação Renova trata do cadastramento de forma distanciada, sem acolhimento e foi concebida sem a participação dos atingidos. Do ponto de vista conceitual a proposta não deixa claro os conteúdos a serem tratados; além disso a proposição de iniciar o processo e seguir em duas etapas através de contato telefônico não atende a necessidade de acolhimento necessária para a realização desta atividade, podendo gerar mais insegurança, desconfiança e conflitos daí decorrentes⁹.

⁸ Em que pese tenha sido solicitado formalmente pela CTOS, a Fundação Renova não apresenta as informações de cadastro estratificadas, como por exemplo, não são reportadas o status de proprietários rurais, artesãos, entre outros.

⁹ Fundação Renova, Relatório de Monitoramento Mensal, janeiro de 2019; Fundação Renova, informações enviadas a Ramboll (tabela Excell) Memória da Câmara Técnica Realizada em 16/17/ de janeiro de 2019 em Belo Horizonte CT-OS de 13/13/02/2019

○ **Cadastro Mariana**

• **Fase 1 (100%):**

De acordo com data de corte de 30/01/2019, foram realizadas 922 entrevistas do total estimado de 922. O número de entrevistas ultrapassou a expectativa em função de permanecer aberta a possibilidade de novas solicitações de cadastramento e também em virtude da metodologia utilizada em Mariana. Nesse município, uma única família pode realizar mais de um cadastro (mais de uma propriedade atingida). É importante destacar que a solicitação de atualização feitas diretamente à Caritas não foi atendida. Conclusão prevista para 30/03/2019.

• **Fase 2 (50%):**

De acordo com a data de corte 21/12/2018, foram realizadas 485 vistorias, do total de 537 previstas e do total de 770 propriedades, que contempla 925 cadastros da Fase 1. É importante destacar que a solicitação de atualização feitas diretamente à Caritas não foi atendida. Conclusão prevista para 30/03/2019.

A Fundação Renova informa que o MPMG solicitou a continuidade do Cadastro em Mariana até março/2020, bem como a construção de uma matriz de danos independente da Fundação Renova.

Observações

O planejamento do programa (versão novembro/2018) considera um prazo até dezembro/2019, com previsão orçamentária de R\$ 95,72 milhões. Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou¹⁰ uma previsão orçamentária de R\$ 20.330.430,35 para o ano de 2019, sendo R\$ 20 milhões para a execução do programa (PG001) e R\$ 330.430,35 para processos de monitoramento e atualização de cadastro.

Tabela 2.1-05

LEVANTAMENTO CADASTRO IMPACTADOS	20.330.430,35
1.EXECUÇÃO DO PROGRAMA	
Cadastro Completo dos Impactados	10.000.000,00
Continuidade do processo de cadastramento (nova metodologia)	10.000.000,00
2.PROCESSOS DE MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO	
Consultoria processo	228.480,00
Serviço de Vigilância e Inteligência	101.950,35

No âmbito das reuniões da CT-OS, a Fundação Renova tem reconhecido as limitações e inadequações do processo de cadastro, porém em sua apresentação de nova metodologia conceitual realizada em fevereiro/2019, não endereça os pontos críticos, do ponto de vista técnico-metodológico, para uma readequação satisfatória da abordagem de reconhecimento do atingido e os danos sofridos.

Ao impugnar¹¹ a NT nº 029/2018/CTOS-CIF referente ao escopo do Programa de Cadastro, a Fundação Renova afirma ter acatado muitas das recomendações sugeridas pela CT-OS e menciona discordâncias sem, contudo, apresentar especificamente quais seriam. Abaixo, são transcritos trechos do referido ofício de impugnação da Fundação Renova:

"No que se refere ao cadastro dos atingidos das novas áreas, a Fundação Renova esclarece que todos os solicitantes de cadastro residentes nas localidades referidas na Deliberação nº 58 do CIF e que abriram manifestação até o dia 02 de janeiro de 2018 foram devidamente cadastrados, tendo sido atendidos no âmbito da Campanha nº 3 de cadastramento"

"...a Fundação Renova está tratando os casos dos artesãos e dos produtores rurais de forma específica e dialógica com os grupos representativos dessas áreas."

"Quanto aos produtores rurais, deve ser ressaltado que o seu cadastro nunca foi negado, tanto que representa a segunda maior classe de atingidos cadastrados pela Fundação Renova, atrás, apenas do grupo da pesca."

Chama a atenção a generalização da informação, sem haver apresentações de dados e informações mais específicas bem como há contradições encontradas a partir de visitas a campo e relatos de atingidos.

¹⁰ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

¹¹ OFI.NIII.122018.4814-4

A questão da informação e transparência da Fundação Renova com relação ao processo de cadastro, com dados difíceis de serem lidos e divergências comparativas conforme exposto nesse relatório, é ponto crítico para um efetivo monitoramento e acompanhamento dos resultados do programa.

Portanto, mantém-se o entendimento de que os procedimentos adotados pelo PG001 são inadequados para a identificação da condição de atingido nos termos do reconhecimento de direitos violados, poder de decisão e participação engajada. Uma análise destes procedimentos sugere a ausência de acolhimentos do atingido, a homogeneidade do território e ausência de reconhecimento da diversidade sociocultural. Conforme mencionado, a proposta de revisão do PG001 apresentada na reunião da CT-OS de 12 e 13/02/2019 em nada contribui para avançar com as lacunas previamente identificadas. Ao contrário, distancia-se mais ainda de uma perspectiva de acolhimento, participação social e produção de conhecimento sobre a diversidade sociocultural atingida. O uso intensivo de contato via telefone, conforme proposta para nova metodologia de cadastro pela Fundação Renova, provavelmente contribuirá para aumentar a ansiedade e desconfiança dos atingidos com relação aos trâmites adotados. Se hoje são recorrentes as reclamações e denúncias com relação a ausência de respostas e de atendimento via os atuais serviços de comunicação disponíveis, a proposição de realização de cadastro por esta via tenderá agravar cada vez mais as tensões na região atingida. Diante desta constatação, a CTOS encaminhou que o cadastro se mantenha na próxima fase de forma semelhante como vem sendo aplicado. Há uma discussão na CT-OS para gerar uma Nota Técnica orientada à repactuação do PG001, baseado na Cláusula 203 do TTAC e em dispositivos do TAC Governança. Nesse contexto, a Ramboll sugere alguns ajustes, atuando em duas frentes: uma *a posteriori*, investindo, mediante apoio das Assessorias Técnicas, na avaliação das recusas da “condição de atingido” auditando coletivamente os casos que se encontram nesta situação, verificando falhas, ausências de informações e promovendo ajustes; e a segunda voltada para a intensificação da presença do atingido no acompanhamento da segunda fase, cujo formulário deverá ser ajustado a especificidades da identidade territorial, possibilitando assim algum diferencial nos resultados, e focar nos danos e perdas vividos por cada um dos integrantes da unidade familiar (não mais a partir de um único discurso).

Destaca-se, ainda, a importância de que, para as Populações Tradicionais, o cadastro seja diferenciado e adequado a especificidade de seus modos de vida, devendo assim integrar o PG004 ou minimamente ocorrer de forma articulada com este programa.

Nesses termos alguns pontos são merecedores de atenção:

- O escopo deste programa não se encontra aprovado pela CT-OS.
- Este PG001 encontra-se em situação de descumprimento das cláusulas 19¹² e 20¹³ do TTAC. E ao longo do tempo, os questionamentos a cerca da insuficiência e inadequação de suas ações resultaram em Deliberações do CIF visando a promoção de alterações em seu escopo: **(i)** nº 58 de 31/03/2017; **(ii)** nº 105 de 14/09/2017 – item 1.2; **(iii)** nº 167 de 25/05/2018; **(iv)** nº 182 de 30/07/2018; **(v)** nº 234 de 29/11/2018; **(vi)** nº 251 de 17/12/2018. Já as Deliberações: **(i)** nº 93 de 04/08/2017; **(ii)** nº 141 de 14/12/2017; **(iii)** nº 152 de 26/02/2018 se referem à sanção e multa à Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação nº 58.
- A NT nº 26 e NT nº 29, que destacam a inadequação do PG001, seus atrasos e insuficiência de abrangência no território atingido. A NT nº 28, que recomenda que a Fundação Renova reconheça o artesanato como atividade produtiva impactada e realize o cadastramento de artesãos e artesãs capixabas atingidas, residentes nos municípios impactados. A Deliberação nº 234 (29/11/2018) reconhece o artesanato como atividade produtiva impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, assim como artesãos, artesãs e associações de artesanato como atingidos, e determina a inclusão nos Programas de Auxílio Financeiro Emergencial, Indenização Mediada e demais programas pertinentes.
- Há solicitação para inclusão das áreas litorâneas e estuarinas, dos artesãos, dos integrantes da cadeia da pesca e também solicitação para revisão do escopo do programa. De acordo com a Memoria CT-OS de janeiro/2018, foi proposto um novo processo metodológico para o cadastro que foi apresentada em fevereiro 2019. A proposta de revisão metodológica apresentada pela Fundação Renova trata do cadastramento de forma distanciada, sem acolhimento e foi concebida sem a participação dos atingidos. Do ponto de vista conceitual a proposta não deixa claro os conteúdos a serem tratados; além disso a proposição de iniciar o processo e seguir em duas etapas através de contato telefônico não atende a necessidade de acolhimento necessária para a realização desta atividade, podendo gerar mais insegurança, desconfiança e conflitos daí decorrentes.
- Com relação à inclusão das comunidades litorâneas, é evidente a lentidão deste processo. Pesquisa de campo realizada em outubro/2018 registra inúmeras manifestações de insatisfação e insuficiência do PG01 – “quando vi

¹² Em até 8 (oito) meses da assinatura deste Acordo, a FUNDAÇÃO deverá concluir o procedimento de cadastramento individualizado dos IMPACTADOS considerando a ÁREA DE ABRANGÊNCIA SOCIOECONOMICA.

¹³ Deverá ser identificadas a totalidade das áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais, em estudo contratado pela Fundação e realizado por instituição independente a partir de orientações do Comitê Interfederativo, que deverá validá-lo. (grifo nosso).

o meu cadastro, não me reconheci nele, muitas coisas que eu falei não estava ali, minha renda perdida não foi considerada e só a do meu marido". (atingida, São Mateus) Ou ainda: *"Aqui na comunidade tem uns que foram cadastrados e outros não sem que a gente saiba por que um foi e outro não se vivem um do lado do outro".* (atingido, Rio Doce). Passados quatro meses da visita de campo, as comunidades visitadas informaram que o PG001 não avançou, inclusive, no caso das comunidades de pescadores tradicionais, a SEAP já divulgou a lista dos "protocolados", até 2015, o que aparentemente era pendência para a expansão do PG001.

- O tratamento das questões eferentes a atividade pesqueira permanece ainda impreciso e misturado ao cadastro integrado mais geral. O Programa "Pescador de Fato", recém-iniciado, enfrenta resistências em algumas comunidades (Povoação) e incerteza para aquelas vinculadas ao uso do rio (Cachoeira Escura) e litorâneas (São Miguel da Ilha Preta e comunidades do Fórum Norte).
- Observa-se a ocorrência de processos de mobilidade de população que vêm ocorrendo no território atingido, observando-se uma significativa tendência ao deslocamento de população para locais/comunidades que no imaginário coletivo estão sendo atendidas pelo PG001.

2.2 PG002 – Programa de Indenização Mediada

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

O escopo do PG002 ainda não foi aprovado pelo CIF e descumpre as cláusulas 28¹⁴, 29, 37¹⁵ e 259 do TTAC. Além disso, para o PG002 tem-se as seguintes Deliberações: nº 29 de 25/10/2016; nº 58 de 31/03/2017; nº 111 de 25/09/2017; nº 119 de 23/10/2017; nº 167 de 25/05/2018; nº 181 de 30/07/2018; nº 182 de 30/07/2018; nº 202 de 28/09/2018; nº 234 de 29/11/2018. Destaca-se que as deliberações nº 211 de 28/09/2018 e nº 236 de 29/11/2018 fixam multa punitiva por obrigação descumprida e multa diária enquanto o descumprimento total da obrigação¹⁶ se mantiver. O PG002 se desenvolve em duas frentes: a do Dano da Água e a do Dano Geral.

Na tabela abaixo é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG002). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Processo de ações emergenciais de adiantamento de indenizações de veículos e ferramentas de	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de ressarcimento e indenização dos impactados - Dano Água	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de ressarcimento e indenização dos impactados - Dano Geral	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de negociações e indenizações remanescentes	0%	25%	50%	75%	100%
Média Progresso PG002	0%	25%	50%	75%	100%

- **Processo de Ações Emergenciais de Adiantamento de Indenizações de Veículos e Ferramentas de Trabalho aos Impactados (25%):**

Novamente, será enviado à Fundação Renova questionamento sobre esta situação, pois não há informações nos documentos consultados sobre antecipações. Provavelmente, estes casos se referem às indenizações das Campanhas 1 e 2. Em consulta direta feita à Fundação Renova sobre antecipações pendentes, obtivemos a seguinte resposta: "existem cerca de 800 antecipações em Mariana que ainda não foram indenizadas. Isso porque, não obstante tenha havido acordo com o MP para o início das indenizações finais, estas aguardam a elaboração dos dossiês".

- **Processo de ressarcimento e indenização dos impactados:**

- **Dano da Água (75%):**

Nos 10 municípios que sofreram com desabastecimento de água, com uma população de 440.543 mil pessoas (IBGE 2010), cerca de 352.435 mil foram atingidas, já estando atendidas 313.506 mil pessoas¹⁷. Em janeiro/2019, o total de indenizações pagas foi de R\$262M, representando um progresso de R\$4.658.690,00 comparado com o total pago em 30/11/2018 (vide tabela abaixo). Essa situação teria extrapolado em R\$ 3M o valor empenhado (assumindo este como referência) pela Fundação Renova.

¹⁴ O parágrafo define o monitoramento socioeconômico das famílias no âmbito específico dos programas. O aporte de recursos financeiros nas comunidades representa risco de gerar impactos e dinâmicas que não estejam alinhadas ao objetivo principal da restauração integral na Bacia do rio Doce.

¹⁵ Define que a FUNDAÇÃO deve oferecer assistência jurídica gratuita aos IMPACTADOS, em especial para populações vulneráveis atingidas.

¹⁶ Relativo ao descumprimento dos prazos estabelecidos no item 3 da Deliberação nº 111 e no item 5 da Deliberação nº 119 com relação aos prazos das campanhas 1 e 2 do PIM; e ao descumprimento do prazo estabelecido no item 1 da Deliberação nº 182/2018.

¹⁷ Dados apresentados pela Fundação Renova em email do dia 25/02/2019 (Indenizações PIMDG-DA_20191210.xlsx).

Apesar do avanço, estima-se que se tenha, até o mês de janeiro/2019, um passivo de 39.435 mil pessoas atingidas que não foram atendidas, e cerca de 48.000 atingidos que foram atendidos e aguardam pelo pagamento da indenização pelo dano da água.

Tabela 2.2-01

Município	Atendimento	Acordos Realizados	Pagamentos	Pagamentos (R\$)
	313506	265883	259719	R\$ 257.341.310,00
Governador Valadares*	187011	141432	141076	R\$ 145.915.376,00
Belo Oriente	9372	9310	9246	R\$ 9.546.700,00
Naque	6715	6701	6540	R\$ 5.942.200,00
Resplendor	7157	6600	6457	R\$ 6.708.600,00
Alpercata	5439	5339	5278	R\$ 5.447.400,00
Tumiritinga	3747	3709	3697	R\$ 3.827.200,00
Itueta	2945	2790	2764	R\$ 2.866.500,00
Galiléia	3223	2845	2412	R\$ 2.497.200,00
Periquito	1373	1364	1343	R\$ 1.385.600,00
Colatina - ES*	86524	85793	80906	R\$ 73.204.534,00

Data de Corte: 30/11/2018

*Incluem PAA de Governador Valadares e Mutirão Judicial de Colatina

Assumindo a data de corte de 30/11/2018, as maiores quantidades de atendimentos aguardando acordos eram e Governador Valadares (45.579), Colatina (731) e Resplendor (557). Já com relação aos acordos realizados aguardando pagamentos, chama-se a atenção Colatina (4.887), Galiléia (433) e Governador Valadares (356).

Atualizando a data de corte de 31/01/2019¹⁸, a Fundação Renova aponta que foram realizados 264.812 pagamentos, significando um aumento de 5.093 pagamentos comparado com o dado de 30/11/2018, sendo a meta realizar 255.883 pagamentos.

Chama-se a atenção a discrepância dos dados apresentados pela Fundação Renova¹⁹. Em 31/01/2019, aponta-se haver 313.306 pessoas atendidas, significando que houve uma diminuição de 200 atingidos atendidos entre novembro/2018 e janeiro/2019. Para os acordos realizados (propostas aceitas), a Fundação Renova apresenta o número de 265.883, sendo exatamente a mesma quantidade reportadas na data de corte de 30/11/2018 (vide tabela acima). Essa questão levanta dúvidas a respeito do aumento de pagamentos identificado acima (5.093).

No âmbito jurídico, mantém-se os dados para o município de Governador Valadares, com cerca de 55.500 processos elegíveis (ações judiciais) com 2.688 acordos firmados. A Fundação Renova informa que os pagamentos pendentes são relativos a menores e vulneráveis que precisam ser homologados na justiça.

Em colatina, o TJ-ES suspendeu as homologações desde dez/17, alegando não ter estrutura física e humana para a realização desse trabalho. Assim, a Renova teria firmado convênio com TJ-ES nos mesmos moldes do feito em Governador Valadares, implementando em jan/19 com auxílio nas homologações no Espírito Santo. Não são apresentados valores financeiros alocados para essa finalidade e qual prazo previsto para o atendimento ao passivo, em especial em Colatina e região.

- **Dano Geral (50%):**

A tabela abaixo²⁰ apresenta um comparativo do status da indenização ao dano geral entre o período de 30/11/2018 a 31/01/2019. Ao final desse período, as campanhas 1 e 2 apresentam 19.233 cadastros de família, sendo 8.391 propostas aceitas e 8.321 indenizações pagas. Não houve novos cadastros com família entre novembro de 2018 a janeiro de 2019, havendo uma diferença (passivo) de 5.807 cadastros aguardando o ingresso ao processo de indenização (data de corte 31/01/2019). Chama a atenção que, durante o período considerado, houve o ingresso de 117 cadastros, o que corresponde a 2,01% do universo de cadastros com família. Com relação à comparação entre

¹⁸ Fundação Renova: Apresentação Executiva de Programas. 31 de janeiro de 2019. Pág 61

¹⁹ Fundação Renova: Apresentação Executiva de Programas. 31 de janeiro de 2019. Pág 52

²⁰ Sistematização realizada a partir dos Relatórios de Monitoramento Mensais da Fundação Renova

ingressos e acordos finalizados, observa-se que há um passivo de 5.035 acordos a serem finalizados, sendo que, no período de tempo considerado, foram finalizados 125 acordos a partir dos ingressos na indenização, o que corresponde a uma performance na ordem de 2,48%. Portanto, analisando o desempenho de todo o processo, estima-se que, para o universo de 19.233 cadastros com família, a Fundação Renova conclua os pagamentos restantes (10.912) em 29 meses – com uma performance mensal de 3,44% em valores relativos e 376 cadastros em valores absolutos.

Tabela 2.2-02

		Cadastros com Família		Ingressos		Acordos Finalizados		Pagamentos	
		Data de corte: 30/11/2018	Data de corte: 31/01/2019	Data de corte: 30/11/2018	Data de corte: 31/01/2019	Data de corte: 30/11/2018	Data de corte: 31/01/2019	Data de corte: 30/11/2018	Data de corte: 31/01/2019
Total Geral		19233	19233	13309	13426	8149	8391	7945	8321
Total	Campanha 1	13302	13302	10380	10445	6543	6718	6403	6667
	Campanha 2	5931	5931	2929	2981	1606	1673	1542	1654
Total	MG	10862	10862	7591	7654	4320	4458	4206	4413
	ES	8371	8371	5718	5772	3829	3933	3739	3908
Campanha 1	MG	7968	7968	6239	6279	3555	3664	3466	3631
	ES	5334	5334	4141	4166	2988	3054	2937	3036
Campanha 2	MG	2894	2894	1352	1375	765	794	740	782
	ES	3037	3037	1577	1606	841	879	802	872

O cenário apresentado não considera dois aspectos complementares. O primeiro diz respeito à comparação entre o universo de cadastros com família apresentado na tabela acima (19.233) com o número de cadastros submetidos ao CIF (26.521 aprovados e 5.195 em análise²¹) sinalizando um déficit de 12.483 cadastros que ainda não entraram no processo indenizatório. O segundo está relacionado à campanha 3, que conta com 8.000 cadastros, com início do atendimento previsto para fevereiro/2019. Portanto, assumindo a performance estimada segundo os dados de 30/11/2018 a 31/01/2019, considera-se que a Fundação Renova demande cerca de 33 meses para concluir os pagamentos.

No pior cenário, a partir dos referenciais assumidos acima de desempenho da Fundação Renova, serão necessários 62 meses (5 anos e 2 meses) para concluir os pagamentos indenizatórios do déficit atual (10.912) mais a campanha 3 considerando o universo de cadastros submetidos ao CIF (12.483). Importante sublinhar que há cerca de 23 mil manifestações relativas à campanha 4 (fase 2) do cadastro que não foram iniciadas até o presente momento.

Em relatório²², a Fundação Renova apresenta que a campanha 03 será iniciada em 18/02/2019 com término planejado para 30/06/2019, atendendo apenas os casos incontroversos (ex. pescador profissional e cadastros com laudo). A Fundação Renova estima ainda concluir 12.500 pagamentos referentes às campanhas 1 e 2 até 30/06/2019, considerando premissa de 65% de elegibilidade. Para isso, reconhece-se que devam ser aprovados as políticas indenizatórias até agosto/2019, sendo atribuído a tais políticas o principal motivo pelos atrasos na conclusão dos pagamentos. Segundo a Fundação Renova, 90% do universo de atingidos em análise são compostos por pescadores (profissionais sem documentação de ofício e de substância foram do LMEO+1000), areeiros, lavadeiras, carroceiros)²³.

A Fundação Renova apresenta o seguinte status para as políticas indenizatórias²⁴:

Tabela 2.2-03

Política Indenizatória	Atividades Executadas e em Execução:	Próximo Passos
Lavadeiras e Carroceiros (Areeiros artesanais)	Janeiro/2019: Submissão do modelo conceitual ao Conselho Curador da Fundação Renova para aprovação das "oitivas" comunitárias (construção conjunta dos critérios de elegibilidade e "precificação" dos danos); Solicitado pelo Conselho Curador análise adicional do Comitê de Socioeconomia do modelo conceitual	Fevereiro/19: Análise do Comitê de socioeconomia, na reunião de fevereiro/2019, para orientação ao Conselho Curador
Pesca para Subsistência (revisão da política vigente)	Para os atingidos que declararam danos à atividade de pesca e que não são elegíveis às	

²¹ Segundo Relatório de Monitoramento do PG001 (Março 19) com data de corte de 30/01/2019)

²² Fundação Renova: Apresentação Executiva de Programas. 31/01/2019.

²³ Fundação Renova: Apresentação Executiva de Programas. 31/01/2019. Pág 55

²⁴ Fundação Renova: Relatório de Monitoramento Mensal: Fevereiro/2019

políticas indenizatórias vigentes (pesca profissional, pescador não regularizado e pesca de subsistência) ou às políticas em elaboração ("pescador de fato"), estão sendo realizados levantamentos e análises dos dados, informações e experiências que propiciem a identificação e soluções para os públicos atingidos.

Setorialmente, os valores de pagamento em indenizações para pesca, agropecuária e outros danos apresentou um aumento de R\$ 65.732.782,60 ao longo do quadrimestre considerado. O maior aumento observado ocorreu entre novembro a dezembro de 2018, com uma variação mensal de R\$ 42.375.081,22, e para janeiro de 2019 tem-se um valor total pago de R\$ 324.534.611,56²⁵.

A pesca tem recebido os maiores valores de indenização nesse período, totalizando R\$223.155.210,81 em janeiro/2019, com variações mensais mais constantes, porém inferiores quando comparado à agropecuária e a outros danos (Tabela abaixo).

Tabela 2.2-04

	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	Variações Médias Mensais
Pesca	214.948.886,96	218.304.722,32	220.201.427,16	223.155.210,81	2.735.441,28
Agropecuária	27.425.008,46	29.664.824,15	43.112.007,78	56.391.858,29	9.655.616,61
Outros danos	16.427.933,54	19.646.231,14	44.315.800,44	44.987.542,46	9.519.869,64
TOTAL	258.801.828,96	267.615.777,61	307.629.235,38	324.534.611,56	

A comparação entre acordos e pagamentos realizados por categoria de dano²⁶ apresenta os avanços entre 30/11/2018 e 31/01/2019 para pescas, agropecuária, comércio/turismo, areeiro e outros danos. Não é claro, nos relatórios da Fundação Renova, se os números apresentados em diferentes datas de cortes são acumulativos ou se referem a valores de progresso assumindo o referencial da última data de corte. Entretanto, chama a atenção que, a despeito da Fundação Renova não dispor de políticas indenizatórias, a pesca de subsistência apresentou um progresso superior em termos de pagamentos realizados. Haveria cerca de 7 mil cadastros aguardando a definição de políticas indenizatórias (ex. carroceiros, lavadeiras, camaroeiros e cadeia da pesca); e 3.717 são considerados inelegíveis pelo entendimento de serem "impactados indiretos", segundo a Fundação Renova.

Tabela 2.2-05

Categoria Dano	Acordos Realizados		Pagamentos	
	Data de corte: 30/11/2018	Data de corte: 31/01/2019	Data de corte: 30/11/2018	Data de corte: 31/01/2019
Pescador Profissional c/ Doc Ofício	1840	1873	1828	1866
Pesca de Subsistência	4056	5266	3937	5225
Pescador Comercial Não Regularizado	494	458	486	456
Agropecuária	941	639	884	624
Comércio/Turismo	129	69	123	69
Areeiro	13	8	12	8
Outros Danos	676	78	675	73

A metodologia do Pescador de Fato apresentou atrasos na sua realização em Regência e Povoação, gerando denúncias por parte de entidades representativas (ex; Associação de Moradores de Povoação) e conflitos. Em Regência e Povoação, foram realizadas as oitivas e suas devolutivas, nas quais, até o dia 20/02/2019, foram realizados os seguintes atendimentos em Regência²⁷:

²⁵ Fundação Renova: Relatórios de Monitoramento Mensais

²⁶ Fundação Renova: Relatórios de Monitoramento Mensais

²⁷ Fundação Renova: Projeto Piloto Pescador de Fato – novembro/2018 a fevereiro/ 2019. pág 13

Tabela 2.2-06

Descrição	Quantidade
Pessoas atendidas	112
Não cumpriram o pré-requisito	24
Atendimentos em andamento	63
Atendimentos concluídos	25

Note-se que, em Povoação, a Fundação Renova está tendo dificuldade de acesso, situação relatada na reunião da CT-OS de 12 e 13/02/2019. Foi realizada uma reunião em 25/02/2019 para buscar gerir determinados conflitos. O próximo passo consiste em se realizar os pareceres de elegibilidade em Regência, retomar o processo em Povoação e iniciar a aplicação do método em Conselheiro Pena, tendo sido marcada uma reunião para dia 11/03/2019.

Além disso, na mesma reunião, a Fundação Renova foi questionada quanto à aplicação da referida metodologia no município de Conselheiro Pena, evidenciando atraso no compromisso anteriormente assumido. A Reunião em Conselheiro Pena para tratar do Pescador de Fato vai ocorrer no dia 11/03/2019.

Abaixo, são apresentados os números de pagamentos de indenização por município para os segmentos de pesca, agricultura, agropecuária, comércio e turismo entre os anos de 2017, 2018 e 2019²⁸.

²⁸ Sistematização realizada sobre planilha encaminhada pela Fundação Renova por email no dia 25/02/2019 em atendimento a solicitações da Ramboll (BasePIM_AuditoriaMPF_Ramboll_2019-213.xlsx).

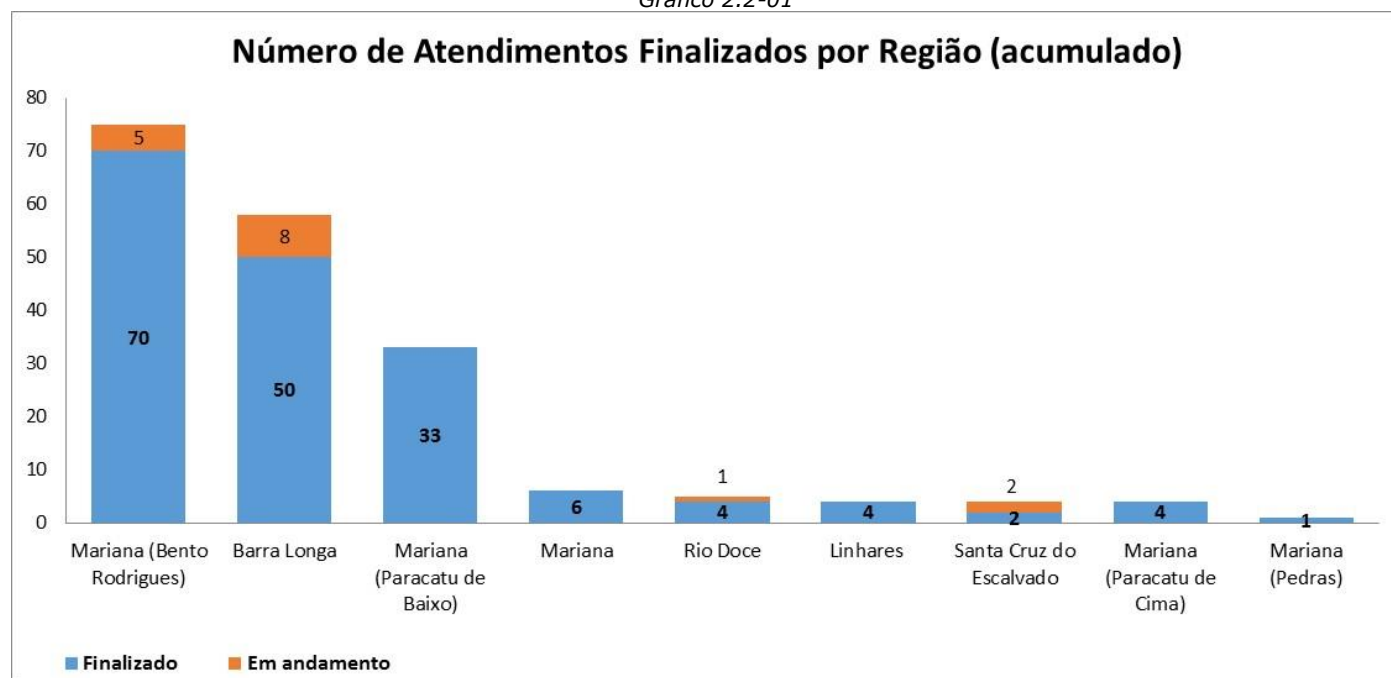
PESCA		AGRICULTURA		AGROPECUÁRIA	
Município	Pgmts PIM	Município	Pgmts PIM	Município	Pgmts PIM
Linhares	1392	Linhares	100	Tumiritinga	41
Aimorés	1249	Tumiritinga	88	Barra Longa	33
Baixo Guandu	1214	Barra Longa	85	Governador Valadares	27
Aracruz	682	Governador Valadares	77	São José do Goiabal	14
Belo Oriente	550	Aimorés	64	Itueta	13
Periquito	443	Colatina	51	Aimorés	12
Colatina	360	Ipaba	45	Baixo Guandu	10
Governador Valadares	248	Baixo Guandu	38	Conselheiro Pena	10
Tumiritinga	232	Periquito	31	Linhares	10
Naque	223	Naque	27	Resplendor	9
Resplendor	175	Santana do Paraíso	23	Santana do Paraíso	9
Santana do Paraíso	147	Conselheiro Pena	20	Belo Oriente	8
Conselheiro Pena	111	Bom Jesus do Galho	17	Ipaba	8
São José do Goiabal	102	Ipatinga	17	Caratinga	7
Ipaba	70	Belo Oriente	15	Bugre	6
Bom Jesus do Galho	61	Itueta	15	Colatina	6
São Mateus	60	Resplendor	14	Ipatinga	6
Galiléia	54	Caratinga	13	Galiléia	4
Caratinga	49	Bugre	12	Periquito	4
Itueta	23	Galiléia	8	Rio Doce	4
Ipatinga	20	Marilândia	5	Bom Jesus do Galho	3
Marilândia	18	Alpercata	4	Naque	3
Fernandes Tourinho	17	Rio Doce	4	Santa Cruz do Escalvado	3
Rio Casca	17	São José do Goiabal	4	São Domingos do Prata	2
Bugre	16	Fernandes Tourinho	3	Alpercata	1
Serra	8	Rio Casca	3	Fernandes Tourinho	1
Alpercata	7	Santa Cruz do Escalvado	3	Mariana	1
Rio Doce	7	Sem Peixe	3	Rio Casca	1
Santa Cruz do Escalvado	5	Córrego Novo	1	São Pedro dos Ferros	1
São Domingos do Prata	5	Mariana	1	Sem Peixe	1
Barra Longa	2	Sobralia	1	Sobralia	1
Fundão	2	Timóteo	1		
Oratórios	2	TOTAL	793		
Sem Peixe	2				
Sobralia	2				
Sooretama	2				
Cariacica - ES	1				
Conceição da Barra	1				
Ervália - MG	1				
Espera Feliz - MG	1				
Itarana - ES	1				
Jaguaré	1				
Nova Venécia - ES	1				
Ponte Nova	1				
São Fidélis - RJ	1				
São Pedro dos Ferros	1				
Vila Pavão	1				
TOTAL	7588				

COMÉRCIO	
Município	Pgmts PIM
Linhares	50
Barra Longa	12
Baixo Guandu	1
Caratinga	1
Galiléia	1
Tumiritinga	1
TOTAL	66

TURISMO	
Município	Pgmts PIM
Linhares	76
Santa Cruz do Escalvado	2
Resplendor	1
Tumiritinga	1
Vitória	1
TOTAL	81

No gráfico abaixo, é apresentada a relação entre estabelecimentos comerciais finalizados e em andamento com relação ao atendimento indenizatório por parte da Fundação Renova²⁹.

Gráfico 2.2-01



Houve 47 judicializações do PIM em janeiro/2019, sendo: 20 (Linhares); 13 (Colatina); 4 (Resplendor); 4 (Caratinga); 3 (Belo Horizonte); 2 (São Mateus); Governador Valadares (1).

Há 960 acordos com danos múltiplos³⁰, devendo ser estes melhor compreendidos em função da relevância da pluriatividade no contexto de economias familiares atingidas.

Com relação ao lucro cessante, a Fundação Renova aponta que os relativos a 2018 serão pagos entre 05/02/2019 a 30/06/2019, até 90 dias após a assinatura do acordo pelo atingido³¹. Porém, acordados com MP e DPU, os quais seriam até 31/03/2019 (para o lucro cessante de 2018), estando a Fundação, portanto, dentro do prazo. O coordenador da CT-OS confirma que esse prazo foi acordado com MP/DPU/CTOS.

Em Mariana/MG, foram realizados 11 (onze) acordos de indenização final para um universo total de cadastros com família de 921. 152 famílias solicitaram o atendimento para indenização final ou antecipação; 122 famílias estão em atendimento (em alguma fase do processo de negociação). Note-se que a Fundação Renova segue adotando a classificação de impactado direto e indireto, o que consiste numa grave distorção no processo de reconhecimento da condição de atingido em sua integralidade.

O andamento dos trabalhos com os pescadores camaroeiros não é apresentado nos relatório entregues pela Fundação Renova, caracterizando descumprimento da Recomendação Conjunta DPES, DPU e MPF em atendimento aos camaroeiros da Praia do Suá³², em Vitória/ES. Em 10/12/2018³³, a Fundação Renova fez uma contraproposta de adiantamento de R\$ 10.000,00 aos camaroeiros até que o processo (que se encontra atrasado) de cadastro e indenização seja concluído. Essa proposta foi recusada pelos pescadores de forma que este processo se encontra em tratativas de negociação, agravando os danos aos camaroeiros e suas famílias. No dia 25/02/19, ocorreu em Vitória/ES uma reunião onde a Fundação Renova apresentou os valores a serem considerados no cálculo das indenizações. As indenizações foram calculadas pela quantidade média de pescado antes do desastre em balanço ao custo de produção e dividido por embarcação, sendo as tibatidas (menores) e baleeiras (maiores). Nas tibatidas, metade é do dono do barco e a outra metade dividida igualmente entre o mestre e a tripulação. Nas baleeiras, 20% vão para a manutenção do barco, 40% para o dono do barco, e do restante, 4 partes para o mestre e 6 partes dividida entre a tripulação. No entanto, houve problema quanto aos "pescadores flutuantes". Esses são pescadores

²⁹ Segundo monitoramento do PG019 (Programa de Micro e Pequenos Negócios). Data de corte de 20/12/2018

³⁰ Resposta por email no dia 25/02/2019 (arquivo GOV 1937 – Número de acordos com danos múltiplos.pdf)

³¹ Fundação Renova: Apresentação Executiva de Programas. 31/01/2019. Pág 55

³² Processo administrativo DPES/NUDAM nº 83093451

³³ Ofício SEQ15312/2018/GJU

que não trabalham fixamente em uma embarcação, chegando a trabalhar em até 5 diferentes no mesmo ano. A Fundação Renova recomendou que esses sejam incluídos nos barcos que não chegaram ao limite do número de tripulantes. O que foi rechaçado pelos camaroeiros, que teriam que dividir sua indenização, e criticado pela Defensoria Pública do ES. Por conta disso, a indenização de cerca de 30 “pescadores flutuantes” ainda não entrou em um consenso.

Com relação às Deliberações 167 e 180 – Sooretama e Rio Pequeno, nota-se um significativo atraso do PIM. Foram pagos R\$ 5.000,00 aos 17 atingidos que tiveram perda de renda em razão da interrupção do comércio ou relacionada a contratos de locação. Desses 17 atingidos, 2 celebraram acordos, 5 estão em processo de negociação e 10 recusaram as propostas de indenização final realizadas pela Fundação Renova, solicitando revisão do racional de cálculo. Além das evidências de insatisfação com o processo ocorrido, observa-se que, do total de 277 cadastrados, apenas 2 receberam indenizações (comerciantes Beira-Rio). Além disso, foi encaminhado à Defensoria Pública 104 formulários direcionados aos pescadores; neste universo, 79 pescadores possuem RGP e 20 possuem protocolo.

Observações

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou³⁴ uma previsão orçamentária de R\$ 733.446.707 para o ano de 2019, sendo R\$ 37.486.233 para indenização de danos morais a água e R\$ 608.231.974,05 para indenização a danos gerais, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2.2-07

PIM - DANOS A BENS PRIVADOS URBANOS	R\$6.797.746,86
PIM - DANOS A BENS PRIVADOS RURAIS	R\$52.319.895,73
PIM - DANOS CONDIÇÕES TRAB E RENDA INDIV	R\$6.333.727,88
PIM - LESÃO CORPORAL, FATALIDADES E DESAPARECIMENTOS	R\$1.713.836,97
PIM - PESCADORES, AREIROS E PEQUENOS COM	R\$229.337.537,51
PIM - DANOS EMPRESÁRIOS INDIV, MICO EMP	R\$3.695.962,28
PIM - BENFEITORIAS TERRENOS MARIANA	R\$34.243.261,17
PIM - INDENIZAÇÕES MARIANA	R\$273.790.005,65

Várias deliberações foram definidas na tentativa de reorientar o PG002 em termos objetivos: Deliberação nº 34 (24/11/2016); Deliberação nº 111 (25/09/2017); Deliberação nº 119 (23/10/2017), Deliberação nº 211 (28/09/2018).

As deliberações nºs 58 (31/03/2017), 93 (04/08/2017) e 141 (14/12/2017), que tratam do reconhecimento das comunidades no litoral do Espírito Santo, de Nova Almeida à Conceição da Barra, estabelece o objetivo de averiguar os impactos socioeconômicos e o direcionamento para os programas adequados. No entanto, em Conceição da Barra, não houve nenhuma indenização e, em São Mateus, são poucas famílias que receberam (60 indenizações pagas). Em campo, nota-se que são comunidades caboclas, remanescentes de indígenas e quilombolas (3 com reconhecimento na Fundação Cultural Palmares e não visitadas pela Fundação Renova), que vivem exclusivamente da pesca nos rios Itaúnas, São Mateus, Mariricu, Ipiranga, e no mar. É nítida a situação de pobreza e, com a pesca comprometida, tem-se alastrado a fome e, por consequência, a criminalidade. Recomenda-se total atenção para a área costeira, em especial Conceição da Barra, que se encontra esquecida.

O PG002 se encontra em situação de acentuado atraso, com defasagem entre seu desenvolvimento e os resultados do PG001. Esta situação é evidenciada na permanente prorrogação de prazos para diversas de suas ações. Durante pesquisa de campo, fica muito clara a insatisfação presente em diferentes segmentos de atingidos; insatisfação que se manifesta desde a reivindicação por cadastramento, passando pela dificuldade de acesso ao AFE e ao processo indenizatório. Com isso, observa-se a emergência de inúmeros conflitos, a maioria expressão da disputa pela condição de atingido, situação fomentada não apenas pela lentidão, como também pela ausência de critérios claros

³⁴ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

e transparentes para a reparação dos danos vividos. Após três anos, a Fundação Renova continua informando que a Política de Indenização se encontra em fase de elaboração, de modo a atender aos diferentes grupos de atingidos.

Soma-se a esta situação o fato de que inúmeras comunidades ainda demandam o reconhecimento de sua condição de atingidas, processo que se inicia com o acesso ao cadastramento. Como ilustração, destaca-se por exemplo as comunidades costeiras e litorâneas do Espírito Santo, em especial os pescadores artesanais do município de Conceição da Barra, nas comunidades: Conceição da Barra Sede, Barreiras, Meleiras, Morcego, Quadrado, Itaúnas e Riacho Doce. Além de comunidades quilombolas com reconhecimento na Fundação Palmares, como: Córrego do Alexandre, Porto Grande e Angelim 1. A Planície Costeira do rio Doce é uma região de preservação do saber fazer de pescadores artesanais, com o ancestral trabalho da pesca artesanal. Além de contar com uma riqueza que vem da preservação das culturas negras e indígenas que resistiram à dominação durante séculos em meio as matas preservadas dessa região. São bem como a população de manifestantes a ser atendida na fase 2 do cadastramento.

Para finalizar, destaca-se como relevante a ausência, no PG002, de uma proposta de reparação integral, que contemple os danos materiais, danos imateriais (morais) e tempo de recomposição da vida, que não é lucro cessante, mas sim a recuperação da condição de autonomia em condições melhores do que aquela vivida na época do rompimento da Barragem de Fundão. Neste sentido, a integração e consequências entre o volume de recursos indenizatórios pagos e a qualidade de vida comunitária e social merecem total atenção no processo de revisão substantiva da forma como os programas vem incidindo sobre a vida dos atingidos ao longo do território.

2.3 PG003 – Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- O escopo deste programa não se encontra aprovado pela CT-IPCT e CIF. A Fundação Renova foi notificada por não atender à Deliberação nº 187 de final de julho/2018. Em novembro/2018, a Fundação Renova entregou uma nova versão do programa que não foi considerada satisfatória pela CT-IPCT que aguarda que a Definição Preliminar do Programa seja discutida com as Comunidades. Nova versão prevista nos relatórios da Fundação Renova para fevereiro/2019, porém não foram realizadas reuniões nas aldeias para discussão, conforme recomendado.

- Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG003) emitido pela Fundação Renova em agosto/2018 (Revisão 01). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Processo de Gestão de Acordos Emergenciais para os povos Tupiniquim, Guarani.	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de Gestão de Acordos Emergenciais para o povo Krenak	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de Relacionamento com Povos Indígenas	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Estudo da Componente Indígena Tupiniquim e Guarani	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Estudo da Componente Indígena Krenak	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto do Plano Básico Ambiental Tupiniquim e Guarani	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto do Plano Básico Ambiental Krenak	0%	25%	50%	75%	100%

○ **Processo de Gestão de Acordos Emergenciais para os povos Tupiniquim, Guarani (50%):**

TI Comboios: Em audiência de conciliação com a Samarco em março/2016 foi acordado entre as partes que o pagamento do repasse financeiro emergencial seria de 2,5 (dois salários mínimo e meio) por família, acrescido de 20% por dependente do salário mínimo e uma cesta básica do valor determinado pelo DIEESE. O pagamento de auxílio emergencial encontra-se em andamento, com renovação deste Acordo em 17/12/2018, mantendo-se a base do auxílio emergencial para 192 famílias. A assinatura da renovação deste acordo ocorreu sem algumas solicitações dos indígenas, como por exemplo: (i) prazo maior de um ano; (ii) viabilizar reservatório de água em Comboios. A inclusão de novas famílias será realizada desde que o Grupo de Trabalho constituído para rever pendências administrativas (cláusula 2.8) encaminhe seus resultados. São 36 famílias, que estariam recebendo o auxílio emergencial desde o início mas que não teriam recebido da associação as evidências do repasse desse recurso. Após essa reorganização, a Fundação Renova iniciaria o fluxo para inclusão. Essa questão já estaria tratada com Comboios.

Uma estimativa indica que, em média, tem sido repassado **R\$ 626.631,14** mensalmente para a Associação Indígena Comboio à título de auxílio financeiro emergencial³⁵.

³⁵ Segundo valores apresentados no Relatório Trimestral do Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas (período setembro, outubro e novembro/2018); pág 05.

A Fundação Renova apresentou análises de água para consumo humano, com base na portaria de potabilidade, em agosto/2018 e encaminhados a CT-IPCT em setembro/2018, sendo que as 6 (seis) amostras coletadas apresentaram boa qualidade, sendo aquelas voltadas ao sistema coletivo requerem operação e manutenção adequada. Todavia, encontram-se descumpridas deliberações do CIF³⁶ para o fornecimento de água potável para a aldeia Comboios.

O Plano de Contigência de Cheias foi repactuado mediante a Deliberação CIF nº 231 de 29/11/2018 sendo que, para a TI Comboios, o cronograma encontra-se atrasado (previsto a operacionalização em 15/01/2019³⁷), devendo ser instaladas as réguas com previsão para se iniciar em março/2019, incluindo entregas para Defesa Civil do município de Aracruz³⁸.

TI Tupiniquim Guarani e Caieiras Velhas II: O acordo para atendimento aos indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II ocorreu de forma extrajudicial e foi definido por meio de negociação direta entre comunidade e a Samarco, para 915 famílias,. A renovação deste acordo ocorreu em 06/12/2018 com validade de 12 meses, mantendo o número de famílias e os valores de auxílio financeiro de 1 salário mínimo, acrescido de 20% por dependente, mais o valor de uma cesta básica por núcleo familiar (DIEESE-ES). Todavia, a renovação não atendeu as solicitações da comunidade, a saber: (i) reajuste do valor/família para 2,5 salários + 20% por dependente + cesta básica; (ii) pagamento retroativo referente à diferença entre valores pagos no primeiro acordo e o valor atualmente reivindicado; (iii) aumento do prazo do acordo de 12 para 24 meses; (iv) que conste no corpo do acordo o prazo de 6 meses para pagamentos e indenizações; (v) inclusão de duas novas associações indígenas; (vi) inclusão de 210 novas famílias.

Segundo a Fundação Renova, foi feita a inclusão das 21 famílias (valendo com o repasse em 15/01/2019). As instituições (associações) enviariam a lista das famílias com os documentos (com cópia) para repasse do AFE. Houve um desmembramento de associações (de 3 para 5) e, destas, 3 associações já passaram a lista que será verificada pela Fundação Renova nas próximas semanas³⁹ e, após isso, em até 20 dias seria realizada o pagamento.

Uma estimativa indica que, em média, tem sido repassado **R\$ 1.823.794,17** mensalmente para as Associações Indígenas Guarani, Pau Brasil e Tupiniquim Guarani à título de auxílio financeiro emergencial.

Não há previsão de distribuição de água mineral disposta no acordo vigente, pois a Fundação Renova entende não haver danos ao consumo de água mesmo que os resultados do ECI não tenham sido concluídos a este respeito⁴⁰. Nesse sentido, encontram-se descumpridas deliberações do CIF⁴¹ para o fornecimento de água potável para as aldeias Córrego do Ouro, Amarelos, Pau Brasil, Olhos D'Água e Nova Esperança, localizadas nas Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz/ES.

O monitoramento da qualidade de água para consumo humano (PMQACH⁴²) contempla dois pontos no estuário Pereque-Açu, sem haver resultados divulgados até o momento.

Em novembro/2018, foram realizadas reuniões na Associação indígena Guarani (AITG) para a definição de pontos de coleta de amostras de água para posterior análise. Foram visitadas 16 pontos de coletas para georeferenciamento e definição do tipo de coleta de amostras. Entre novembro e dezembro/2018, as lideranças indígenas Tupiniquim-Guarani decidem suspender todas as atividades da Fundação Renova em campo até a assinatura dos acordos, exceto as atividades vinculadas ao Estudo de Componente Indígena (ECI). Em fevereiro/2019, os caciques decidiram que a Fundação Renova poderia voltar a realizar coleta/análise de água no território.

³⁶ Deliberação 201(28.09.2018) Aprova o pedido de fornecimento de água mineral para consumo humano em seis aldeias Tupiniquim Guarani, e início das ações estruturantes para garantia do fornecimento de água para consumo humano. Notificação 20 (05.11.2018), Notifica SAMARCO pelo descumprimento do item 1 da deliberação 201 para que inicie o fornecimento de água potável para as aldeias Comboios, Córrego do Ouro, Amarelos, Pau Brasil, Olhos D'Água e Nova Esperança, localizadas nas Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz/ES. Documento Renova argumenta o não fornecimento .OFI.NII.10202018.4346_28NOV.

³⁷ Fundação Renova: Relatório Trimestral do Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas (período setembro, outubro e novembro/2018).

³⁸ Memória da 18ª Reunião Ordinária da CTIPCT

³⁹ A contar pela data da 18ª Reunião Ordinária da CTIPCT (13/02/2019)

⁴⁰ Em Dezembro de 2018 foi entregue relatório parcial do ECI, identificando impactos cumulativos e novos impactos além dos identificados no meio físico pós desastre.

⁴¹ Deliberação 201(28.09.2018) Aprova o pedido de fornecimento de água mineral para consumo humano em seis aldeias Tupiniquim Guarani, e início das ações estruturantes para garantia do fornecimento de água para consumo humano. Notificação 20 (05.11.2018), Notifica SAMARCO pelo descumprimento do item 1 da deliberação 201 para que inicie o fornecimento de água potável para as aldeias Comboios, Córrego do Ouro, Amarelos, Pau Brasil, Olhos D'Água e Nova Esperança, localizadas nas Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani de Aracruz/ES. Documento Renova argumenta o não fornecimento .OFI.NII.10202018.4346_28NOV.

⁴² Segundo bases mínimas definidas pela CT-Saúde e as Deliberações CIF nº 95 e 129.

○ **Processo de Gestão de Acordos Emergenciais para o povo Krenak (50%)**

Os povos indígenas Krenak celebraram o acordo com a Vale em novembro/2015 contemplando o repasse financeiro de 9 (nove) salários mínimo para 126 famílias. Esse acordo foi assumido pela Fundação Renova em abril/2018, com a inclusão de 4 famílias⁴³ que passaram a receber em agosto/2018. Há outras 7 famílias que são consenso do cacicado para serem incluídas, de forma que a CT-IPCT solicita um fluxo célere por parte da Fundação Renova para evitar conflitos internos.

Na tabela abaixo, são apresentados os valores mensais de auxílio financeiro transferidos para as associações dos povos Krenak, indicando haver 130 titulares recebendo valores médios mensais de **R\$77.274,00 a R\$ 211.788,00**.

Tabela 2.3-01

Associação	Titulares	2018		
		Set	Out	Nov
Associação Indígena Bakãñ	10	85.860,00	85.860,00	85.860,00
Associação Indígena Atoran	28	240.408,00	240.408,00	240.408,00
Associação Indígena Burum-Ererre	17	145.962,00	145.962,00	145.962,00
Associação Indígena Takruk	9	77.274,00	85.860,00	68.688,00
Associação Indígena Naknenuk	12	103.032,00	103.032,00	103.032,00
Associação Indígena Krenak	18	163.134,00	154.548,00	154.548,00
Associação Indígena Uatu	25	206.064,00	214.650,00	214.650,00
Associação Indígena Nakrerré	11	8.586,00	94.446,00	94.446,00

Fonte: Fundação Renova: Relatório Trimestral do PG03, pág 05.

Todavia, os Krenak mantém a não abertura para negociar e conduzir as tratativas com a Fundação Renova, sendo efetivas em suas terras as atividades de adequação viária e abertura de poços-teste para o fornecimento de água. Os testes de abertura de poços não tem consenso junto aos Krenak, que solicitam discutir a solução apresentada.

Com relação ao abastecimento de água, a Fundação Renova reporta que têm sido atendido 100 pontos de abastecimento de água bruta, 140 pontos de recebimento de água potável (famílias, escolas e centros culturais) e 518 pessoas recebem água mineral por dia. Estimativas médias, indicam a distribuição de 91 mil litros de água mineral/mês; 2.346 m³ de água potável e 1.270 m³ de água bruta⁴⁴.

A gestão das obras de infraestrutura estão em andamento normal segundo os relatórios, porém a eficiência das obras (abertura de poços) foram questionadas na 17ª reunião da CT-IPCT. Na 18ª reunião desta CT, representante dos Krenak diz que estão sem informação, solicitando a realização de reunião com a comunidade para comunicar o status das ações. Igualmente, foi solicitado à Fundação Renova que envie um documento com o cronograma dos poços e das obras para fins de acompanhamento. O resultado da perfuração do poço levantou dúvidas com relação a vazão ser suficiente, bem como foi encontrado ferro na composição na água. As comunidades solicitaram a captação no córrego da onça (água superficial), o que, segundo a SESAI, pode ser considerado que ainda deva haver avaliações específicas. A SESAI informa à Fundação Renova que, independente da captação, não pode ser condicionada a escolha da fonte pelo tipo de tratamento. Igualmente, devem ser consideradas as alternativas de poços "individuais"⁴⁵, conforme solicitadas pelas comunidades no início do acordo emergencial.

○ **Processo de Relacionamento com Povos Indígenas (50%)**

A Definição do Programa não foi aprovada pelo CIF e pela CT-IPCT, estando em revisão, com data prevista de finalização em fevereiro/2019. A equipe de Diálogo da Fundação Renova não é reconhecida pelos Krenak como interlocutor válido. Com os Tupiniquim e Guaraní, desenvolveu grupos de trabalho, interrompidos entre novembro e final de dezembro/2018. O diálogo foi retomado em janeiro/2019.

Não estão sendo realizados regularmente e adequadamente os monitoramentos indicados no TTAC, cláusula 43 e 44. Em especial, não sendo orientada a relação entre as ações emergencial e os modos de vida dos povos indígenas.

⁴³ Deliberação CIF nº 169 de 25/05/2018

⁴⁴ Fundação Renova: Relatório Trimestral do Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas (período setembro, outubro e novembro/2018).

⁴⁵ A individualização dos poços é apresentada pelas comunidades enquanto poços que atendam grupos determinados de famílias.

○ **Projeto de Estudo da Componente Indígena Tupiniquim-Guarani (75%)**

Em 03/12/2018, foi entregue uma versão parcial dos Estudos de Componente Indígena (ECI) para a Comunidade Tupiniquim Guarani, que está em análise na FUNAI. A CT-IPCT recomenda seguir as atividades para a discussão das medidas e PBA devendo analisar o relatório entregue após a discussão entre as comunidades e a FUNAI sobre os resultados dos estudos. O Relatório é considerado parcial pois, até dezembro/2018, não havia autorização do IBAMA para coletas de água, organismos aquáticos, sedimentos e vegetação nas TI Tupiniquim Guarani, Caieiras Velha II e Comboios. O IBAMA concedeu autorização para essas coletas no dia 21/01/2019. A partir de então, a empresa Polifônicas poderá finalizar o ECI para os povos indígenas do ES.⁴⁶ Em fevereiro/2019, a consultoria Polifônicas estaria realizando ações de campo para a continuidade e conclusão deste ECI.

A versão preliminar do Estudo confirma os impactos antecipados para as comunidades nas reuniões de agosto/2018, em todas as TIs, tanto nos trechos de mar como de estuário, a saber: (i) interrupção de alimentação; (ii) interrupção no contato com a água; (iii) perda de recursos para medicina tradicional; (iv) insegurança de ameaça à identidade étnica; (v) perda de beleza cênica-cultural; (vi) conhecimento tradicional; (vii) economia, pesca, saúde física e mental; (viii) relações sociais-culturais e rituais. O Estudo conclui pela *"impossibilidade de reproduzir o modo de vida Tupiniquim e Guarani"*.

Está prevista uma reunião com as lideranças indígenas e a FUNAI para discutir o conteúdo do ECI - relatório preliminar para segunda quinzena de março/2019.

Sem interrupção dos trabalhos da consultora, o PBA deve se desenvolver no primeiro semestre de 2019, com previsão de término em maio ou junho do corrente ano.

○ **Projeto de Estudo da Componente Indígena Krenak (0%)**

Não iniciado. No Relatório Fundação Renova de 31/12/2019, a previsão de início do ECI Krenak é junho/2019. Já em outra parte do mesmo documento, tal estudo consta como iniciado em 08/01/2019 com previsão de término em 20/04/2020.

○ **Projeto do Plano Básico Ambiental Tupiniquim e Guarani (0%)**

Não iniciado. Aguarda a conclusão do ECI e a construção e validação coletiva das ações de natureza estruturante orientadas à reparação integral. Considerando o longo período de tempo (3 anos e 3 meses), tem sido levantada a necessidade de desenvolver ações estruturantes em paralelo. Neste sentido, para as comunidades Tupiniquim-guarani, em atendimento parcial à deliberação 201, a Fundação Renova tem proposto ações de implementação quanto ao abastecimento de água potável. Estas soluções estão em discussão na CT-IPCT.

○ **Projeto do Plano Básico Ambiental Krenak (0%)**

Não iniciado.

Observações

Objeto de discussões, deliberações e notificações, o PG003 não tem escopo definido e aprovado pelo CIF, e a Fundação Renova não apresenta escopo ou soluções estruturantes à altura do atendimento aos impactos e danos sofridos pelos povos indígenas. Consequentemente, a gestão do PG003 não está sujeita a um acompanhamento adequado uma vez que metas e indicadores não estão estabelecidos. Adicionalmente, a Fundação Renova conta com uma equipe técnica subdimensionada (poucos componentes e a mesma para atender o PG003 e PG004). A tensão no relacionamento entre a Fundação Renova e os atingidos é evidente e tem aumentado nos últimos meses, como evidenciado pelo não atendimento de reivindicações para a renovação dos acordos emergenciais, que duraram 4 meses de discussões tensas, da insegurança hídrica e não reconhecimento da isonomia de tratamento entre as comunidades das TIs do Espírito Santo⁴⁷.

⁴⁶ Contudo, conforme assinala o ECI na p. 6. "é preciso compreender que as coletas à serem realizadas não mudam os impactos aqui identificados, como será exaustivamente relatado, mas permitirão compreender a situação atual dos recursos ambientais dos territórios indígenas, e minimamente dar o direito as comunidades de uma informação mais precisa sobre os ambientes e recursos que são parte fundamental do seu modo de vida, ainda que o medo e a insegurança permaneçam tendo em vista a dimensão do desastre".

⁴⁷ Deliberação CIF nº 227 de 30/10/2018

A atuação deficiente reativa da Fundação Renova junto aos povos Tupiniquim e Guarani, além da insatisfação e insegurança quanto ao interlocutor, tem acirrado diferenças e acentuado impactos que ainda estão ocorrendo nessas comunidades, como demonstra as observações deste monitoramento e o ECI parcial apresentado.

Há também um processo de desgaste e desconfiança crescente da parte da CT-IPCT em relação à Fundação Renova, que reiteradamente não cumpre as deliberações, vem sendo notificada, apresentando um índice de notas técnicas e notificações significativo (cerca de 10 ao longo de 2018) em relação aos demais programas e ainda postergando compromissos assumidos nas reuniões da CT-IPCT.

A Fundação Renova tem, reiteradamente, descumprido as deliberações, mediante argumentações contraditórias do ponto de vista técnico. A ênfase ao “nexo causal” não se sustenta para danos evidentes e vivenciados pelas comunidades. O ECI apresentado aponta claramente a existência de impactos para todas as aldeias das terras indígenas do ES.

O necessário prosseguimento do ECI e das discussões das medidas estruturantes, PBA, incluindo as indenizações, sem a estruturação de uma gestão adequada, e consulta efetiva, pode comprometer parte das iniciativas que porventura possam ser acordadas.

O maior risco do PG003 está na condução no processo com o não reconhecimento de direitos, a dilatação de prazos e descumprimento dos compromissos assumidos com as lideranças e comunidades que, após mais de três anos após o desastre, querem retomar a condução do seu território e seu futuro. O recente desastre com a barragem do córrego do Feijão acentua a insegurança e desconfiança na Fundação Renova e, agora, também na empresa Vale, uma vez que a negociação direta com as empresas era considerada pelos atingidos como uma alternativa à postura de não resposta e desconsideração de direitos por parte da Fundação.

O planejamento do programa (versão novembro/2018) considera um prazo até dezembro/2030, porém sem previsão orçamentária. Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁴⁸ uma previsão orçamentária de R\$ 84.004,367 para o ano de 2019, sendo R\$ 6.498.624,88 para ações de Definição do Programa (PG003) e R\$ 77.505.741,68 para sua Execução. Para a execução⁴⁹, os recursos encontram-se assim distribuídos:

Tabela 2.3-02

INFRAESTRUTURA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA - KRENAK	R\$2.623.046,30
APOIO FINANCEIRO KRENAKS	R\$14.124.240,00
ATENDIMENTO EMERGENCIAL KRENAK	R\$15.523.493,72
APOIO FINANCEIRO ÍNDIOS CORREGO DO OURO	R\$7.944.745,77
APOIO FINANCEIRO ÍNDIOS TUPINIQUIM E CAIEIRA	R\$27.700.389,84
INFRAESTRUTURAS SOCIAIS - ÍNDIOS ⁵⁰	R\$9.589.826,05

Importante salientar o enfoque orçamentário na transferência de auxílios financeiros emergenciais em detrimento de ações mitigatórias em insegurança hídrica, alimentar e sanitária. Assim, ações igualmente importantes nas áreas de saúde, proteção social e economia (geração de renda) apontam para uma deficitária reparação integral dos modos de vida das populações indígenas. Não obstante, as Deliberações CIF nº 255 e 256⁵¹ de 18/12/2018 enfatizam a importância de ações integradas à saúde dos povos indígenas e comunidades tradicionais, enquanto a Fundação Renova reconhece dificuldades na integração interna entre os programas⁵².

Objetivamente, no relatório da Fundação Renova de 31/01/2019, encontram-se as seguintes observações com relação ao gerenciamento do Acordo Emergencial e interface entre programas: a) Interface com Infra/Obras com a execução das obras de Drenagem dos 08 pontos Críticos Povos indígenas em Resplendor; b) Necessidade de conclusão dos estudos epidemiológico e definição do modelo de atendimento para estruturação das ações de saúde dos povos

⁴⁸ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

⁴⁹ Não é considerado AFE(Auxílio Financeiro Emergencial) para o Povo Indígena Krenak (acordo de cooperação Vale)

⁵⁰ Recuperação Socioeconômica Tupiniquim e Caieira; Monitoramento Socioeconômico; Oficinas – Matrizes de Danos; SAA – Tupiniquim e Comboios; Fomento a Cultura e Lazer

⁵¹ Define diretrizes para os estudos de avaliação de risco ambiental e de avaliação de risco à saúde humana nos povos indígenas e comunidades tradicionais e Aprova as recomendações do Relatório Intercâmaras no 001/2018/CT- IPCT/CT-SHQA/CT-BIO/CT-GRSA/CT-Saúde e da Nota Técnica no 14/2018- GTCAD/Águas Interiores.

⁵² Memória da 18ª Reunião Ordinária da CT-IPCT

indígenas. A realização de estudos epidemiológicos nas terras indígenas está na pauta da CT-Saúde para o mês de março. Segundo informações da CT-Saúde, outros estudos epidemiológicos estão em curso, mas não nas Tis.

No que diz respeito às ações estruturantes, também definidas como importantes de se iniciarem logo para minimizar os impactos e danos sobre os povos indígenas de Aracruz, continua pendente a necessidade de solucionar o abastecimento de água. A proposta apresentada pela Fundação Renova em outubro não foi considerada adequada pelas CT-IPCT e CT-Saúde. Foi elaborada uma NT conjunta com proposições para o abastecimento de água nas comunidades indígenas e tradicionais.⁵³

A questão da indenização indígena está associada às medidas estruturantes e ao PBA indígena. Deve ser retomada a partir de grupo de trabalho (Fundação Renova e comunidades) na TI Comboios e conjuntamente ao desenvolvimento do PBA na TI Tupiniquim Guarani (Polifônicas e comunidades). Em ambas, a Defensoria e o MPF são convidados a participar.

Os representantes dos Krenak que têm acompanhado as atividades da CT-IPCT e, diante das suas observações sobre o relacionamento entre os povos indígenas de Aracruz e a Fundação Renova, externalizam que não devem alterar sua posição de manter o canal de diálogo exclusivo com a Vale por entenderem não haver elementos de confiança para trocar seu interlocutor.

É fundamental equalizar o escopo e reestruturar a gestão deste projeto para atender as populações indígenas no conjunto de suas necessidades.

⁵³ Relatório de Reunião Intercâmaras (21/11/2019). Alinhamento institucional entre as Câmaras Técnicas do CIF com a proposição de ações a serem realizadas pela Fundação Renova referente ao abastecimento público das comunidades tradicionais no Estado do Espírito Santo e Minas Gerais – Programas 03 e 04 do TTAC. Deliberação 256 (18.12.2018). Aprova as recomendações do Relatório Intercâmaras no 001/2018/CT- IPCT/CT-SHQA/CT-BIO/CT-GRSA/CT-Saúde e da Nota Técnica no 14/2018- GTCAD/Águas Interiores com ações previstas para a CRQ Degredo/ES

2.4 PG004 – Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

O PG004 tem como objetivo implantar as ações reparatórias e compensatórias para povos e comunidades tradicionais em acordo com os impactos identificados conforme Cláusulas 46 a 53 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC. E como objetivos específicos do programa: assegurar a assistência aos impactados pelo atendimento especializado e participativo voltado para à segurança hídrica, alimentar, econômica e sanitária durante todas as fases do programa; realizar o monitoramento Participativo com a Comunidade, identificar os impactos socioambientais por meio dos estudos de levantamento de impactos; e reparar e compensar os impactos a serem identificados por meio dos estudos.

O escopo do PG004 encontra-se sob avaliação da CT-IPCT/CIF (Nota Técnica nº 006/2018/CT-IPCT/CIF). As seguintes Deliberações do CIF têm promovido alterações de escopo: **(i)** nº 155 de 27/02/2018; **(ii)** nº 161 de 24/05/2018; **(iii)** nº 188 de 31/07/2018; **(iv)** nº 200 de 28/09/2018; **(v)** nº 202 de 28/09/2018; **(vi)** nº 203 de 28/09/2018; **(vii)** nº 204 de 28/09/2018; **(viii)** nº 232 de 29/11/2018; **(ix)** nº 233 de 29/11/2018; **(x)** nº 255 de 18/12/2018; **(xi)** nº 256 de 18/12/2018.

Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG004). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Processo de Pactuação e Gestão de Acordos Emergencial	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Estudo de Componente Quilombola	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Estudo de mapeamento e levantamento de impactos da comunidade de Faiscadores Tradicionais	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de Relacionamento com Comunidades Quilombolas e outras Comunidades Tradicionais	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Ação Estruturante para CRQ de Degredo	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Ação Estruturante para os Faiscadores Tradicionais	0%	25%	50%	75%	100%

○ **Processo de Pacutação e Gestão de Acordos Emergenciais (25%):**

Há necessidade de qualificação e proatividade por parte da Fundação Renova para garantir ações emergenciais adequadas aos danos pelas quais as comunidades tradicionais de Degredo e Faiscadores tem passado. Isso inclui questões de segurança hídrica, auxílio financeiro emergencial, saúde e proteção social.

Em reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2019⁵⁴, a Fundação Renova se comprometeu a fazer uma nota de esclarecimento referente à judicialização da multa pela SAMARCO⁵⁵, posicionando-se pela manutenção do fornecimento de água para a comunidade de Degredo. Além disso, se comprometeu a fazer o esclarecimento à comunidade por meio de fixação de cartazes em áreas de ampla circulação até o dia 08/02/2019. Em reunião das Intercâmaras, realizada em Linhares em 22/02/2019, foi apresentado o laudo de que, em 135 poços artesanais em Degredo, 90 estão fora dos parâmetros estabelecidos pelo CONAMA. Destes, 34 estão contaminados com o metal

⁵⁴ 3ª Reunião CT-IPCT - Ampliada - Medidas Estuturantes para o abastecimento de água para a comunidade de Degredo

⁵⁵ A Fundação Renova estaria judicializando a multa. Será apresentando no próximo CIF o relatório da 3ª Reunião CT-IPCT - Ampliada - Medidas Estuturantes para o abastecimento de água para a comunidade de Degredo

pesado arsênio. Nesta reunião, ocorreram algumas denúncias do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de que, em trabalhos de campo, tiveram relatos de famílias recebendo 1,6 litros de água (enquanto a quantidade mínima de água recomendada para consumo humano pela Organização Mundial da Saúde – OMS é de 15 litros por pessoa ao dia). Ao final, a Fundação Renova informou que não irá distribuir os 15 litros. Argumentou que não existem laudos anteriores ao desastre que comprovem que a água não estava contaminada. Ao final, ficou decidido que o processo referente ao abastecimento com água mineral na comunidade de Degredo será judicializado. Com o mesmo argumento da inexistência de nexos causal entre o desastre de Fundão e a má qualidade da água de Degredo, a Fundação Renova reitera que a obra de captação, tratamento e distribuição de água que será feita será como medida compensatória e não reparatória. O que trará prejuízos, pois o fundo compensatório é pequeno e limitado, podendo impactar outros projetos previsto para a reestruturação da comunidade.

Em Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, há 212 pessoas/titulares recebendo o auxílio financeiro emergencial (AFE). A assessoria técnica Rosa Fortini apresentou uma denúncia à atuação de um antropólogo da Fundação Renova, que não teria ido a campo, e suspendeu a lista de auto-reconhecimento feita pelas comissões. Além deste procedimento não ser o adequado, o fato gerou problemas e conflitos para o processo de auxílio financeiro emergencial e indenização. É apontado que não aceitam a presença deste profissional no território, bem como, em parceria com a comissão de atingidos, estão elaborando documento para o MP para que seja suspenso as ações da Fundação Renova junto aos proprietários rurais. Em encaminhamento da 31ª Reunião Ordinária da CT-OS, a Fundação Renova iria a campo para avaliar os programas, as medidas a serem tomadas e apresentar o resultado das análises das águas (para janeiro/2019), porém nenhum dos compromissos foi cumprida pela Fundação⁵⁶.

A Fundação Renova informa que estaria realizando acompanhamento social das famílias atingidas em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (faiscadores⁵⁷), sem evidenciar o engajamento prévio da Assessoria Técnica Rosa Fortini. Durante a 18ª Reunião Ordinária da CT-IPCT, a Fundação Renova informa que tais acompanhamentos de fato não estão ocorrendo.

Para os faiscadores, que igualmente realizam a atividade da pesca e da agricultura, não se tem claramente um plano de ação estruturado até o momento. Predomina a implementação desarticulada dos programas da Fundação Renova em detrimento de uma organização local (comissões de atingidos e assessoria técnica) que aponta para a necessidade de uma abordagem integrada.

No âmbito das ações de saúde e proteção social, há atrasos integrais na abordagem junto às comunidades tradicionais, com consequência e danos imensuráveis.

- **Projeto do Estudo do Componente Quilombola (100%):**

O Estudo do Componente Quilombola (ECQ) da comunidade de Degredo, nos termos do Termo de Referência emitido pela Fundação Palmares, foi realizado. Há 3.190 pessoas identificadas/cadastradas.

- **Projeto e estudo de mapeamento e levantamento de impactos da comunidade faiscadores tradicional (25%):**

O estudo encontra-se em início de execução (dezembro/2018), a partir do contrato celebrado com FUNDEP, com a duração de 1 ano, visando o mapeamento das populações tradicionais nos municípios de Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, conforme recomendação do Ministério Público Federal. Neste contexto, será realizado um Projeto de Ação Estruturante para Faiscadores Tradicionais impactados – para início de 2019 – como um indicador da urgente necessidade de apoiar as comunidades locais para uma ação integrativa.

É importante destacar que não se tem o mapeamento de comunidades tradicionais que possam ter sido atingidas e que deveriam estar sendo contempladas pelas ações emergenciais aqui definidas.

- **Processo de relacionamento com comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais (25%):**

No âmbito da indenização, foi avaliado pela comunidade e pela CT-IPCT que esse procedimento não fosse tratada no âmbito do PBA, para ganhar celeridade. Assim, deverá ser esclarecido que a indenização não mais seria tratada no âmbito do PBAQ. A Fundação Renova e a Comissão de Degredo devem construir o calendário próprio, sendo que, na consulta do dia 23/02, a Fundação Renova deve mobilizar o PIM para levantar a base de definição de matriz de danos. A CT-IPCT convidará representante do Ministério Público de Goiás, que trabalhou na matriz de danos do acidente

⁵⁶ Memória da 31ª e 32ª Reunião Ordinária da CT-OS

⁵⁷ Memória da 16ª Reunião Ordinária da CT-IPCT

da Gol, incluindo danos imaterias à população indígena. A CT-IPCT pretende fazer um roteiro de princípios para o que o PIM atenda a lógica coletiva dos povos tradicionais e indígenas.

O Plano de Comunicação para a Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo foi aprovado com determinações sobre o envio do cronograma de ações à CT-IPCT em 29/11/2018 em meio à demanda por ações que garantam a segurança hídrica desta população. Já foi evidenciada a importância deste plano, no âmbito do relacionamento com a comunidade, em função dos conflitos gerados na comunidade pela abordagem individual dos programas da Fundação Renova.

Adicionalmente, a Fundação Renova não iniciou ações de educação ambiental (EA) no contexto da água. Informa que não atua com temas específicos, e sim na abordagem de cartografia social para, a partir disso, identificar as ações. A CT-IPCT reforça que não é demandado um plano de ação de EA, e, sim, uma ação específica sobre o uso da água frente à criticidade da questão em Degredo. Nesse sentido, a Fundação Renova informa não dispor de capacidade executiva (ex. teriam 2 profissionais), o que deve demandar a contratação deste serviço no mercado. Há problemas críticos e assumidos pela Fundação Renova na articulação interna, bem como na capacidade de implementar uma abordagem de comunicação e engajamento socioparticipativa, gerando descompassos relevantes e prejuízos no cronograma de ações de primeira ordem para as comunidades tradicionais⁵⁸.

o **Projeto de Ação Estruturante para CRQ de Degredo (75%):**

Os Projetos Básicos Ambientais (PBA) foram apresentados à comunidade no dia 15/12/2018 necessitando ajustes e revisões. No dia 23/02/2019 foi levado para a comunidade de Degredo o PBAQ com as alterações apontadas e organizadas em 4 eixos: (i) Meio Ambiente e Pesca; (ii) Cultura, Identidade e Território; (iii) Saúde e Educação; (vi) Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar.

Os grupos de trabalho envolvendo a comunidade solicitou as seguintes alterações:

- Projeto sobre Meio Ambiente e Pesca:

1. Mapa das coletas das amostragens de água e pescados, com coordenadas geográficas.
2. Que não sejam alterados os pontos já definidos pela comunidade. Podendo ser acrescentados novos pontos.
3. Que as análises sejam feitas em laboratórios de confiança da comunidade e acompanhados por órgãos ambientais competentes (IEMA e IBAMA).
4. Que os temas: Água para Consumo Humano; e Pesquisa com Pescados. Sejam retirados da pauta de Meio Ambiente e encaminhadas para a pauta da Saúde.
5. Extinção do GT após 1 ano da entrega do sistema de tratamento de água de Degredo.

- Projeto de Cultura, Identidade e Território:

1. No levantamento de patrimônio material e imaterial. Ressaltaram a importância da igreja de Nossa senhora Aparecida.
2. Que esse levantamento seja feito por coleta com as pessoas da comunidade.
3. Seja criado um calendário das festividades tradicionais de Degredo.
4. Levar a história de Degredo para fora da comunidade, publicando livros para serem postos nas escolas do município de Linhares. Além de levar mestres de notório saber para dar aulas nas escolas do município.
5. Criar a casa da tradição. Um espaço para festejos, oficinas e manifestação cultural da comunidade. Com uma área aberta próximo a quadra poliesportiva coberta. Que em vez de ser 24 oficinas como esta no projeto, que sejam 12. Uma oficina por mês. Sendo essa a única alteração do projeto original.

- Projeto de Saúde e Educação:

1. Viveiro de sementes nativas e ervas medicinais.
2. Capacitação Técnica: plantio e cuidado.
3. Designar grupo responsável pelo cuidado do viveiro.
4. Acompanhamento multidisciplinar da saúde: espaço para atendimento. Aproveitar o Centro Integrado Comunitário e melhorá-lo.
5. Livro de Medicina: Plantas e Rezas da Comunidade de Degredo, finado Atalino. Mestre de plantas medicinais; curandeiro; saber ancestral; conhecimento oral.
6. Novo eixo: Práticas Pedagógicas de Educação Popular – estratégias para as produções sobre Degredo circularem fora da comunidade.
7. Ponto de atenção: Creche. Fundação Renova fazer articulação com a Secretaria de Educação para criar a creche. Revitalizar a antiga escola que está abandonada.

- Projeto de Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar:

⁵⁸ Memória da 18ª Reunião Ordinária da CT-IPCT

1. A lógica do empreendedorismo abordada anteriormente foi excluída. Focando no etnodesenvolvimentismo que se relacione com a cultural quilombola de Degredo. Isso foi uma revisão do PBA de dezembro.
2. Intensificação da apicultura.
3. Retomada da Agricultura Familiar.
4. Plantio e beneficiamento de árvores frutíferas.
5. Turismo.
6. Exclusão dos termos em inglês no PBAQ.
7. Aproveitar o máximo das frutas.
8. Capacitação para atividades administrativas para gerência dos projetos.

Há uma discussão do PBAQ sobre gestão territorial e processos integrados, com foco na capacitação de lideranças quilombolas e diálogo, participação e controle social. O PBAQ de Degredo foi aprovado, sendo, segundo a descrição desse item do escopo, as etapas de implementação e monitoramento com a participação da comunidade.

○ **Projeto de Ação Estruturante para os Faiscadores Tradicionais (0%):**

Atividade não iniciada.

Observações

O planejamento do programa (versão novembro/2018) considera um prazo até dez/2030, com previsão orçamentária de R\$ 33,1 Milhões. Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁵⁹ uma previsão orçamentária de R\$ 20.989.837,46 para o ano de 2019, distribuídos conforme tabela abaixo.

Tabela 2.4-01

DEFINIÇÃO DO PROGRAMA	20.989.837,46
ESTUDO IMPACTOS COMUNIDADES TRADICIONAIS	2.276.552,69
APOIO FINANCEIRO - QUILOMBOLAS	4.308.983,29
APOIO FINANCEIRO - GARIMPEIROS ARTESANAIS	4.189.296,38
INFRAESTRUTURAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	500.000,00
SERVIÇO JURÍDICO	432.935,10
FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA DEGREDOS	2.172.070,00
RETOMADA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS	2.000.000,00
APOIO À SAÚDE	250.000,00
OFICINAS - MATRIZES DE DANOS	150.000,00
MONITORAMENTO SOCIAL	2.250.000,00
SAA - DEGREDOS	2.000.000,00
AÇÕES RELACIONAMENTO E TROCA EXPERIÊNCIA	300.000,00
PROJETO DE RESGATE CULTURAL	160.000,00

Em linhas gerais, pode-se destacar que o PG004 é contraditório e impreciso, seu escopo ora aponta para a perspectiva da compensação e reparação dos danos ocorridos, ora sugere ações visando ao processo indenizatório. É importante destacar que, em se tratando de Populações Tradicionais, a abordagem sempre deverá ter como horizonte a reparação dos modos de vida atingidos, e o conteúdo e limites dessa reparação deverão ser necessariamente discutidos coletivamente. Não se observa claramente na formulação do PG004 metodologia e procedimentos que expressem minimamente a intenção de desenvolver ações previamente discutida com as populações em prol da reparação dos danos ocorridos sobre os seus modos de vida. O que se tem são iniciativas de “respostas” às manifestações reativas dos grupos atingidos _ vide o caso dos faiscadores e da Comunidade de Degredo, até aqui únicos grupos sociais tradicionais reconhecidos enquanto tal.

Outra crítica ao PG004 consiste na invisibilidade ainda dada às populações tradicionais que vivem no território atingido. O foco dado até o momento apenas aos faiscadores e comunidade Quilombola de Degredo torna o programa insuficiente. E, até o presente momento, a Fundação Renova não apresentou a revisão da estratégia e definição do programa consistente; além disso, a ausência de um levantamento rápido para identificação de outros povos e comunidades tradicionais não aconteceu até o momento. Esta insuficiência se consolidou a partir do conceito de LMEQ, onde há 6.219 cadastros realizados em área ribeirinha. Note-se que a Fundação Renova contratou o estudo da FUNDAP somente para os municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce; e que as Deliberações nºs 58, 93 e 141 referentes ao reconhecimento das áreas costeiras e litorâneas do Espírito Santo abrangem áreas onde vivem comunidades tradicionais a serem reconhecidas pela Fundação Renova.

⁵⁹ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

A região da Planície Costeira do Rio Doce é constituída por dezenas de comunidades tradicionais de pescadores artesanais, com fortes raízes na cultura africana e indígena. Existem, no município de Conceição da Barra, no litoral norte do Espírito Santo, além de dezenas de comunidades de pescadores artesanais, outras dezenas de comunidades quilombolas. Destas, três comunidades quilombolas com reconhecimento na Fundação Palmares estão bem próximas do litoral e já se veem como atingidas pelos rejeitos de Fundão. São elas: Córrego do Alexandre (Nº PROCESSO FCP: 01420.000316/2015-16); Porto Grande (Nº PROCESSO FCP: 01420.000314/2015-19); e Angelim 1 (Nº PROCESSO FCP: 01420.002134/2006-81). Em nenhuma foi identificado o início de programas da Fundação Renova, contrariando as deliberações nºs 58, 93 e 141 do CIF. Além das comunidades quilombolas, há pescadores de rio e mar que necessitam de atenção urgente. Suas comunidades são: Barreiras, Meleiras, Morcego, Quadrado, Itaúnas, Riacho Doce e o pescadores de Conceição da Barra Sede.

Em São Mateus, há comunidades que se reconhecem como tradicionais (a autoatribuição é tida pela OIT 169, a qual o Brasil assina, como necessário para o reconhecimento da comunidade como tradicional) e estão buscando, com a ajuda de pesquisadores universitários, o reconhecimento oficial. São elas: Barra Nova Sul, Barra Nova Norte, Gameleira, Nativo, Sítio Ponta, Ferrugem, São Miguel e Campo Grande. São povos dos Manguezais, pescadores artesanais, marisqueiros e catadores de siri, que guardam o saber da cultura caiçara. Além dessas, há outras dezenas de comunidades que não estão passando por esse processo de reconhecimento, mas que são mantenedoras de saberes ancestrais. Os municípios atingidos e reconhecidos a partir da deliberação nº 58 (31/03/2017) de Nova Almeida à Conceição da Barra, passam por um estado de invisibilidade. A Fundação Renova foca seus trabalhos na Vila de Regência Augusta, na foz do Rio Doce, por ser mais visada por meios midiáticos. Assim, é construído a ilusão de que há reparação nas comunidades no litoral capixaba. Ao passo que a realidade das comunidades tradicionais dessa região é de pobreza e marginalização.

Tanto em Degredo como nos Faiscadores mais recentemente, tem sido apontado a questão da reparação integral dos modos de vida. A comissão de atingidos de Santa Cruz do Escavado e Rio Doce vincula os modos de vida tradicionais de Rio Doce e Santa Cruz do Escavado (pescadores e faiscadores) com o manejo de rejeito em Candonga. As obras têm gerado danos significativos nos modos de vida das pessocas locais (ex; fazenda floresta à montante da comunidade de Santana do Deserto, fazer barramento durante o período de piracema, casos de destruição de terras e mobilização involuntária de pessoas locais para as obras de candonga). Assim, levantam a pertinência de discutir a reparação dos seus modos de vida com as soluções adotadas para o manejo de rejeito na região da UHE Risoleta Neves.

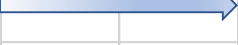
Dessa forma, é fundamental que seja realizado um diagnóstico das comunidades tradicionais em todo o território atingido bem como se apresentarem soluções adequadas e condizentes com a reparação integral de meios de vida tradicionais. Destaca-se que, para estas populações, é importante a adoção de procedimentos específicos, diferentemente do cadastramento realizado.

2.5 PG005 - Programa de Proteção Social

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- Segundo documento de Definição do PG005 – Programa de Proteção Social – Etapa 3, emitido pela Fundação Renova em setembro/2018, em resposta à Deliberação nº 192 do Comitê Interfederativo (CIF), de 31/08/2018, o programa tem como objetivo promover a proteção social, por meio de um conjunto de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e ações de apoio psicossocial, realizando o acompanhamento das famílias e aos indivíduos impactados pelo rompimento, priorizando as famílias com deslocamento físico, conforme cláusula 54 a 58 do TTAC. A nova proposta de escopo propõe os seguintes projetos: 1) Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando público vulnerável, para participação no mundo do trabalho; 2) Reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelo Poder Público; 3) Promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Este novo escopo está em discussão na Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS), conforme NT nº 30 da CT-OS, de 27/11/2018, seguido pelo encaminhamento do modelo conceitual de proteção social pela Fundação Renova a CT-OS em 20/12/2018, ainda em discussão também.

- Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos projetos constantes na definição do PG005, documento emitido pela Fundação Renova em setembro/2018 (Revisão 03). E, em seguida, são realizados comentários a respeito:

Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando público vulnerável, para participação no mundo do trabalho					
Elaboração de critérios para priorizar os pagamentos das indenizações e auxílios financeiros	0%	25%	50%	75%	100%
					
Acompanhamento do pagamento de auxílio financeiro e de indenizações	0%	25%	50%	75%	100%
					
Realização de ações de educação financeira, junto à população impactada vulnerável	0%	25%	50%	75%	100%
					
Acompanhamento do acesso das famílias impactadas vulneráveis aos cursos de capacitação	0%	25%	50%	75%	100%
					
Acompanhamento da oferta de educação profissional e de atividades voltadas à geração de renda para a população impactada vulnerável	0%	25%	50%	75%	100%
					
Acompanhamento de ações de fomento à economia local, incentivo ao empreendedorismo individual	0%	25%	50%	75%	100%
					

Reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelo Poder Público					
Elaboração dos Mapas de Vulnerabilidade, com objetivo de identificar as famílias impactadas vulneráveis em cada município e o aspecto dos agravos da vulnerabilidade instalado neste grupo de famílias	0%	25%	50%	75%	100%
Elaboração de Matriz de Ações Integradas para a reparação	0%	25%	50%	75%	100%
Elaboração de Planos Municipais de Reparação e os Planos Estaduais de Acompanhamento em Proteção Social	0%	25%	50%	75%	100%
Validação/revisão dos Planos Municipais de Reparação e Planos Estaduais de Acompanhamento em Proteção Social	0%	25%	50%	75%	100%
Apoio à implementação e monitoramento dos Planos Municipais e Estaduais de Reparação em Proteção Social	0%	25%	50%	75%	100%
Suplementação de recursos humanos para Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	0%	25%	50%	75%	100%
Fornecimento de veículos para suporte às atividades do Serviço de Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	0%	25%	50%	75%	100%
Apoio logístico para a realização das oficinas do SCFV e PAIF	0%	25%	50%	75%	100%
Apoio à Supervisão Técnica a ser realizada pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.	0%	25%	50%	75%	100%
Execução de capacitação para os operadores em Proteção Social	0%	25%	50%	75%	100%
Realização de Oficinas de Educação financeira para técnicos do CRAS e professores das escolas públicas	0%	25%	50%	75%	100%
Apoio para a definição de protocolos de atendimento às famílias vulneráveis impactadas	0%	25%	50%	75%	100%

Fortalecer vínculos familiares e comunitários					
Contribuição com a identificação de riscos de vulnerabilidades das famílias atingidas para informação sistemática ao Poder Público	0%	25%	50%	75%	100%
Avaliação do contexto familiar da população em deslocamento físico para definição do escopo de atuação entre Renova e Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	0%	25%	50%	75%	100%
Acompanhamento das famílias com deslocamento físico até dois anos pós-reassentamento, de acordo com as atribuições definidas em conjunto com o Poder Público municipal	0%	25%	50%	75%	100%
Integração com a Casa do Jardim, para oferta de atividades culturais, oficinas para fortalecimento de vínculos comunitários e incentivo à geração de renda	0%	25%	50%	75%	100%
Integração com as atividades de protagonismo juvenil com vistas a criar um movimento ativo de jovens nos diferentes municípios para protagonizar projetos de transformação em suas localidades.	0%	25%	50%	75%	100%
Integração com a Casa dos Saberes para atendimento aos impactados com deslocamento físico	0%	25%	50%	75%	100%
Apoio ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV/CRAS e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS	0%	25%	50%	75%	100%
Implantação de fluxos e protocolos para encaminhamento das famílias impactadas em situação de vulnerabilidade ao Poder Público e aos programas internos da Fundação Renova	0%	25%	50%	75%	100%

1) Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando público vulnerável, para participação no mundo do trabalho:

- *Elaboração de critérios para priorizar os pagamentos das indenizações e auxílios financeiros – 0%*

Estas ações não estão claras, nem sendo executadas no âmbito do PG002 e/ou PG021 com especial foco a grupos sociais em estado de vulnerabilidade. Como exemplo, políticas indenizatórias para trabalhadores da cadeia produtiva da pesca e para lavadeiras ainda não se encontram definidas. As políticas e fluxos dos procedimentos indenizatórios e de auxílio financeiro permanecem as mesmas.

- *Acompanhamento do pagamento de auxílio financeiro e de indenizações – 0%*

Não há um acompanhamento sistemático e com metodologia definida pela Fundação Renova de famílias em situação de pobreza que estejam recebendo valores financeiros indenizatórios tão pouco do auxílio financeiro emergencial.

- *Realização de ações de educação financeira, junto à população impactada vulnerável – 25%*

De novembro/2018 a fevereiro/2019, foram realizadas oficinas em Baixo Guandu/ES (projeto finalizado), Marilândia/ES (1 encontro), Colatina/ES (3 encontros, sendo 1 com baixa adesão). Entretanto, por exemplo em Baixo Guandu, de 105 participantes, apenas 37 estão no Cadastro da Fundação Renova, sendo que o município possui 1.423 famílias de baixa renda atingidas. Em 04/02/2019, o SESI (que realiza as oficinas) e a Fundação Renova fizeram reunião para rever o projeto e cronograma de execução, devido à baixa adesão aos encontros. O projeto prevê oficinas para o Espírito Santo em Baixo Guandu, Colatina, Aracruz, Linhares, São Mateus, Marilândia e Serra. As oficinas para MG estão em planejamento e serão executadas pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AFE).⁶⁰

- *Acompanhamento do acesso das famílias impactadas vulneráveis aos cursos de capacitação – 0%*
- *Acompanhamento da oferta de educação profissional e de atividades voltadas à geração de renda para a população impactada vulnerável – 0%*
- *Acompanhamento de ações de fomento à economia local, incentivo ao empreendedorismo individual – 0%*

Ações com interface com os programas de Economia da Fundação Renova. O PG005 ainda não realiza esta interface de forma sistemática. A Fundação Renova está aguardando aprovação do escopo do PG005 para desenvolver ações.

2) Reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelo Poder Público

- *Elaboração dos Mapas de Vulnerabilidade, com objetivo de identificar as famílias impactadas vulneráveis em cada município e o aspecto dos agravos da vulnerabilidade instalado neste grupo de famílias – 75%*

Foram realizados Mapas de Vulnerabilidade dos municípios atingidos. Entretanto, os mapas foram feitos em 2017 e com base no Cadastro, que tem se atualizado constantemente, além de problemas identificados durante a 32ª reunião ordinária da CT-OS, de que o cadastro não tem atendido de forma satisfatória o levantamento de informações necessárias para o planejamento de vulnerabilidade social.⁶¹

- *Elaboração de Matriz de Ações Integradas para a reparação – 100%*

Foram realizadas as Matrizes para os municípios, conforme documento enviado pela Fundação Renova à Ramboll em 11/10/2018: Status Planos de Reparação em Proteção Social e o Relatório Mensal de Atividades Fundação Renova – novembro/2017.

- *Elaboração de Planos Municipais de Reparação e os Planos Estaduais de Acompanhamento em Proteção Social – 75%*
- *Validação/revisão dos Planos Municipais de Reparação e Planos Estaduais de Acompanhamento em Proteção Social – 75%*

Os Planos Municipais foram elaborados para 39 municípios atingidos. Entretanto, o PG005 abrange 45 municípios. Os Planos Estaduais estão em negociação entre Fundação Renova e as Secretarias Estaduais de Assistência Social de MG e ES.⁶²

- *Apoio à implementação e monitoramento dos Planos Municipais e Estaduais de Reparação em Proteção Social – 0%*

Os planos ainda não foram implantados. A previsão era para serem implantados a partir de janeiro/2019, mas o prazo foi reprogramado para abril/2019.⁶³

- *Suplementação de recursos humanos para Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – 25%*

Até o momento, foram cedidos profissionais para Mariana (20, sendo 11 assistentes sociais e 9 psicólogos) e Barra Longa (2, sendo 1 assistente social e 1 psicólogo). A contratação dos demais técnicos depende da definição sobre a forma de contratação, em discussão na CT-OS.⁶⁴

- *Fornecimento de veículos para suporte às atividades do Serviço de Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – 25%*

Esta ação está prevista nos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social, que ainda não foram implantados. Entretanto, em caráter emergencial, foi cedido um carro pela Fundação Renova à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana. Em visita de campo da Ramboll ao município de Sem Peixe, foi

⁶⁰ Documentos enviado pela Fundação Renova para a Ramboll: GOV 1685 – Status de realização das Oficinas de Orientação Financeira; GOV 1686 – Orçamento do projeto de Orientação Financeira; GOV 1942 – Projeto papo de Valor – cronograma atualizado; Mapa de Vulnerabilidade de Baixo Guandu feito pela Fundação Renova; Relatório de Monitoramento Mensal da Fundação Renova para 32ª CT-OS – fevereiro/2019

⁶¹ Mapas de Vulnerabilidade desenvolvidos pela Fundação Renova e enviados à Ramboll em 14/05/2018; Memória 32ª CT-OS.

⁶² Documentos enviados pela Fundação Renova à Ramboll em 06/08/2018 e 11/10/2018 – Status dos Planos de Reparação em Proteção Social

⁶³ Documento enviado pela Fundação Renova à Ramboll em 11/10/2018 – Status dos Planos de Reparação em proteção Social; Relatório Executivo Mensal de Socioeconomia da Fundação Renova – janeiro/2019

⁶⁴ Relatório Executivo Mensal de Socioeconomia da Fundação Renova – janeiro/2019

informado pela Secretaria Municipal de Assistência Social sobre a necessidade de veículo para busca ativa e atendimentos das famílias atingidas, e que o mesmo está previsto no Plano Municipal de Reparação em Proteção Social do município, aguardando implantação.⁶⁵

- *Apoio logístico para a realização das oficinas do SCFV e PAIF – 25%*

Esta ação está prevista nos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social, que ainda não foram implantados. Entretanto, a Fundação Renova apoia o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos Recriavida, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana. Esta ação em Mariana decorre da Ação Civil Pública instaurada pelo município, sendo que a Fundação Renova não compareceu para sua assinatura, e os pontos pleiteados pela Prefeitura estão em negociação junto à Renova.

- *Apoio à Supervisão Técnica a ser realizada pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo – 0%*

Esta ação está prevista nos Planos Municipais e Estaduais de Reparação em Proteção Social, que ainda não foram implantados.

- *Execução de capacitação para os operadores em Proteção Social – 25%*

Foi realizada uma edição de capacitação para os municípios de Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Linhares e Marilândia, em 2018, Mariana e Barra Longa, em 2017. A segunda edição está sendo planejada e será realizada neste 1º semestre de 2019. As ações em Mariana devem ocorrer em março/2019.⁶⁶

- *Realização de Oficinas de Educação financeira para técnicos do CRAS e professores de escolas públicas – 0%*

Esta ação ainda não foi realizada e não consta do planejamento do PG005, até o momento.

- *Apoio para a definição de protocolos de atendimento às famílias vulneráveis impactadas – 25%*

A falta de articulação entre a Fundação Renova e as Secretarias Municipais de Assistência Social pode ser expressada pelo desconhecimento das secretarias sobre as listas de atingidos atualizadas. O acesso concedido pela Fundação Renova às secretarias não se mostra efetivo, com os profissionais não conseguindo acessar o sistema. De novembro/2018 a fevereiro/2019, estes relatos foram colhidos nas Secretarias Municipais de Assistência Social de Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Sem Peixe.⁶⁷

As exceções ficam por conta da relação entre a Fundação Renova e as Secretarias Municipais de Assistência Social de Linhares e Sooretama, que ocorre devido ao atendimento dos atingidos da Lagoa Juparanã, mas ainda de modo não sistematizado ou formal; e a Prefeitura de Mariana, que é a que possui maior articulação com a Fundação Renova, muito em parte devido à atitude pró-ativa do Secretário e Assessora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

3) Promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

- *Contribuição com a identificação de riscos de vulnerabilidades das famílias atingidas para informação sistemática ao Poder Público – 25%*

Idem item “Apoio para a definição de protocolos de atendimento às famílias vulneráveis impactadas”.

- *Avaliação do contexto familiar da população em deslocamento físico para definição do escopo de atuação entre Renova e Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – 75%*

Para desenvolver a proposta do novo escopo do PG005, a Fundação Renova fez análise dos índices dos CRAS, CREAS e SUAS de todos os municípios abrangidos pelo PG005. Entretanto, a troca de informação entre a equipe da Fundação Renova e CRAS e CREAS dos municípios atingidos ainda não é realizada de modo sistemático.

- *Acompanhamento das famílias com deslocamento físico até dois anos pós-reassentamento, de acordo com as atribuições definidas em conjunto com o Poder Público municipal – 25%*

Abrange os municípios de Mariana, Barra Longa, Linhares e Sooretama.

Em Sooretama e Linhares, a Fundação Renova tem trabalhado junto às Secretarias de Assistência Social no atendimento aos atingidos, por meio de uma comissão intersetorial.

Em Mariana e Barra Longa, esta ação depende da implantação dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social, que devem ocorrer ao longo deste 1º semestre.

⁶⁵ Relatório Executivo Mensal de Socioeconomia da Fundação Renova – janeiro/2019; Relatório Mensal de Atividades Fundação Renova – novembro/2017; Memória de visita de campo da Ramboll a Sem Peixe, em fevereiro/2019

⁶⁶ Documento enviado pela Fundação Renova à Ramboll em 24/08/2018 – Oficinas de Capacitação para os Operadores da Proteção Social; Relatório Mensal de Atividades Fundação Renova – novembro/2017

⁶⁷ Memórias de visitas de campo a Barra Longa e Mariana (janeiro/2019), Linhares e Sooretama (agosto/2018), Sem Peixe e Santa Cruz do Escalvado (fevereiro/2019); Relatório Anual de Atividades Fundação Renova – ano 2018 – janeiro/2019; Relatório Executivo Mensal de Socioeconomia da Fundação Renova – janeiro/2019

- *Integração com a Casa do Jardim, para oferta de atividades culturais, oficinas para fortalecimento de vínculos comunitários e incentivo à geração de renda – 0%*

Abrange os municípios de Mariana e Barra Longa.

Foi realizada ação cultural na Casa do Jardim em 01/12/2018 para a comunidade de Mariana, mas esta ação não possui ligação direta com o PG005.⁶⁸

- *Integração com as atividades de protagonismo juvenil com vistas a criar um movimento ativo de jovens nos diferentes municípios para protagonizar projetos de transformação em suas localidades – 0%*

Foram realizadas ações de protagonismo juvenil como a *Plant for the Planet*, em Mariana, para 200 jovens, mas as ações não são integradas ao PG005.⁶⁹

- *Integração com a Casa dos Saberes para atendimento aos impactados com deslocamento físico – 0%*

Abrange o município de Mariana (populações de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo). Não há informação sobre esta ação nos documentos. Foram solicitadas informações à Fundação Renova sobre esta ação, mas a Ramboll não obteve retorno até o momento.

- *Apoio ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV/CRAS e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS – 25%*

Até o momento, a Fundação Renova apoia apenas o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos Recriavida, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana. Para os demais municípios atingidos, esta ação ocorrerá, se estiver prevista no respectivo Plano Municipal de Reparação em Proteção Social, após o início da implantação dos mesmos.

- *Implantação de fluxos e protocolos para encaminhamento das famílias impactadas em situação de vulnerabilidade ao Poder Público e aos programas internos da Fundação Renova – 25%*

As ações de interface do PG005 estão sendo remapeadas e rediscutidas com o apoio da consultoria Alvarez & Marsal. A reestruturação do escopo do PG005, em discussão, também inclui as ações conjuntas.

Observações

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁷⁰ uma previsão orçamentária de R\$ 20.539.715,00 para o ano de 2019 para o PG005, sendo o recurso de natureza reparatória e o valor totalmente voltado à execução do programa, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2.5-01

	R\$
Apoio políticas públicas	
Projeto para grupo em grau vulnerabilidade	1.050.286
Apoio política pública	267.375
Consultoria acompanhamento planos	752.986
Capacitação profissionais (municipais)	148.000
Planos Estaduais – Proteção Social	6.066.667
Plano Barra Longa – Proteção Social	833.333
Plano Mariana – Proteção Social	3.333.333
Planos demais municípios – Proteção Social	7.316.667
Equipe acompanhamento planos	600.000
Materiais serviços socioassistenciais	28.800
Trabalho Social famílias com deslocamento	
Consultoria trabalho social famílias	142.269

Considerando a importância deste programa e o atraso na sua definição e implementação, três questões se apresentam como muito relevantes: **(i)** Modelo de contratação de recursos humanos e financiamento dos planos estaduais e municipais a ser definido; **(ii)** Oficinas de Orientação Financeira vinculadas ao AFE atrasadas e questionadas metodologicamente; **(iii)** Modelo conceitual do PG005 com problemas nos critérios para o financiamento dos Planos Municipais e Estaduais (ex. não financiar municípios com menos de 50 famílias cadastradas, pois, com as alterações no Cadastro, os números tendem a mudar).

⁶⁸ Notícia website Fundação Renova, "Jardim em Serenata leva artesanatos locais e música à Casa do Jardim, em Mariana (MG)", de 05/12/2018, acessada em 30/01/2019

⁶⁹ Notícias website Fundação Renova, acessadas em 30/01/2019: "Mariana receberá nova casa do Plant for the Planet", de 13/03/2018; "Plantando pelo planeta: mobilização de jovens e crianças para o plantio de mudas", de 30/11/2017

⁷⁰ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

Outro ponto de destaque é o cronograma, sendo necessário dar maior agilidade aos processos (segundo o apresentado pela Fundação Renova, levará cerca de 6 meses para implantação dos Planos Municipais, sendo que a data de implantação tem sofrido constantes adiamentos, sendo abril/2019 a última data informada). Enquanto os planos não são implantados, as Secretarias Municipais de Assistência Social ficam sem recursos (equipe, veículos e equipamentos) para realizar o atendimento aos atingidos. Pode-se destacar, por exemplo, o caso do município de Sem Peixe, no qual, em visita de campo da Ramboll, foi informado pela Secretaria Municipal de Assistência Social sobre a necessidade de veículo para busca ativa e atendimentos das famílias atingidas.

Outra dificuldade é o fato de, até o momento, diversos municípios ainda não terem acesso às listas de atingidos. O acesso ao sistema do Cadastro Integrado concedido pela Fundação Renova às secretarias não se mostra efetivo, com os profissionais não conseguindo acessar o sistema. De novembro/2018 a fevereiro/2019, estes relatos foram colhidos nas Secretarias Municipais de Assistência Social de Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Sem Peixe.

A não implantação dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social e o desconhecimento por parte das Secretarias Municipais de Assistência Social da lista de atingidos nos municípios contribuem para que as 14.247 famílias identificadas com maior risco de vulnerabilidade, segundo análise da Fundação Renova do Cadastro Integrado até 25/01/2019, continuem sem receber acompanhamento social sistemático.

No âmbito da CT-OS, os seguintes pontos são levantados com relação ao escopo deste programa:

- Critérios exclusivo para definição de município (menor que 50 mil habitantes);
- Entendimento de resiliência do atingidos (dúvidas em relação ao parâmetro utilizado);
- Não foi abrangido o passivo de manifestações a serem consideradas;
- O apoio previsto de 2 anos pela Fundação Renova será suficiente à luz dos Planos Municipais e Estaduais? Além disso, a Fundação Renova informa que o prazo "é de até 2 anos", ou seja, que pode terminar antes, desconsiderando os prazos do TACC e dos governos. Fato este agravado pela constatação de que o PG005 ainda não foi efetivamente iniciado;
- Modelo de governança para o acompanhamento e o monitoramento proposto pela Fundação Renova não é o único, havendo outras possibilidades;
- O critério de vulnerabilidade não pode considerar a renda (abaixo de meio salário mínimo) e a presença de idosos, crianças e deficientes;
- Igualmente para o critério de renda, deve ser considerado o atual, e não no momento do desastre;
- Foi acordado que, para os itens consensuados, a Fundação Renova deveria iniciá-los de imediato. Neste âmbito, não se tem notícias do andamento dos trabalhos (Projeto de Enfrentamento à Pobreza e status dos Planos Municipais);
- Segundo deliberação nº 192, deve-se considerar os atingidos diretos e indiretos;
- O município de Fundão não está previsto nos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social, pelo critério de possuir menos de 50 famílias vulneráveis segundo o Cadastro, porém é considerado como impactado no TTAC.

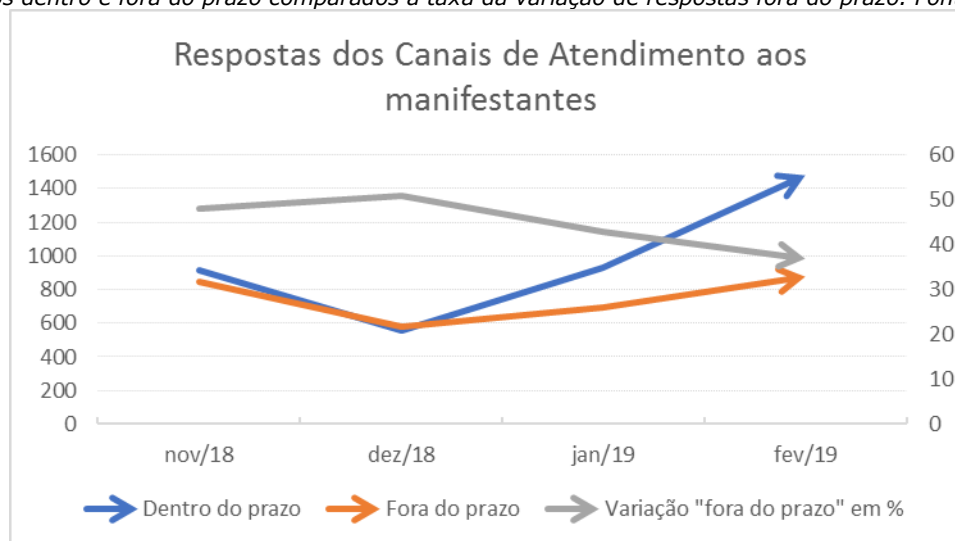
Esses aspectos sinalizam a dificuldade no processo de definição de ações para a Proteção Social.

2.6 PG006 - Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

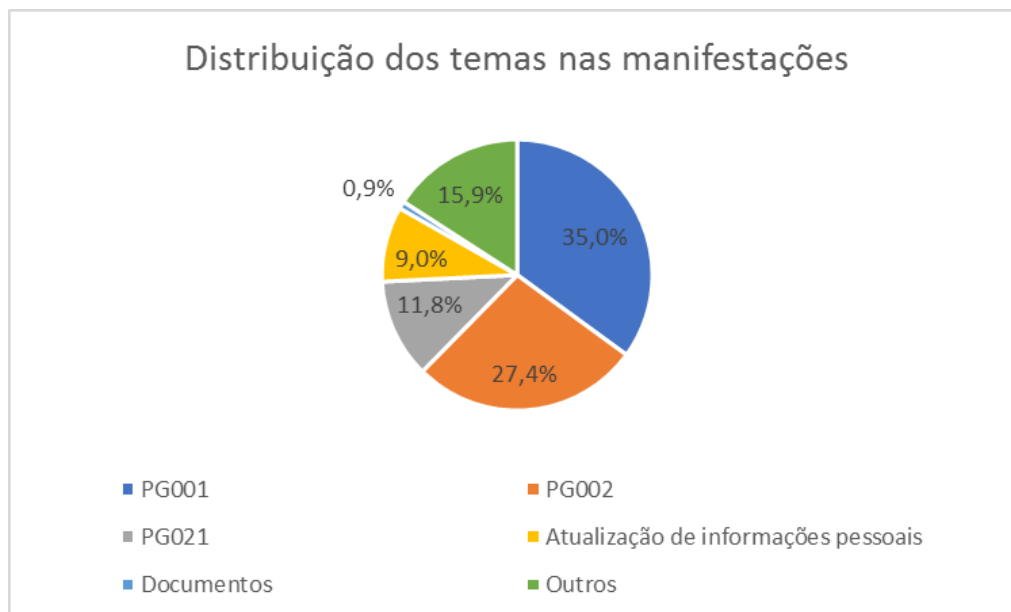
- Em fevereiro/2019, o número absoluto de manifestações nos Canais de Relacionamento permaneceu quase estável em relação a janeiro/2019 (variou de 9.649 em janeiro/2019 para 9.544 em fevereiro/2019), sustentando-se o patamar de crescimento, pois na relação dezembro/2018 – janeiro/2019 este número havia subido de 8.010 para 9.649 manifestações. O SGS/Fundação Renova registrou, no período monitorado, **uma redução de 8,5% em relação à taxa média de atendimento fora do prazo das manifestações**, pelos canais de relacionamento, **de 48% (novembro/2018) caiu em fevereiro para 37% do total de manifestações dos potencialmente atingidos** que não receberam resposta aos seus pleitos dentro do prazo de 7 dias.

Gráfico 2.6-1: Evolução das respostas dos Canais de Relacionamento aos potencialmente atingidos nos territórios municipais prioritários dentro e fora do prazo comparados a taxa da variação de respostas fora do prazo. Fonte: SGS/FR.



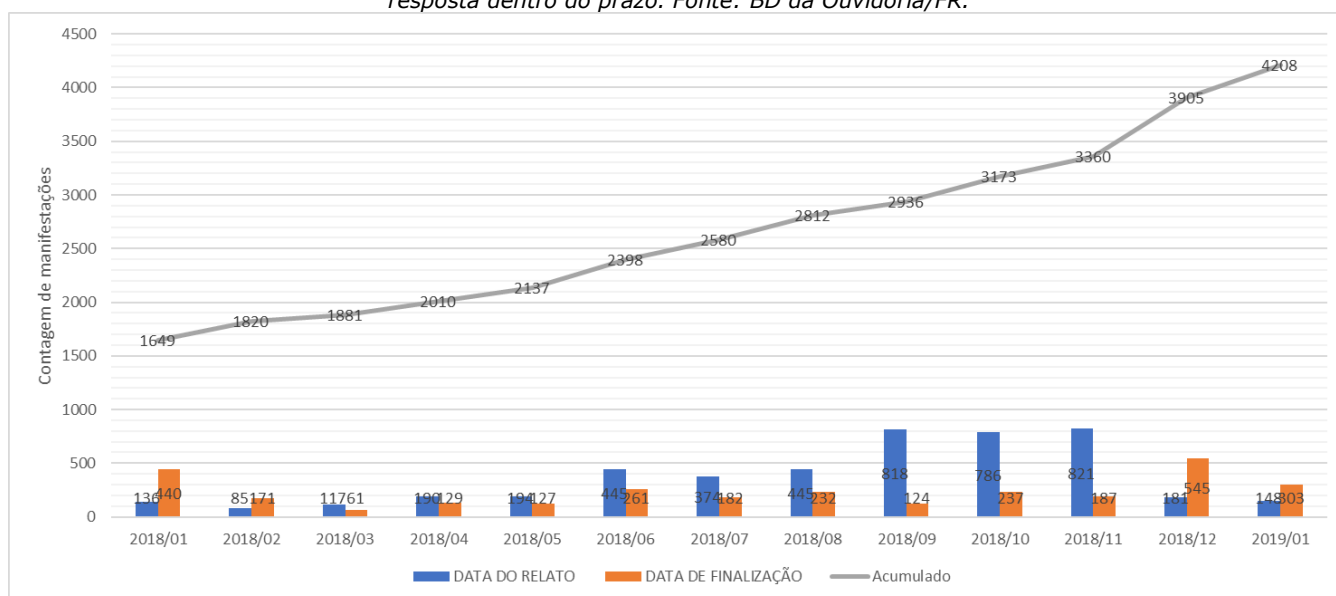
- Dentre os 30 temas mais manifestados nos Canais de Relacionamento, há concentração nos programas de reconhecimento da condição e dos direitos básicos dos atingidos (**PG001**), como **"atualização de informações pessoais e documentação"**, atingindo **45% de um total de 38.589 manifestações registradas** no SGS de 01/11/2018 a 28/02/2019. Os PG002 e 021 completam o topo da lista de temas manifestados com 27,4% e 11,8% do total de manifestações neste período, respectivamente. Somados estes três programas e os temas adjacentes, como atualização e documentação, somam-se 84,1% de todas as manifestações, deixando evidente por onde se iniciam os principais problemas da população com as obrigações da Fundação Renova perante seus direitos.

Gráfico 2.6-2: Distribuição dos temas das manifestações entre as "top trinta" registradas no SGS. Fonte: SGS/Renova - extrato 01/11/2018 a 28/02/2019.



- No pilar da **Ouvidoria**, ficou estagnado o indicador de qualidade de atendimento em janeiro/2019, pois **apenas 49% dos protocolos abertos foram finalizados dentro do prazo de 20 dias**. O passivo de manifestações de respostas em aberto ou fora do prazo seguiu o ritmo de crescimento desde janeiro/2018 a janeiro/2019. **São mais de 4,2 mil denúncias que aguardam finalização por parte da Fundação Renova**, indicando a falta de capacidade de resposta às questões chave das comunidades, uma vez que 87% são segregadas desta origem. Considerando que as/os manifestantes comunitários já tiveram de fazer uma manifestação ao menos nos Canais de Relacionamento e se trata ao menos de uma reincidência, estima-se dizer que a Fundação Renova não tem conseguido cumprir suas metas nos principais programas demandados/denunciados na Ouvidoria, quais sejam: PG001, 002, 005, 014 e 021.

Gráfico 2.6-3: Evolução do número de entrada dos relatos na Ouvidoria, suas finalizações por mês e acumulo do passivo sem resposta dentro do prazo. Fonte: BD da Ouvidoria/FR.



Na comunicação externa, houve pequena evolução até fevereiro/2019. Mais 4 novos instrumentos de comunicação externa estão sendo implantados desde junho/2018: "Boletim Jornada", "Jornal Mural", "Caminhos da Reparação", "Revista Dois Pontos" e inauguraram alguns elementos para dar mais transparência à reparação e à publicação de contrapontos na visão sobre a mesma. Em interface ao PG036, no site foram publicadas 29 notícias e 25 vídeos no período monitorado.

Não foram apresentadas evidências que atestassem evolução dos 70% dos colaboradores que se utilizam o Conecta – aplicativo de comunicação interna baseado nas funcionalidades de uma rede social.

Dos 6 Planos Territoriais Integrados - PTI's, foi dado início, no final de 2018, com "reuniões integrativas", a implantação no território 3 "Calha do Rio Doce" (um conjunto de 20 municípios localizados à jusante da Usina Hidroelétrica Risoleta Neves e a Região do Vale do Aço) com a participação das comunidades atingidas, onde foram mapeados os "principais focos da reparação", aos quais os programas deveriam ser ajustados. **Os Planos Territoriais Integrados ficaram estagnados nos dois primeiros meses do ano de 2019.** Os relatos enviados pela Fundação Renova dão conta de que as ações ocorreram apenas no segundo semestre de 2018.

Observações

- Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social que foi parcialmente aprovada pela Deliberação CIF Nº 228 de 29/11/2018, a ser reformulada conforme Nota Técnica nº 09/2018/CTCPDCS/CIF (9/11/18) no prazo de 10 dias, descumprido pela Fundação Renova.

- Os dados gerados pela Ouvidoria e pelos canais de relacionamento, longe do que prometem os objetivos deste programa, não estão sendo formalmente utilizados para o processo de melhorias constantes dos demais programas em curso.

- Os dados de evidência de participação, diálogo e controle social são um acumulado quantitativo de reuniões que nada levam a comprovar que as comunidades atingidas têm alguma oportunidade de co-decidir, questionar, avaliar e monitorar as atividades de reparação em curso no território, fugindo do conceito clássico da ciência política sobre controle social, dispostos em todos manuais científicos da área.

- Houve protestos no território 1 em Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa e Baixo Guandu no Território 6, que devem ter impactado o cronograma de atividades de comunicação com os territórios.

- Com relação à proposta de orçamento apresentada pela Fundação Renova para 2019, observa-se que os custos relativos à contratação das Assessorias Técnicas aos atingidos constam como despesa integrante deste programa (rubricas 5400001009 0010, 5400001009 0020, 5400001009 0030 e 5100008943 0010), em desatendimento à Nota Técnica nº 09/2018/CTCPDCS/CIF (9/11/18) que recomenda "Excluir do Programa os custos adicionais envolvidos na contratação das Assessorias Técnicas aos atingidos. Essas contratações estão sob a égide do Ministério Público e não fazem parte do acompanhamento desta Câmara Técnica".

2.7 PG007 – Programa de Assistência aos Animais

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- No âmbito do escopo do programa, a fase atual encontra-se na execução do processo de assistência aos animais.
- Até o momento, 141 animais foram adotados por meio de 9 eventos e de ações de divulgação interna entre colaboradores e comunidade. Foram realizadas 11 visitas de acompanhamento pós-adoção, todos com avaliação positiva.
- A Fundação Renova iniciou a aplicação do indicador (conformidade em bem-estar animal para animais de companhia – cães e gatos).
- 295 animais encontram-se sob guarda temporária da Fundação Renova e houve 53 registros de atendimentos externos para animais em propriedades de origem ou em moradia temporária;
- Durante as vistorias, foi relatado pelos produtores que a assistência pelo veterinário e zootecnista está sendo realizada, sendo mencionado a inseminação artificial nas vacas visando ao aumento da qualidade do rebanho e a vacinação.
- Em visita nas áreas dos CATAs, foi verificado que os animais encontram-se sob o atendimento por veterinários. Os espaços possuem estrutura para atendimento dos animais, farmácia e espaço para armazenamento de ração/ feno.
- O centro de animais de pequeno porte está passando por reformas, que visam à adequação de parâmetros associados aos bem-estar animal, entre eles o espaço do canil. Estes parâmetros estão relacionados aos indicadores de um protocolo de perícia de bem-estar animal da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Atualmente, de 4 indicadores, apenas os indicadores nutricional e de saúde estão adequados, enquanto os de conforto e comportamento estão abaixo e serão monitorados antes e após as obras. A previsão de conclusão da obra do CATA era fevereiro/2019.
- Com relação aos atendimentos externos, foi informado pela Fundação Renova que foram realizados 1276 registros de prontuários médicos individuais de atendimento veterinário para animais de interesse zootécnico; 112 registros de prontuários médicos individuais de atendimento veterinário para animais de companhia (cães e gatos). As fichas de prontuários foram digitalizadas e enviadas à Ramboll. Para os animais de grande porte, as entrevistas do PG017 – Retomada das atividades agropecuárias, indicam 100% de atendimento às demandas solicitadas à assistência veterinária.
- O orçamento provisionado para o programa para o ano de 2019 é de R\$ 3,7 milhões. A falta de informações do programa em relatórios não permite uma avaliação de adequação dos recursos provisionados.
- No âmbito governamental, o monitoramento será feito pela Secretaria Estadual de Agricultura de Minas Gerais, devendo haver uma reunião em Belo Horizonte com representante do MAPA e dos municípios de Mariana e Barra Longa, para alinhar os protocolos de monitoramento e o cronograma de condução do monitoramento (incluindo visitas a campo previsto para ocorrer o primeiro em março/2019).
- A EY protocolou no CIF o procedimento de auditoria para esse programa no dia 22/11/2018, baseado na aprovação do escopo da CT-OS/CIF. Há previsão de entrega de relatório para abril/2019.

Ações do programa e cumprimento:

- Ações emergenciais de resgate, guarda e destinação – Em atendimento
 - Processo de Assistência aos Animais: - Em atendimento
1. Resgate dos animais impactados pelo EVENTO;
 2. Encaminhamento para os CRAs (Centros de Recolhimento Animal) implementados pela FUNDAÇÃO;
 3. Prover alimentação aos animais que porventura permanecerem nas suas propriedades de origem;
 4. Prover assistência médica veterinária a todos os animais resgatados e impactados diretamente;
 5. Cadastro de todos os animais acolhidos nos CRAs;
 6. Promover evento de adoção para animais que não forem retirados pelos seus tutores; e
 7. Destinar os animais não adotados para um Santuário, conforme solicitação do TCP (Termo de Compromisso Preliminar) firmado entre MPMG e a SAMARCO. (ação a ser realizada após a entrega dos animais aos seus tutores).

- Projeto de esterilização de animais – Retirado do escopo do Projeto de Castração de Animais, conforme Ofício nº 342/2017/GABIN-IBAMA.
- Processo de reassentamento e restituição final: dependente do reassentamento das famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Não iniciado.

Observações

Importante destacar que, atualmente, os proprietários dos animais fazem visitas apenas às quartas-feiras entre 9h30 e 12h30. Este distanciamento tem levado a um enfraquecimento dos laços entre os animais e seus tutores. Entende-se que a orientação da CT-OS na nota técnica 027/2018: *“Estimular visitas dos proprietários dos animais abrigados em períodos mais curtos;”* permite dupla interpretação. Entretanto, a orientação do Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento - MAPA: *“Estimular visitas com períodos mais curtos pelos proprietários dos animais abrigados, pois devido à demora na devolução dos mesmos, as pessoas se afastam dos animais, estes envelhecem e com o distanciamento perdem o vínculo, e assim aumentam os abandonos. Importante manter as visitas como estímulo a uma integração da comunidade e com os seus respectivos animais. As visitas proporcionam maior vínculo afetivo e aumentam o relacionamento com a comunidade local;”* fica claro que o objetivo da orientação foi distorcido pela Nota técnica, que deveria definir: *“Estimular visitas dos proprietários dos animais abrigados com maior frequência”*.

Nesse contexto, o processo de construção e definição de elementos sociais e econômicos, não previstos no escopo original deste programa, representa grande desafio para promover, ao longo do tempo, a reaproximação e fortalecimento dos vínculos afetivos entre tutores e animais.

2.8 PG008 – Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

➤ PANORAMA GERAL DO REASSENTAMENTO:

Segundo a assessoria técnica Cáritas, há **970 núcleos familiares atingidos** no cadastro no município de Mariana e **397 no município de Barra Longa**, segundo Sistema de Gestão de Stakeholders da Fundação Renova. Dos 970 núcleos familiares em Mariana, 48% (468) estão envolvidos em processos de reassentamento. Já em Barra Longa, dos 397 núcleos familiares, somente 11% são amparados pelo reassentamento.

De acordo com o documento “Apresentação Executiva de Programas” referente ao reassentamento (PG008), emitido pela Fundação Renova em 03/01/2019, **512 núcleos familiares serão atendidos pelo Programa de Reassentamento, 468 atendimentos em Mariana e 43 em Barra longa**, conforme as seguintes modalidades atendimento ao reassentamento:

As modalidades de atendimento englobam três possibilidades:

- reassentamento coletivo: reassentamento nos novos núcleos a serem implementados pela Fundação Renova;
- reassentamento familiar: compra de uma unidade habitacional no mercado da cidade escolhida pelo atingido;
- reconstrução: reconstrução da unidade habitacional no mesmo lote original;

Caso a família atingida não concorde com nenhuma das alternativas acima, haverá a possibilidade de recebimento de pagamento em dinheiro (pecúnia).

As Tabelas a seguir indicam o universo de atendimento para o reassentamento (origem) e as modalidades de atendimentos ao reassentamento pretendidas nos municípios de Mariana, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado.

Tabela 2.8-1: Universo de atendimento para o reassentamento (origem)

UNIVERSO DE ATENDIMENTO PARA REASSENTAMENTO - ORIGEM			TOTAL
MARIANA	BENTO RODRIGUES	273	468
	PARACATU DE BAIXO	132	
	COMUNIDADES RURAIS	63	
BARRA LONGA	BARRA LONGA - SEDE	3	43
	GESTEIRA	37	
	COMUNIDADES RURAIS	3	
SANTA CRUZ DO ESCALVADO		1	1
TOTAL		512	512

Fonte: Fundação Renova. Relatório Executivo do Programa PG008. 31/01/2019

Tabela 2.8-2: Modalidades de atendimentos ao reassentamento pretendidas

	MODALIDADE DE ATENDIMENTO AO REASSENTAMENTO - PRETENDIDA							
	MARIANA			BARRA LONGA			STA CRUZ DO ESCALVADO	TOTAL
	BENTO RODRIGUES	PARACATU DE BAIXO	COMUNID. RURAIS	GESTEIRA	COMUNID. RURAIS	SEDE		
COLETIVO	255	119	3	33				410
FAMILIAR	17	12	40	4		3	1	77
RECONSTRUÇÃO			11		3			14
PECÚNIA	1	1	9					11
TOTAL	273	132	63	37	3	3	1	512
TOTAL POR MUNICÍPIO	468			43			1	512

Fonte: Fundação Renova. Relatório Executivo do Programa PG008. 31/01/2019

➤ RETRATO DA SITUAÇÃO DOS REASSENTAMENTOS COLETIVOS:

A opção por reassentamento coletivo, ou seja, novos núcleos, envolve um universo de 410 famílias. Aproximadamente 80% das famílias a serem reassentadas optaram pelo reassentamento coletivo.

Quadro 2.8-1 – Síntese da situação dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

		REASSENTAMENTO COLETIVO		
		Bento Rodrigues	Paracatu de Baixo	Gesteira
Nº de famílias que optaram pelo reassentamento coletivo ¹		255	122 ²	33
Nº de lotes previstos no projeto aprovado		240	98	Projeto não elaborado
Data de emissão do licenciamento	Ambiental	05/07/2018	Não emitido	Não emitido
	Urbanístico	01/08/2018	Não emitido	Não emitido
Data de início das obras		03/08/2018	24/11/2018 ³	Não iniciada
Data prevista para a finalização do reassentamento		Agosto/2020	Sem previsão	Sem previsão
Recursos financeiros planejados na Definição do Programa (dezembro/2017)		R\$ 167,95 MM	R\$ 117,63 MM	R\$ 9,62 MM
Recursos financeiros reservados		R\$ 411,6 MM		
Recursos financeiros gastos (real acumulado)		R\$ 61,82 MM	R\$ 28,18 MM	R\$ 1,55 MM
Avanço físico da obra (acumulado realizado)		12,82% ⁴		

¹ Números atualizados mensalmente, conforme opção de atendimento escolhida pela família. Fonte: Fundação Renova, Relatório Executivo do Programa PG008. 31/01/2019.

² Das 122 famílias que optaram pelo reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo, 3 delas são de comunidades rurais.

³ Data de início da construção do canteiro de obras.

⁴ Avanço físico de Bento Rodrigues retrata apenas a fase de execução (construção) da obra.

➤ MORADIAS TEMPORÁRIAS:

Nenhuma família foi reassentada até o presente momento. Os dados apresentados no documento “Apresentação Executiva de Programas” referente ao reassentamento (PG008), emitido pela Fundação Renova em 31/01/2019, apontam que **414 moradias temporárias foram disponibilizadas às famílias atingidas**. A tabela a seguir mostra um comparativo do número de moradias disponibilizadas tanto no mês de janeiro/2019 quanto no mês de setembro/2018, quando neste mês foram compiladas as informações sobre as vistorias de 231 imóveis alugados para moradias temporárias, realizadas nos meses de abril e maio/2018. **Os números apontam que 56% do total de imóveis alugados visitados naquele período apresentam algum tipo de inadequação**, dentre os quais 52% estão localizados em Mariana e 73% em Barra Longa.

Tabela 2.8-3 – Moradias temporárias disponíveis e síntese dos resultados das vistorias em campo.

		28/09/2018 ¹			31/01/2019 ³		
		MARIANA	BARRA LONGA	TOTAL	MARIANA	BARRA LONGA	TOTAL
MORADIAS TEMPORÁRIAS	IMÓVEIS ALUGADOS	258	49	307	243	86	329
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	58	2	60	64	19	83
	HOTEL	2		2	2		2
	TOTAL DE ATENDIMENTOS	318	51	369	309	105	414
IMÓVEIS ALUGADOS VISITADOS ²	INADEQUAÇÕES	ÁREAS DE RISCO (PMRRM ⁴ E CPRM)	32	7	39		
		LEI 6.766/79	8	12	20		
		PROBLEMAS DE HABITABILIDADE	56	16	72		
		TOTAL	96	35	131		
	N/A ⁵		2	7	9		
	VISUALMENTE SEM PROBLEMAS		86	6	92		
	TOTAL DE IMÓVEIS ALUGADOS VISITADOS		184	48	232		
	% DE INADEQUAÇÃO DOS IMÓVEIS ALUGADOS		52%	73%	56%		

¹ Banco de Dados das moradias temporárias de Mariana e Barra Longa – ação nº 6” da Fundação Renova, fornecido em 28/09/2018 pela CT-Infra.

² Vistoria realizada nos municípios de Mariana e Barra Longa (não inclui Acaiaca), nos meses de abril e maio de 2018.

³ Apresentação Executiva de Programas - PG008, emitido em 31/01/2019 pela Fundação Renova.

⁴ PMRRM - Plano Municipal de Redução de Riscos de Mariana/MG; CPRM - Serviço Geológico do Brasil.

⁵ N/A - Edificações cujos endereços não foram encontrados, ou não se tratam de moradias temporárias ou não possuem moradores.

Por outro lado, verifica-se que as moradias “temporárias” que foram disponibilizadas perderam esta qualificação, já que estão abrigando a população atingida pelos últimos 39 meses. Se considerarmos que ainda resta um período de, no mínimo, 15 meses para o início da solução do reassentamento, no caso de Bento Rodrigues (obra prevista para ser finalizada em agosto/2020), estas famílias permanecerão nas moradias temporárias, por um período de, no mínimo, 5 anos.

As imagens abaixo, mostram a situação de algumas moradias temporárias, tanto em Mariana quanto em Barra Longa, vistoriadas nos meses de abril/maio de 2018.

Figura 2.8-1 – Moradia temporária com problema de habitabilidade (Barra Longa). Data: 17/05/2018.



Figura 2.8-2 – Moradia temporária com problema de habitabilidade (Barra Longa). Data: 17/05/2018.



Figuras 2.8-3 e 2.8-4 – Moradia temporária localizada em área de risco geotécnico - CPRM (Barra Longa). Destaque para a grande encosta íngreme localizada aos fundos do imóvel. Data: 17/05/2018.



Figuras 2.8-5 e 2.8-6 – Moradia temporária localizada em área de risco geotécnico – Lei 6.766/79 (Barra Longa). Destaque para a encosta recoberta com lona pela Fundação Renova. Data: 17/05/2018.



➤ BENTO RODRIGUES:

O reassentamento de Bento Rodrigues está previsto para ser concluído em agosto/2020, sendo verificado, até a presente data, um avanço físico de 12,82% no cronograma, conforme consta na Apresentação Executiva de Programas (PG008), datado de 31/01/2019. O quadro a seguir mostra os números do programa das principais etapas da obra.

Quadro 2.8-2 – Síntese dos grandes números do reassentamento de Bento Rodrigues.

	NÚMEROS DO PROGRAMA - Bento Rodrigues			
	Planejado	Realizado	Total	Status
Supressão vegetal	764.533m ²	716.459m ²	764.533m ²	✓
Corte	260.200m ³	69.698m ³	308.092m ³	🔧
Aterro		23.750m ³	157.542m ³	🔧
Drenagem	961m	418m	6.360m (PEAD)	🔧
Pavimentação			3.254t (CBUQ)	✗
Construção das casas			256 residências + 5 sítios	✗
Bens coletivos			10	✗
ETA/ETE			2 ETE e 1 ETA	✗

Fonte: Fundação Renova, Relatório Executivo do Programa PG008. 31/01/2019.

Legenda: ✓ Concluído; 🔧 Em andamento; ✗ Não iniciado

A Figura 2.8-9, a seguir, mostram uma vista parcial da gleba, a partir da Rua Dona Olinda.

Figura 2.8-9: Vista parcial da gleba da Lavoura, a partir da Rua Dona Olinda. Data da imagem: 17/10/2018.



Desde setembro, a Ramboll vistoria a obra mensalmente. Como nestes primeiros meses a obra está centrada nas intervenções de terraplenagem, as vistorias têm acompanhado os locais com maior vulnerabilidade ambiental e em especial as áreas reconhecidas como de preservação permanente (APPs). Neste ponto, foi possível verificar que há áreas de preservação permanente que não foram assim reconhecidas nem no projeto nem no licenciamento, havendo localizado lotes privados sobre várias linhas de talvegue assim como a ADME. As intervenções nas Áreas de Preservação Permanente, reconhecidas no projeto urbanístico, estão sendo realizadas com autorização, conforme previsto no licenciamento ambiental, emitido pela SEMAD em 05/07/2018. As imagens a seguir apresentam algumas destas intervenções. Por outro lado, o projeto aprovado prevê a implantação parcial ou total de **42** lotes privados sobre estas APP's não reconhecidas, contrariando as legislações urbanísticas vigentes e comprometendo aproximadamente 17% dos 240 lotes do reassentamento (além de outras 2 das 10 áreas públicas), já que a probabilidade de ocorrência de processos erosivos é muito alta em situações onde os caminhos d'água são alterados e ocupados

Figura 2.8-10 e 2.8-11: Intervenção na APP (afluente do córrego da Lavoura) para construção do desvio provisório. Data das imagens: 17/10/2018 (esquerda) e 05/02/2019 (direita).



Figura 2.8-12: Intervenção na APP do córrego da Lavoura para construção de travessia. Data da imagem: 17/10/2018.



A gleba Lavoura apresenta aproximadamente 50% da sua área com restrições ambientais e que a princípio, não deveriam ser ocupadas.

Tabela 2.8-4: Síntese de restrições da gleba da Lavoura

	Área (ha)	%
Área com restrição*	49,4	50,2
Área restante	49,0	49,8
Área total	98,4	100,0

* Trechos com inclinação maior que 47%, trechos com inclinação entre 30% e 47%, Áreas de Preservação Permanente (APP) de hidrografia (consideradas no projeto, não consideradas no projeto e inferidas com base na topografia a partir dos talvegues). Não considera restrição relacionada à cobertura vegetal.

As análises da gleba da Lavoura e do projeto do reassentamento de Bento Rodrigues já realizadas pela Ramboll reforçam a importância de monitorar periódica e sistematicamente as obras do referido reassentamento, principalmente as áreas de drenagem natural onde os 42 lotes serão implantados, já que se tratam-se de áreas de maior vulnerabilidade e que não estão sendo devidamente tratadas como Áreas de Preservação Permanente. Hoje, pode-se verificar a ocorrência de eventos erosivos significativos desde sulcos, ravinas e início de voçorocas em alguns pontos da gleba, como mostrado nas figuras 2.8-16 e 2.8-17 a seguir.

O Mapa 2.8-1 a seguir, apresenta as restrições ambientais da gleba da Lavoura (APP's e altas declividades) e os locais inadequados à ocupação, onde os lotes estão sendo implantados. Este mapa ainda não considera as restrições relacionadas à cobertura vegetal da gleba.

Mapa 2.8-1: Restrições ambientais da gleba da Lavoura



Conforme indicado nas imagens abaixo, observa-se que será necessária uma excessiva movimentação de terra na terraplanagem dos lotes para a implantação das edificações, principalmente àqueles localizados ao longo de toda Quadra "E", indicando soluções técnicas inadequadas ao sítio, que pode acentuar a susceptibilidade a processos erosivos.

Figuras 2.8-14 e 2.8-15: Declividade alta do terreno na testada dos lotes da Quadra "E". A foto à esquerda mostra a testada do lote institucional 01 e lote com ID 109, enquanto que a foto à direita mostra a testada dos lotes com ID's 216, 306 e 76A. Data das imagens: 16/01/2019.



As imagens a seguir mostram alguns processos erosivos que estão ocorrendo após o início das obras de terraplanagem das vias.

Figuras 2.8-16 e 2.8-17: Erosões identificadas no terreno. Data das imagens: 05/02/2019.



Duas variáveis definem o caminho crítico do processo de reassentamento de Bento Rodrigues, a saber: o processo de adesão e a emissão do alvará de construção para início das obras das casas. A adesão das famílias ao reassentamento coletivo (assinatura do Termo de Adesão ao Reassentamento Coletivo) só é realizada após a emissão do Alvará de Construção pela Prefeitura, em etapa anterior ao início da construção das casas. Na 30ª Reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura – CT-Infra, realizada no dia 18/02/2019, o Secretário de Obras da Prefeitura de Mariana, Fábio Vieira, pontuou que, considerando a equipe técnica atual da Prefeitura responsável pela análise de projetos, os Alvarás de Construção das casas podem demorar até 36 meses para serem emitidos, o que atrasaria no mesmo tempo a adesão ao reassentamento coletivo e consequentemente o início das obras das casas.

Conforme apontado pela Fundação Renova no Relatório Executivo do Programa PG008, de 31/01/2019, foram concluídos 2 projetos (básico legal) para protocolo na Prefeitura de Mariana para aprovação e outros 54 estão sendo desenvolvidos pelas empresas contratadas (Progen e J+T). Com relação aos projetos conceituais, que são

apresentados para as famílias, 82 foram concluídos e estão aguardando a elaboração do projeto básico legal, e outros 141 estão sendo desenvolvidos.

➤ PARACATU DE BAIXO:

Conforme os dados apresentados pela Fundação Renova no Relatório Executivo do Programa PG008, emitido em 31/01/2019, o reassentamento de Paracatu de Baixo estava previsto para ser concluído em 28/05/2020, mas este prazo foi estendido por mais de 2 anos, sendo reprogramado para 16/06/2022. O quadro a seguir apresenta os principais marcos do reassentamento de Paracatu de Baixo, onde são apontadas as datas de conclusão/previstas para cada etapa:

Quadro 2.8-4 – Principais marcos do programa e datas de conclusão.

	MARCOS DO PROGRAMA - Paracatu de Baixo		
	Data	Data prevista	Status
Compra do terreno (Escritura)	19/04/2018		✓
RGI em nome da Fundação Renova	11/10/2018		✓
Publicação do 1º Projeto de Lei	22/08/2018		✓
Aprovação do projeto pela comunidade	13/09/2018		✓
Publicação do 2º Projeto de Lei	21/12/2018		✓
Protocolo do Licenciamento Ambiental na Prefeitura	30/01/2019		✓
Emissão do Licenciamento Ambiental na Prefeitura		19/03/2019	✗
Anuência Prévia (SECIR)		22/04/2019	✗
Alvará de Urbanização (Prefeitura de Mariana)		06/05/2019	✗
Início das intervenções/obra		15/06/2019	✗
Conclusão do reassentamento		16/06/2021	✗

Fonte: Fundação Renova, Relatório Executivo do Programa PG008. 31/01/2019.

Legenda: ✓ Concluído; ✗ Não iniciado

A Tabela 2.8.5 a seguir, indica que **a gleba de Lucila, selecionada para reassentar a comunidade de Paracatu, apresenta 77,8% de sua área com algum tipo de restrição ambiental**, o que pode dificultar o processo de licenciamento, levando em consideração o atendimento as normas e leis federais, estaduais e municipais vigentes.

Tabela 2.8-5: Síntese das restrições ambientais da Gleba de Lucila

	Área (ha)	%
Área sem restrição	86,8	22,2
Área com restrição*	304,3	77,8
Área total	391,1	100,0

* Trechos com inclinação maior que 47%, trechos com inclinação entre 30% e 47%, Área de Preservação Permanente (APP) de hidrografia, brejos, corpos d'água e cursos d'água.

A análise do projeto urbanístico do reassentamento de Paracatu de Baixo, datado de 08/10/2018 (revisão 16), realizada em 07/11/2018, aponta que **32,2% da área de lotes (privados/disponíveis/institucionais/outras áreas), encontram-se em áreas com altas declividades, devendo ser realocadas.**

Tabela 2.8.6 mostra as áreas de lotes (área urbana) conforme a classe de declividade que possuem.

Tabela 2.8-6: Área de lotes conforme a classe de declividade.

	Abaixo de 30%		Entre 30% e 47%		Acima de 47%		Total	
	Área (ha)	%*	Área (ha)	%*	Área (ha)	%*	Área (ha)	%*
Lotes privados	21,76	67,01	8,73	26,88	1,98	6,11	32,47	100,00
Lotes disponíveis	1,20	68,47	0,44	25,04	0,11	6,49	1,75	100,00
Lotes institucionais	2,62	77,97	0,62	18,57	0,12	3,46	3,36	100,00
Outras áreas (ETE, Cemitério, etc.)	0,19	45,16	0,21	50,18	0,02	4,66	0,43	100,00
Total	25,77	67,80	10,00	26,32	2,23	5,88	38,01	100,00

* Porcentagem em relação à área total de cada classe analisada.

pelo FNDE (Quadro 2.8-4), que dizem respeito ao desempenho da edificação, sendo eles: segurança no uso e na ocupação da edificação, estanqueidade e durabilidade e manutenção.

Quadro 2.8-4 – Conteúdo dos cadernos técnicos de desempenho

SEGURANÇA	1	DESEMPENHO ESTRUTURAL
	2	SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
	3	SEGURANÇA NO USO E NA OPERAÇÃO
HABITABILIDADE	4	ESTANQUEIDADE
	5	DESEMPENHO TÉRMICO
	6	DESEMPENHO ACÚSTICO
	7	DESEMPENHO LUMÍNICO
	8	SAÚDE, HIGIENE E QUALIDADE DO AR
	9	FUNCIONALIDADE E ACESSIBILIDADE
	10	CONFORTO TÁTIL E ANTROPODINÂMICO
SUSTENTABILIDADE	11	DURABILIDADE E MANUTENIBILIDADE
	12	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

Fonte: FNDE. Manual de Orientações Técnicas – Elaboração de projetos de edificações escolares. Volume 3.

Recentemente, a Fundação Renova realizou obras de reparo na cobertura da escola, em função dos vazamentos e infiltrações no telhado. As dependências da escola, principalmente as salas de aula, ficavam alagadas em dias de chuva forte, e isso danificou grande parte do mobiliário. Após a reforma, o problema das infiltrações foi solucionado, porém, não foram dadas soluções para: (i) falta de iluminação no hall de entrada e na área externa, próximo à cozinha; (ii) pisos da área externa quebrados; (iii) cortinas (persianas) danificadas; (iv) esquadrias de PVC que oferecem pouca segurança quanto ao risco de arrombamento; (v) manchas no revestimento das paredes (PVC) de todas as fachadas na altura da laje de cobertura; (vi) uma das dobradiças da porta do banheiro masculino está se desprendendo da parede, podendo cair a qualquer momento; (vii) o sentido do caimento do piso do corredor/circulação faz a água empoeirar nas salas e (viii) dificuldade para abrir o portão principal da escola.

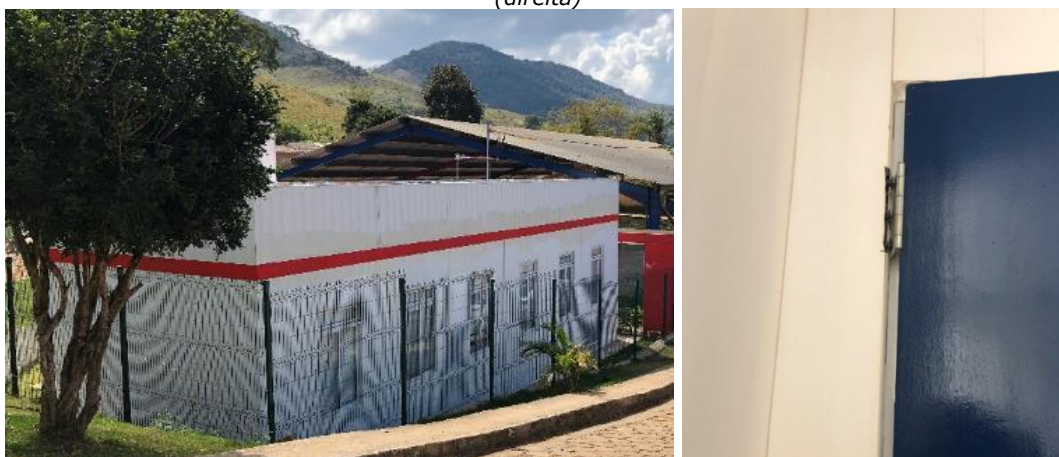
Figuras 2.8-18 e 2.8-19: Mobiliário danificado devido aos alagamentos nas salas - (esquerda) e mancha no revestimento do piso devido às infiltrações no telhado - (direita).



Figuras 2.8-20 e 2.8-21: Pisos da área externa quebrados (esquerda) e cortinas/persianas danificadas (direita)



Fotos 2.8-22 e 2.8-23: Manchas no revestimento das paredes (PVC) de todas as fachadas - (esquerda) e porta mal instalada - (direita)



Com relação à reforma da praça e da quadra de Gesteira, foram observados os seguintes problemas: (ii) na quadra, as paredes sob o alambrado, apresentam mofo devido à umidade do solo; (ii) foi observado o descascamento superficial da pintura, tanto nas paredes sob o alambrado quanto no piso da quadra; (iii) os pilares metálicos da estrutura da quadra estão sofrendo processo corrosivo; na praça, dos 6 postes de luz existentes na área gramada, 4 deles estão quebrados, o que prejudica a iluminação do local durante a noite.

Fotos 2.8-24 e 2.8-25: Paredes da quadra com mofo - (esquerda) e descascamento da pintura do piso da quadra - (direita)



Figuras 2.8-26 e 2.8-27: Pilares metálicos da quadra em processo de corrosão - esquerda) e postes de luz existente (1) e quebrados (2) na praça - (direita)



Observações

2.9 PG009 – Programa de Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- **Panorama: Descumprimento de prazos para finalização do programa**
 - O prazo de julho/2018 para “efetivo enchimento definitivo da UHE Risoleta Neves, ou, pelo menos, o efetivo início do enchimento definitivo”, definido pela Deliberação CIF nº 80, não foi cumprido. Esse foi o segundo descumprimento de prazo para finalização deste programa.
 - Ainda não foram finalizadas a dragagem dos 400 m (área a montante da barragem da usina), limpeza a jusante da usina, descomissionamento dos setores de acondicionamento de rejeitos, recuperação das margens do reservatório e construção das estruturas de contenção de rejeitos na Fazenda Floresta.
 - Por meio da Nota Técnica nº 05/2018, aprovada na 25ª CT-GRSA, foi considerado que o Plano de Enchimento protocolado pela Fundação Renova não cumpriu a Deliberação CIF nº 80. A mesma nota técnica indeferiu a solicitação da Fundação Renova de alteração do prazo para enchimento do reservatório de julho/2018 para novembro/2019 até que seja apresentado um cronograma para o programa.
 - A Deliberação CIF nº 195 oficializou o descumprimento integral da cláusula 150, parágrafo terceiro, do TTAC e do item 2 da Deliberação CIF nº 80. Dessa forma, o CIF determinou a retomada da imposição de penalidade de multa diária desde sua suspensão em 25 de maio de 2017, até que a Fundação Renova apresente oficialmente o escopo de ações atualizado e seu respectivo cronograma. Caso haja consenso com a CT-GRSA e a CT-Infra a respeito da repactuação de prazos e obrigações, com validação do CIF, a contagem da multa diária poderá ser suspensão novamente.

Figura 2.9-01: Vista geral da UHE Risoleta Neves e da Fazenda Floresta (Fonte: Fundação Renova).



• **Dragagem da área dos 400 m**



Figura 2.9-02: Área dos 400 m (Fonte: NeoGeo).

A atividade crítica para conclusão do PG009 – Recuperação da UHE Risoleta Neves – é a dragagem da área dos 400 m (**Figura 2.9-02**). Esse trecho do reservatório da UHE Risoleta Neves é delimitado a montante pelo Barramento A e a jusante pela barragem da usina.

O TTAC estabeleceu as diretrizes de dragagem observando o Acordo Judicial celebrado com o Ministério Público de Minas Gerais em 06/02/2016 (processo nº 6132918-29.2015.8.13.0024).

O objetivo do desassoreamento da área dos 400 m é fazer uma dragagem de aprofundamento neste polígono de aproximadamente 117 mil m². Atualmente, a cota de fundo varia entre 307 m e 300 m e o objetivo da dragagem é aprofundar o fundo até a cota 297,0 m.

O **Gráfico 2.9-01** apresenta a evolução temporal da comparação entre a estimativa de tempo para dragar o volume restante de sólidos na área dos 400 m com o tempo para restante para o prazo pactuado entre o CIF e a Fundação Renova.

Atualmente, estima-se um tempo de 6586 dias (ou seja, **19 anos**) para dragar o volume contido na área dos 400 m (variação temporal apresentada no **Gráfico 2.9-02**), considerando a variação da produtividade da dragagem (variação temporal apresentada no **Gráfico 2.9-03**). Vale ressaltar que essa estimativa é muito otimista, pois não foi considerada a contribuição de sólidos do transporte de sedimentos fluvial no assoreamento da área.

Ressalta-se que o Programa de Recuperação da UHE Risoleta Neves (PG009) teve o prazo descumprido duas vezes. Originalmente o efetivo enchimento definitivo da UHE Risoleta Neves, ou pelo menos o seu início, foi estipulado pelo TTAC para dezembro 2016 e posteriormente foi repactuado para julho de 2018, por meio da Deliberação CIF nº 80. Como o programa não foi repactuado, o prazo para finalização está aberto.

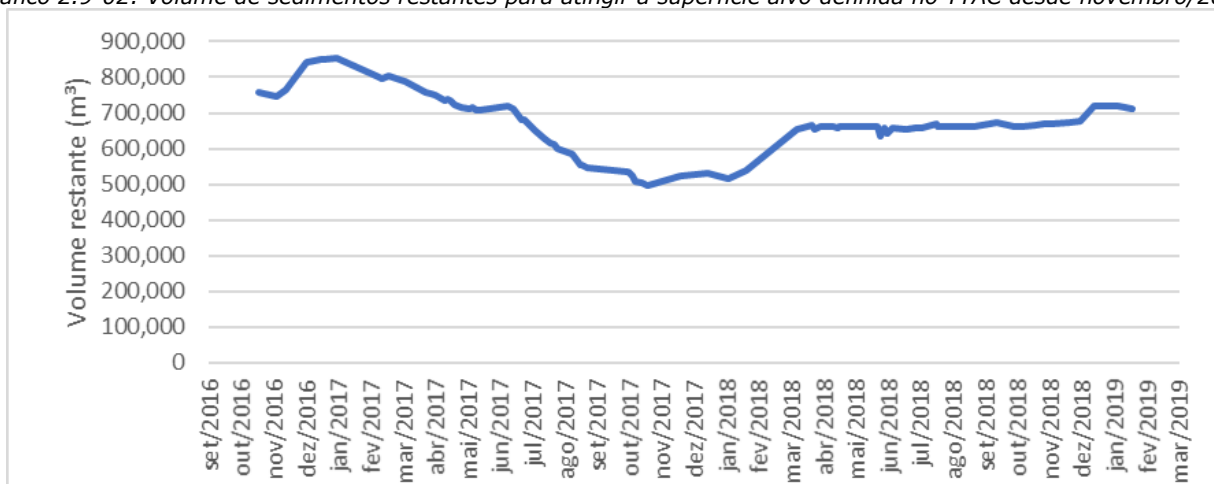
Analizando a estimativa de tempo de dragagem (**Gráfico 2.9-01**), percebe-se que o prazo para conclusão da dragagem definido pela Deliberação CIF nº 80 não era factível, dadas as condições de produtividade da dragagem e volume de rejeitos a ser retirado da área dos 400 m.

Gráfico 2.9-01: Estimativa do tempo necessário para dragar a totalidade do Volume de sedimentos restantes para atingir a superfície alvo definida no TTAC.



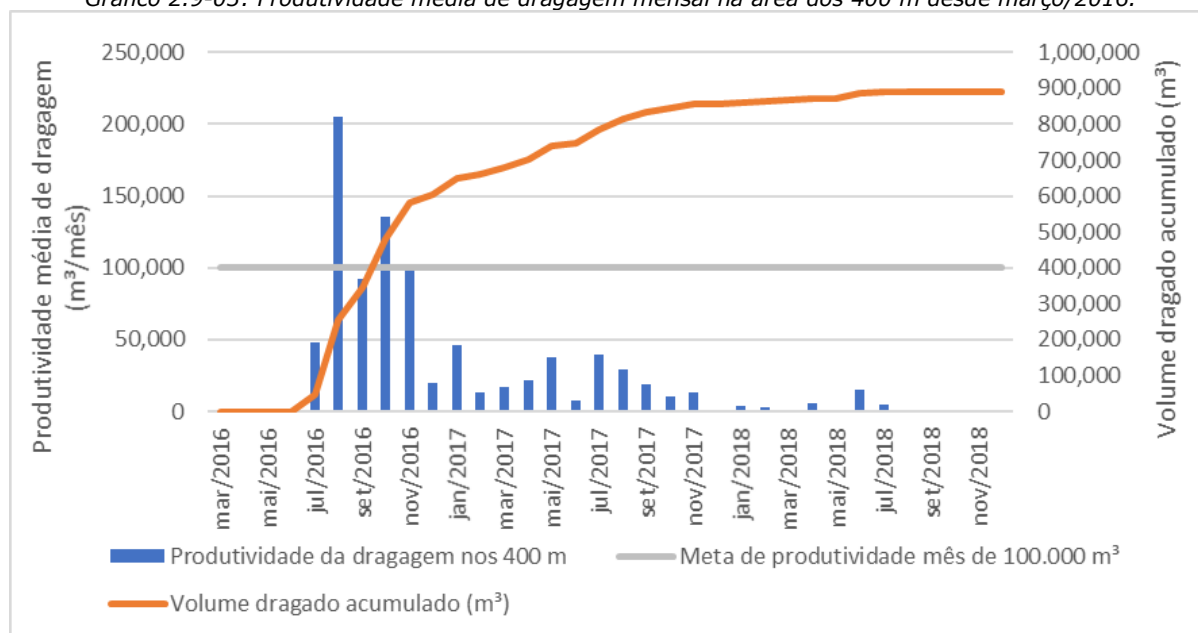
Até 14/02/2019, restavam 712 mil m³ de sólidos (rejeitos e/ou sedimentos naturais do rio) para dragar a área dos 400 m até a batimetria meta apresentada pela Fundação Renova na definição do Programa (referência: Anexo III.1 – Perfil Batimétrico indicador 1.pdf, nº Samarco G006944-C-100049). O **Gráfico 2.9-02** apresenta a evolução temporal do volume a ser dragado na área dos 400 m desde novembro/2016.

Gráfico 2.9-02: Volume de sedimentos restantes para atingir a superfície alvo definida no TTAC desde novembro/2016.



Desde março/2016, a produtividade da draga variou consideravelmente (**Gráfico 2.9-03**). Segundo dados fornecidos pela Fundação Renova (Fonte: planilha de medição de dragagem da Allonda "2018_09_04 Allonda - Relatório de Volume Dragado - m3 R02.xlsx") foram dragados 891 mil m³ de sólidos e em apenas três meses a produtividade da draga superou a meta de 100 mil m³/mês. Vale ressaltar que a planilha de dragagem não foi auditada pela Ramboll. Entretanto, foi possível verificar algumas inconsistências em relação à estimativa do teor de sólidos na planilha de dragagem. Segundo a fabricante da draga IHC Beaver 50, a máxima concentração volumétrica de sólidos *in situ* é de 25%, porém no período de julho/2016 a outubro/2016 34% dos registros (75 de 220) apresentam teor de sólidos superior ao limite apresentado pelo fabricante. Após o citado período não houve registros dessa natureza.

Gráfico 2.9-03: Produtividade média de dragagem mensal na área dos 400 m desde março/2016.



- Barramentos metálicos:**

- **Barramento A:** As obras de cravação das estacas *prancha* iniciaram em 10/10/2016 e o fechamento do barramento foi em 11/04/2017. Em dezembro/2017, por conta de uma erosão na ombreira direita, foi realizado um reparo emergencial com estacas *prancha*;
- **Barramento B:** As obras de cravação iniciaram em 10/02/2016 e o fechamento do barramento foi em 30/09/2017. Não foram identificadas erosões e a estrutura está preparada para o período chuvoso de 2018/2019;
- **Barramento C:** As obras de cravação das estacas *prancha* iniciaram em 14/09/2016 e o fechamento do barramento foi em 26/10/2017. Após o fechamento do barramento, foram identificadas erosões em ambas as ombreiras. Desta forma, a Fundação Renova vem conduzindo obras de reforço nas ombreiras com muro ala em estaca raiz.

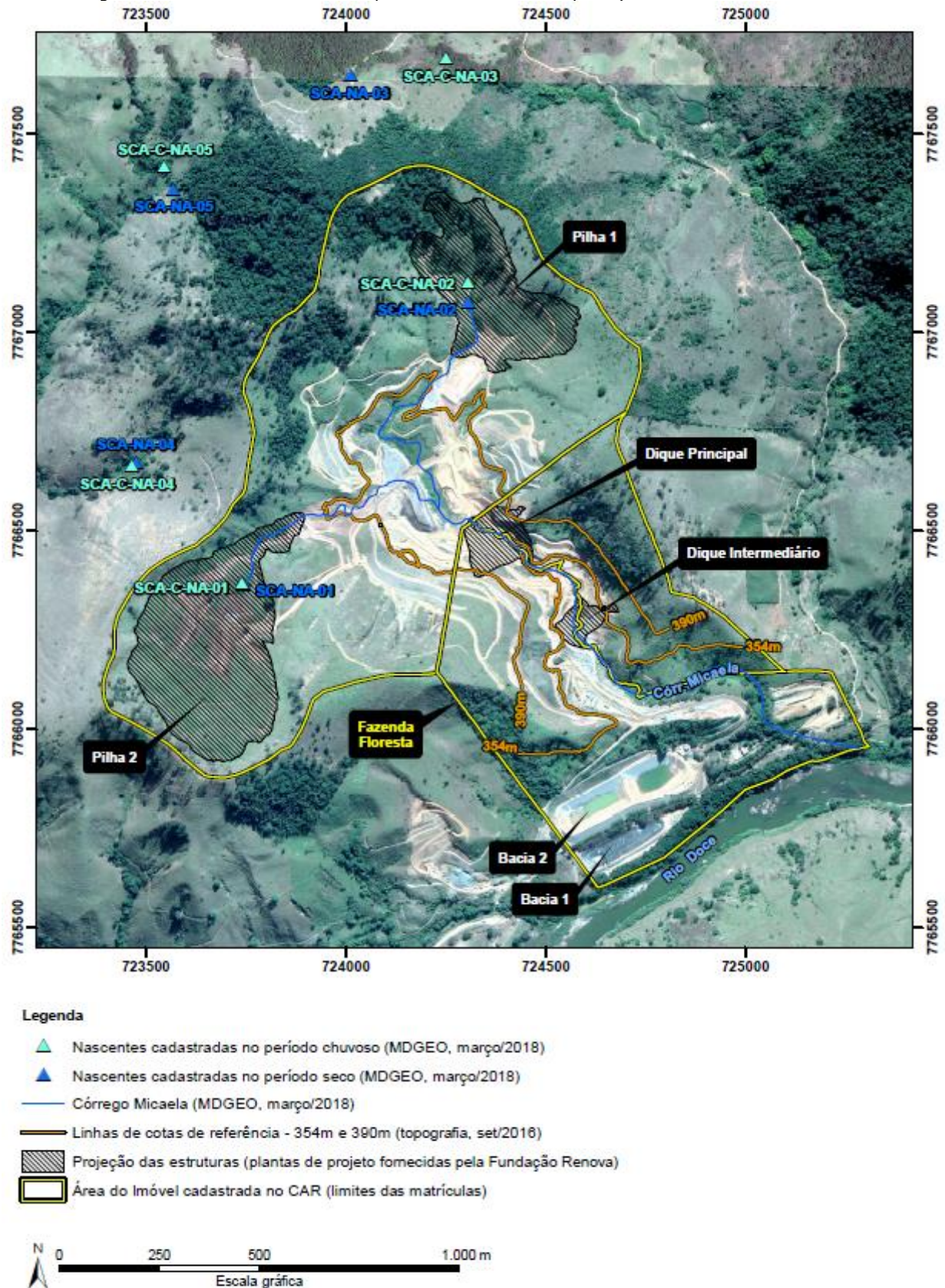
- **Fazenda Floresta:**

- *Dique intermediário (el. 354 m):* As obras de alteamento do Dique Intermediário estão paralisadas desde o final de maio de 2018 por conta de uma falha geológica no talude da ombreira esquerda. A Fundação Renova está conduzindo estudos de caracterização geotécnica na área e monitorando por radar as movimentações nos diques Intermediário e Principal. Atualmente, está em andamento a construção de uma berma de equilíbrio para estabilizar este talude;
- *Dique Principal (el. 390 m):* Por conta da instabilidade identificada no Dique intermediário, as obras do Dique Principal também foram paralisadas. Estão em andamento obras para preparação da estrutura para o período chuvoso que contempla um aterro de proteção do talude de montante do dique;
- *Pilhas 01 e 02:* Desde agosto/2018, a Fundação Renova vem conduzindo obras para organizar a drenagem da área, que incluem construção de dois diques filtrantes para contenção de finos em um dos talvegues da Pilha 1, proteção dos drenos da Pilha 2 com geobags e construção de um dique filtrante a jusante da Pilha 2. A água drenada será captada por sumps e bombeada para a Bacia 2, onde haverá o tratamento do efluente;
- *Nascentes na Fazenda Floresta:* Conforme ilustrado pela Figura 03, houve intervenção nas APPs das duas nascentes identificadas no estudo da MDGEO (SCA-NA-01 e SCA-NA-02). Ademais, as projeções das pilhas de rejeito (Pilhas 1 e 2) indicam que essas duas nascentes serão recobertas. As mesmas formam os tributários que dão origem ao Córrego Micaela, principal corpo d'água superficial impactado pelas obras na Fazenda Floresta. No Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram declaradas a existência de dez nascentes, sendo que houve intervenção na APP de sete dessas nascentes declaradas.

- **Limpeza do tubo de sucção e canal de fuga a jusante da barragem da UHE Risoleta Neves:**

- Após o início da limpeza à jusante da barragem da UHE Risoleta Neves, no canal de fuga e tubo de sucção, foi encontrada grande volume de entulhos e menor volume de sedimentos (inicialmente estimado em 25 mil metros cúbicos). Isso afeta a estratégia de dragagem e a quantidade de mergulhadores que serão contratados para fazer a limpeza da área;

Figura 03: Nascentes identificadas pelo estudo da MDGEO (2018) na área da Fazenda Floresta.



Observações

- O Programa de Recuperação da UHE Risoleta Neves (PG009) teve o prazo descumprido duas vezes. Originalmente o efetivo enchimento definitivo da UHE Risoleta Neves, ou pelo menos o seu início, foi estipulado

pelo TTAC para dezembro/2016 e posteriormente foi repactuação para julho/2018, por meio da Deliberação CIF nº 80.

- Prioritariamente, a dragagem no reservatório da usina foi concentrada na área dos 400 metros imediatamente a montante da barragem da usina (a meta é atingir a cota 297 metros). Porém, o grande volume de rejeitos a ser dragado dessa área (cerca de um milhão de metros cúbicos) e os atrasos nas obras da Fazenda Floresta, área destinada à disposição final do material dragado do reservatório, levaram ao esgotamento dos setores de disposição de rejeitos localizados nas margens do reservatório. Isso ocasionou inicialmente a diminuição da produtividade da dragagem e posteriormente a suspensão dessa atividade.
- Um dos motivos pelo atraso nas obras da Fazenda Floresta foi a alternativa locacional da Bacia 01 (localização na **Figura 03**). Como parte dela está em APP, a Fundação Renova assinou um TAC em novembro de 2017 que atrasou o início das obras. Posteriormente, o Dique Intermediário (localização **Figura 03**) apresentou uma ruptura no maciço de solo onde seria apoiada sua ombreira esquerda, o que paralisou as obras de alteamento do dique em maio/2018. Por medidas de segurança o alteamento do Dique Principal também foi paralisado e a Fundação Renova iniciou campanhas de complementação da caracterização geológica da área e de monitoramento da movimentação dos diques.
- Por meio da Nota Técnica nº 05/2018, aprovada na 25ª CT-GRSA, foi considerado que o Plano de Enchimento protocolado pela Fundação Renova não cumpriu a Deliberação CIF nº 80. A mesma nota técnica indeferiu a solicitação da Fundação Renova de alteração do prazo para enchimento do reservatório de julho/2018 para novembro/2019. A expectativa de repactuação do prazo prevista para janeiro/2019 não foi atendida pela Fundação Renova. Portanto, o programa não tem cronograma nem ações aprovadas na Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental.
- Além dos problemas observados em relação à Fazenda Floresta, a limpeza do tubo de sucção e canal de fuga, a jusante da barragem da UHE Risoleta Neves, pode trazer maiores incertezas ao processo de reativação da UHE. A quantidade de entulho e escombros trazidos pelo desastre é maior que o esperado.
- Antes da continuidade das obras de recuperação da UHE Risoleta Neves é recomendável fazer um estudo de viabilidade da utilização da usina considerando o novo contexto no qual ela se insere: dragagem de manutenção por conta do incremento no aporte sedimentar e recuperação da infraestrutura de geração de energia, como o canal de fuga, tubo de sucção e unidades geradoras.
- Em relação à manutenção do complexo da Fazenda Floresta, ainda não há oficialmente um responsável pela área após a possível retomada das atividades da usina.

2.10 PG010 – Programa de Recuperação das Demais Infraestruturas Impactadas

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Foram observadas poucas intervenções de melhorias em ações já indicadas no último relatório quadrimestral (novembro/2018). Merece destaque o encaminhamento parcial dado às casas com trincas de Barra Longa. Este universo de intervenções deveria ter sido incorporado no PG10, porém verifica-se que a inclusão das infraestruturas com danos e casas com trincas, assim reconhecidas pela Comissão de Atingidos de Barra Longa, no planejamento de obras da FR, está acontecendo parcialmente. Somente 70 residências atingidas de um total de 234 moradias foram incorporadas às intervenções planejadas no âmbito do PG-010. Estas questões estão tratadas nas Deliberações nº 190 e 217 do CIF, a saber:

- **Deliberação nº 190**, de 30/08/2018: Aprova o primeiro encaminhamento proposto pela Nota Técnica CT INFRA nº 06/2018, nos termos pactuados em reunião da Mesa de Dialogo para conflitos Urbanos e Rurais do Governo de Minas Gerais, quanto a disponibilização de moradia temporária para os casos em que há risco estrutural das moradias;
- **Deliberação nº 207**, de 28/09/2018: Aprova o segundo e terceiro itens de encaminhamento propostos na Nota Técnica CT-INFRA nº 06/2018, relativa à existência de trincas e outros danos em infraestruturas no Município de Barra Longa/MG;

Com relação à Deliberação nº 190, a Fundação Renova informou, na 29ª reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura (CT-Infra), realizada no dia 10/12/2018, **que 34 famílias de Barra Longa, cujas moradias se encontravam em situação de risco estrutural já haviam sido realocadas e 1 família se mudaria até o dia 14/12/2018**, após a finalização da reforma da edificação que foi alugada como moradia temporária. **Entretanto, na reunião realizada com a assessoria técnica AEDAS, em Barra Longa no dia 18/01/2019, foi informado que esta mudança ainda não havia sido realizada.** Esta deliberação também faz referência ao acordo pactuado em reunião da Mesa de Diálogo para conflitos Urbanos e Rurais do Governo de Minas Gerais, ocorrida em 28/08/2018, em Barra Longa/MG, registrado em Ata nº 144/2018, que estabelece o **prazo máximo de 45 dias**, contados a partir de 29/08/2018, **para a remoção das famílias**, com o qual não foi cumprido. Além disso, consta nessa ata o seguinte acordo:

[...] após a conclusão da retirada das 30 (trinta) famílias, o Governo de Minas Gerais, através da Defesa Civil Estadual e/ou outros técnicos de outras Secretarias ou órgãos, acompanhados dos técnicos da Assessoria e da Comissão de Atingidos lavrará Laudo técnico acerca da condição das casas, apontando, demolição ou reforma, ou a necessidade de construção de uma nova casa, podendo ser no mesmo local ou em outro, caso seja confirmada a impossibilidade ou inadequação do local de origem [...].

A vistoria conjunta com os técnicos da Defesa Civil Estadual prevista no acordo, ainda não foi realizada e até o momento, não se sabe qual o tratamento foi dado para as edificações originalmente identificadas com problemas de trincas, uma vez que não fica claro se todas as intervenções já foram incluídas ou não no banco de dados do programa. **Com isso, verifica-se que esta deliberação não foi integralmente atendida.**

Além disso, observa-se que **os compromissos constantes na Deliberação nº 207 também não foram atendidos.** Conforme informado pela assessoria técnica AEDAS, na reunião realizada no dia 18/01/2019, a **Fundação Renova tem se negado a reconhecer os encaminhamentos negociados em Assembleia pela comissão de atingidos de Barra Longa no que diz respeito ao Plano de Ação para a recuperação das infraestruturas com danos reconhecidos pela comissão de atingidos de Barra Longa** (Plano Popular de Recuperação de Moradias e Infraestruturas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão no município de Barra Longa). Do mesmo modo, **verifica-se que a Fundação Renova não incluiu no escopo deste programa (PG010), o planejamento de obras para a reparação de TODAS as 234 edificações com patologias construtivas apontadas e reconhecidas pela Comissão de Atingidos de Barra Longa**, conforme requisitado em Assembleia e estabelecido na Nota Técnica CT-Infra nº 06/2018, tratada na referida Deliberação.

Nos meses anteriores, o reporte deste programa era realizado com base no total de 1307 intervenções, dentre as quais 799 haviam sido indicadas como “concluídas” pela Fundação Renova, conforme consta no “Banco de Dados – Diagnóstico – Revisão 11”, com data de corte de 30/04/2018. Por outro lado, o documento de Definição do Programa referente à revisão 11 do diagnóstico, aponta o total de 1.364 itens a serem reparados ou recuperados.

De acordo com o documento mais atual de Definição do Programa PG010 (revisão 12), emitido em dezembro de 2018, existem **1.752 estruturas impactadas a serem reparadas ou recuperadas** pela Fundação Renova. Deste total, **há 1.110 itens classificados como concluídos pela Fundação Renova que exigem verificação**, conforme consta no documento “Banco de Dados – 18/12/2018 - diagnóstico revisão 12”. Comparando os documentos de Definições do Programa – revisão 11 com a revisão 12, houve um incremento de 388 itens no escopo, distribuídos conforme as seguintes categorias de intervenção:

Quadro 2.10-1 – Escopo e quantitativo de itens das revisões 11 e 12 do diagnóstico. Fonte: Fundação Renova, Definição do Programa PG010. Dezembro/2018.

ESCOPO DO PROGRAMA			
AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA - TERRITÓRIO 1			
ID Estrutura Impactada	Quantitativo		
	Revisão 11	Revisão 12	Diferença
PF 0032 - Reforma de edificações	154	161	+ 7
PF 0033 - Reforma de bens públicos	11	11	0
PF 0035 - Remoção de rejeito	3	8	+ 5
PF 0038 - Reconstrução de estruturas de apoio	611	627	+ 16
PF 0039 - Recuperação de acessos	32	53	+ 21
PF 0126 - Reforma de estruturas de apoio (quintal)	201	202	+ 1
PF 0127 - Reconstrução de edificações	40	40	0
PF 0128 - Reconstrução de bens públicos (Parque de exposição)	1	1	0
PF 0152 - Reforma e reconstrução de campos de futebol	6	6	0
PF 0153 - Reconstrução de pontes	25	23	- 2
PF 0182 - Restauro	13	0	- 13
PF 8100 - Manutenção de vias e controle de emissão de particulados	141	379	+ 238
PF 8101 - Manutenção de edificações	126	241	+ 115
TOTAL	1364	1752	+ 388

O programa está previsto para ser concluído até março de 2020 e possui custo total estimado de R\$ 491,36 milhões, estratificado conforme os projetos/processos descritos no Quadro 2.10-2, a seguir.

Quadro 2.10-2 – Custos e cronograma do programa. Fonte: Fundação Renova, Definição do Programa PG010. Dezembro/2018.

PROJETO/PROCESSO	CUSTO DO PROGRAMA (R\$ MILHÃO)							CRONOGRAMA	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL	INÍCIO	FIM
PF7010 - Definição do programa	0,00	2,09	11,38	19,78	29,08	6,73	69,06		
PF0032 - Reforma de edificações	85,93	8,53	0,55	1,15	0,00	0,00	96,16	nov/15	dez/19
PF0035 - Remoção de Material									
PF0033 - Reforma de bens públicos	4,54	0,44	0,62	1,32	0,00	0,00	6,92	dez/15	ago/18
PF0038 - Reconstrução de estruturas de apoio	27,62	0,84	0,01	0,00	0,00	0,00	28,47	dez/15	mar/20
PF0039 - Recuperação de acessos	60,05	2,19	5,19	3,87	6,15	1,53	78,98	dez/15	dez/18
PF0126 - Reforma de estruturas de apoio	4,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,53	dez/15	mar/19
PF0127 - Reconstrução de edificações	6,66	9,63	20,61	24,72	26,36	3,32	91,30	dez/15	dez/19
PF0128 - Reconstrução de bens públicos	4,00	7,94	0,29	3,27	17,74	1,34	34,58	jul/17	dez/19
PF0152 - Reforma e reconstrução de campos de futebol	1,47	0,00	1,75	2,55	1,05	0,00	6,82	dez/15	dez/19
PF0153 - Reconstrução de pontes	9,58	0,56	2,66	6,00	0,00	0,00	18,80	dez/15	set/19
PF8100 - Manutenção de vias e controle de emissão de particulados	10,99	3,00	11,33	6,05	8,64	2,31	42,32	fev/17	dez/19
PF8101 - Manutenção de edificações	7,81	1,72	1,24	2,17	0,48	0,00	13,42	dez/15	dez/19
TOTAL	223,18	36,94	55,63	70,88	89,50	15,23	491,36		

O monitoramento deste programa se concentrou, principalmente, nas intervenções onde estão previstas as maiores alocações de recursos (reforma de edificações, reconstrução de edificações, recuperação de acessos, reconstrução de pontes), as quais representam 58% do total do orçamento previsto para o programa.

Foram vistoriadas 154 intervenções localizadas em áreas urbanas e rurais, todas indicadas como “concluídas” pela Fundação Renova, constituindo um universo de **9% do total de intervenções previstas pelo programa**. É importante destacar que a avaliação deste programa não pode considerar questões inerentes à qualidade técnica da obra, já que supostamente uma obra licenciada e com ART, atende todos os requisitos da boa prática. **Ao contrário do apontado pela Fundação Renova, 3% (5 itens) das intervenções vistoriadas foram, de fato, concluídas e não apresentam inadequações legais.** A Tabela 2.10-1 sintetiza as informações, com base no status verificado no monitoramento das 154 intervenções.

Tabela 2.10-1: Síntese dos itens vistoriados indicados como “concluídos” pela Fundação Renova

DATA DA ATUALIZAÇÃO: JANEIRO/2019		ITENS COM STATUS "CONCLUÍDO" INFORMADO PELA FUNDAÇÃO RENOVA																					
		RECUPERAÇÃO DE ACESSOS				BEM PUBLICO		CORTINA ATIRANTADA		REFORMA DE EDIFICAÇÕES				GABIAO		RECONSTRUÇÃO DE PONTES				RECONSTRUCAO DE EDIFICACOES		Total Geral ⁽³⁾	
		ACESSO NÃO PAVIMENTADO		ACESSO PAVIMENTADO						REFORMA DE EDIFICAÇÕES		ESTAB. COMERCIAIS				PONTE		PONTE DE CABO DE ACO					
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
STATUS VERIFICADO IN LOCO	Concluído	0	0%	0	0%	0	0%	1	1	0	0%	0	0%	2	100%	2	40%	0	0%	0	0%	5	3%
	Em processo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	9	10%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	9	6%
	Não Concluído ⁽¹⁾	3	50%	2	67%	3	100%	0	0	32	34%	16	62%	0	0%	3	60%	9	100%	5	100%	73	47%
	N/A ⁽²⁾	3	50%	1	33%	0	0%	0	0	48	51%	10	38%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	62	40%
	Não iniciado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	5	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	5	3%
	Total geral	6	100%	3	100%	3	100%	1	100%	94	100%	26	100%	2	100%	5	100%	9	100%	5	100%	154	100%

⁽¹⁾ O status "Não concluído" se refere aos itens que além de se enquadrarem nesta condição, respeitam as seguintes condições locais: (i) estar localizadas em áreas de risco, assim consideradas pela CPRM ou pelos Planos Municipais de Redução de Risco; (ii) estar localizadas na área de Dam Break e (iii) estar localizadas nas Áreas de Preservação Permanente dos rios Gualaxo do Norte/do Carmo ou seus afluentes.

⁽²⁾ O status "N/A" se refere aos itens cujos endereços não foram encontrados, ou quando não foi possível confirmar se a obra foi concluída, ou o item possui cadastro em duplicidade.

⁽³⁾ Os 154 itens apresentados nesta tabela se tratam apenas daqueles cujos dados fornecidos pela Fundação Renova possibilitaram sua espacialização e a vistoria da Ramboll. Todos os 154 itens foram indicados com o status "concluído" pela Fundação Renova.

Com relação aos itens vistoriados, 47% deles (73 itens) foram classificados como não concluídos pela Ramboll, por não se enquadrarem nesta condição ou por não respeitarem as seguintes condições locais: (i) estarem localizados em áreas de risco, assim consideradas pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil) ou pelo PMRRM (Plano Municipal de Redução de Risco de Mariana); (ii) estarem localizados na área de Dam Break e (iii) estarem localizados nas Áreas de Preservação Permanente dos rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo ou seus afluentes. Alguns itens apresentados a seguir, merecem destaque devido à sua condição crítica.

As intervenções em "reformas e reconstruções de edificações", vistoriadas pela Ramboll, tem consagrado situações de inadequação de habitabilidade ou de localização em áreas de risco geotécnico ou de inundação. **O cruzamento dos dados da CPRM referente às áreas de risco de Barra Longa mostrou que 24% das 125 intervenções de reformas e reconstruções de edificações vistoriadas neste município estão localizadas nesta situação.**

RECUPERAÇÃO DE ACESSOS:

- No geral, os acessos não-pavimentados dos trechos vistoriados apresentam problemas de erosão nos pontos onde não foram realizadas as obras de drenagem nas laterais das vias e nem a estabilização de encostas. Observou-se que entre os meses de abril/2018 e janeiro/2019, quando estas intervenções foram vistoriadas, não houveram obras de melhorias em alguns pontos das vias já indicados anteriormente como sendo pontos críticos (Figuras 2.10-1 a 2.10-4). Alguns taludes laterais continuam sem o tratamento adequado (encosta não estabilizada), já apresentando problemas de erosão que estão se acentuando com o passar do tempo.
- A Fundação Renova em nenhum momento apresenta a caracterização da intervenção realizada na recuperação dos acessos pavimentados e não pavimentados, não sendo possível verificar o status in loco destas intervenções. Entretanto, em alguns trechos dos acessos pavimentados, foram realizadas obras de recapeamento asfáltico, mas a pintura das faixas para demarcação viária não foi feita.
- Não foi estabelecido um critério para execução das estruturas de contenção das encostas na área urbana de Barra Longa, já que foram identificados alguns locais com risco de desabamento onde não estão previstas obras.

Figuras 2.10-1 e 2.10-2: Erosão nos acessos das vias não pavimentadas.



Figuras 2.10-3 e 2.10-4: Erosão nos acessos das vias não pavimentadas.



Figuras 2.10-5 e 2.10-6: Acesso não pavimentado com talude não estabilizado (esquerda) e após tratamento com uso de biomanta (direita).



RECONSTRUÇÃO DE PONTES:

- As pontes vistoriadas em janeiro/2019 permanecem nas mesmas situações em que se encontravam na vistoria realizada em abril/2018, não sendo observado nenhum processo de manutenção ou melhoria nestas estruturas.
- Todas as pontes de cabo de aço vistoriadas, aparentemente apresentam problemas no madeiramento do piso, uma vez que não foi feito o tratamento adequado das madeiras. Além disso, em algumas pontes, foi notado que suas estruturas já estão danificadas ou seus acessos tomados por vegetação, oferecendo riscos ou impossibilitando o acesso dos pedestres (Figuras 2.10-7 a 2.10-9).
- Em uma das pontes de cabo de aço vistoriada em janeiro/2019, foi instalada uma escora provisória como solução paliativa para um possível problema estrutural existente na ponte (Figura 2.10-10). Em outras duas situações, os proprietários instalaram um portão nos acessos em um dos lados da ponte de cabo de aço, para impedir a circulação de pessoas desconhecidas.
- Com relação às demais pontes (estrutura de concreto/metálica) vistoriadas, apenas 2 encontram-se concluídas; outras 3 foram classificadas com status "não concluído" uma vez que foram identificados os seguintes problemas: (i) falta de acabamento entre o muro de ala e a fundação, (ii) problemas de drenagem na via, causando acúmulo de terra sobre o tabuleiro da ponte, (iii) guarda-corpo sem o tratamento adequado contra a corrosão, já apresentando sinais de enferrujamento e (iv) tabuleiro de madeira, aparentemente, sem o tratamento adequado contra umidade e ataque de insetos/fungos.

Figuras 2.10-7 e 2.10-8: Ponte de cabo de aço com tabuleiro danificado. As fotos mostram a mesma ponte vistoriada em abril/18 e janeiro/19, indicando que não houve manutenção nesta estrutura.



Figuras 2.10-9 e 2.10-10: Ponte de cabo de aço com acesso tomado por vegetação (esquerda) e com escora improvisada (direita). Data das imagens: 24/01/2019.



Figuras 2.10-11 e 2.10-12: Ponte Bento x Mariana em construção (esquerda) e após sua conclusão com tabuleiro de madeira aparentemente sem tratamento contra umidade e ataque de insetos/fungos (direita).



Figuras 2.10-13 e 2.10-14: Ponte de Ponte do Gama vista de ângulos diferentes, concluída desde a vistoria realizada no mês de abril/2018.



RECONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES:

- Na vistoria realizada em outubro/2018, foi possível constatar que 100% das intervenções de reconstrução de edificações vistoriadas (5 casas) na área urbana de Barra Longa, que foram indicadas como concluídas pela Fundação Renova estão inseridas em área de Dam Break e/ou em Área de Preservação Permanente do Rio do Carmo (Figuras 2.10-15 a 2.10-19). Estas intervenções foram classificadas como “não concluídas” pela Ramboll, pois não podem ser consideradas como moradias adequadas, uma vez que contraria as premissas do PG034 (Programa de Preparação às Emergências Ambientais), do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), da Lei Federal 12.608/2012, recomendações internacionais e do marco de Hyogo. Portanto, estas moradias não deveriam ser reconstruídas nestes locais.

Figuras 2.10-15, 2.10-16, 2.10-17 e 2.10-18: Edificações indicadas como "não concluídas" pela Ramboll. Todas se localizam em área de Dam Break e na Área de Preservação Permanente do Rio do Carmo. Data das imagens: 22/10/2018.



Figura 2.10-19: Edificação indicada como "não concluída" pela Ramboll. Está localizada na Área de Preservação Permanente do Rio do Carmo. Data da imagem: 22/10/2018.



REFORMA DE EDIFICAÇÕES:

- Com relação aos 26 estabelecimentos comerciais vistoriados, que foram reformados pela Fundação Renova e tiveram o status indicado como "concluído" pela mesma, 62% deles (16 itens) foram classificados como "não concluídos" pela Ramboll. Receberam esta classificação os imóveis que: (i) encontram-se inteira ou parcialmente inseridos na Área de Preservação Permanente do Rio do Carmo; (ii) apresentam problemas após a realização das obras de reforma, dentre os quais incluem: mofo e estufamento do reboco, trincas e fissuras nas paredes, fiação elétrica exposta ou ligação elétrica não concluída, transbordamento do esgoto pelos ralos; e (iii) imóveis que não tiveram suas reformas concluídas. Os demais 10 estabelecimentos comerciais foram classificados como "N/A", pois não foi possível confirmar se estes imóveis foram de fato reformados e/ou apresentam problemas.

- Das 94 reformas de edificações (residências) vistoriadas, indicadas como "concluídas" pela Fundação Renova, **34% delas (32 imóveis) foram classificadas como "não concluídas" pela Ramboll**, pois se refere aos itens que, além de se enquadrarem nesta condição, respeitam as seguintes condições locais: (i) estão localizadas em áreas de risco, assim consideradas pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil) ou pelos PMRRM (Planos Municipais de Redução de Risco); (ii) estão localizadas na área de Dam Break e (iii) estão localizadas nas Áreas de Preservação Permanente dos rios Gualaxo do Norte ou Rio do Carmo ou seus afluentes. **48 itens receberam o status "N/A"**, pois se tratam dos itens cujos endereços não foram encontrados, ou quando não foi possível confirmar se a obra foi concluída. **5 imóveis ainda não passaram por nenhum tipo de reforma e outros 9 imóveis estavam sendo reformados no momento da vistoria**, por isso receberam as respectivas classificações: "não iniciados" e "em processo", sendo que ainda grande parte destas edificações estão sendo consolidadas em áreas de risco de inundação ou deslizamento da CPRM, em APP's e/ou em área de Dam Break.

Figuras 2.10-20 e 2.10-21: Reforma de estabelecimento comercial indicada como "não concluída" pela Ramboll. Além de estar localizada na Área de Preservação Permanente do Rio do Carmo, o imóvel (Posto Quindumba) possui problemas no revestimento do piso (esquerda), várias trincas nas paredes (direita), problemas no reservatório de combustível, dentre outros. Data das imagens: 16/05/2018.



Figura 2.10-22: Reforma de estabelecimento comercial indicada como "não concluída" pela Ramboll. Foram observados problemas como estufamento do reboco, trincas, fiação elétrica exposta e intervenções inacabadas. Data das imagens: 16/05/2018.



Figuras 2.10-23 e 2.10-24: Estabelecimento comercial indicado como "não concluído" pela Ramboll, reformado pela Fundação Renova, confrontando pelas laterais e fundo com uma grande encosta não estabilizada.



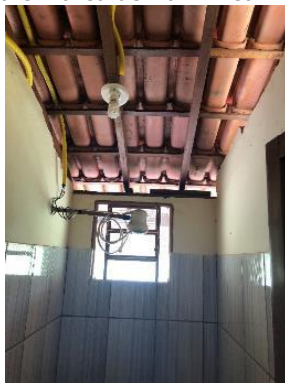
Figuras 2.10-25 e 2.10-26: Reforma da edificação não iniciada (de acordo com a proprietária foi feito apenas o fechamento do paiol com madeira, a casa possui várias trincas como mostrado na imagem à direita). Data das imagens: 28/11/2018.



Figuras 2.10-27 e 2.10-28: Reformas de edificações não concluídas (casas com muitas trincas, mofo e infiltrações), localizadas em área de Dam Break, a casa à esquerda está em APP. Data das imagens: 28/11/2018.



Figuras 2.10-29, 2.10-30 e 2.10-31: Ponto 552 – Reforma não concluída (destaque para o descascamento da pintura, banheiro sem forro/laje; quintal improdutivo), localizada em área de Dam Break. Data das imagens: 28/11/2018.



Observações

2.11 PG011 – Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- A CT-ECLET aprovou as ações emergenciais do programa que atenderam às necessidades dos municípios atingidos (Nota Técnica 09/março/2018). Em 28/06, o CIF emitiu deliberação aprovando, com ressalvas quanto ao orçamento, o escopo apresentado pela Fundação Renova para o PG011 - Etapa 3, que ficou com o seguinte objetivo: *“proporcionar a reintegração de alunos e profissionais às rotinas escolares, observada a situação anterior ao evento do rompimento da barragem de Fundão e fornecer acompanhamento pedagógico, psicopedagógico e de psicologia educacional para os alunos e profissionais das escolas impactadas e apoio pedagógico às escolas estaduais e municipais de Mariana e Barra Longa de acordo com as determinações do TTAC.”*

- Houve ajustes no escopo do Projeto de Apoio Psicopedagógico, que passa a atender escolas municipais e estaduais das redes de educação de Mariana e Barra Longa; e um novo projeto foi recentemente incluído, seguindo orientações da CT-ECLET, focado na elaboração participativa dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas provisórias e também de todas as escolas municipais e estaduais dos 4 municípios acima de Candongas. Assim, desde julho/2018, foram feitas as seguintes exigências no âmbito deste PG011 (NT 15/CT-ECLET): (a) Revisão e implementação urgente do acompanhamento pedagógico, psicopedagógico e de psicologia educacional para alunos e profissionais das escolas atingidas, incluindo documentação sobre as medidas a serem tomadas conforme autoridades locais de saúde e educação; (b) Providências para retomada do ensino integral na rede municipal de Mariana (MG) como escopo deste PG011 e não do PG033; (c) Providências para ampliação da Escola de Povoação em Linhares, ES; e (d) Inclusão de projetos compensatórios quanto ao Ensino Integral e Profissional em Minas Gerais e no Espírito Santo.

- Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG011) aprovado pelo CIF em junho/2018. Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Projeto de Escolas Temporária de Mariana – E.M. Bento Rodrigues e E.M. Paracatu de Baixo	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Escolas Temporária de Barra Longa – E.M. Gustavo Capanema e E.M. José de Vasconcelos Lanna	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de apoio psicopedagógico ao impactados em idade escolar, seus professores e familiares	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Apoio Pedagógico às Escolas Estaduais e Municipais de Barra Longa e Mariana	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Reintegração das escolas municipais impactadas de Mariana e Barra Longa	0%	25%	50%	75%	100%

○ **Projeto de Escolas Temporária de Mariana – E.M. Bento Rodrigues e E.M. Paracatu de Baixo (75%):**

Providências quanto a instalações, equipamentos e materiais escolares; Apoio à Comunidade Escolar - providência do transporte escolar (alunos, professores) e apoio às Festas, Celebrações e outras atividades extraclasse: Conforme atas das reuniões da Câmara Técnica (CT-ECLT) em 2018 e 2019, Relatos de visitas de Campo da Ramboll realizadas no final de 2018 e início de 2019, e Relatórios da Renova ao CIF de novembro/2018 a fevereiro/2019, em geral as demandas têm sido atendidas e as providências tomadas a tempo, conforme solicitado por professores e diretores. Há necessidade ainda de se verificar mais de perto como tem sido promovida a participação das famílias dos estudantes na apresentação de demandas e na tomada de decisões. Isto será monitorado agora no início de 2019 pelo acompanhamento da gestão do PPP participativo em cada escola.

Apoio aos Gestores - elaboração participativa e implementação do Projeto Político Pedagógico; Apoio aos Professores - assistência pedagógica; Orientação às Famílias: A Fundação Renova afirmou, em seus Relatórios

mensais e em reuniões da CT-ECLET, ter havido processo de elaboração dos PPPs nessas escolas; mas, conforme apurado em entrevistas com representante da Secretaria de Educação de Mariana (conforme Relatório de Campo da Ramboll realizado em fevereiro de 2019), foram executadas somente pesquisas sobre o tema com os professores e diretores. A construção do PPP pelas comunidades escolares não foi de fato iniciada nem foi possível ainda observar o nível de adesão e participação conseguido nas escolas. Isso deverá ser acompanhado ao longo de 2019.

- **Projeto de Escolas Temporária de Barra Longa – E.M. Gustavo Capanema e E.M. José de Vasconcelos Lanna (75%)**

Providências quanto a instalações, equipamentos e materiais escolares; Apoio à Comunidade Escolar - providência do transporte escolar (alunos, professores) e apoio às Festas, Celebrações e outras atividades extraclasse: De acordo com as mesmas fontes citadas no Projeto acima, embora na maior parte das vezes os materiais e serviços estejam sendo providos conforme necessidade/demanda, tem havido atrasos na entrega de alguns equipamentos ou infraestrutura, como no caso da Escola de Gesteira (conservação do edifício e disponibilização da internet, por exemplo); será necessário confirmar agora, no reinício das aulas, como está este item.

Apoio aos Gestores - elaboração participativa e implementação do Projeto Político Pedagógico; Apoio aos Professores - assistência pedagógica; Orientação às Famílias:

A Fundação Renova afirmou, em seus Relatórios mensais e em reuniões da CT-ECLET, ter havido processo de elaboração dos PPPs nessas escolas; mas, conforme apurado em entrevistas com a diretora do Departamento de Educação de Barra Longa (conforme Relatório de Campo da Ramboll realizado em fevereiro de 2019), nas escolas desse município foram executadas somente reuniões explicativas às famílias e pesquisas sobre o tema com alguns professores. A construção do PPP pelas comunidades escolares não foi de fato iniciada nem foi possível ainda observar o nível de adesão e participação conseguido nas escolas. Isto deverá ser acompanhado ao longo de 2019.

- **Processo de apoio psicopedagógico a crianças e jovens atingidos em idade escolar, seus professores e familiares (25%)**

Proporcionar apoio psicopedagógico aos impactados diretamente pelo evento em idade escolar até 03 anos após reassentamento: O maior questionamento por parte das Secretarias de Educação tem sido quanto à natureza do apoio oferecido, assim como ao seu alcance. A Fundação Renova considera como desafio (Relatórios mensais e ao CIF entre novembro/2018 e fevereiro/2019) promover o Apoio Psicopedagógico em articulação entre a Renova, a empresa contratada Compreender, e as Secretarias Municipais de Saúde de Mariana e Barra Longa, para atendimento médico em psicologia, psiquiatria, fonoaudiologia e terapia ocupacional (em interface com PG014). Constata-se que ainda não há clareza ou consenso entre a Renova e diferentes órgãos representados na Câmara Técnica quanto às demandas e melhores procedimentos. Foi cobrada multa da Renova (Deliberação nº 183 do CIF) por não atendimento à Cláusula 93.

Em seu Relatório ao CIF de 31/01/2019, a Fundação Renova afirma estar procedendo à contratação da Compreender para execução deste Processo, prevendo para junho/2019 o início dos serviços na forma exigida pelo CIF, que prevê: (a) Aplicação de intervenções específicas, focadas no transtorno diagnosticado⁷¹; e (b) As famílias de crianças com transtornos de aprendizagem devem aprovar os procedimentos e ser acompanhadas para orientação sobre possíveis modificações de comportamento.

O cumprimento dessas exigências deverá ser verificado nos locais onde foram aplicadas as intervenções específicas, incluindo: demandas e situações encontradas; como as famílias foram informadas; procedimento de aprovação ou desaprovação dos procedimentos; nível de acompanhamento; como é realizada a orientação sobre o comportamento dos filhos; tipos de laudos emitidos; encaminhamentos dados; resultados obtidos.

Será importante, a partir de março/2019, que seja feito um levantamento geral sobre a situação de crianças e jovens, quanto aos aspectos psicopedagógico e psicossocial, nos demais 41 municípios atingidos.

- **Projeto de Apoio Pedagógico às Escolas Estaduais e Municipais de Barra Longa e Mariana (25%)**

Proporcionar assistência pedagógica às escolas estaduais e municipais de Barra Longa e Mariana - elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico – PPP: A Fundação Renova Renova, nos documentos citados acima, relata ter havido "processo de elaboração dos PPPs das escolas"; mas, segundo as Secretarias Municipais, até fevereiro/2019 houve apenas reuniões explicando de que se trata; e somente

⁷¹ Crianças com TDH precisam de um atendimento diferente de crianças com dislexia. As intervenções duram de 3 meses a um ano e meio e são feitas com atendimento semanais de 50 minutos. (Fonte: Documento de Definições do PG011)

nas escolas municipais – nas estaduais ainda nada começou, sendo considerado pela Renova como um desafio a relação com as respectivas Superintendências Regionais de Ensino, com as quais foram marcadas reuniões de apresentação e articulação desse Projeto. Portanto, não foi iniciado o processo propriamente dito, não sendo possível observar o nível de adesão e participação conseguido nas escolas.⁷²

○ **Projeto de Reintegração das escolas municipais impactadas de Mariana e Barra Longa (0%)**

Este projeto somente poderá ocorrer, de forma completa, quando as novas vilas estiverem construídas. Poderá ser verificado em breve, porém, o nível de escuta das famílias e dos educadores quanto à proposta de estrutura física das escolas em construção. No momento, segundo o acompanhamento da área de Infraestrutura da Ramboll, as comunidades querem resolver a situação de cada família antes de discutir os equipamentos comuns.

Observações

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁷³ uma previsão orçamentária de R\$ 5.307.441,14 para o ano de 2019 para o PG011, sendo R\$4.677.882,39 para execução do projeto e R\$ 629.558,75 para apoio pedagógico e psicopedagógico, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2.11-01

EXECUÇÃO DO PROJETO	4.677.882,39
SEGURANÇA DAS ESCOLAS	508.051,01
INFRAESTRUTURA ESCOLAR E EQUIPAMENTOS	294.624,36
TRANSPORTE	2.379.633,61
ALUGUEL	399.553,98
ATIVIDADE DE SOCIALIZAÇÃO, ESPORTE, LAZER	502.717,10
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E INTELIGÊNCIA	124.552,34
ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE PROJETOS	312.500,00
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	156.250,00
APOIO PEDAGÓGICO E PSICOPEDAGÓGICO	629.558,75
ASSISTÊNCIA AOS IMPACTADOS	629.558,75
APOIO PSICOEDAGÓGICO	629.558,75

Em visitas de campo da Ramboll e em relatos de reuniões da CT-ECLET, observamos que o atendimento psicopedagógico pode ser uma demanda também em outros municípios (além de Mariana e Barra Longa), vide relato de professora de escola municipal de Santa Cruz do Escalvado. Dessa forma, indicamos a necessidade de um levantamento desta necessidade junto às redes municipais de educação dos demais municípios atingidos.

Sobre a educação em geral, já houve manifestação do CIF⁷⁴ no sentido de garantir mais recursos compensatórios nesta área, devido a seu potencial de geração de desenvolvimento e redução das desigualdades sociais. Projetos neste sentido já foram elaborados pelas Secretarias de Educação de Minas Gerais e do Espírito e estão sendo enviados à Fundação Renova.⁷⁵

⁷³ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

⁷⁴ Ata de 23ª reunião do CIF

⁷⁵ Ata da 32ª reunião do CIF

2.12 PG012 – Programa de Memória Histórica, Cultural e Artística

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- O escopo deste PG012 foi validado inicialmente pela NT nº 8 da CT-ECLET (março/2018), sendo em seguida aprovado pelo CIF (Deliberação nº 177) limitando-se, pela Cláusula 95 do TTAC, às comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. A Fundação Renova detectou, porém, a importância de estendê-lo a outras comunidades dos municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, tendo em vista as identidades culturais e geográficas das mesmas. Por outro lado, vários municípios atingidos da Bacia do Rio Doce possuem relevantes bens de valor histórico, arqueológico e artístico, tombados por órgãos estaduais e federal do patrimônio. Assim, a CT-ECLET solicita (NT nº 17, de 06/11/2018) que, com base na Cláusula 203 do TTAC, o programa de preservação da memória contemple municípios do Espírito Santo, podendo incluir por exemplo sítios históricos como o Porto de São Mateus e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina; e, em Minas Gerais, o Complexo Monumentos do Ibituruna.

- Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG012) publicado pela Fundação Renova em 29/06/2018. Em seguida, são realizados comentários a respeito:

	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Restauração/ Requalificação das capelas atingidas.					
Projeto de Museu Território – Centros de Memória					
Processo Inventário Participativo, Diagnóstico e Plano de Salvaguarda dos Bens de Natureza Imaterial					
Processo Inventário Participativo, Diagnóstico e Plano de Salvaguarda dos Bens de Natureza Material					
Processo Inventário Participativo, Diagnóstico e Plano de Salvaguarda dos Bens de Natureza Arqueológica					
Processo de Fomento às Atividades Esportivas, de Lazer, Ocupacionais, Culturais e Artísticas					

○ **Projeto de Restauração/ Requalificação das capelas atingidas. (50%):**

Bens Integrados e Móveis (inclui Reserva Técnica): A Reserva Técnica foi criada e mantida, garantindo a conservação e manutenção ambiental do acervo, assim como a integridade dos bens, possibilitando sua restauração e conservação. Mas houve pouco avanço em itens como processos participativos para destinação dos bens móveis da Reserva e para a elaboração dos Planos – o Museográfico e o de Qualificação do acervo. Em final de fevereiro/2018 estava sendo fechada a contratação de uma nova Assistência Técnica indicada pela Arquidiocese de Mariana para substituir a empresa anterior cujo contrato fora descontinuado; e ainda não haviam sido aprovados os projetos de restauração de bens móveis.

Essa situação foi verificada a partir de: (a) documentos apresentados pela Renova - Relatórios ao CIF (CIF034 de dez/2018 e CIF035 de jan/2019) e Apresentação da Renova em ppt sobre o andamento do PG12 na CT-ECLET de fev/2019; (b) observações da Ramboll - Relato Ramboll de entrevista com Museóloga da Arquidiocese de Mariana e da Reunião da CT-ECLET de fevereiro/2019; e (c) Ata da CT-ECLET de novembro/2018.

Bens Imóveis: Houve avanços quanto aos processos de restauração/manutenção das capelas atingidas, mas pouco se avançou na relação com a Arquidiocese de Mariana e as comunidades, num processo participativo de decisão sobre

projetos. Até fevereiro de 2019 não havia sido contratada uma Assistência Técnica para a Arquidiocese para qualificar os projetos executivos das 4 capelas atingidas.

Situação observada por: (a) visitas de campo da Ramboll - Relatos visita à Reserva e de entrevistas com Museóloga e com equipe de advogados da Arquidiocese de Mariana; (b) documentos apresentados pela Renova - Relatórios ao CIF (CIF034 de dezembro/2018 e CIF035 de jan/2019) e Apresentação da Renova em ppt sobre o andamento do PG012 na CT-ECLET de fevereiro/2019.

○ **Projeto de Museu Território – Centros de memória (0%)**

Projeto ainda não iniciado. O início da contratação para a implantação do Museu de Território - Centros de Memória está previsto, segundo documento da Fundação Renova, para fevereiro/2020.

Fontes - Fundação Renova: Relatórios ao CIF (CIF034 de dezembro/2018 e CIF035 de janeiro/2019) e Apresentação da Renova em ppt sobre o andamento do PG12 na CT-ECLET de fevereiro/2019.

○ **Processo de Inventário Participativo, Diagnóstico e Plano de Salvaguarda dos Bens de Natureza Imaterial (50%)**

Inventário e salvaguarda dos Bens Imateriais: Houve constante apoio da Fundação Renova a celebrações e festas ligadas à cultura tradicional e de âmbito religioso junto às 13 comunidades mais atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, conforme previsto no escopo deste PG012. Além disso, segundo a Fundação Renova, foram realizadas 50 oficinas da “Etapa de Identificação” de bens imateriais e materiais com comunidades, sendo: 18 em Mariana (porém, sem informar à prefeitura); 18 em Santa Cruz (sem informar à prefeitura, à Assessoria Técnica nem à Comissão de Atingidos); 10 em Rio Doce; e 4 em Barra Longa. As próximas duas etapas devem se estender até outubro/2019. A Renova prevê para 2019 a conclusão do diagnóstico participativo de referências culturais e o início da implementação das ações dele decorrentes.

Situação verificada em: (a) documentos da Fundação Renova - Relatórios Mensais de atividades no período, Site da Renova e Apresentação da Renova em ppt sobre o andamento do PG12 na CT-ECLET de fevereiro/2019; (b) observações de campo efetuadas pela Ramboll (Relatórios de visitas de campo na região com entrevistas a atores locais); e (c) Registros das reuniões da CT-ECLET em novembro/2018 (Ata) e em fevereiro/2019 (Relatório Ramboll).

Inventário e salvaguarda dos Bens Materiais: Houve apoio da Fundação Renova em medidas emergenciais para resgate de bens materiais imóveis, móveis e integrados; mas ainda deixam a desejar os processos de diagnóstico e planejamento participativos com efetiva escuta às comunidades atingidas e demais instituições envolvidas, de modo a se identificar, reconhecer e promover a salvaguarda do Patrimônio Material e a elaboração conjunta de projeto de restauração /requalificação dos imóveis. Está havendo atraso no restauro de bens tombados em Barra Longa. Não foi efetivado ainda, conforme previsto, o contrato de empresa terceirizada para avaliar os Projetos de restauração.

Situação constatada por meio de: (a) documentos da Fundação Renova - Relatórios ao CIF (CIF034 de dezembro/2018 e CIF035 de janeiro/2019) e Apresentação da Renova em ppt sobre o andamento do PG12 na CT-ECLET de fevereiro/2019; (b) observações de campo efetuadas pela Ramboll - Relatórios de visitas de campo na região com entrevistas a atores locais; e (c) Registros das reuniões da CT-ECLET em novembro/2018 (Ata) e em fevereiro/2019 (Relatório Ramboll).

○ **Processo Inventário Participativo, Diagnóstico e Plano de Salvaguarda dos Bens de Natureza Arqueológica (25%)**

A Fundação Renova promoveu excessiva busca por bens soterrados; relata que, ao final de 2018, 16 sítios arqueológicos estavam em análise e que, em fevereiro/2019, haviam identificado “em torno de 20 sítios”. Mas tem havido várias contestações quanto ao processo de levantamento e de inventário dos bens arqueológicos, como o modo de prospecção das áreas recobertas pelos rejeitos, ou o não reconhecimento de possíveis sítios afetados em outras áreas ainda não estudadas, dentre outros questionamentos. A Fundação Renova ainda não fez a avaliação sobre os danos sofridos nos sítios arqueológicos identificados; e não concluiu o plano de gestão dos bens arqueológicos identificados em parceria com o IPHAN e as comunidades envolvidas. A equipe da Renova considera um desafio a recente solicitação de que se proceda ao Monitoramento Arqueológico das atividades de Candongas.

Situação constatada a partir de: (a) Apresentação de estudo da Lactec sobre bens arqueológicos atingidos na região; (b) documentos da Fundação Renova - Relatórios mensais de atividades e Apresentação da Renova em ppt sobre o andamento do PG12 na CT-ECLET de fevereiro/2019; (c) observações de campo efetuadas pela Ramboll - Relatórios de visitas de campo na região com entrevistas a atores locais; e (d) Registros das reuniões da CT-ECLET em novembro/2018 (Ata) e em fevereiro/2019 (Relatório Ramboll).

○ **Processo de Fomento às Atividades Esportivas, de Lazer, Ocupacionais, Culturais e Artísticas (75%)**

De modo geral, a Fundação Renova vem apoiando e fomentando atividades de lazer, esporte e cultura nas comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa, conforme previsto no escopo do Programa. Há, porém, questionamentos de prefeituras e comissões de atingidos sobre a relevância e os custos de determinadas iniciativas da Renova quanto a atividades realizadas no âmbito deste Processo, tendo sido apontada uma persistente falta de diálogo nesse sentido.

Essa situação foi constatada a partir do acompanhamento presencial (registrado em Relatórios) e das Atas de reuniões da CT-ECLET, inclusive as duas últimas referentes ao período de novembro/2018 a fevereiro/2019; e dos Relatórios mensais de atividades da Renova, assim como do Site dessa Fundação.

Observações

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁷⁶ uma previsão orçamentária de R\$ 18.479.203,00 para o ano de 2019, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2.12-01

EXECUÇÃO DO PROGRAMA	
MONITORAMENTO RESGATE ARQUEOLÓGICO EMERG	59.778
ATIVIDADES CULTURAIS	765.276
MONITORAMENTO RESGATE ARQUEOLÓGICO	10.319.725
RESTAURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO CAPELAS ATIGIDAS	560.860
MUSEU TERRITÓRIO E CENTRO DE MEMÓRIA	500.000
BENS DE NATUREZA MATERIAL	5.973.564

⁷⁶ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

2.13 PG013 – Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- O Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esportes e Lazer, previsto na Cláusula 101 a 105 do TTAC, teve seu escopo aprovado, com ressalvas, pela Deliberação 239 do CIF, de 30/11/2018. Seus projetos são embasados pelos diagnósticos previstos na Cláusula 101 do TTAC, sobre o impacto nas áreas de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer em 39 municípios. Finalizado em 2016, não foi, porém, validado em todos os municípios até então. Outros novos quatro municípios (incluídos pela Deliberação nº 58 CIF) tiveram diagnóstico concluído em dezembro/2018. Outros dois municípios (Ponte Nova e Sooretama) têm o prazo de entrega do diagnóstico previsto para março/2019.

- Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG013). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Valorização e Preservação Cultural	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Incentivo à Leitura	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto Especial de Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico através do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer na Foz do Rio Doce e em Mariana	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto Edital Doce	0%	25%	50%	75%	100%

○ Projeto de Fortalecimento das Políticas de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (0%)

Prevê: a capacitação de agentes públicos, conselheiros municipais e líderes comunitários (Reparatório), conforme modelos das Secretarias Estaduais; e a elaboração e assistência técnica para a implementação simultânea dos Planos Participativos de Cultura e/ou Turismo e/ou Esporte e Lazer, conforme demandas locais, bem como dos Conselhos Municipais, Planos Setoriais e Fundos Municipais. A Renova enviou ao CIF, em dezembro/2018, as minutas dos termos de referência para contratação de empresas especializadas para a execução dessas ações. Os respectivos TRs estão sob análise final da CT-ECLET. Outra ação prevista é a implantação ou modernização de equipamentos de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Trata-se de ação direcionada às prefeituras, para a qual a Fundação Renova ainda não apresentou TR para análise da CT-ECLET. O orçamento desta ação prevê um investimento médio de R\$ 1.000.000,00 por Município, devendo ocorrer em 2020. Na área de lazer, foram apresentadas pela Câmara Técnica demandas relacionadas ao uso do Rio Doce, até então não atendidas pela Fundação Renova.

O cumprimento do item “d”, da Cláusula 104 do TTAC⁷⁷, de cunho reparatório, está restrito aos Municípios de Mariana e Linhares. Não houve progresso ao longo de 2 anos, desde a conclusão dos diagnósticos de impacto previstos na Cláusula 101. A Fundação Renova entende que essa ação depende da elaboração dos planos locais de lazer e esportes. No entanto, os mesmos diagnósticos já apontaram as comunidades que tiveram perdas mais significativas em relação ao lazer no rio Doce. O CIF solicitou providências da Fundação Renova a partir de janeiro/2019. Na sequência, a

⁷⁷ “Apresentação de proposta, elaborada em conjunto com as comunidades impactadas, para o enfrentamento das perdas do ambiente necessário para a realização de práticas de lazer, esporte e sociabilidade, a ser validado pelos órgãos públicos”

Fundação Renova solicitou dilação de prazo por 90 dias. Em fevereiro de 2019, a CT-ECLET solicitou à FR a apresentação de um plano de atendimento emergencial para implantação imediata nos casos que considera mais críticos: Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Governador Valadares, Conselheiro Pena e Tumiritinga.

○ **Projeto de Apoio ao Programa Estrada Real (0%)**

Prevê a reparação dos trechos da Estrada Real impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. Os contatos da Fundação Renova com o Instituto Estrada Real/FIEMG ainda não renderam frutos. Não foi implementada a discussão, com a Prefeitura de Mariana e comunidades impactadas (Santa Rita Durão, Camargos e Bento Rodrigues), de projetos que possam ser desenvolvidos em cooperação com a FUNDAÇÃO para a revitalização turística da Estrada Real no trecho afetado. Além do trecho da Estrada Real soterrado pela lama, outro trecho foi inundado, posteriormente ao desastre, devido à construção de dique de contenção. Foi indicada pela CT-ECLET a necessidade de articulação com os estudos arqueológicos da região. Há ainda questões de previsão orçamentária, pois os recursos para este projeto estavam inicialmente alocados em Programa ligado à área de Infraestrutura, e devem migrar para este PG013.

○ **Projeto de Valorização e Preservação Cultural (0%)**

A Fundação Renova enviou minuta de termo de referência para contratação da execução de Inventário de bens materiais e imateriais dos municípios atingidos. Objetiva-se, com o mesmo, o incremento das políticas municipais e estaduais de preservação do patrimônio. Outra ação planejada é a campanha de auto declaração de grupos, coletivos e entidades culturais para acesso à Plataforma Rede Cultura Viva, em parceria com os governos de MG e ES.

○ **Projeto de Incentivo à Leitura (0%)**

As ações deste projeto se referem à capacitação de bibliotecários, diagnósticos das bibliotecas, implementação do plano de leitura e apoio a campanhas. A Câmara Técnica recomendou a priorização dos municípios que não têm biblioteca pública aberta: Córrego Novo, Fernandes Tourinho e Sobralia em Minas Gerais; e Linhares, no Espírito Santo, com especial atenção ao fortalecimento das bibliotecas comunitárias nos povoados de Regência e Povoação. Segundo a Fundação Renova, no final de 2018 estavam sendo tomadas providências para a contratação do diagnóstico das bibliotecas. Portanto, as ações deste projeto ainda não avançaram tendo havido somente algumas reuniões com responsáveis por bibliotecas em alguns municípios. A CT-ECLET solicitou que seja iniciada a capacitação em 2019 e que, por meio dela, os próprios participantes elaborem os respectivos diagnósticos locais.

○ **Projeto Especial de Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico através do Turismo, Cultura, Esporte e Lazer na Foz do Rio Doce e em Mariana (25%)**

A Fundação Renova elaborou um calendário de festas e celebrações em Mariana, assim como nas comunidades de Regência e Povoação (Linhares, ES), em parceria com as comunidades e as prefeituras. Vários tipos de apoio financeiro foram concedidos para eventos como "Natal de Luz" em Mariana e "Projeto Verão" em Linhares. Outra ação iniciada é a realização de cursos de capacitação, em parceria com o Sebrae, voltados para negócios locais focados no turismo. No entanto, houve críticas à natureza de alguns desses cursos do Sebrae por não corresponderem à realidade ou à potencial demanda nas regiões em que foram oferecidos.

As duas versões desse Programa Especial (Foz e Mariana) foram considerados insuficientes pela CT-ECLET, pela Prefeitura de Mariana e pelo Governo do Espírito Santo⁷⁸. O entendimento é que as ações principais devem estar focadas na infraestrutura. Desta forma, o Governo do ES apresentou um parecer onde inclui demandas de acesso viário na região da Foz, já encaminhado à Fundação Renova. Uma oficina com técnicos de várias áreas do governo estadual foi realizada em dezembro/2018, em Vitória/ES, na qual se chegou ao consenso de que este programa tem caráter de apoio ao desenvolvimento regional. Foi estabelecido um calendário inicial de discussão envolvendo comunidades da Foz, Governo e Renova. No caso de Mariana, ainda não houve uma discussão conjunta sobre o Projeto Especial que envolvesse Prefeitura, Comunidades e Fundação Renova.

○ **Projeto Edital Doce (0%)**

Consiste na abertura de edital anual, voltado para projetos relacionados a: Incentivo à Cultura Popular e Tradicional; Turismo; Lazer e Esporte; Incentivo à Leitura; Fomento às Artes e Apoio à Criação e fortalecimento de Pontos de Memória e Pontos de Cultura. Deliberação CIF embasada em Nota Técnica da CT-ECLET define que a distribuição dos recursos deverá ser diferenciada entre municípios mineiros e capixabas, atendendo à solicitação das duas secretarias estaduais envolvidas. Em Minas Gerais, a distribuição de recursos será por edital aberto a pessoas físicas e jurídicas. No Espírito Santo, a distribuição será centralizada nos fundos estaduais das respectivas secretarias (Cultura, Turismo, Esportes), enquanto os municípios não criam seus próprios fundos setoriais.

⁷⁸ Conforme NT 16 da CT-ECLET

A primeira versão do TR desse edital foi enviado à CT em dezembro/2018, mas foi muito criticado na reunião seguinte (fevereiro/2019). Aguarda-se o envio de nova versão pela Fundação Renova, para análise da CT-ECLET.

Observações

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁷⁹ uma previsão orçamentária de R\$ 19.671.974,00 para o ano de 2019 para o PG013, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2.13-01

FOMENTO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	16.069
FOMENTO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - ESTRUTURADO	217.987
POLÍTICAS DE CULT, TUR, ESP E LAZER	5.836.667
APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	4.040.197
Sub total	10.110.920
FOMENTO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E L	14.464
REVITALIZAÇÃO DA ESTRADA REAL	758.095
INCENTIVO À CULTURA	2.526.551
PROJETO EDITAL DOCE	5.143.723
VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO CULTURAL	1.118.222
Sub Total	9.561.054
TOTAL	19.671.974

O Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esportes e Lazer (PG013) foi objeto de discussão durante dois anos junto à Câmara Técnica de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo. Há uma insatisfação dos técnicos ligados às prefeituras e governos estaduais que compõe essa CT devido aos atrasos e postergações, pela Fundação Renova, do início da implementação do Programa. Em menor grau, colaboraram para esse atraso as mudanças de representações na Câmara, levando a muitos recomeços de discussões com novos membros.

A Fundação Renova não demonstrou esforço em validar os diagnósticos concluídos em 2017, junto aos municípios, alegando falta de pessoal para esse trabalho. Da mesma forma, mesmo diante das demandas concretas apresentadas pela Câmara Técnica – em relação à pesca esportiva e lazer no entorno do reservatório de Candonga e à área de recreação infantil às margens do Rio Doce no município de Conselheiro Pena – limitou-se a procurar parceria com universidades, ainda não formalizadas, para desenvolver um plano de atendimento a demandas de lazer nas comunidades impactadas.

Além da morosidade e do descaso a serem corrigidos, merecem atenção, na condução desse Programa, a necessidade de envolvimento das representações de pessoas e segmentos econômicos atingidos no monitoramento e avaliação das ações. Ao nível do poder público municipal, há precariedade nesse acompanhamento, seja por insuficiência de bases técnicas ou desconhecimento de situações locais, que precisam ser superados.

O fomento à cultura e às artes deve ser pensado como instrumento para planejar o desenvolvimento regional. A importância da economia criativa tem crescido na sociedade brasileira e o segmento do turismo é um dos caminhos para diversificar a economia regional, principalmente da região de Mariana e do litoral capixaba. Nesse sentido, o projeto especial que compõe este PG013 deve ser conduzido com embasamento técnico robusto que permita produzir os efeitos esperados junto às comunidades e municípios por ele abrangidos.

⁷⁹ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

2.14 PG014 – Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada

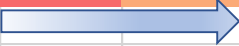
Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Este Programa ainda não tem sua definição aprovada pela CT-Saúde e CIF. Foram emitidas duas Notas Técnicas (04/2018 e 09/2018) e uma Deliberação (nº 219) que estipularam as bases mínimas para a definição do PG014. A última versão apresentada pela Fundação Renova foi em novembro/2018.

As bases mínimas definidas pela CT-Saúde estabeleceram como eixos estruturantes do PG014: (i) assistência à saúde; (ii) vigilância em saúde; (iii) estudos e (iv) a participação social.

Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG014). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

	0%	25%	50%	75%	100%
Definição do Programa					
APOIO E FORTALECIMENTO DO SUS					
Implantação de Equipe multiprofissional para acompanhamento das famílias impactadas	0%	25%	50%	75%	100%
Articulação com as Assessorias Técnicas	0%	25%	50%	75%	100%
Apoio técnico para identificação de impactos decorrentes do rompimento da barragem e definição de ações	0%	25%	50%	75%	100%
Inclusão das ações do Programa no Mapa de interfaces com outros Programas da Fundação Renova	0%	25%	50%	75%	100%
Elaboração dos Planos de Ação Municipais de Reparação em Saúde	0%	25%	50%	75%	100%
Profissionais capacitados para prática dos protocolos assistenciais definidos para a população impactada	0%	25%	50%	75%	100%
Suporte à implantação de sistemas de informação	0%	25%	50%	75%	100%
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO					
Elaboração e execução do Plano de Monitoramento da qualidade da água para consumo humano	0%	25%	50%	75%	100%
Elaborar estratégias de comunicação com a população local	0%	25%	50%	75%	100%

ESTUDOS EPIDEMIOLÓGICOS E TOXICOLÓGICOS DAS ÁREAS ATINGIDAS					
Consolidação dos Estudos já realizados	0%	25%	50%	75%	100%
					
Realizar estudo de avaliação de risco à saúde humana (ARSH):	0%	25%	50%	75%	100%
					
Elaborar estratégias de comunicação com a população local	0%	25%	50%	75%	100%
					
Estudos Epidemiológicos e toxicológicos	0%	25%	50%	75%	100%
					

• **Definição do Programa (25%):**

A última versão apresentada pela Fundação Renova (novembro/2018) incorporou parcialmente o conteúdo das Notas Técnicas. Porém, o documento apresenta diversas inconsistências, divergências e contradições no detalhamento dos subprogramas, ações, prazos, objetivos, definição de população atingida entre outros, tendo sido rejeitado pela CT-Saúde, conforme Nota Técnica 12/2018 da CT-Saúde e Notificação nº 23/2018-DCI/GABIN do CIF.

- **Apoio e Fortalecimento do SUS:** Compreendido como desenvolvimento de ações de planejamento, atenção (assistência e vigilância), promoção de saúde, gestão, educação em saúde e capacidade de resposta das Redes Locais de Saúde, considerando as especificidades territoriais⁸⁰. No processo de apoio e fortalecimento ao SUS está incluída a Cláusula 107 do TTAC que prevê a elaboração de programa para prestar apoio técnico para o atendimento às prefeituras de Mariana e Barra Longa na execução dos planos de ação de saúde ou das ações de saúde já pactuados até a presente data em função dos efeitos decorrentes do EVENTO.

A Nota Técnica nº 09/2018 da CT-Saúde e a Deliberação CIF nº 219 definiu, além das bases mínimas do Programa, pelo estabelecimento de fluxos e formato para o "Apoio e Fortalecimento do SUS", com a realização de oficinas para a construção de Planos de Ação em Saúde pelos municípios atingidos.

a) **Implantação de Equipe multiprofissional para acompanhamento das famílias impactadas (0%):**

No documento apresentado pela Fundação Renova, não está claro do que se trata esta equipe e esta proposta não foi discutida com a Câmara Técnica. Trata-se de uma equipe da Fundação Renova? Vai atuar nas redes locais de saúde? O Sistema Único de Saúde (SUS) tem uma série de equipes e serviços de saúde normatizados (Saúde da Família, NASF, Saúde Mental, Vigilância em Saúde: ambiental, epidemiológica, zoonoses; entre outras); Não está clara qual a aderência da proposta com a política de saúde. Há uma possibilidade de sobreposição ou interferência com a construção dos Planos de Ação dos Municípios.

b) **Articulação com as Assessorias Técnicas (0%)**

Até o momento, a Fundação Renova não estabeleceu nenhuma articulação com as Assessorias Técnicas já atuantes nos territórios.

c) **Apoio técnico para identificação de impactos decorrentes do rompimento da barragem e definição de ações (0%)**

Os estudos já previstos têm condições de identificar e apresentar recomendações e ações para os impactos e danos à saúde em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Este item aparece no documento da Fundação Renova como mais uma estratégia para definição e estabelecimento de nexos de causalidade. Ainda que no caso da saúde a população atingida sofrerá danos e/ou o agravamento das suas condições de saúde em decorrência do rompimento.

⁸⁰ Notas Técnicas nºs 04/2018 e 09/2018 CT-Saúde

d) Inclusão das ações do Programa no Mapa de interfaces com outros Programas da Fundação Renova (25%)

Houve pequeno avanço na definição e apresentação de interfaces com outros Programas da Fundação Renova. Isso aparece, principalmente, no documento de Definição do Programa versão novembro/2018. Todavia, a gestão de interfaces apresentada no relatório PMO – Apresentação Executiva de Programas (janeiro/2019) é mais ampla que a versão constante da Definição do Programa (novembro/2018).

e) Elaboração dos Planos de Ação Municipais de Reparação em Saúde (0%)

Apesar de a Fundação Renova incorporar no documento de Definição do Programa a elaboração de Planos de Ações, não está claro a abrangência, duração e recursos envolvidos. Os indicadores propostos no documento da Fundação Renova para avaliação da execução do projeto estão restritos à implantação de protocolos. Ao contrário do que está disposto nas NT nºs 04/2018 e 09/2018 e Deliberações CIF nºs 172 e 219. No documento PMO – Apresentação Executiva de Programas da Fundação Renova (janeiro/2019), há previsão de aprovação de APRO junto ao Conselho Curador da Fundação Renova, porém essa discussão ou a apresentação de uma proposta de Planos de Reparação não foi discutida com a CT-Saúde.

f) Profissionais capacitados para prática dos protocolos assistenciais definidos para a população impactada (0%)

Não há nenhuma estratégia definida ou apresentada pela Fundação Renova, nem a identificação de quais são ou seriam as principais demandas para capacitação e formação.

g) Suporte à implantação de sistemas de informação (0%)

Não há estratégia definida ou apresentada pela Fundação Renova.

- **Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano:** *procedimento programado de amostragem, mensuração e subsequente registro das diversas características da água e avaliação da qualidade da mesma para consumo humano*⁸¹

a) Elaboração e execução do Plano de Monitoramento da qualidade da água para consumo humano (25%)

O monitoramento tem sido executado, mas são necessárias constantes e frequentes correções e ajustes pela CT-Saúde: Deliberação nº 265; Nota Técnica nº 16/2019 da CT-Saúde; Deliberação nº 247; Nota Técnica CT-Saúde nº 11/2018. O prazo definido para o monitoramento é de 10 anos, mas a CT-Saúde manifestou que pode haver alterações no prazo em função dos resultados e série histórica. Todavia a Fundação Renova trabalha com o prazo de 02 anos (Definição do Programa – novembro/2018).

b) Elaborar estratégias de comunicação com a população local (0%)

A NT nº 11/2017 não aponta como atribuição da CT-Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social a estratégia de comunicação das informações disponibilizadas pela CT-Saúde. A própria CT-Saúde organizou um Grupo Técnico de Comunicação para a elaboração e construção da estratégia de Comunicação de Risco e Informação em Saúde para a população atingida.

- **Estudos Epidemiológicos e Toxicológicos das áreas atingidas:** *o TTAC prevê a realização de estudos epidemiológico e toxicológico para identificar o perfil epidemiológico e sanitário retrospectivo, atual e prospectivo dos moradores de Mariana até a foz do Rio Doce, de forma a avaliar riscos e correlações decorrentes do rompimento da barragem. Que em Mariana e Barra Longa deve ser organizado programa para prestar apoio técnico para o atendimento às prefeituras de Mariana e Barra Longa na execução dos planos de ação de saúde ou das ações de saúde já pactuados até a presente data em função dos efeitos decorrentes do EVENTO*⁸².

A Nota Técnica nº 06/2018 da CT-Saúde e a Deliberação CIF nº 197 determinaram a celebração de Acordos de Cooperação Técnica entre a Fundação Renova e Fundações de Apoio e Amparo à Pesquisa, para a realização dos Estudos Epidemiológico e Toxicológico.

⁸¹ Nota Técnica nº 10/2017 CT-Saúde

⁸² Cláusulas 111 e 112 do TTAC

a) Consolidação dos Estudos já realizados (0%)

Até o momento, alguns membros da Câmara Técnica têm acesso ao SharePoint da Fundação Renova. Todavia, as informações a que têm acesso são restritas às ações em desenvolvimento no âmbito do Programa. Não há acesso compartilhado a um ambiente de informação de *"dados ambientais e socioambientais coletados pelos diversos Programas da Fundação Renova e outros institutos de pesquisa, de forma a possibilitar a utilização das informações no planejamento das ações dos diversos Programas"*.

b) Realizar estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) (25%):

O Estudo de ARSH está sendo desenvolvido pela empresa Ambios. Há uma boa interlocução da empresa com a Câmara Técnica. A Fase I está em conclusão e envolve os municípios de Mariana, Barra Longa e Linhares. Estão previstas mais duas fases. A área de abrangência (FASES – apresentadas no momento da contratação da empresa) das FASES II e III será objeto de rediscussão no âmbito da CT-Saúde. Devido à postura cobrada pela CT-Saúde de independência e não interferência na realização do estudo pela Fundação Renova, Comissões e Assessorias Técnicas têm apresentado boa aceitação e participação na realização do estudo. A independência da empresa contratada em relação à Fundação Renova é elemento essencial para a boa condução do estudo em seus aspectos éticos, de qualidade e competência, assim como de aceitação pela população atingida. A empresa segue a metodologia validada e aprovada pelo Ministério da Saúde para a realização de estudos de Avaliação de Risco à Saúde. O segundo relatório parcial da empresa sobre o estudo foi enviado para a CT-Saúde em janeiro/2019 e contém os contaminantes de interesse e rotas de exposição para Mariana e Barra Longa.

c) Elaborar estratégias de comunicação com a população local (0%)

Nenhum avanço ou proposta da Fundação Renova. A NT nº 11/2017 não aponta como atribuição da CT-Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social a estratégia de comunicação das informações disponibilizadas pela CT-Saúde. A própria CT-Saúde organizou um Grupo Técnico de Comunicação para a elaboração e construção da estratégia de Comunicação de Risco e Informação em Saúde para a população atingida.

d) Estudos Toxicológico e Epidemiológico (0 ou 10%)

Ao contrário do ocorrido com a contratação da empresa Ambios, a Fundação Renova tem atuado para controlar e conduzir de maneira mais incisiva o processo de definição e contratação dos Estudos Toxicológicos e Epidemiológicos. Apresentaram por duas vezes um formato de contratação de instituições de pesquisa que não foi aprovado pela CT-Saúde. Ante esse contexto, a CT-Saúde elaborou a NT nº 06/2018 para a celebração de *"Acordo de cooperação técnica entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo e Fundação Renova"*, aprovada pela Deliberação CIF nº 197. Em janeiro/2019 a Fundação Renova apresentou minuta do Termo de Acordo e a CT-Saúde elaborou parecer indicando correções e adequações – NT nº 15/2019 e Deliberação CIF nº 264/2019. Nenhum estudo está em execução ou tem previsão de início. No dia 19/02/2019, a CT-Saúde realizou, em Belo Horizonte, a *"Oficina – Mobilização de pesquisadores para a construção de uma agenda de pesquisa e estudos de saúde na Bacia do Rio Doce"*. Participaram pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A CT-Saúde vetou a participação da Fundação Renova em decorrência das dificuldades e ingerências por parte da Fundação Renova neste processo. Todavia, a oficina foi custeada pela Fundação Renova como ação integrante do PG014.

Segundo a deliberação CIF nº 219, determina-se:

a) Oficinas e Seminários para construção de Planos de Ação de Saúde dos Municípios (25%):

Foram realizadas oficinas em Mariana (novembro/2018), na qual participaram 27 municípios mineiros atingidos, Barra Longa (dezembro/2018) e Linhares (novembro/2018), em que 7 municípios capixabas participaram. Outras oficinas deverão ocorrer a partir de março 2019. A CT-Saúde vetou a participação da Fundação Renova nas oficinas em função das tratativas isoladas e restrições que a Fundação Renova exerce no processo de construção e elaboração dos Planos. Há dificuldade técnica e política por parte dos municípios em identificar os impactos à saúde da população; dificuldade técnica em elaborar os Planos por parte das Secretarias Municipais; Visualiza-se a necessidade de articulação entre: Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Assessorias Técnicas e Comissões de Atingidos, MP, Defensorias para integração e superação das dificuldades técnicas e políticas observadas.

Adicionalmente, há **Planos de Ações em Saúde de Mariana e Barra Longa (Cláusula 107 do TTAC) (25%):**

O Plano de Ação de Mariana, já apresentado por este município, continua sem avaliação da CT-Saúde, uma vez que esta questão foi judicializada na Comarca de Mariana e a Fundação Renova sinalizou que não irá se manifestar até que a ação movida pelo representante do MPMG em Mariana tenha sentença proferida, conforme Ofício CT-Saúde nº 08/2018, de 26/11/2018, enviado para a presidência do CIF. Quanto ao Plano de Ação de Barra Longa, a Fundação

Renova tem sistematicamente se recusado a estabelecer diálogo e discussões para a atualização do Plano de Ação, apesar de no documento de definição do Programa constar essa ação: "*articulação com as assessorias técnicas*", bem como tem postergado o início das ações já deliberadas pelo CIF para o município (Deliberação CIF nº 252), tendo sido, inclusive, já notificado do descumprimento de deliberação: Notificação nº 2/2019-CIF/GABIN.

Observações

A Fundação Renova prevê disponibilizar R\$ 128 milhões para o novo Programa, sendo que 60% será utilizado para estudos, 25% para fortalecimento do SUS e 15% para monitoramento da qualidade da água de consumo humano. Todavia, não é possível observar no documento apresentado pela Fundação Renova nenhum detalhamento, estimativa, cronograma orçamentário ou justificativa que corrobore ou fundamente os valores apresentados.

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁸³ uma previsão orçamentária de R\$ 25.252.140,00 para o ano de 2019 para o PG014, sendo R\$ 21.932.412,00 para apoio e fortalecimento de política pública/assistência aos impactados e R\$ 3.319.728 para estudo epidemiológico e toxicológico das regiões impactadas, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2.14-01

APOIO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA	
ASSISTÊNCIA AOS IMPACTADOS	
PLANO MITIGAÇÃO IMPACTOS SAÚDE	1.286.975
DEMANDAS EXTRAS (MEDICAMENTOS E OUTRAS DESPESAS)	128.771
PLANOS DE REPARAÇÃO EM SAÚDE BARRA LONGA	3.500.000
REFORMA CAPSIJ	2.250.000
PLANOS DE REPARAÇÃO EM SAÚDE MUNICIPAIS	8.266.667
PLANOS DE REPARAÇÃO EM SAÚDE MARIANA	6.500.000
Sub Total	21.932.412
ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO E TOXICOLÓGICO DAS REGIÕES IMPACTADAS	
ASSISTÊNCIA AOS IMPACTADOS	
ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO PARCERIA INSTITUCI	3.075.000
CONSULTORIA TÉCNICA INTERNACIONAL	244.728
Sub Total	3.319.728
TOTAL	25.252.140

Com exceção dos municípios de Mariana e Barra Longa, nos quais a Fundação Renova tem executado ações emergenciais e pactuadas antes da celebração do TTAC, para o PG014, a Fundação Renova tem executado nos outros municípios atingidos apenas as ações de monitoramento da qualidade da água para consumo humano. Em Mariana, não há participação da comissão de atingidos e da assessoria técnica, mas os relatos trazidos pela Secretaria de Saúde do município são de insatisfação. Em Barra Longa, há uma recusa sistemática da Fundação Renova em aperfeiçoar as ações já em andamento, mesmo identificados diversos impactos à saúde, bem como em discutir e construir propostas e ações junto com a comunidade e assessoria técnica.

Apesar de a Fundação Renova incorporar no documento de Definição do Programa (versão de novembro/2018) a elaboração de Planos de Ações, não está claro a abrangência, duração e recursos envolvidos. Os indicadores propostos no documento da Fundação Renova para avaliação da execução do projeto estão restritos à implantação de protocolos. Ao contrário do que está disposto nas NT nºs 04/2018 e 09/2018 e Deliberações CIF nº 172 e 219. No Relatório Executivo de Programas (janeiro/2019), há previsão de aprovação de APRO junto ao Conselho Curador da Fundação Renova de "Planos de Reparação" do PG014, porém essa discussão ou a apresentação de uma proposta de Planos de Reparação não foi discutida com a CT-Saúde. Por outro lado, a Fundação Renova tem alegado em seus documentos, repetidamente, que há articulação e/ou aderência à política de saúde, mas não é isso que fica evidenciado a partir dos pareceres da CT-Saúde.

⁸³ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

A forma como a Fundação Renova tem conduzido o PG014 tem ocasionado novas e sistemáticas violações de direitos dos atingidos. Principalmente, por uma postura mais incisiva da Fundação Renova em somente concordar com a execução de qualquer ação de saúde depois de definido e estabelecido um nexó de causalidade. Postura que tem contribuído para o agravamento da situação de saúde das populações e comunidades atingidas ao longo da bacia do Rio Doce e zona costeira capixaba.

2.15 PG015 – Programa de Promoção à Inovação

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Dentre os itens do escopo do PG015, estão aprovados pelo CIF: a execução dos estudos para viabilização de selo de certificação de uso produtivo do rejeito e o lançamento de chamadas públicas em parceria com a FAPEMIG e FAPES. É importante ressaltar que a definição do programa como um todo, apresentada em novembro/2017, ainda não foi analisada e validada pela CT-EI e/ou pelo CIF.

Subprograma de uso produtivo do rejeito da mineração presente no sedimento do rio

Referente a este subprograma, a Fundação Renova desenvolveu estudo que apresentou viabilidade técnica-econômica do uso do rejeito. Entretanto, o desenvolvimento de processo de rotulagem e certificação (“selo verde”) foi julgado inadequado para o momento pela Fundação e teve seu desenvolvimento paralisado. Em contrapartida, foi reportado no Relatório Executivo Socioeconômico de setembro/2018 que o convênio com a UNIVALE para “Estudo e caracterização do solo com rejeitos de mineração e da viabilidade técnica para produção de blocos ecológicos” está ativo e vigente até janeiro/2020. A Ramboll realizou entrevista no laboratório de pesquisas da Univale, em Governador Valadares, na qual se pode entender que o contrato firmado com esta instituição terá vigência de 2 anos, contados a partir de 29/06/2018, e tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento de procedimentos e metodologias para fabricação de blocos ecológicos a partir do uso dos rejeitos, sendo considerados até o momento (os rejeitos depositados na região da UHE Risoleta Neves).

É reportado como desafio deste projeto que se consiga viabilizar a produção de blocos que atendam às legislações pertinentes. No caso deste aspecto ser superado e que se consiga viabilidade econômica na instalação e operação de plantas para produção dos blocos ecológicos, existe potencial de viabilizar uma nova frente de atuação econômico-produtiva em algumas regiões do Rio Doce, contribuindo para a recuperação de danos do desastre, especialmente os ambientais, vindo em suporte direto ao PG023 – Manejo de Rejeitos. Além disso, também podem ser expandidas para um mercado mais amplo, considerando também o uso de rejeitos não provenientes de desastres de rompimento de barragens, mais, sim, no reuso de materiais da mineração, contribuindo para a otimização de atividades de mineração em uma economia circular.

A contribuição da Fundação Renova se dá por meio do fornecimento de equipamentos para as coletas e análises (são utilizados ainda outros laboratórios da Univale, com equipamentos que a universidade já possuía). Segundo a Univale, a Fundação atendeu a todas as solicitações da pesquisa em relação ao fornecimento dos equipamentos que foram requisitados. A fase atual do projeto é de finalização da etapa de caracterização de amostras, com previsão de término para o 1º semestre/2019. Após esta etapa, será iniciada a realização de dosagens e análises dos materiais coletados ao rejeito para que se possa avaliar como o material se comportará sob diferentes condições. A Univale reporta, ainda, que há um laboratório na Universidade de São Paulo (USP) que possui infraestrutura para suportar eventual nova etapa do experimento, caso haja a oportunidade de expandir o projeto, porém esta é desconsiderada no convênio firmado entre as partes.

Em relação ao subprograma de “Geração de conhecimentos nos campos socioeconômico e socioambiental”, a principal frente de ação do programa e com maior volume de recursos financeiros alocados é a viabilização de pesquisas junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). A Fundação Renova vem conduzindo os seguintes projetos e iniciativas:

Estabelecimento de convênios / parcerias com fundações de amparo à pesquisa

Apesar da celebração do convênio junto à FAPEMIG ter sido concluída em junho/2018 (inicialmente prevista para abril/2018), o lançamento das chamadas públicas, após reprogramações e desvios, foi publicada em 08/11/2018, ou seja, aproximadamente 11 meses após a aprovação desta atividade pelo CIF. A FAPEMIG relata que houve entraves iniciais junto à Fundação Renova para estabelecimento do convênio para lançamento das chamadas, fazendo com que o alcance de consenso tomasse quase dois anos. Recentemente, a Fundação apresentou à FAPEMIG o documento “RG-SUP-004_regras para parcerias – Regras para Celebração de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação”, o qual adiciona regras para a emissão de novas chamadas públicas que não se encontravam previstas até então. A avaliação e posição da FAPEMIG sobre o documento é de recusa, ao entender que novas pactuações poderiam atrasar o desenvolvimento das atividades até sua incorporação. Até a data da reunião realizada entre Ramboll e FAPEMIG, esta não tinha obtido retorno da Fundação em relação à negativa apresentada. A Ramboll entende que a revisão das regras de celebração de convênios com a FAPEMIG pode induzir a riscos de novos atrasos e/ou eventuais paralizações no avanço do lançamento conjunto de chamadas entre as duas instituições.

Chamada 09/2018 – FAPES-FAPEMIG-Fundação Renova

O edital teve o prazo de submissão das propostas encerrado no dia 31/01/2019 e, sendo assim, a homologação dos resultados deve ocorrer em 09/06/2019, 7 meses após o lançamento da chamada. Apenas posteriormente a esta data é que será efetivamente iniciado o desenvolvimento das pesquisas, cuja duração será de até 24 meses. Tal fato

faz com que resultados práticos possam vir a ser percebidos somente a partir de meados de 2020 ou 2021, o que, conforme já exposto pela Ramboll em outras oportunidades, induz a enorme risco de que a aplicação das soluções eventualmente derivadas das pesquisas não seja passível de incorporação aos programas já em implementação pela Fundação Renova.

Segundo informações da FAPEMIG, houve a submissão de 40 propostas, totalizando um valor de aproximadamente R\$ 21,2 Mi, para diversos eixos e linhas de pesquisa, e estas se encontram atualmente na etapa de enquadramento das propostas, o que consiste na verificação da completude e adequação da documentação recebida, sendo 34 propostas de Minas Gerais e 6 de Espírito Santo. Os recursos alocados para financiamento desta chamada serão da ordem de R\$ 5,7 Mi provenientes da Fundação Renova. Como ponto de atenção, a FAPEMIG destaca que, devido aos requisitos de segurança indicados no edital, eventualmente pode não haver verba suficiente em cada proposta para atender à adequada execução das mesmas, o que, em última instância, pode dificultar e/ou inviabilizar a realização de atividades em campo.

É importante destacar que não houve propostas para os seguintes eixos:

- 2 – Memória Histórica, cultural e artística: linha 2 – Resgate das técnicas tradicionais arquitetônicas praticadas pelas comunidades atingidas para aplicação na reconstrução das capelas nas áreas de reassentamento; e linha 3 – Desenvolvimento de técnicas de restauração de bens móveis impregnados de rejeito;
- 3 – Pesca: linha 1 – Levantamento e avaliação dos estoques pesqueiros, estatísticas pesqueiras e o escoamento da produção, nos municípios dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, a partir de estudos pretéritos e histórico das atividades aquícolas e pesqueiras no rio Doce, com vistas ao desenvolvimento de ações potenciais para a retomada das atividades aquícolas e pesqueiras de forma sustentável, à luz de aspectos legais, ambientais, econômicos e sociais;
- 5 – Uso da água: linha 3 - Desenvolvimento de sistema de gestão integrada de dados ambientais para gerenciamento eficiente dos recursos hídricos;
- 6 – Uso Sustentável da Terra - linha 2: Análise sobre oportunidades de ecoturismo, turismo científico e turismo rural nas regiões afetadas pelo rejeito; linha 7: Identificação de espécies do componente herbáceo / arbustivo com potencial para fixação biológica de nitrogênio e que sejam competidoras de gramíneas e poáceas e sensíveis ao sombreamento; linha 8: Seleção de espécies nativas de crescimento rápido para adubação verde em áreas de nascentes, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de recarga hídrica na bacia do Rio Doce; linha 11: Estudo de produtos florestais não madeireiros para implementação nos Sistemas Agroflorestais (SAF); linha 12: Identificação e manejo de espécies vegetais nativas da Bacia do Rio Doce com finalidades fitoterápicas; linha 13: Seleção de bioindicadores de monitoramento da recuperação dos solos, a partir de levantamento da fauna edáfica; linha 14: Avaliação de novos cultivos, novas culturas e/ou novas práticas de manejo da pecuária leiteira para as regiões de reassentamento das populações de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e/ou Gesteira; e linha 15: Avaliação de métodos alternativos de controle de gramíneas invasoras em APPs;
- 7 – Novos processos para gestão do conhecimento e governança – linha 2: Estudo de modelos de governança social que permitam a implementação de projetos e programas de interesse coletivo;
- 8 – Organização social – linha 1: Definição de indicadores de monitoramento e desempenho do processo de reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira;
- 9 – Manejo de Rejeitos - linha 2: Desenvolvimento de estudo para avaliação dos potenciais impactos da poeira do rejeito para a saúde humana; e linha 4: Desenvolvimento de análises comparativas de impactos ambientais.

Ainda sobre as implicações dos atrasos incorridos neste processo de lançamento das chamadas públicas, tem-se o que segue: *"Linha 1: Avaliação da aplicabilidade da arquitetura de terra (adobe, taipa e pau a pique) com uso do rejeito"*, em grande parte do rejeito, o que se verifica em campo é que cresceu vegetação consistente e que possivelmente se tornará em empecilho ao uso do rejeito para este fim. Ao se considerar o prazo de 24 meses adicionais para a realização das pesquisas, o crescimento da vegetação deve agravar ainda mais o empecilho anteriormente apontado. Adicionalmente, as linhas de pesquisa 10 e 11 – *"Linha 10: Seleção de espécies arbóreas nativas, com potencial madeireiro da bacia do Rio Doce e que possam ser implementados em Sistemas Agroflorestais (SAF), nas áreas de recarga"* e *"Linha 11: Estudo de produtos florestais não madeireiros para implementação nos Sistemas Agroflorestais (SAF) em geral"* podem estar comprometidas em função da Deliberação CIF nº 223, de 30/10/2018, que veta a utilização de SAF em áreas de APP.

Chamada 10/2018 – FAPEMIG-Fundação Renova – Pesquisa, desenvolvimento e inovação para monitoramento da biodiversidade de ambientes aquáticos de Minas Gerais em áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG.

O edital teve o prazo de submissão das propostas postergado em 17 dias, para 28/02/2019, devido aos diversos questionamentos apresentados pelas partes interessadas. Os recursos alocados para financiamento desta chamada serão da ordem de R\$ 15 milhões provenientes da Fundação Renova. Como histórico, a FAPEMIG reporta que esta chamada demorou para ser viabilizada porque, de início, ela diferia dos padrões de editais de pesquisa, assemelhando-se a uma Requisição Técnica (RT) de contratação de serviços, fato que implicou na necessidade de customização. Como ponto de atenção, a FAPEMIG destaca que pode haver dificuldades na operacionalização das

pesquisas em função de questões de sigilo: segundo o edital, a disponibilização dos dados ficará acessível na plataforma do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), entretanto a disponibilização de dados brutos pode vir a ser dificultada pelos pesquisadores.

Diferentemente da chamada 09/2018, a Ramboll indica que as linhas de pesquisa da chamada 10/2018 possuem potencial de agregar valor à atuação da Fundação, por, desde o início de sua execução, realizar parte do monitoramento da biodiversidade, gerando dados que poderão ser utilizados nos programas da Fundação Renova.

Um ponto que chama a atenção na definição do programa, datada de novembro/2017, é o destaque ao fato de que *"o valor previsto para os editais é equiparável ao que a FAPEMIG investiu em produção de conhecimento após o rompimento da barragem de Fundão"*; o valor total de investimento das chamadas mencionadas chega a R\$ 17,94 milhões. Conforme já destacado pela Ramboll no relatório emitido em novembro/2018, entende-se que os valores aportados pela FAPEMIG não podem ser considerados como "teto" ou como "valores de referência" uma vez que o estado de Minas Gerais vem enfrentando sérias restrições econômicas em função da crise econômica pelo qual passa.

Conforme anteriormente mencionado, esta frente de atuação do programa é a que a tem maior volume de recursos financeiros alocados. Do orçamento do programa, 62,8% (conforme documento "Definição do programa") estão endereçados ao financiamento de propostas de geração de conhecimento e, numa outra frente de atuação, a de fomento à formação educacional e profissional em temas relativos aos danos do desastre, encontram-se 21,4% do total do programa; extrai-se, portanto, que mais de 80% do orçamento do programa é destinado ao desenvolvimento de soluções ou capacidades que apresentarão retornos de médio e longo prazo.

Considerando a magnitude do desastre, o volume de danos causados e a importância estratégica deste programa, o volume de recursos previstos para o programa é considerado extremamente limitado.

Em relação à "Incubação de negócios de bases sustentável", foi verificado o status do Projeto Inove Mariana e o andamento dos serviços das empresas vencedoras do edital Senai de inovação para a indústria (SENAI) – Lia Marinha, Já Entendi e Skyvídeo Brasil.

Projeto Inove Mariana

O projeto "Inove Mariana", que deveria ser avaliado pela CT-EI na primeira reunião de 2019, agendada para 07/01/2019, não foi apreciado até o momento pela Câmara Técnica, uma vez que a reunião mencionada foi cancelada. A reunião ocorreu em 01/02/2019, mas o tema também não foi apreciado. Entende-se que a avaliação deste tópico deverá ser realizada oportunamente para então obter as necessárias aprovações da Câmara Técnica e do CIF para, então, ter seu início de implementação efetivado.

O projeto tem um enfoque em desenvolver novos negócios, capacitações voltadas ao empreendedorismo e a implementação do Parque Tecnológico de Mariana; estes subprojetos atendem parcialmente ao subprograma de Incubação de negócios de base sustentável local, pois as ações do projeto se restringem a apenas ao município de Mariana; seus subprojetos são:

- Hub de Inovação de Mariana – destina-se à criação de um espaço colaborativo para fomento ao desenvolvimento de novos negócios sustentáveis locais; Duração: 24 meses;
- Empreende Mariana – destina-se à criação de um espaço de fomento ao empreendedorismo de base sustentável local; Duração: 6 meses; Contaria / permitiria uma integração do programa PG 015 com o programa PG 018 – Desenvolvimento e diversificação econômica; e
- Parque Tecnológico – visa estabelecer e desenvolver as condições de contorno para o planejamento, a implantação e a operação de um parque tecnológico em Mariana/MG; Duração: 3 anos.

A Fundação Renova informa que o projeto será discutido nos próximos meses com a prefeitura de Mariana, a fim de estabelecer uma nova parceria para sua execução. É informado, ainda, que o mesmo será reapresentado à CT-EI quando concluída sua revisão. A tendência de término informada no Relatório Executivo Socioeconômico de janeiro/2019 é de 31/06/2019, um desvio de 8 meses em relação ao término inicialmente previsto no mesmo relatório.

Edital Senai de inovação para a indústria (SENAI)

Ainda em relação ao escopo de incubação de negócios de base sustentável local, foram verificados relatórios de avanço do desenvolvimento e realizadas reuniões com as empresas que venceram o processo do Edital SENAI de Inovação: LiaMarinha, SkyVídeo e Já Entendi; de forma geral as empresas apresentam avanço no desenvolvimento de seus projetos:

- LiaMarinha: o escopo da proposta é desenvolver soluções de biotecnologia para tratamento e recuperação de águas e efluentes (biorremediação ambiental) (https://www.youtube.com/watch?v=XcqDH_sIvHY). Serão implementadas Estações de Tratamento Natural (ETNs) compostas por ilhas flutuantes e barreiras filtrantes em um trecho de 70 metros no 1º semestre de 2019. Já no 2º semestre, será realizado o monitoramento e a avaliação da efetividade do sistema. As atividades vêm sendo desempenhadas porém já podem ser

identificados atrasos da ordem de 1,5 meses em relação ao plano de trabalho originalmente pactuado. Financeiramente, segundo reportado pela LiaMarinha, ainda não há preocupações quanto à suficiência do orçamento para conclusão das atividades. Como ponto de atenção à efetividade futura do sistema, após implementado, tem-se o uso de ETNs em rios já que o processo de filtragem, absorção dos metais e decantação de materiais pode ser comprometido (até então o uso de ETNs é comum em lagos);

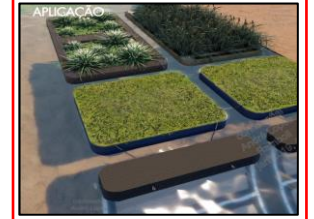
Figura 2.15-1



Barreira filtrante: 12 barreiras filtrantes com 2,70m (conectada a 2 peças por barramento, totalizando 6 barramentos).



Ilha flutuante: 22 ilhas flutuantes com dimensões de 2,50mX1,40m (14 peças retangulares e 8 peças triangulares).



Em 16/01/2019, foram evidenciados os testes de flutuabilidade e resistência da cola para as placas que compõe o sistema da ilha filtrante (remoção da turbidez e contaminantes da água do rio) no trecho 07. Em relação à Estação de Tratamento Natural, foi reportado pela Fundação Renova a realização da aquisição dos insumos e equipamentos da planta piloto da Estação de Tratamento pelo Senai e tratativas entre a empresa parceria e a UFV para instalação da Casa de Vegetação. A Ramboll verificará este último reporte da Fundação Renova no próximo período (Abril/2019);

Figura 2.15-2 e 2.15-3

- Já Entendi: o escopo da proposta era de desenvolver treinamentos para base da pirâmide, por meio de metodologia que permita a aceleração da aprendizagem, especialmente de adultos. A empresa já realizou todas entregas, tendo concluído sua atuação junto à Fundação. Inicialmente, a empresa se inscreveu no edital para a linha de projetos que contaria com o financiamento de R\$ 450.000,00. Após seleção da empresa, esta foi comunicada pela Fundação de que haveria um corte da verba para um terço do valor, ficando a proposta limitada ao financiamento da ordem de 1/3, fato aceito pela empresa. Depois de realizado o planejamento, a Já Entendi foi informada que este 1/3 deveria ser rateado entre a Já Entendi e o SENAI, tendo restado, ao final do processo, apenas R\$ 50.000,00 para a Já Entendi. Apesar de ter se mantido no projeto, a redução do valor total de verba de desenvolvimento de trabalho para pouco mais de 10% do valor total originalmente pleiteado limitou a capacidade de desenvolvimento de atividades da Já Entendi. Em função da redução, a Já Entendi limitou sua atuação somente à produção de conteúdo das vídeo-aulas, tendo sido obrigada a declinar das etapas de pesquisa de campo e monitoramento dos resultados. A atuação foi direcionada ao público de mulheres atingidas por ter sido identificado como o público-alvo para os Territórios 1 e 2, situados entre Mariana e a UHE Risoleta Neves/Candonga), dando enfoque em cursos de geração de renda, empoderamento, saúde, empreendedorismo e administração da renda. Segundo a Já Entendi, a Fundação Renova permitiu a atuação da empresa em linha com sua expertise, tendo acatado propostas apresentadas pela empresa para direcionamento e ajuste dos objetivos de atuação. A Ramboll pode evidenciar a entrega de tablets para os cursos de capacitação desenvolvidos pela "Já Entendi": em 17/01/2019 / Ahobero – Associação de Hortifrutigranjeiras de Bento Rodrigues; em 23/01/2019 / Cooperativa mista de Gesteira (Barra Longa); e em 23/01/2019 / Bordadeiras de Barra Longa.



Além disso, foram apresentados as vídeo aulas de 5 cursos diferentes, estes são: Motivação no trabalho; Trabalho em equipe; Faça e venda bolos de pote; Saúde da mulher; Finanças Pessoais.

A Ramboll entende que o projeto seja um piloto, havendo grande potencial de cobertura, se expandida para a bacia do Rio Doce. Para tanto, seria necessário que o perfil socioeconômico considerasse as peculiaridades de diferentes

A Ramboll entende que o projeto seja um piloto, havendo grande potencial de cobertura, se expandida para a bacia do Rio Doce. Para tanto, seria necessário que o perfil socioeconômico considerasse as peculiaridades de diferentes

partes da bacia do Rio Doce, garantindo representatividade e especificidade. Como fator de escalabilidade positiva, destaca-se que a Já Entendi informa possuir um repositório de mais de 1.600 vídeo-aulas prontas. Em relação ao conteúdo dos e-books, em geral, os cursos possuem boa apresentação e são interativos. A Ramboll indica que, mesmo que sejam cursos à distância, seja estimulada a formação de pequenos grupos para recepção organizada dos conteúdos, contribuindo para a troca de conhecimento e ainda proporcionando momentos de encontro e socialização;

Figura 2.15-4- Drone 3kg de carga

- Skyvideo: o projeto se deu por uma parceria entre a Fundação Renova, a Skyvideo e o SENAI-ES, com o intuito de fazer o monitoramento da água em áreas remotas utilizando drones. O equipamento consiste em um drone com peso máximo, na decolagem, inferior a 25kg e com capacidade para levantar uma sonda multiparâmetro (capaz de medir mais de uma propriedade da água) e que possua uma câmera para que se possa avaliar, em tempo real, onde as operações são realizadas. O projeto está sendo executado em linha com o cronograma planejado, porém existe alta dependência em relação ao recebimento de equipamentos importados o que pode acarretar em atrasos no projeto. É indicado pela Skyvídeo que o edital não levou em consideração o valor homem/hora e hora/máquina fornecidos pela empresa, tendo sido o orçamento do edital repartido entre o SENAI e a empresa, fato semelhante ao que ocorreu com a empresa "Já Entendi". A empresa relata que a mesma teve que fazer um aporte da ordem de R\$ 40.000,00 na disponibilização de equipamentos próprios. Como atividades em curso destaca-se a realização das seguintes atividades: compra da sonda multiparâmetro (a qual aguarda entrega) que será acoplada ao drone e fará a análise da água; adaptação do protótipo e testes para avaliação da capacidade de sustentar o peso da sonda (previsto para 13/04/2019). Já em relação ao desenvolvimento do software, sob escopo do SENAI, a previsão de conclusão e entrega é em Agosto/2019.



Em relação ao subprograma de "Formação educacional e profissional em temáticas correlatas à recuperação das áreas atingidas", houve a formação dos técnicos em restauração florestal do NERE (Núcleo de Estudos em Restauração Ecológica), sendo que, no dia 15/12/2018, ocorreu a formação de 10 bolsistas do projeto realizado junto ao Instituto Terra. A Fundação Renova informa que demais ações de apoio a bolsas de estudo e pesquisa previstos no programa não estão em andamento e não serão iniciadas novas ações anteriormente à aprovação da definição do programa pela CT-EI e pelo CIF. Dessa forma, esta frente de atividades encontra-se suspensa.

Observações

É importante que a Fundação Renova busque, para além dos subprogramas já estabelecidos, por mais desafiador que seja, a criação ou fomento de atividades de pesquisa e inovação que tenham curto prazo de maturação e que tenham maior potencial de aproveitamento nos programas já em curso.

2.16 PG016 – Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Este programa tem seu escopo definido no documento “PG016 – Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras” emitido pela Fundação Renova em fevereiro/2018, o qual não possui a aprovação por parte do CIF. Esse programa está alocado na Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI) tendo sido criado um Grupo de Trabalho (GT – Pesca do Comitê Interfederativo) como um espaço de reunião das diferentes disciplinas envolvidas na temática pesca⁸⁴. A Fundação Renova informa que encontra-se no aguardo com relação à posição do sistema CIF quanto ao escopo desse programa⁸⁵.

Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG016). Em seguida, são realizados comentários a respeito:

Processo de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividade aquícola	0%	25%	50%	75%	100%
Processo para o estímulo ao consumo do pescado	0%	25%	50%	75%	100%
Processo de Estruturação Produtiva	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto Alternativas e melhorias de produção	0%	25%	50%	75%	100%

○ **Processo de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividade aquícola (25%):**

Esse componente de escopo é fundamentalmente centrado em ações de monitoramento das condições ambientais, frente ao fato de a pesca requerer ambientes e pescado em bons estados de conservação, e ações voltadas à questões normativas da pesca e aquicultura e de empoderamento dos pescadores no âmbito de modelos de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.

O baixo desempenho e avanço nesse componente de escopo se mantém quando comparado ao status relatado entre março e novembro/2018⁸⁶. As questões principais residem, inicialmente, na necessidade de realização de uma série de estudos integrados e complementares sobre as condições da água e do pescado tanto no Rio doce quanto na foz e zona costeira. Dessa forma, a intenção prevista nesse item de escopo de “...projetos para recuperar condições ambientais...” e “...ações...reparação e melhoria das qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e águas costeiras adjacentes...”⁸⁷ só será possível a partir do momento em que houver uma base de conhecimento compartilhada e nivelado entre as partes interessadas que venha a permitir o delineamento de ações de recuperação e reparação ambiental e dos recursos pesqueiros.

⁸⁴ Deliberação CIF nº 175 de 29/06/2018.

⁸⁵ Documento enviado a Ramboll por email, recebido em 25/02/2019 (GOV 1976 – Status dos Programas – quais encontram-se aprovados, não aprovados e parcialmente aprovados.pdf)

⁸⁶ Ramboll, novembro de 2018. Relatório de Monitoramento Consolidado dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais para Restauração da Bacia do Rio Doce.

⁸⁷ Citação de trechos das ações do presente item do escopo constante na definição do PG016 da Fundação Renova – fevereiro/2018.

Assim, no âmbito do atendimento às cláusulas 164 e 165 do TTAC⁸⁸, o GT-Pesca atualiza que os estudos em realização devam trazer resultados em abril/2019 de forma a prover informações técnicas para subsidiar a discussão da retomada da pesca⁸⁹.

É considerado que o avanço no progresso desse componente se deve à iniciativa do GT-Pesca de elaborar um plano de trabalho compilando e repassando, em fevereiro/2019, uma base de 11 mil dados para 12 diferentes metais que foram coletados pela FURG e Fundação Renova⁹⁰ de material biológico de pescado marinho e continental à ANVISA para proceder uma análise de risco à saúde humana. A ANVISA aponta questões de ordem metodológica que podem inferir incertezas ao resultado, e que o cronograma consiste na entrega do relatório para final de março/início de abril/19⁹¹.

Foi ainda definido que a planilha de dados compilados será encaminhada a AMBIOS, responsável por realizar os estudos de avaliação de riscos à saúde humana (ARSH) no âmbito do PG014 – Programa de Saúde Física e Mental.

Uma notícia recente são os dados sobre presença de arsênio na água, que tem apresentado valores altos. Esse tema encontra-se em discussão na ANA e no Governo do Espírito Santo no sentido de proibir o consumo de pescado, dentro de outras medidas emergenciais⁹².

No âmbito das ações normativas alinhadas ao fomento da gestão compartilhada, identifica-se um progresso muito pequeno e superficial, em especial ao considerar que essas questões devam ser realizadas sob o enfoque participativo. Nesse sentido, sublinha-se a permanência e/ou intensificação dos níveis de tensão entre as associações/colônias que representam o público da pesca e a Fundação Renova, representadas por protestos e depoimentos públicos de forma a ser considerado um risco do programa conforme descrição abaixo⁹³:

"Não adesão de pescadores, colônias e associações ao programa de retomada da pesca, motivada pelo desconhecimento ou incertezas acerca do escopo e objetivos do programa, receio de interrupção do pagamento do auxílio financeiro emergencial e de indenizações, restrições de mercado ao consumo do pescado, pela troca por outras atividades profissionais ou, ainda, por outros fatores..."

○ **Processo para o estímulo ao consumo do pescado (0%):**

Conforme exposto no item anterior, este componente de escopo não pode, e nem deve, ser iniciado em função dos níveis de incertezas com relação à qualidade da água e do pescado em geral.

Segundo descrição de risco ao PG016 realizado pela Fundação Renova⁹⁴: "Ampliação e/ou permanência da proibição ou da restrição temporária da pesca no rio Doce, áreas estuarina e/ou marinha decorrentes da ausência ou insuficiência de dados e de estudos com amostragem ampla que atestem a segurança de uso da água e do pescado..."

Os estudos de análise de risco à saúde humana recebem especial atenção para poder subsidiar no futuro a realização das ações orientadas ao estímulo ao consumo do pescado. Esta é a orientação e posição formal do GT-Pesca.

○ **Processo de estruturação produtiva (25%):**

É importante pontuar que o avanço prático deste componente não deriva de ações e resultados realizados pelo PG016, mas sim das realizações em caráter piloto da metodologia do pescador de fato no âmbito do Programa de Indenização Mediada (PG002).

⁸⁸ Cláusula 164 define que a FUNDAÇÃO deverá elaborar e implementar medidas para a recuperação e conservação da fauna aquática na ÁREA AMBIENTAL 1; e Cláusula 165 define que a FUNDAÇÃO deverá elaborar e implementar medidas de monitoramento da fauna da foz do Rio Doce e ambientes estuarinos e marinhos impactados.

⁸⁹ Na reunião do CIF de fevereiro de 2019, a Fundação Renova apresentou cronograma em que a retomada da pesca ocorre entre junho e julho do corrente ano.

⁹⁰ A base conta com 4.592 dados de coleta de dados em 5 expedições realizada pela FURG na região costeira-marinha; 3.192 dados de peixes coletados pela Universidade de Viçosa na Bacia do Rio Doce; 3.216 dados coletados pela Ecoservation na Bacia do Rio Doce.

⁹¹ Memória da 5ª Reunião Ordinária do GT-Pesca do Comitê Interfederativo

⁹² Memória da 5ª Reunião Ordinária do GT-Pesca do Comitê Interfederativo

⁹³ Avaliação de Riscos do PG016 realizada pela Fundação Renova datado de outubro/2018. Arquivo recebido por email no dia 25/02/2019 (1ª rodada Registro de Riscos_PG16_Out_18_Rv00(003)(2).xlsx)

⁹⁴ Avaliação de Riscos do PG016 realizada pela Fundação Renova datado de outubro/2018. Arquivo recebido por email no dia 25/02/2019 (1ª rodada Registro de Riscos_PG16_Out_18_Rv00(003)(2).xlsx)

Em que pese a aplicação desse método, deliberada para ser realizada em todo a bacia do Rio Doce⁹⁵, a mesma encontra-se atrasada. A Fundação Renova concebeu e executa o método focado no processo de reconhecimento para indenização.

Para isso, é fundamental uma abordagem para a pesca artesanal integrada de fato, evitando equívocos estruturais e estratégicos como observado na definição do PG16 e na dificuldade da Fundação Renova em articular as interfaces – o que, na avaliação da Ramboll, significa renunciar à estrutura dos programas nos eixos socioeconômicos e socioambientais.

Demais ações previstas nesse item do escopo não foram iniciadas, como por exemplo: promoção de assistência técnica, linhas de crédito, processos de armazenamento e beneficiamento.

○ **Projeto Alternativas e melhorias de produção (0%):**

O único projeto já em implementação pela Fundação Renova no âmbito do PG016 é o programa piloto “Aquaponia – Cultivando para pescar”⁹⁶. Este projeto encontra-se aprovado desde outubro/2017 pelo CIF e teve seu plano de trabalho aprovado em janeiro/2018. Trata-se do fornecimento e instalação de tanques suspensos para criação de peixes articulados com a produção de hortaliças, como fonte de complementação de renda.

Junto à Associação de Pescadores de Regência (ASPER), foram realizadas entregas de equipamentos (ex.: tanques de peixes, gerador de energia, etc.) e o desenvolvimento de projetos, tais como miniestação de energia limpa e rampa de subida de barcos. Já para a comunidade de Povoação, a entrega dos “Projetos da Foz – Entrega dos Sistemas de Aquaponia de Povoação” era reportada pela Fundação para outubro/2018, segundo relatório de março/2018. Já no Relatório de abril/2018, o prazo passou para dezembro; no Relatório de julho/2018, houve nova reprogramação para abril/2019 que, por sua vez, foi reprogramado novamente para agosto/2019 com a emissão do Relatório CIF de setembro/2018.

Durante a 5ª Reunião do GT-Pesca, a Fundação Renova informou que este projeto está parado em função de questões de *compliance* e de contratação de fornecedor.

Segundo relatado no último relatório quadrimestral, o projeto de aquaponia é considerado, tanto pela Fundação Renova quanto pelos demais órgãos do sistema CIF, um projeto piloto com abrangência e atuação paliativas e/ou complementares, não sendo possível que ações como a proposta equacionem a demanda de oferta de trabalho para o público pesqueiro atingido.

Essa consideração é extremamente pertinente considerando que a literatura aponta para baixos níveis de sucesso de iniciativas de aquicultura em comunidades pesqueiras tradicionais. Há uma grande variação de causas, porém destaca-se aquela que se caracteriza por projetos prontos e apresentados/vendidos à comunidade orientados por cronogramas que não se alinham ao tempo social e cultural.

Torna-se urgente uma revisão aprofundada nesse item de escopo, como a abordagem proposta no programa de realizar estudos de demanda de mercado a partir de interesses citadas no cadastro integrado.

Observações

Na definição do PG16 de fevereiro/2018, o orçamento é de R\$ 27,529 milhões integralmente de natureza reparatória para um cronograma até 2026. Segundo o mesmo documento, entre 2016 a 2018 teriam sido gastos cerca de R\$ 10.384 milhões.

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou⁹⁷ uma previsão orçamentária de R\$ 13.434.078,00 para o ano de 2019, distribuídos da seguinte forma:

⁹⁵ Deliberação CIF nº 182 de 30/07/2018.

⁹⁶ Deliberação CIF nº 121 de 24/10/2017: aprova o Projeto de Aquaponia “Cultivando para pescar” – Foz do Rio Doce – Linhares/ES

⁹⁷ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

Tabela 2.16-01

RETOMADA DAS ATIVIDADES AQUÍCOLAS E PESQUEIRAS	4.295.787
CONTA DE ENERGIA DA ASPER	34.187
IMPLANT MINIAÇÃO ENERGIA LIMPA ASPER	700.716
IMPLEMENTAÇÃO DA RAMPAS DE SUBIDA DE BARCOS ASPER	397.305
COMUNICAÇÃO PROGRAMA 16	179.557
SEMINÁRIO PESCA	250.000
PLANO DE ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO	169.336
CANTEIROS PARA AQUAPONIA	212.819
PROJETO CULTIVANDO PARA PESCAR	2.351.867
SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES E RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA PESCA E ATIVIDADE AQUÍCOLAS	2.119.546
REALIZAÇÃO DE OFICINAS E PARECERIAS	600.000
ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	1.000.000
ESTATÍSTICA PESQUEIRA	519.546
ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVAS	5.610.326
DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR CADEIA PRODUTIVA	757.279
ASSESSORIA TÉCNICA PARA VIABILIDADE PROJ	260.041
ASSOCIATIVISMOS E COOPERATIVISMO	1.624.039
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1.979.843
EDITAIS ASSISTÊNCIA TÊC E EXTENSÃO RURAL	572.209
IMPLANTAÇÃO UNIDADE BENEFICIAMENTO PESCADO - GV	416.915
ALTERNATIVAS E MELHORIAS DE PRODUÇÃO	1.020.070
EDITAIS PARA ALTERNATIVAS PRODUTIVAS	201.526
PROJ PISCICULTURA ALTO R DOCE - R DOCE	286.105
PROJ PISCICULTURA MÉDIO R DOCE - GALILÉI	180.388
PROJ PISCICULTURA MÉDIO R DOCE - PERIQUI	171.663
PROJ PISCICULTURA CALHA RIO DOCE	180.388
ESTÍMULO AO CONSUMO DO PESCADO	388.348
ESTÍMULO AO CONSUMO DO PESCADO	388.348

O PG016 requer uma revisão programática substantiva. A Fundação Renova informa que a CT-EI não tem acompanhado adequadamente este programa e que o mesmo tem sofrido vários ajustes, sendo feito um replanejamento para alcançar os objetivos junto com os pescadores (participativo).

A questão da pesca artesanal requer uma abordagem integrada de fato. O GT-Pesca estruturado em um ambiente intercâmaras deve ser o espaço mais adequado para promover esse acompanhamento.

Até o momento, a pesca artesanal tem sido tratada de forma pulverizada, muito fomentada pela forma como os programas estão organizados e são implementados pela Fundação Renova. O esforço em identificar e praticar interfaces com outros programas só será efetivo quando houver uma revisão da estrutura e lógica programática. Não é possível abordar uma realidade como a pesca artesanal, igualmente para comunidades tradicionais, com programas estruturados e implementados pelo viés tecnocrático.

Adicionalmente, o grande atraso na sua execução evidencia o distanciamento entre os programas e a dinâmica socioeconômica e ambiental das comunidades pesqueiras.

2.17 PG017/40 – Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias no Contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável + Programa de Fomento ao CAR e PRA

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Das visitas de campo realizadas no período, pode se destacar que:

- 100% das propriedades apresentaram algum impacto na produção vegetal (pasto, capineira ou horta)
- 100% das propriedades (que necessitam) recebem silagem (N=20)
- Em 100% das propriedades houve coleta de água e sedimentos (em alguns casos, leite e vegetais). Em nenhuma delas houve apresentação dos resultados (N=15)
- 38% não participaram de treinamentos organizados pela Fundação Renova, 70% participaram (N=13)
- 70% foram apresentados ao PASEA**, 30% não se lembram ou não foram apresentados (N=13)
- 0% das propriedades obtiveram aplicação do projetado no PASEA (N=20)

*Foi realizada entrevista semiestruturada, portanto foi considerado apenas o N relativo aos temas que foram discutidos durante as entrevistas. Por exemplo, das 20 propriedades, apenas 13 entrevistados informaram sobre treinamento. Portanto, 13 será o N máximo, para este critério.

**A Fundação informou, em reunião, que a previsão de devolutiva do PASEA é maio/ 2019.

- Segundo relatório de janeiro da Fundação Renova, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que darão suporte ao processo de retomada das atividades agropecuárias em propriedades atingidas, tiveram início em 2017 e vêm apoiando os proprietários rurais visando à diversificação das fontes de renda e à produção sustentável. Até o final do ano de 2018, 3.684 horas de ATER foram fornecidas para 177 propriedades. Em reunião realizada no dia 28/02/19, a Fundação Renova afirma que um número muito pequeno de proprietários tem o interesse na diversificação e que poucos teriam aptidão para outras atividades.

- Em janeiro/2019, iniciou-se a análise técnica das propostas recebidas para o Edital "ATER Sustentabilidade – Retomada das Atividades Agropecuárias". Em reunião, foi informado que o resultado do edital foi adiado e será divulgado na primeira quinzena de março. A informação também pode ser acessada no site <https://www.fundacaorenova.org/paineis/edital-ater-sustentabilidade/>.

- No relatório de janeiro emitido pela Fundação, o único indicador apresentado refere-se a entrega de silagem, superando a meta prevista.

- Na definição do programa PG17, página 4, foram citadas cinco metas para o seu encerramento. Destas, quatro estão associadas à implantação do PASEA. Ainda, no programa, as propriedades classificadas como agricultura familiar, aquelas com até quatro módulos fiscais, terão direito a execução do PASEA de forma integral, ou seja, todas as ações e benfeitorias mapeadas para adequação socioeconômica e ambiental da propriedade serão executadas no âmbito do PASEA.

- Segundo a definição do PG017, o objetivo do projeto PF0141 – Reparação e Adequação de Infraestrutura Rural, é: *"Recuperar ou adequar a infraestrutura rural das propriedades rurais diretamente afetadas por meio da construção de novas instalações, fornecimento de equipamentos ou inclusão de benfeitorias, ambos julgados necessários a partir de diagnóstico (ISA) e Plano de Adequação (PASEA) para garantir as condições de manejo necessárias para que a rotina do produtor seja reestabelecida de forma sustentável."*

- As informações supracitadas indicam a dependência do programa PG017 ao PASEA, que se encontra atrasado. A falta de implementação do PASEA impacta na renda dos produtores. Além disto, a falta de comunicação e esclarecimentos sobre o programa, levam a um processo de resistência pelos proprietários, e consequentemente, à diminuição de aderência ao PASEA, que por sua vez caminha para um menor sucesso do programa e benefício aos produtores.

- Conforme mencionado, os resultados das análises de solo e água não vêm sendo discutidas com o produtores atingidos. A apresentação destes resultados é de extrema importância para nortear a decisão do cultivo ou não, e a alternativa locacional. Algumas culturas possuem grande dificuldade para se desenvolver nas áreas atingidas, como exemplo, o mal desempenho no cultivo de banana (figura 1) em duas propriedades visitadas. As análises de solo compõem as decisões do PASEA e são urgentes para definição das ações. Há um esforço em vão por parte dos proprietários que se desgastam com investimento de tempo e recursos financeiros.

Figura 2.17-01 - Cultivo de banana e horta (couve) em área atingida pelo rejeito.



- Com relação ao atendimento dos objetivos do Programa, destacam-se as ações que não foram identificadas nas propriedades vistoriadas:
 - Implantar técnicas ecológicas de manejo a fim de proporcionar aumento de eficiência produtiva na atividade agrossilvipastoril (Cláusulas do TTAC: 125b). *
 - “Fomentar e promover a produção agropecuária sustentável” (Cláusulas do TTAC :125b e 125h). *

* O relatório de atividades da Fundação Renova informa que, em 19/12/2018 ocorreu a Realização de Oficina de Implantação de SAF, para o início da primeira Unidade Demonstrativa de SAF do projeto Renovando Paisagem. A Unidade demonstrativa na propriedade do Sr. Nazareno também inclui atividades de SAF, conforme relatado em reunião pela Fundação Renova.

Observações

- As devolutivas do PASEA estavam com início previsto para 20/11/2018, a nova data é maio/2019.
- Pontos de inconsistência do ISA: As fichas apresentadas possuem pontos incompletos, que podem subestimar ou superestimar os índices calculados. Além de falhas no levantamento de dados, que levam ao questionamento técnico das análises realizadas.
- As ações do programa pendentes do início da implementação do PASEA limitam o avanço da produção, bem como da implantação de atividades alternativas. Atualmente, os produtores mantêm dependência ao subsídio da Fundação Renova em função da baixa produção vegetal (capineira, cana, horta) na propriedade atingida. Adicionalmente, vem se criando uma resistência nos processos de recuperação ambiental por não haver, até o momento, a contra partida produtiva. Esse fato a longo prazo, pode acabar influenciando negativamente no sucesso do programa e na própria retomada produtiva dos atingidos.
- Segundo informação da Fundação, as atividades de ATER programadas visam à divulgação do conhecimento, mas não à real implementação de atividades diversas daquelas desenvolvidas até o momento, seja pela falta de adesão pelos produtores atingidos, ou pelo curto tempo para implementar novas atividades. Questiona-se assim, o elevado investimento e esforço em ações que não serão implementadas na prática pela maioria, atingindo um pequeno número de produtores rurais que já possuem acesso à informação e, por isso, maior capacidade de aderir às inovações.
- Destaca-se que o Programa aprovado pela CT-EI apresenta em seu cronograma ações que serão concluídas após a data fim do programa:
 - *ATER e Pesquisa - (Assistência Técnica e Extensão Rural): abr/2017 - fev/2023*
 - *Monitoramentos: jan/2017 - set/2026*

2.18 PG018 - Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Dentre os itens do escopo, estão aprovados pelo CIF: os Fundos de Desenvolvimento, sendo eles os fundos: Diversifica Mariana, Compete Rio Doce e Desenvolve Rio Doce, estes últimos tanto para MG quanto para o ES; o Programa Mariana Presente e Futuro; o Mapeamento georreferenciado do município de Mariana e a Retomada das atividades do laticínio na Fazenda Oswaldo Boiadeiro, em Mariana. É importante ressaltar que a definição do programa como um todo, apresentada em Dezembro/2017, ainda não foi analisada e validada pela CT-EI e/ou pelo CIF. De acordo com informação apresentada na 28ª Reunião da CT-EI, está previsto que a Fundação Renova envie a definição atualizada do programa para que então seja feita a análise pela CT-EI nas próximas reuniões.

A seguir, está descrito o status de cada um dos itens do escopo do programa.

1. Processo de apoio ao Mariana Presente e Futuro 2017-2030

Durante o período, houve evolução no processo de contratação do mapeamento georreferenciado de Mariana. Os serviços serão realizados por meio de um consórcio entre a empresa ERG Engenharia e outras duas empresas. Foi solicitado o nome das outras empresas, porém obteve-se como informação que o contrato ainda não está fechado e que será enviado posteriormente o contrato juntamente com matriz de responsabilidades.

Ainda no âmbito do projeto, a consultoria DVF foi contratada pela Fundação Renova para realizar mapeamento de empresas que poderiam ser atraídas para o distrito industrial em desenvolvimento. Foi realizado, por iniciativa da Prefeitura municipal de Mariana, o levantamento topográfico da área onde será alocado o projeto. Existe uma participação da CODEMIG para elaboração do projeto urbanístico nesse processo de desenvolvimento do distrito industrial para atração de novos investimentos para Mariana. O desenvolvimento do Distrito Industrial de Mariana anda em paralelo em duas frentes: uma junto à Fundação Renova, que até o momento parece estar limitada à contratação da consultoria DVF para levantamento das empresas que poderiam ser levadas para o distrito (a Fundação Renova não respondeu à solicitação da Ramboll sobre o tema feita em 20/02/2019, onde documentos adicionais para monitoramento do escopo foram solicitados); e outra junto à Prefeitura de Mariana, a qual realizou o levantamento topográfico do local e vem, junto à Secretaria de Meio Ambiente do município, dando andamento na questão do licenciamento da área. A pedido de representantes da prefeitura de Mariana, é importante que se destaque que o custeio desse levantamento topográfico foi negado pela Fundação Renova, fato considerado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico como contradição em relação ao objetivo de desenvolvimento econômico do município. É de avaliação de Ramboll que o levantamento das empresas que podem ser atraídas para o município deveria ser desdobrado em um projeto de atuação conjunta entre Fundação e Prefeitura de Mariana, para o desenvolvimento de alternativas para solucionar as questões de infraestrutura levantadas pelas empresas que tiveram interesse no fundo Diversifica Mariana porém que acabaram por declinar em função de restrições existentes.

Deve ser apontada aqui também uma interface com o Fundo Diversifica Mariana, que será comentado no item "2" do escopo.

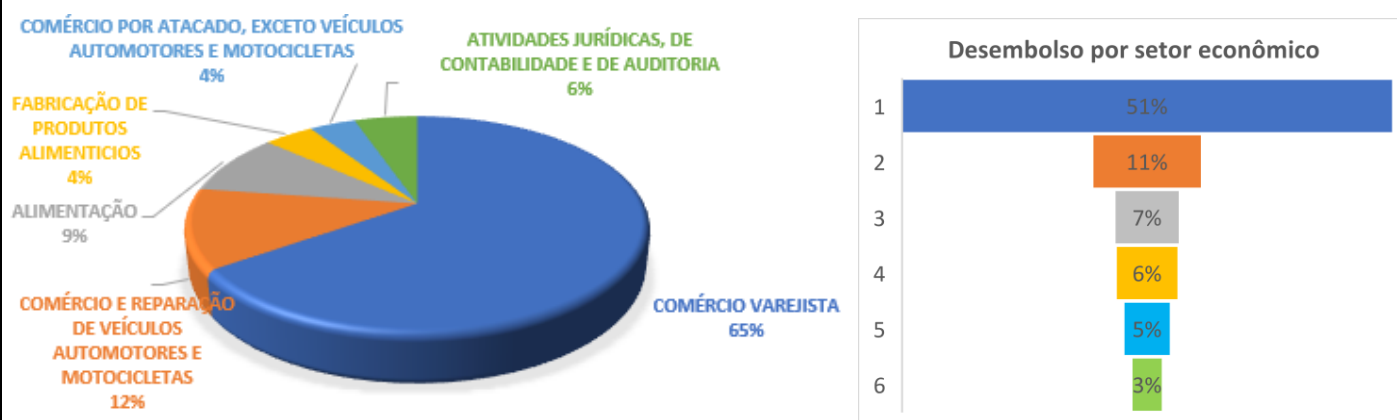
Sobre a "Casa do Investidor" também chamada de "Casa do Empreendedor", a Fundação Renova está desenvolvendo o projeto estrutural que deverá contemplar no mesmo espaço uma nova sede para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O projeto estava previsto para ser apresentado em 28/02/2019 segundo documento "GOV.1826, 1836, 1838 a 1841- Informações PG018" enviado pela Fundação Renova.

Sobre o item Mariana Presente e Futuro, foi apontado pela Prefeitura de Mariana a ocorrência de um processo bastante moroso e com falta de transparência por parte da Fundação Renova nos processos de contratação das empresas que irão realizar o georreferenciamento do município. A existência de tais questões acabaram por atrasar o processo e que, por fim, acaba interferindo em questões da prefeitura municipal, principalmente relacionadas ao plano de regularização fundiária e arrecadação de impostos no município.

2. Processo de Desenvolvimento Econômico – Investimento e reaquecimento econômico

Referente ao escopo e Deliberação CIF nº 101 de 23/08/2017, o Fundo Desenvolve Rio Doce (MG) foi lançado em outubro/2017 e obteve até o momento R\$ 16 MM liberados para 490 empresas. Esse valor representa aproximadamente 53% do total de R\$ 30 MM previstos. Ipatinga e Governador Valadares foram os municípios com maior número de beneficiados, possivelmente por se tratar de pólos econômico-regionais onde há uma maior cultura empreendedora/comercial quando comparada com a realidade de grande parte dos demais municípios atingidos da bacia do Rio Doce. A maior parte das empresas beneficiadas possuem como atividade (de acordo com a divisão CNAE IBGE) o comércio varejista, conforme ilustrado na Figura 1.

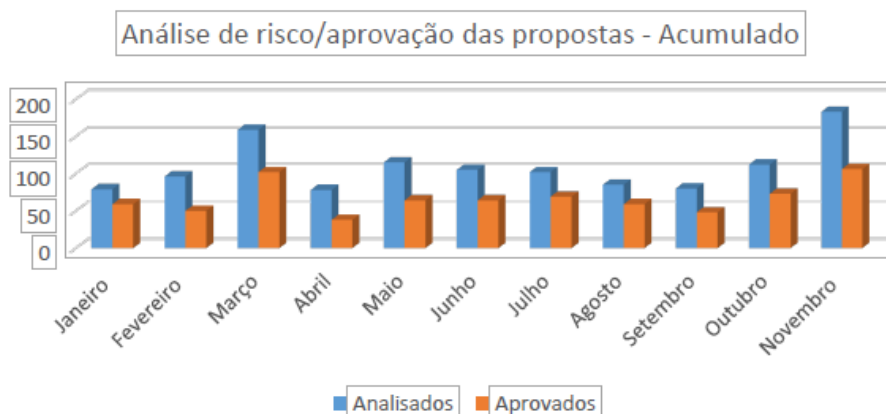
Figura 2.18-01 – Representatividade e desembolso por setor econômico



Esse fundo funciona através de plataforma online do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, operador do fundo, onde o interessado possui o resultado se terá ou não o crédito imediatamente e, em caso positivo, o crédito é liberado dentro de 3 a 7 dias. O comitê gestor do fundo é composto por Fundação Renova, BDMG e INDI.

O Gráfico 2.18-01 ilustra a relação entre análises de risco de crédito realizada pelo BDMG *versus* a aprovação das propostas submetidas, acumuladas até Novembro/2018. Foram 1.194 propostas analisadas e uma porcentagem de aprovação de 61,3% (732 casos), ou seja, 462 casos não obtiveram sucesso na aplicação junto ao fundo.

Gráfico 2.18-01 – Análise propostas – Acumulado até Novembro/2018



Fonte: Adaptado de "Relatório Renova Desenvolve Rio Doce" fornecido em novembro/2018

A versão capixaba do fundo, lançada em novembro/2017, desembolsou até o momento R\$ 7,4 MM para 343 empresas, sendo o valor correspondente à 74% do montante total a ser disponibilizado. Os municípios de Colatina e Linhares tiveram o maior número de propostas aprovadas, sendo o comércio, assim como o ocorrido em Minas Gerais, a atividade com maior destaque. O status reportado em Novembro é apresentado na Figura 2.18-02.

Figura 2.18-02 – Status de atendimentos pelo BANDES – Fundo Desenvolve Rio Doce

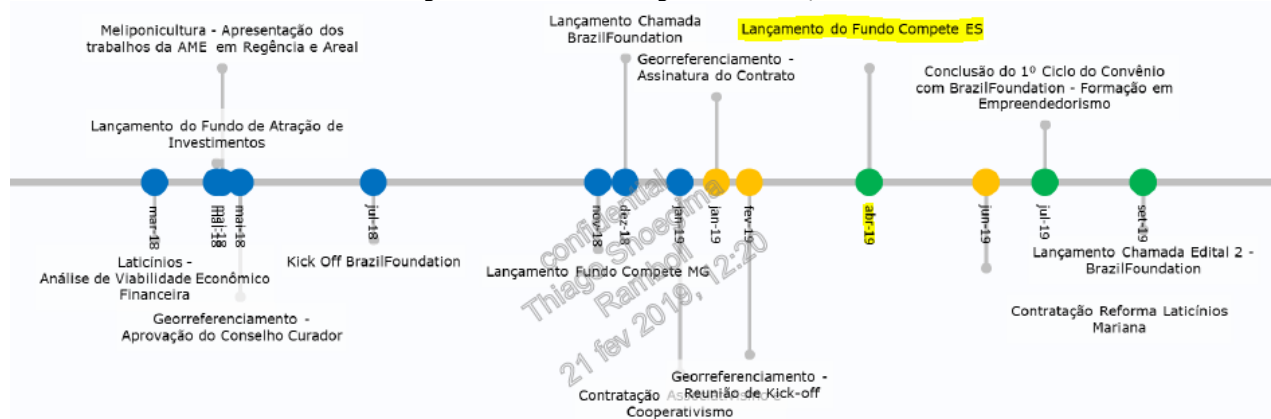
	COLATINA		LINHARES		MARILÂNDIA		BAIXO GUANDU		TOTAL	
	QTE	VALOR R\$	QTE	VALOR R\$	QTE	VALOR R\$	QTE	VALOR R\$	QTE	VALOR R\$
Prospectadas	37	1.330.980,80	10	378.450,00	7	178.434,00	13	373.728,42	67	2.261.593,22
Desistência	5	250.624,24	3	36.000,00	0	-	0	-	8	286.624,24
Em análise	9	350.452,62	10	213.306,48	2	28.090,80	0	-	21	591.849,90
Aguardando	2	106.911,60	8	340.760,80	0	-	2	212.054,33	12	659.726,73
Aprovadas	4	131.725,08	0	-	0	-	2	168.825,51	6	300.550,59
Desembolsadas	138	3.027.392,81	134	2.843.606,18	19	263.789,10	17	420.453,65	308	6.555.241,74
Desativadas	4	111.531,61	4	67.664,64	0	-	2	110.278,40	10	289.474,65
Rejeitadas	1	10.404,00	2	115.796,52	0	-	0	-	3	126.200,52
TOTAL	200	5.213.022,76	171	3.995.584,62	28	470.313,90	36	1.285.340,31	435	11.071.261,59

Fonte: Documento GOV 1532 Relatório Renova 07/11/2018

Referente ao Fundo Compete Rio Doce, o mesmo surgiu como meio de possibilitar aos empresários que deram entrada no fundo Desenvolve Rio Doce e que receberam negativa do programa em função da existência de apontamentos / restrições financeiras terem acesso ao crédito de maneira diferenciada. O Fundo Compete Rio Doce (MG), lançado em Novembro/2018 pela Fundação, obteve segundo o BDMG o desembolso no montante de R\$ 100.000,00.

O Fundo Compete Rio Doce (ES), conforme destacado no relatório emitido em novembro/2018 pela Ramboll, o qual será lançado posteriormente à versão mineira, está programado para ser lançado em Abril/2019 conforme ilustrado na Figura 2.18-03.

Figura 2.18-03 – Cronograma Janeiro/2019



Fonte: Relatório Executivo Socioeconômico emitido pela Fundação Renova em janeiro/2019

Para o Fundo Compete Rio Doce para o estado do Espírito Santo ainda há necessidade de ajustes no contrato com o BANDES e uma nova reunião será agendada em março/2019, segundo reportado pela Fundação Renova. Ressalta-se que de acordo com Relatório Executivo Socioeconômico de janeiro/2019, emitido pela Fundação Renova, a execução do fundo está sob análise do conselho curador da Fundação desde Dezembro/2018 e a tendência é que a conclusão se dê no mês de março/2019, conforme ilustra a Figura 2.18-04.

Figura 2.18-04 – Status Compete Rio Doce – ES

Fundo Compete ES	Aprovar Execução do Fundo no Conselho Curador	Vander Aguiar	14/12/18	30/01/19	21/03/19
-------------------------	--	----------------------	-----------------	-----------------	-----------------

Fonte: Relatório Executivo Socioeconômico de janeiro/2019

Apesar de haver alguns avanços em relação ao Fundo Compete Rio Doce, é importante que se destaque, contudo, que estes fundos para os estados de MG e ES foram aprovados pelo Comitê Interfederativo (CIF) para implementação em maio e setembro/2018, ou seja, há aproximadamente 10 e 6 meses, respectivamente. Se levado em consideração que a criação do Fundo Compete Rio Doce se deu em função da identificação de que o Fundo Desenvolve Rio Doce, cuja aprovação pelo CIF se deu em agosto/2017, apresentava limitações de atuação em relação ao desenvolvimento e reaquecimento econômico regional em função da sua forma de atuação, é possível afirmar que parte dos micro e pequenos negócios atingidos, especialmente no estado do Espírito Santo, não pode ainda contar, desde a ocorrência do desastre de Fundão, em novembro/2015, com qualquer fundo de desenvolvimento econômico derivado da atuação da Fundação Renova, mesmo após 40 meses do desastre.

Por se tratar de um fundo que deve atender e dar suporte diferenciado às empresas que se encontram em situação mais vulnerável ao longo dos municípios atingidos da bacia do Rio Doce, sendo então aqueles que mais necessitam de suporte para garantir sua continuidade operacional, a efetiva entrada em operação do fundo e seu início de atividades junto aos micro e pequenos negócios que apresentam questões financeiras deve ser considerado de alta criticidade e, portanto, priorizado pela Fundação.

O item do escopo que se refere ao fundo Diversifica Mariana possui como objetivo a geração de emprego e renda. Existe ainda um impasse com relação aos indicadores que deverão ser utilizados para o encerramento da Cláusula 129, relativa a este fundo. O comitê do fundo é composto por BDMG, INDI e Fundação Renova e o processo para acesso ao mesmo inclui 4 etapas: (i) consiste no envio de um formulário junto com um Plano de Negócios para o email oficial do fundo. Os documentos são avaliados para verificação de coerência e consistência; (ii) passa-se então para a etapa de entrevistas entre o interessado e o comitê; (iii) a etapa seguinte consiste na negociação da taxa de equalização; e (iv) chamada pública junto à secretaria de desenvolvimento econômico.

É importante mencionar que parte dos negócios que estavam no processo de atração para Mariana foram interrompidos, devido à deficiências de infraestrutura no município de Mariana, sendo que as principais deficiências

apontadas foram com relação à mobilidade, infraestrutura energética e de saneamento do município. O status reportado pela Fundação e INDI é de que atualmente 2 empresas estão em níveis avançados de negociação, sendo que uma delas já passou por processo de chamada pública para seleção de terreno junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mariana. Como fator conjuntural positivo, destaca-se que a taxa Selic baixa potencializa a viabilidade de operação do fundo e de atração de empresas para Mariana. Segundo análise do INDI e BDMG, por hora, as empresas que tem maior viabilidade são as de pequeno porte e, em alguns casos específicos de médio porte, o que implica, para que haja um processo robusto de diversificação econômica no município, que haja necessidade de atração de um número significativo de empresas.

3. Processo de aceleração de negócios sociais e estímulo ao associativismo

Dentro do escopo desse processo está a retomada das atividades do laticínio de Mariana. Atualmente, aguarda-se a regularização da diretoria junto ao órgão competente para regularização do passivo trabalhista que deverá ser financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura de Mariana para que, somente então se dê início o desembolso de R\$ 5 MM pela Fundação Renova para recuperação dos ativos do laticínio e construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). A previsão é que esse item esteja concluído até Janeiro/2020. As ações propostas pela Fundação Renova para esse item foram aprovadas através da Deliberação CIF nº 109 de 25/09/2017.

Vale ressaltar que, segundo informação fornecida pela Fundação Renova no documento "GOV 1709", em fevereiro/2019, ainda existia necessidade de aprovação deste desembolso pelo Conselho Curador da Fundação.

Foi indicado que está em andamento a contratação de consultoria para assessoria em processos de associativismo e cooperativismo. Ainda não existe, por parte da Fundação, um cronograma para as ações que deverão ser executadas.

Nesse âmbito ainda, está a parceria com a Brazil Foundation referente ao lançamento de chamada para financiamento de projetos para promoção de negócios sociais para municípios de Sem Peixe/MG e Baixo Guandu/ES. A primeira chamada ocorreu em dezembro/2018. Dos 61 inscritos, foram selecionados 13 projetos, dentre eles os da: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI), de Governador Valadares, Associação dos Agricultores Rurais do município de Ipaba, doceira Márcia Frederico de Almeida de Baixo Guandu, Associação da Escola Família Agrícola de Camões, Associação de Artesãos Mãos do Povo, Associação de Cooperação Agrícola 1º de Junho, Associação de Produtores Rurais do Córrego Mutum Claro, Associação de Produtores Rurais do Córrego Mutum Preto, Associação do Assentamento Cachoeirinha (AAC), Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Doce (APARD), Atelier Lar Doce Lar, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Barbosa (CCB) e Mimos da Mari. Os selecionados irão dividir R\$ 620.000,00 e terão 8 meses para desenvolvimento dos projetos.

Em Regência e Povoação está em andamento projeto junto à Associação de Meliponicultores do Estado do Espírito Santo (AME-ES) para fomento do cultivo de abelha sem ferrão. Dentre as atividades, está descrita a disponibilização de equipamentos e insumos, capacitação e treinamento para 36 famílias mapeadas para participação do projeto. Através dos documentos "*PC8 Evidência Regência 24nov18*", "*PC8 Evidência Regência 22out18*", "*PC8 Evidência Povoação 27out18*", "*PC8 Evidência Regência 22out18*", foi possível identificar 12 famílias no monitoramento.

Observações

Vale ressaltar que, devido a questões de sigilo bancário, a atuação da Ramboll no monitoramento do andamento das atividades relacionadas aos fundos (principalmente no Desenvolve Rio Doce e Compete Rio Doce) vem se dando de modo limitado. Em conversa com o BDMG sobre o Fundo Desenvolve Rio Doce (MG), foi reportado que, até o momento, há dois casos de inadimplência das parcelas de pagamento dos créditos tomados por empresários. A Ramboll questiona e orienta a possibilidade de que os casos de inadimplência sejam direcionados para consultoria do Sebrae, que estará atuando no âmbito do Fundo Compete Rio Doce para diagnóstico das causas das inadimplências e possível encaminhamento de soluções.

A demora para o lançamento do Fundo Compete Rio Doce na versão mineira e mais ainda para a versão capixaba, podem ter potencializado a situação de vulnerabilidade das empresas que tiveram o crédito negado quando do lançamento do fundo Desenvolve Rio Doce, dado que as restrições identificadas na época podem ter se agravado durante esse período de tempo. O Fundo Desenvolve Rio Doce foi lançado em outubro/2017 tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo. O Compete (MG) foi lançado em novembro/2018, um ano e um mês de diferença. Para o Espírito Santo, o delta é ainda maior, uma vez que a previsão de lançamento do Compete (ES) é para abril/2019.

Sobre as chamadas em parceria com a BrazilFoundation, destacam-se prazos curtos entre a divulgação da chamada e o prazo de inscrição, e até mesmo o período de 8 meses para desenvolvimento dos projetos. Os cronogramas divulgados no site da Fundação, no Relatório CIF e no Relatório Executivo Socioeconômico são inconsistentes, conforme apontado no relatório emitido pela Ramboll em fevereiro/2019. Não está claro se o calendário justo foi devido ao atraso de aproximadamente 4 meses sobre aquele originalmente apresentado no documento "GOV 1760 - Plano de Trabalho BrazilFoundation". O processo não é claro, vez que as instituições vencedoras do financiamento de projetos para promoção de negócios sociais não sabem ao certo qual será o valor destinado para seu projeto, vez que a divisão dos R\$ 620.000,00 entre os 13 ganhadores ficará à critério da BrazilFoundation após avaliação dos documentos submetidos. Ainda sobre esse tema, destaca-se o ponto crítico descrito no Relatório Executivo da Fundação Renova de janeiro/2019: *"Necessidade de administração de expectativas no território devido à atuação da BrazilFoundation. Foram realizadas visitas para levantamentos de informações para, segundo a instituição, apoiar na elaboração do edital que irá atender possíveis projetos de renda. Durante as visitas, atingidos e instituições foram informados de que não seria necessário uma formalização para participação do edital, o que não se confirma e somente instituições formalizadas podem ser contemplados com o recurso da BrazilFoundation. Edital também apresenta fragilizadas que podem trazer repercussões midiáticas, tensionamento no território, críticas do MPF e assessorias técnicas além de expectativas de outros municípios que não foram atingidos"*. A falta de informações coerentes e concisas representa grande insegurança para os atingidos, potencializando o risco de frustração de expectativas das comunidades locais. É necessário cautela redobrada em toda comunicação no território para que não existam mais situações como a reportada.

2.19 PG019 - Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

A definição do programa ainda não foi analisada e validada pela CT-EI e/ou pelo CIF. Há um acordo com a Câmara Técnica para que a Fundação Renova dê andamento às ações de reposição de insumos e equipamentos aos proprietários de micro e pequeno negócios atingidos e mobilização do SEBRAE, tanto em MG quanto no ES para suporte à recuperação e desenvolvimento deste público alvo. Na 28ª CT-EI, realizada em 25/02/2019, foi indicado que a Fundação Renova iria enviar documentação atualizada para análise e parecer da Câmara.

Abaixo está descrito o status de cada um dos itens do escopo do PG019.

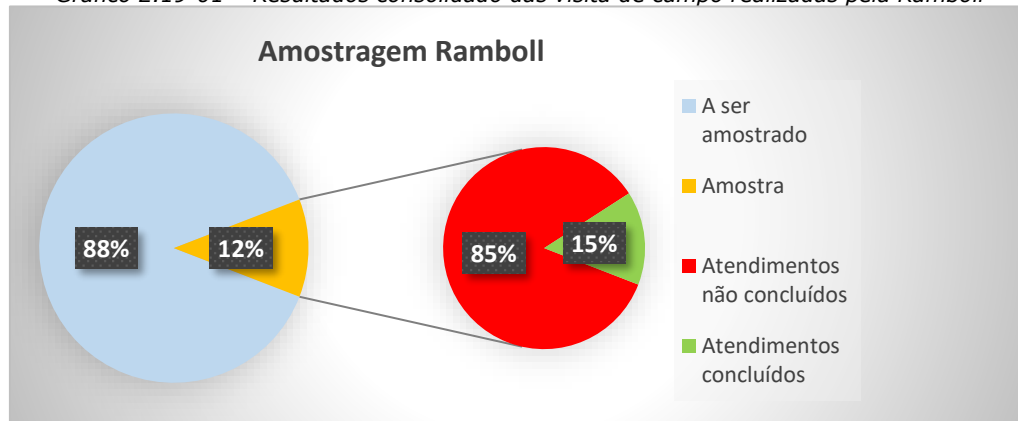
• Processo de atendimento emergencial e continuado

De acordo com o Relatório Executivo Socioeconômico emitido pela Fundação Renova em janeiro/2019, 175 é o montante acumulado de atendimentos a micro e pequenos negócios de 2016 a janeiro/2019. Em dezembro/2018 foi encaminhada à Ramboll uma lista contendo 190 atendimentos entre os municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Linhares. O motivo dessa divergência entre os números (175 e 190 atendimentos) não está clara. A partir de análise dos dados enviados (GOV 1851 Contatos Gestão PG 19 SGS Atendimentos 2018 e PG19_1660_Gestão PG19 SGS Atendimentos 2018_12_20), a Ramboll identificou que a Fundação Renova considerou diferentes atendimentos para uma mesma pessoa, e talvez seja esse seja um dos motivos da divergência.

Adicionalmente, existe uma inconsistência de dados gerados pelo sistema SGS da Fundação Renova em janeiro/2019 e o informado pela mesma no documento "PG19_1660_Gestão PG19 SGS Atendimentos 2018_12_20" mesmo sendo documentos emitidos no mesmo mês. Parte dos atingidos localizados no sistema SGS não está considerado no documento enviado. Até o fechamento desse relatório, o monitoramento desta frente de atividades contemplou visitas e discussões a 20 empreendimentos e/ou autônomos entre os distritos de Barra Longa e Mariana. Do total visitado pela Ramboll, 16 constavam na lista fornecida pela Fundação Renova como "finalizados", porém, em 13 foram constatadas divergências, inconsistências de informações e reclamações por parte dos atingidos, as quais conduzem à conclusão de que não deveriam constar como "finalizados" na gestão de atendimentos. Esse item do escopo está relacionado à entrega de equipamentos e máquinas para estabelecimentos e reposição de ferramentas para autônomos com o objetivo da retomada das atividades econômicas pelos atingidos.

O Gráfico 2.19-01 ilustra o status do atendimento emergencial e continuado verificado até fevereiro/2019.

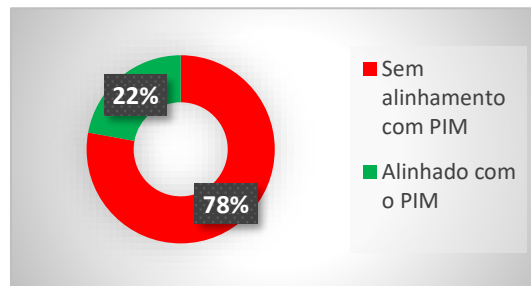
Gráfico 2.19-01 – Resultados consolidado das visita de campo realizadas pela Ramboll



Em campo, 85% dos entrevistados relataram que os itens perdidos não foram repostos integralmente e, o que foi repostado, apresenta qualidade muito inferior àquela das ferramentas perdidas. Constatou-se que não existe um padrão na reposição, no qual para alguns a reposição atendeu às solicitações dos atingidos e para outros houve casos em que sequer puderam verificar o material que estava sendo disponibilizado pela Fundação Renova antes da assinatura do termo de quitação, demandado pela Fundação. Foram reportadas também questões estruturais que não foram bem executadas e que estão passando por novas reformas para correção de falhas apontadas, outras reformas foram executadas somente na parte exterior da construção e a parte interna segue inacabada até o momento. As informações sobre a interface com o Programa de Indenização Mediada (PIM) e possíveis débitos futuros não é esclarecida aos atingidos e a partir de documento enviado (PG19_1660_Gestão PG19 SGS Atendimentos 2018_12_20 e GOV 1851 Contatos Gestão PG 19 SGS Atendimentos 2018), é possível verificar que para muitos casos não há um alinhamento entre os atendimentos realizados pelo PG019 com o PIM e, possivelmente, essa seja a explicação para a falta de

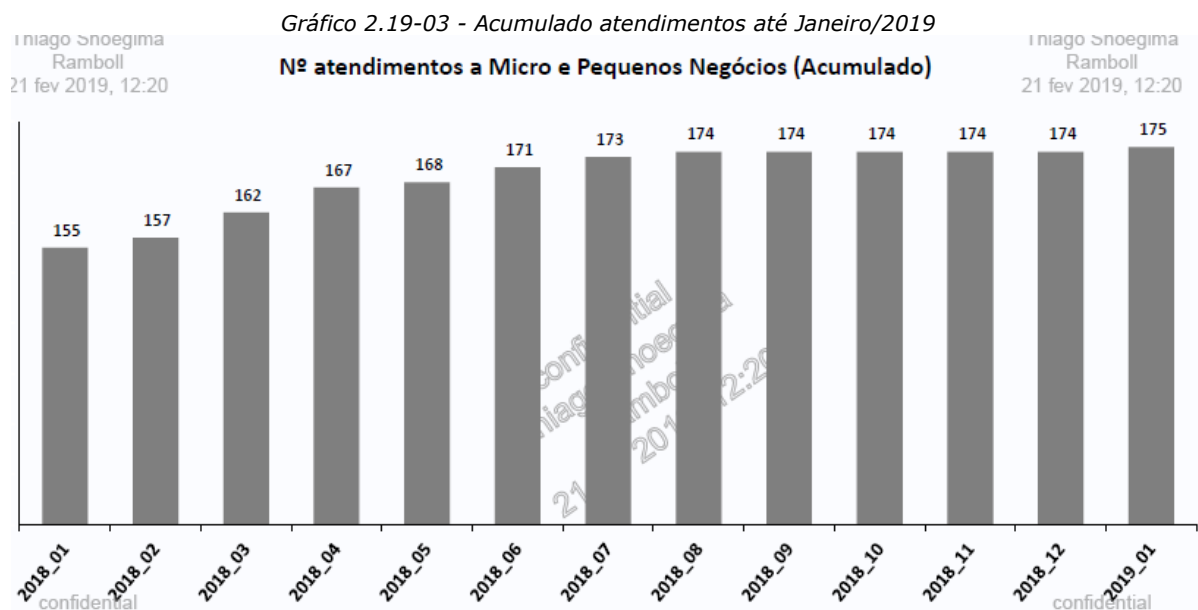
esclarecimento de modo geral aos atingidos. A relação entre os atendimentos alinhados e não alinhados com o PIM é demonstrada no Gráfico 2.19-02.

Gráfico 2.19-02 – Alinhamento atendimento PG 19 x PIM



Parte dos atingidos reportou ter recebido R\$ 20.000,00 (como antecipação da indenização a ser realizada pelo PIM). Alguns receberam apenas estes R\$ 20.000,00 e outros receberam uma segunda parcela de R\$ 20.000,00 adicionais. O critério para realização desse pagamento adicional ainda não é claro. Também não há definição clara do critério adotado para realização do pagamento de boletos de empreendimentos/autônomos atingido, sendo que, da amostragem já realizada pela Ramboll, tal item foi reportado como incompleto em 100% dos empreendimentos visitados.

Vale ressaltar que, em um ano (janeiro/2018 a janeiro/2019) houve incremento de apenas 20 atendimentos como demonstra o Gráfico 2.19-03.



Em Barra Longa, houve grande variação no período de retomada das atividades econômicas. O período de interrupção de atividades variou de um mês a um ano ou mais, existindo, no âmbito do atendimento emergencial, questões mais complexas que transcendem a reposição de ferramentas e equipamentos. Tais questões se tornam especialmente críticas para o público de autônomos atingidos.

Os autônomos têm enfrentado dificuldades para retomar suas atividades econômicas, sejam aquelas exercidas anteriormente ao desastre ou como alternativas de fonte de renda, uma vez que o cartão auxílio, foi reportado em 100% dos casos como sendo de valor inferior à receita original ou não condizente com os gastos adicionais que os atingidos vem incorrendo pela "nova vida" na área urbana (os quais inexistiam ou eram significativamente inferiores anteriormente, sendo reportados gastos com gás, energia e alimentação).

Houve relatos de atingidos que conseguiram emprego em empresas terceirizadas da Fundação Renova e que foram hostilizados dentre os que não eram atingidos e posteriormente acabaram por ser demitidos (sem que, contudo, tenha sido reportado este o motivo do desligamento); proprietário de bar ou lanchonete que busca alternativa de renda participando da feira noturna em Mariana e que ainda não possui retorno da Fundação Renova sobre auxílio na compra

de suprimentos / equipamentos para produção dos produtos a serem vendidos; produtores que possuíam plantações, e que dependem do crescimento para colheita e consequente retomada da atividade econômica; atingidos que possuem negócio em Mariana e tinham estoque e outros materiais em suas antigas residências, localizadas nas comunidades atingidas e que não estão sendo considerados como atingidos; família onde todos exerciam atividade remunerada como autônomos e apenas parte foi considerada como atingida, sendo reportada inclusive, resistência para contratação de atingidos dentre todas as atividades dos autônomos entrevistados, sendo tal fato interpretado pelos mesmos como a ocorrência de um “preconceito velado” com relação aos atingidos de modo geral a partir da população das sedes municipais.

Com relação aos territórios 3 - Calha do Rio Doce (Vale do aço), 4 - Médio Rio Doce e 5 - Baixo Rio Doce, que se estendem desde o município de Rio Casca / MG, à jusante da UHE Risoleta Neves até o município de Marilândia/ES, há pequenos e micro negócios atingidos. Hoje, com base nos dados das campanhas de Cadastro de 1 a 3, a Fundação indica conseguir verificar a existência de aproximadamente 1.800 negócios atingidos ao longo dos diferentes territórios. Para estes, a Fundação indica que: (i) já há aproximadamente 900 laudos incontestes quanto aos danos reportados; e (ii) ao considerar que dos 1.800 identificados junto ao Cadastro, 234 foram identificados no Território 1 e 79 foram identificados na foz, aproximadamente 1.500 negócios atingidos se encontram neste território agora reconhecido como atingido (segundo a Fundação este levantamento já consolida também as novas áreas do litoral incorporadas pela deliberação CIF nº 58, bem como o município de Sooretama, atingido pelos alagamentos da Lagoa Juparanã decorrentes do barramento do Rio Pequeno).

Ainda segundo a Fundação, foi submetida ao Conselho Curador uma proposta de atuação integrada para estes territórios, a qual considera uma abordagem de território-dano-público, onde os danos serão classificados em (i) perda de clientes; (ii) perda de infraestrutura ou equipamentos; (iii) perda de insumos; (iv) danos à capacidade empreendedora (tais como problemas de saúde e/ou idade avançada); e (v) perda de competitividade (seja pelo deslocamento físico, caso dos reassentamentos, ou devido à existência de “*novos entrantes*”). A atuação do programa para estes territórios ainda é reconhecida pela Fundação como não estruturada.

Foi indicado que a instituição previamente prevista para elaboração do diagnóstico dos danos econômicos foi substituída e ainda não foram reportados avanços no desenvolvimento desta frente de atividades para tais territórios. Importante destacar que o documento encaminhado à Ramboll, com 259 negócios atingidos, apresenta inconsistência em relação à informação anteriormente repassada pela Fundação quanto à existência de aproximadamente 1.800 negócios atingidos já identificados junto ao Cadastro.

É importante destacar que estes micro e pequenos negócios ainda não reconhecidos como atingidos não podem contar com suportes da Fundação Renova. Tal fato induz fortemente ao risco (em parte já identificado em campo) de que diversos destes negócios tenham tido a necessidade de encerrar suas atividades.

De acordo com documento enviado, são 259 negócios atingidos, distribuídos conforme os Gráficos 2.19-04 e 2.19-05.

A apresentação dos resultados referentes ao contrato com a ONG Wylinka para realização de diagnóstico dos negócios atingidos está atrasada e foi reprogramada para Abril/2019. A lista fornecida “*Base de dados negócios impactados territórios 3, 4 e 5*” não possibilita a identificação dos negócios e status de atendimento.

Gráfico 2.19-04 – Distribuição municipal dos negócios atingidos

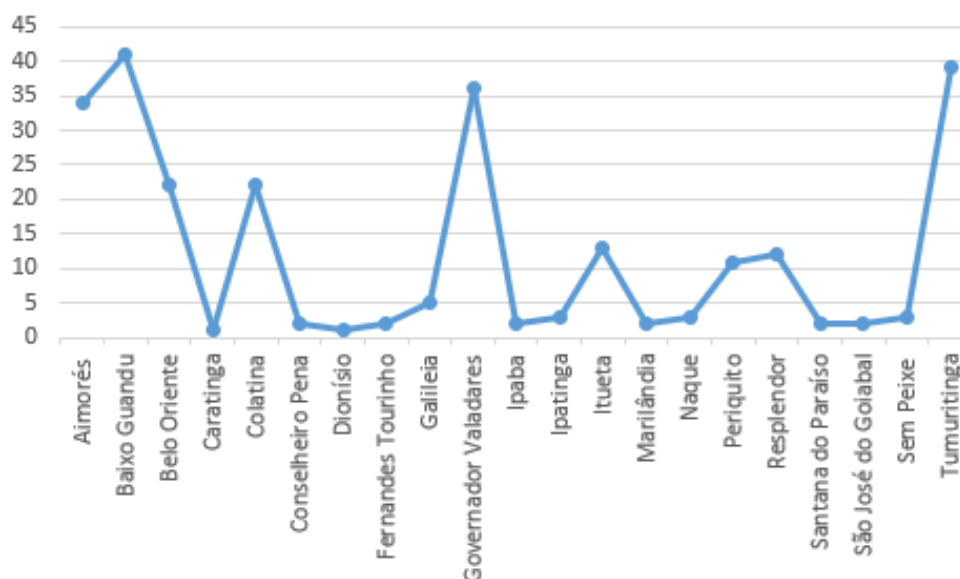
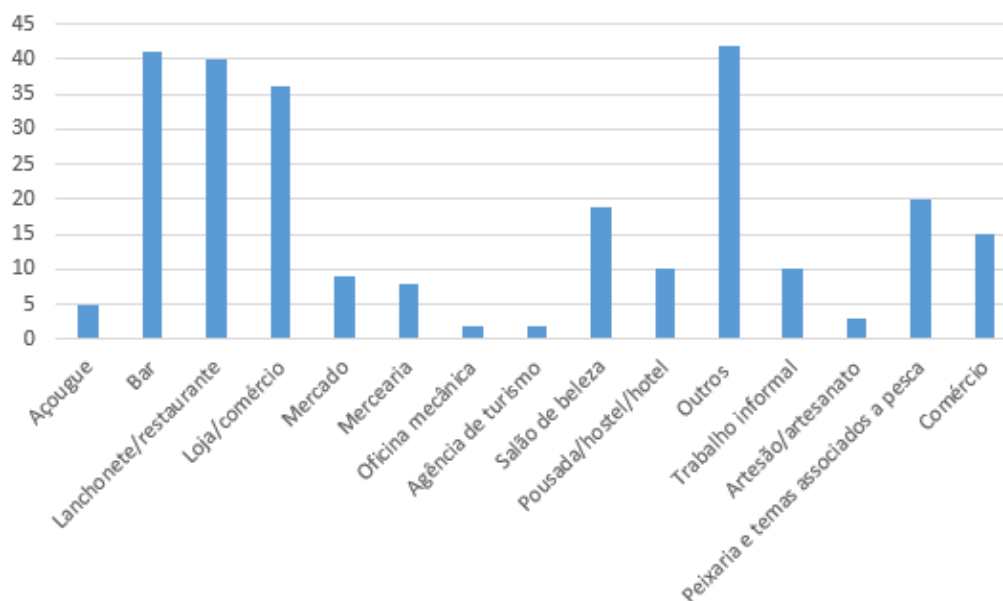


Gráfico 2.19-05 – Distribuição por atividade econômica atingida

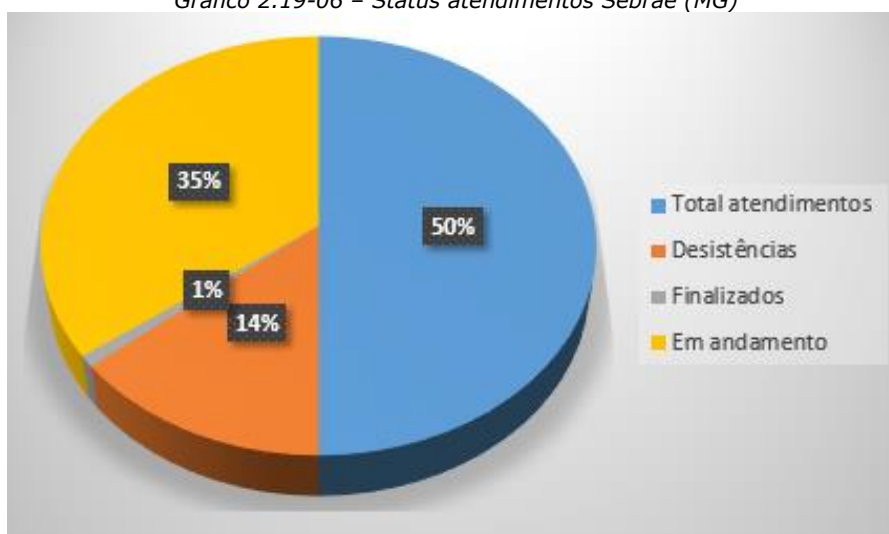


• Processo de recuperação de negócios

A atuação do Sebrae (MG) vem acontecendo junto aos negócios atingidos desde maio/2018. Deve-se destacar que, dos negócios atingidos, aproximadamente 200 entre os municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Linhares, apenas 57 receberam atendimento até o fechamento desse relatório.

Parte das desistências ao longo do processo se deu pela falta de clareza prestada aos atingidos com relação à interface com outros programas da Fundação, tais como o PIM, pela falta de cumprimento da Fundação Renova com relação à assistência que seria dada após realização de diagnóstico elaborado pelo Sebrae para retomada de atividades e pela falta de interesse em melhorar a gestão do negócio. O cenário elaborado a partir de documento enviado pela Fundação Renova com o status de atividades até 20/01/2019 está ilustrado no Gráfico 6.

Gráfico 2.19-06 – Status atendimentos Sebrae (MG)



Fonte: Adaptado de "Cópia de anexo 1 – Horas assessoria por empresa 13/12/2018 a 20/01/2019"

Considerando que o tempo de contrato entre Sebrae (MG) e Fundação Renova é de 11 meses, existe preocupação de que haja encerramento do contrato sem a devida finalização dos atendimentos, ou ainda, sem sequer o início do atendimento à aproximadamente 140 negócios atingidos. Com relação ao trabalho do Sebrae (MG), 100% dos empresários estão muito satisfeitos com o desenvolvimento das atividades junto à instituição. Percebe-se, portanto, que eventuais insatisfações com o processo de recuperação de negócios se dá pela abrangência do programa (número de empresas atingidas) e não pela operacionalização das atividades em desenvolvimento junto ao Sebrae.

Não foram fornecidas pela Fundação Renova informações detalhadas sobre o andamento das atividades que vêm sendo realizadas pelo Sebrae (ES) desde novembro/2018.

De acordo com Relatório CIF de janeiro/2019, a contratação de assessoria técnica para novas áreas (Deliberação CIF nº 58) foi concluída em dezembro/2018 e para o território 5, o atendimento teria seu início previsto para julho/2019. Segundo documento "GOV 2057-Status contratação e atividades IEL" ilustrada na Figura 1, a operação do Instituto Euvaldo Lodi/ES – IEL está paralisada.

Figura 2.19-01 - Documento GOV 2057-Status contratação e atividades IEL

DEMANDA: Status contratação e início das atividades com IEL.

RESPOSTA: Antes do início das atividades a Renova deverá realizar um estudo de impacto econômico do rompimento da barragem nas áreas conhecidas como "Novas Áreas", afim de melhorar a precisão dos atendimentos que serão realizados. Este estudo deverá se somar aos dados do cadastro e outros estudos de impacto ambiental e turístico produzidos pela Renova na região. Neste sentido, o início da operação com o IEL está paralisado.

Fonte: GOV 2057-Status contratação e atividades IEL

• Processo de desenvolvimento de novos negócios

Seria estabelecida parceria com a instituição Cocriare para capacitação e desenvolvimento do empreendedorismo, informada por meio do documento "GOV 1544 – Parceria Fundação Renova e CoCriare", porém, segundo informações repassadas pela Fundação "a proposta não foi aprovada pela direção da Fundação". Posteriormente, por meio do documento "GOV 2060 – Eventos realizados junto à CoCriare e lista de participantes", de 27/02/2019, é informada a expectativa de início das atividades junto à CoCriare em até 90 dias, o que deve ocorrer até o fim de maio/2019. Entende-se que a Fundação Renova conseguiu superar seus processos internos para que seja realizada a contratação da CoCriare porém que tais processos implicaram no atraso do início destas atividades.

Observações

Um processo que tem como título "*Processo de atendimento emergencial e continuado*" deveria, após 3 anos do desastre, estar em um nível totalmente continuado, ou seja, com todos os casos emergenciais atendidos. É no mínimo incoerente que ainda existam pendências emergenciais junto aos atingidos e falta de alinhamento com o PIM e que, a falta de alinhamento seja motivo para interrupção de ações assistenciais e estruturantes como aquelas em curso junto ao Sebrae.

O atraso no envio de informações deste programa pela Fundação Renova tem prejudicado o monitoramento do andamento do programa pela Ramboll, porém, mesmo com tais restrições, fica evidente a falta de metodologias de priorização nos atendimentos e ainda, verificou-se o encerramento de casos que estão claramente com pendências. É grave a constatação em campo de que, dentre os 85% cujos atendimentos são considerados pela Ramboll ainda como não concluídos, há famílias/autônomos em estado de vulnerabilidade.

É importante ressaltar que o fundo Compete Rio Doce (MG) está em processo para aceitar o financiamento de Micro Empreendedor Individual – MEI, isso porque, muitas empresas acabaram por migrar para esta categoria de empresas como uma alternativa para redução de custos administrativos (de acordo com entrevista junto ao BDMG). O Bandes deverá realizar o financiamento de MEI quando o fundo entrar em operação. Não se pode descartar a possibilidade daqueles que já eram MEIs estarem sem recolher os impostos (irregulares) e com outras complicações financeiras.

Aqueles negócios que tentaram acesso ao Fundo Desenvolve Rio Doce e não conseguiram por restrições terão alternativa através do Fundo Compete Rio Doce. Nessa linha, os autônomos (informais, característica de grande parte dos atingidos) não terão acesso a nenhum dos fundos e considerando os impasses e atraso no pagamento das indenizações, poderão ficar em uma situação ainda mais vulnerável.

2.20 PG020 – Programa de Estímulo à Contratação Local

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Dentre os itens do escopo do PG020, estão aprovados pelo CIF: os critérios do que é considerado contratação local e a hierarquização a ser seguida para priorização de contratação local e os índices mínimos de contratação local (percentual de 50% de contratação de Mão de Obra local e/ou gastos em contratação de fornecimentos locais, seja de serviços ou materiais), conforme a Nota Técnica Nº 09 da CT-EI. Importante destacar que, para o Município de Mariana/MG o acordo realizado entre Fundação Renova e MPMG ampliou tais percentuais para 70%.

Abaixo, está descrito o status de cada um dos itens do escopo.

1) Processo de apoio e monitoramento das contratações locais:

Para este item do escopo referente à geração de conhecimento das atividades econômicas pré-existentes e identificação de vocações locais e potencialidades, assim como já apontado no Programa PG018 – Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica, pode-se indicar que vem sendo solicitado pela Ramboll informações sobre o avanço do processo de diagnóstico de potencialidades locais. As informações inicialmente repassadas pela Fundação Renova eram de que esse item é atendido pelo estudo intitulado "PG 20 – Estudo de prospecção, diagnóstico e ações de estímulo à contratação local – Diagnóstico e Plano de Ação", elaborado pela DVF Consultoria em 2017. A mesma consultoria terá vínculo contratual com a Fundação Renova até janeiro/2020.

A Fundação Renova leva apenas parte do estudo de 2017 da DVF em consideração em sua tomada de decisão. O estudo destaca os municípios com os melhores indicadores sociais e econômicos como sendo Mariana, Ipatinga, Governador Valadares, Colatina e Linhares (todos entre os 39 municípios oficialmente reconhecidos no TTAC), como os quais os investimentos trariam maior benefícios para os municípios vizinhos por consequência. Estes municípios, com exceção de Ipatinga, foram os selecionados na meta do "Projeto de Desenvolvimento de Fornecedores Locais", tendo início de seu ciclo em 2018, porém não indica uma meta de atendimento a todos os municípios atingidos.

Os municípios destacados pela DVF possuem grande peso no total da contratação de mão de obra local direta e indireta. Em comparação ao acumulado dos meses de novembro/2018, dezembro/2018 e janeiro/2019, o peso destes 5 municípios tem uma representatividade de 76% de todas as contratações locais, diretas e indiretas, realizada pela Fundação Renova. Para este período tem-se os seguintes resultados absolutos:

Tabela 2.20-01: Contratações diretas e indiretas nos municípios destacados pela DVF de novembro/2018 a janeiro/2019

Município	Direto	Indireto	Total Geral
COLATINA	18	379	397
GOVERNADOR VALADARES	65	956	1.021
IPATINGA	33	214	247
LINHARES	33	799	832
MARIANA	163	5.196	5.359
Total Geral	312	7.544	7.856

O diagnóstico da DVF ainda indica que existiam, na época do estudo, maior aderência em relação a aplicação de recursos e a contratações de pessoas nas seguintes frentes dos respectivos programas da Fundação Renova: PG008 – Reassentamento; PG024 e PG025 – Recuperação e manejo de rejeitos; PG032 – Tratamento de água e construção de adutoras; PG031 – Tratamento de Esgoto; PG026 – Reflorestamento; PG027 – Recuperação de nascentes; PG002 – Indenizações. Estas frentes não foram levadas em consideração no processo de qualificação de mão de obra, já que os cursos oferecidos até o momento não endereçam de forma efetiva as diferentes frentes citadas.

A Ramboll, após análise deste estudo, concluiu que seus objetivo e resultado diferem ou são minimamente insuficientes em relação ao que seria esperado para o item "Diagnóstico de Potencialidades Locais". Cabe destacar a importância de complementação e aprofundamento dos levantamentos, conclusões e proposições do estudo, além de uma avaliação sistêmica e recorrente do cenário econômico local (o estudo foi feito em maio/2017, sendo necessária nova avaliação levando em consideração os resultados já obtidos pelas políticas de contratação executadas pela Fundação).

Apenas como exemplo do que poderia ser melhor explorado e/ou ampliado em relação ao diagnóstico de potencialidades locais, destaca-se uma adequada integração de dados entre os programas PG001 – Cadastro, PG002

– PIM , PG018 – Desenvolvimento e diversificação econômica, PG019 – Micro e pequenos negócios e PG020 – Estímulo à contratação local. Listam-se abaixo as seguintes questões:

- “Quem são os já reconhecidos como atingidos pelo programa do Cadastro?”
- “Quem, quando e onde está recebendo o pagamento dos processos indenizatórios pelo PIM que poderiam realizar investimento no aquecimento econômico local/regional?”
- “Quais as potencialidades locais / regionais que podem ser exploradas/potencializadas?”
- “Quais os negócios atendidos pelos Fundos Desenvolve e Compete Rio Doce que tem potencial de ganho de escala, tanto numa escala municipal quanto regional, pelo programa de Desenvolvimento econômico, e em que nível estes negócios geram emprego e renda (direta e indiretamente)?”
- “Quais os empreendimentos integrantes do programa de micro e pequenos negócios que tem interesse, capacidade e potencial de se tornarem referências produtivas locais?”

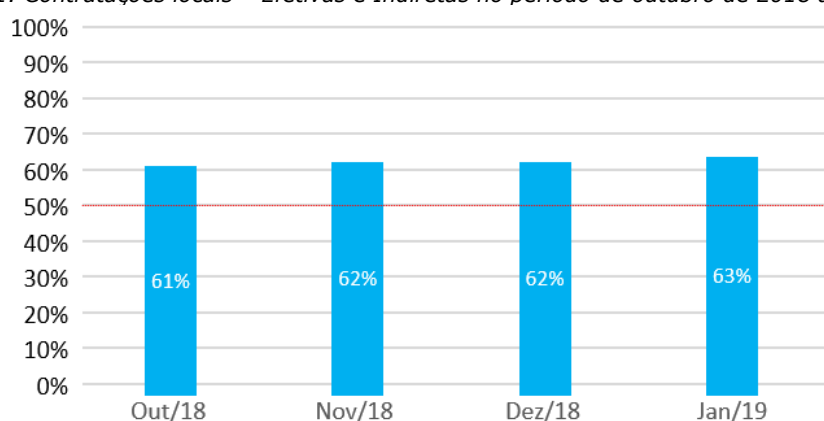
Ao entender que a resposta consistente e sistêmica aos questionamentos acima apontados pode permitir a incorporação de elementos-chave para a priorização de ações e tomadas de decisão em relação à readequação do escopo do PG020, a Ramboll entende como necessária e de grande relevância, à potencialização de oportunidades econômicas, a criação de uma base de dados que permita realizar análise cruzada, consistente e que responda aos questionamentos previamente apresentados, proporcionando estratégias de atuações integradas interprogramas. Tal fato pode permitir que o diagnóstico de potencialidades seja ampliado e que alavanque a materialização de ações de diversificação econômica, bem como se promovam ações de inclusão dos atingidos em cadeias produtivas.

Em relação à atuação da DVF em 2018, no programa de desenvolvimento de fornecedores locais, em reunião com as empresas certificadas, tem-se como percepção de todas que a DVF faz uma boa atuação em relação a dar suporte para as empresas em se alinhar a um *compliance* da Fundação Renova que as tornem mais competitivas. Entretanto, também houve indicações de que haveria melhor atuação do SEBRAE, como um trabalho individualizado, nas esferas de treinamento, ao invés das empresas que estão conduzindo o processo atualmente. Em campo, foi relatado que empresas ou desistiram por dificuldade de implementar as questões apontadas pela DVF sozinhas, ou gastaram com consultorias terceirizadas, o que seria evitado em um trabalho mais individualizado.

Para os itens do escopo referentes à identificação de oportunidades de negócios advindos da atuação da Fundação Renova, à identificação de potencialidades que estão sendo criadas aos micro e pequenos empreendedores locais, ao cadastramento de empresas locais e aos fluxos internos de contratação, pode-se afirmar que o programa de contratação local implementado pela Fundação vem criando e adequando seus processos de contratação de modo a buscar ampliar a participação das empresas locais. Como exemplo, pode-se citar a fragmentação de escopos maiores em escopos menores, de modo a permitir a concorrência por empresas de menor porte, e também a emissão de grande volume de cartas-convite às empresas locais, permitindo que estas participem dos processos concorrenciais promovidos pela Fundação.

Ainda em relação ao “*Processo de apoio e monitoramento das contratações locais*”, especialmente em relação ao item relativo à contratação de empresas e profissionais locais, tem-se que a Fundação Renova tem conseguido alcançar os índices mínimos estabelecidos pela CT-EI e CIF como meta de contratação, conforme fica demonstrado abaixo.

Gráfico 2.20-01: Contratações locais – Efetivas e Indiretas no período de outubro de 2018 a janeiro de 2019



A planilha fornecida pela Fundação Renova, denominada “GOV_1913_MDO Local Direta e Indireta_CIF_oficial_2019” é a base de dados utilizada para avaliar os percentuais. Na mesma planilha, que tem abrangência limitada ao trimestre (novembro/18, dezembro/18 e janeiro/19), não foram indicadas contratações para os municípios de Córrego Novo, Fernando Tourinho, Ipaba, Marliéria, Sobralia e Pingo d’água, sendo todos estes considerados municípios atingidos desde a formulação do TTAC. Ainda na mesma planilha, se obtêm a seguinte tabela.

Tabela 2.20-02: Contratações diretas e indiretas nos municípios atingidos.

Município	Direto	Indireto	Total geral
AIMORES		253	253
ALPERCATA		15	15
ARACRUZ		140	140
BAIXO GUANDU	3	111	114
BARRA LONGA		524	524
BELO ORIENTE		42	42
BOM JESUS DO GALHO		9	9
CARATINGA		12	12
COLATINA	18	379	397
CONSELHEIRO PENA	3	20	23
GALILEIA		51	51
GOVERNADOR VALADARES	65	956	1.021
IAPU		1	1
IPATINGA	33	214	247
ITUETA		28	28
LINHARES	33	799	832
MARIANA	163	5.196	5.359
NAQUE		15	15
PERIQUITO		27	27
RAUL SOARES		24	24
REGENCIA		2	2
RESPLENDOR	3	332	335
RIO CASCA		31	31
RIO DOCE		435	435
SANTA CRUZ DO ESCALVADO		256	256
SANTANA DO PARAISO		6	6
SAO DOMINGOS DO PRATA	3	10	13
SAO JOSE DO GOIABAL		13	13
SAO PEDRO DOS FERROS		16	16
SEM-PEIXE		11	11
TIMOTEO	3	23	26
TUMIRITINGA		24	24
MARILANDIA		3	3
DIONISIO		10	10
BUGRE		2	2
Total de contratações nos municípios atingidos	327	9.990	10.317
Total geral de contratações realizadas	1.514	15.050	16.564

Nota-se um grande acúmulo de contratações em Mariana (5.359), Governador Valadares (1.021) e Linhares (832). Sendo que os municípios de Marilândia (3), Bugre (2) e Iapu (1) foram os que tiveram menos contratações no período (sem citar os que não tiveram contratações). É possível observar que existe uma tendência de se contratar os pólos afetados, tendo pouca ou nenhuma contratação nos municípios citados.

Ainda para o período geral, nota-se que a Fundação Renova não prioriza os municípios atingidos em suas contratações diretas, já que, para o período de novembro/2018, dezembro/2018 e janeiro/2019, a Fundação Renova obteve os seguintes percentuais em relação aos municípios atingidos:

Tabela 2.20-03: Contratações diretas e indiretas em percentual no período de novembro/2018 a janeiro/2018

Contratações	% em relação aos municípios atingidos
<i>Diretas e Indiretas</i>	62,2%
<i>Diretas</i>	21,6%
<i>Indiretas</i>	66,3%

Vale salientar que, antes de setembro/2018 os valores de 70% de mão-de-obra para Mariana não estavam sendo atendidos.

Ainda como escopo deste processo, enquadra-se a atuação da Fundação Renova junto ao SINE (Sistema Nacional do Emprego) do município de Mariana. Segundo documento fornecido pela Fundação (respostas "GOV 1658 e 1659", às demandas Ramboll), é informada a entrega e instalação dos equipamentos que haviam sido pactuados de serem fornecidos ao SINE.

Em reunião com o Sr. Júlio Vasconcelos, Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Mariana, foi informado pela prefeitura que a instalação, bem como a compra de parte do material necessário para tal, foi realizada com mão-de-obra e verba da mesma, não tendo sido realizada pela Fundação, a qual alegou junto à prefeitura que não poderia assumir este serviço. Tal informação foi posteriormente confirmada junto ao SINE. Apesar de não ser um item de alta relevância, destaca a ocorrência, eventual, de apresentação de informações inconsistentes, inadequadas ou imprecisas pela Fundação Renova à Ramboll, sendo um ponto de alerta.

Em relação à nova sede do SINE, foi informado pelas equipes da prefeitura que ainda não há definição do local. Em relação aos estudos e proposta da Fundação de integrar, num único local, o SINE, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Casa do Empreendedor, optou-se por manter o SINE no local atual, vez que ainda em janeiro/2019 foi finalizada a entrega e instalação de novos equipamentos. A proposta seguirá com a opção de junção apenas da Casa do empreendedor e da Secretaria no mesmo local.

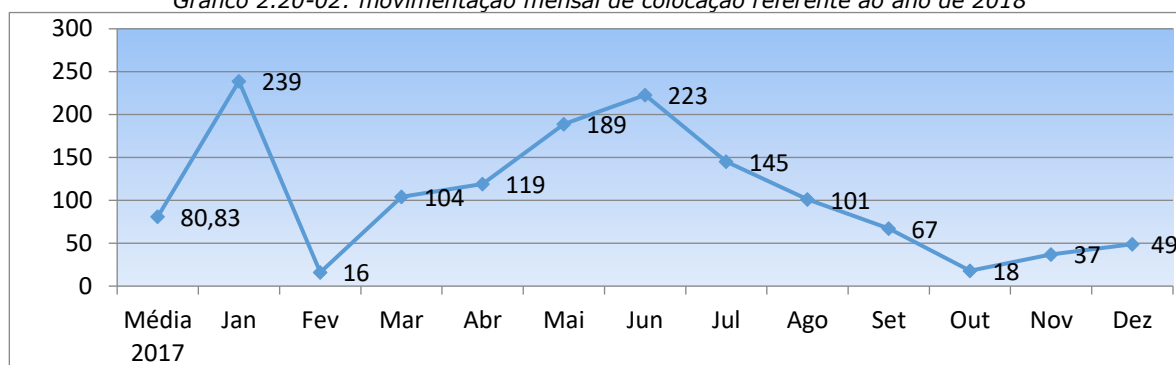
Outro item pertencente a este escopo é a efetivação das contratações locais, seja de Mão de Obra (MDO) ou de serviços. Em relação a este item, cabe dar destaque ao fato de que tanto SINE quanto Secretaria de Desenvolvimento Econômico mencionam que a solicitação de comprovação de experiência por meio de carteira assinada seria um grande limitante para parte da população, vez que existe, especialmente para funções como pedreiros, carpinteiros, serralheiros, dentre outros, alto índice de informalidade no emprego. Apesar de terem havido questionamentos da prefeitura à Fundação Renova à respeito da adoção deste requisito, até a data da visita de campo realizada em Janeiro/2019 não havia retorno por parte da Fundação a este ponto.

Para o item do escopo referente à elaboração de estratégias e diretrizes para aproveitamento de potencialidades locais, contando com a articulação de prefeituras e associações empresariais, dentre outros atores, pode-se indicar que a Fundação enfrenta dificuldades na construção de uma relação efetiva de parceria entre a Fundação e a Prefeitura de Mariana. Durante as visitas de monitoramento realizadas pela Ramboll, os relatos de representantes de diversas áreas da Prefeitura de Mariana, tais como Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e outras instituições tais como o SINE – Mariana, fica manifestada a insatisfação com o nível de parceria hoje estabelecido com a Fundação Renova e a percepção de que boa parte das atividades da Fundação se dão de maneira independente, sem real ou efetivo interesse de alinhamento com tais instituições.

Ainda em relação ao SINE de Mariana, é indicado pelo órgão que, até o encerramento do ano de 2018, constava na base de dados do SINE Mariana 15.449 trabalhadores inscritos e 58.995 pretensões profissionais cadastradas. Do ano de 2015 ao ano 2018 foram colocados no mercado de trabalho, 5.345 trabalhadores por intermédio da agência de atendimento ao trabalhador de Mariana.

O gráfico abaixo, fornecido pelo SINE de Mariana, mostra a movimentação mensal de colocação referente a 2018:

Gráfico 2.20-02: movimentação mensal de colocação referente ao ano de 2018



2) Processo de desenvolvimento da competitividade de fornecedores:

Para os itens do escopo referentes à capacitação de gestores, certificação e cadastro de fornecedores e à realização de encontros de negócios e reuniões com grupos de empresas, a Fundação ampliou, durante o ano de 2018, suas iniciativas, indo além do processo de certificação e cadastro de fornecedores. Foram realizadas palestras e seminários que envolvem temas de desenvolvimento das capacidades que os fornecedores locais necessitam para se tornarem mais competitivos e aptos a se tornarem fornecedores da Fundação.

Figura 2.20.-01 – Convite – Desenvolvimento de Fornecedores – Evento de Encerramento do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores 2018 e início do novo ciclo do Programa em 2019.

Convite



Convidamos nossos parceiros e empresas locais para participarem do **Evento de Encerramento do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores 2018**, no qual iremos certificar as empresas participantes. Aproveitaremos a oportunidade para apresentar o **novo ciclo do Programa em 2019**, promovendo a continuidade da qualificação para os empresários, iniciativa de estímulo à contratação de empresas e mão de obra locais nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Outros assuntos também serão apresentados, como:

- Avanços, capacitações e resultados conquistados pelas empresas certificadas
- Palestra motivacional

E muito mais! Participe!

21 de Janeiro, das 19h às 21h

Auditório do Hotel Providência - R. Dom Silvério,
233 - Centro, Mariana

Confirme sua presença pelo e-mail
marilia.paraíso.crtf@fundacaorenova.org



Fonte: Fundação Renova, Convite encaminhado à Ramboll.

Em acompanhamento ao evento "Programa de Desenvolvimento de Fornecedores – Apresentação dos Resultados - Ciclo 2018", realizado pela Fundação Renova em 21/01/2019, quando houve o encerramento do ciclo 2018 de

desenvolvimento de fornecedores no município de Mariana, foi possível verificar a certificação de 25 empresas. Segundo a Fundação Renova, o critério de seleção dessas empresas se deu pela prospecção de 100 empresas onde foi aplicada uma avaliação inicial e diante da nota desta avaliação, adicionada à previsão das necessidades para os próximos dois anos em Mariana, foram selecionadas pela Fundação a atuação junto a estas 25 empresas em Mariana e 5 em Governador Valadares.

Um ponto a ser levantado em relação ao critério das 100 empresas selecionadas é que estas foram levantadas a partir das atividades que a Fundação Renova ou terceiras precisariam no futuro, sendo assim, a maioria das empresas são do ramo da construção civil e logística. O que leva a ser uma inconsistência, já que no próprio projeto é indicado que os fornecedores devem procurar outros clientes, e não a Fundação Renova.

Cabe destacar o evento "*Dia do fornecedor local*", realizado pela Fundação Renova em Mariana em 21/02/2019, numa atuação cruzada com o processo de desenvolvimento da competitividade de fornecedores: o intuito do evento era reunir as empresas certificadas pelo programa de e apresentá-las a compradores da Fundação Renova. Os empresários tiveram oportunidade de conversar com gestores da Fundação, conhecer novas demandas por serviços e pensar em uma forma de diversificar seu trabalho, caso vejam oportunidades. O evento é uma continuidade do ciclo de 2018 do projeto de desenvolvimento de fornecedores.

O projeto de desenvolvimento de fornecedores locais tem como objetivo a capacitação e qualificação de 50 empresários, ao longo de 10 meses, em Mariana, Governador Valadares e Foz do Rio Doce (Colatina e Linhares).

Tabela 2.20-04: Empresas apontadas como certificadas no Projeto de Desenvolvimento de Fornecedores Locais 2018 – realizada para os fornecedores em 21/01/2019

Empresas apontadas como certificadas no Projeto de Desenvolvimento de Fornecedores Locais 2018 – realizada para os fornecedores em 21/01/2019			Governador Valadares
Mariana			
3T Construções	EPros	JP Brasil	MRT Engenharia
AS Construções	ERG Engenharia	Conterplan	CRO – Construtora Ribeiro Oliveira
BR Locadora	Fermat	Macon Fortaleza	Construtora SDS
Comercial Jorc	Construtora Dinâmica	Murici Material de Construção	Construtora Diretriz
Construtora Castro e Paixão	HD Locadora	OSW Manutenção e Serviços	
Engelig	HVH Consultoria	Terra e Técnica	
Univale Transportes	Angel Fly	Britacon	
M & Elétrica	Elétrica 102	Franklin Materiais de Construção	
RJ Material de Construção			

Gráfico 2.20-02: Total de empresas certificadas pelo projeto de desenvolvimento de fornecedores locais

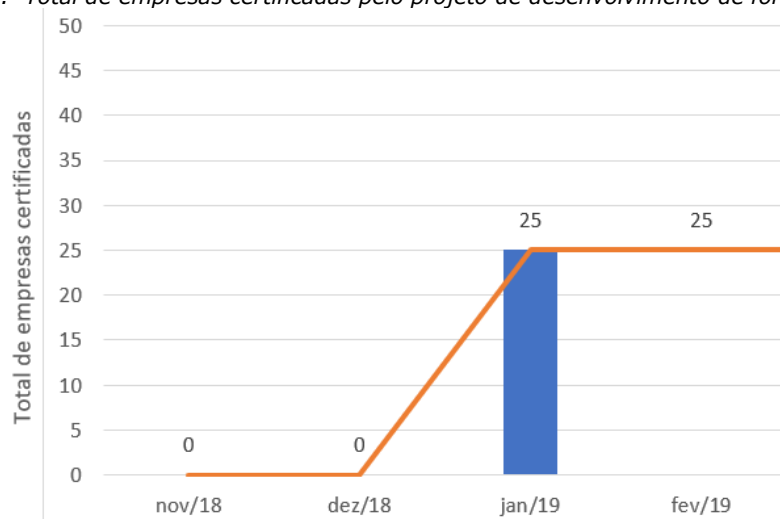
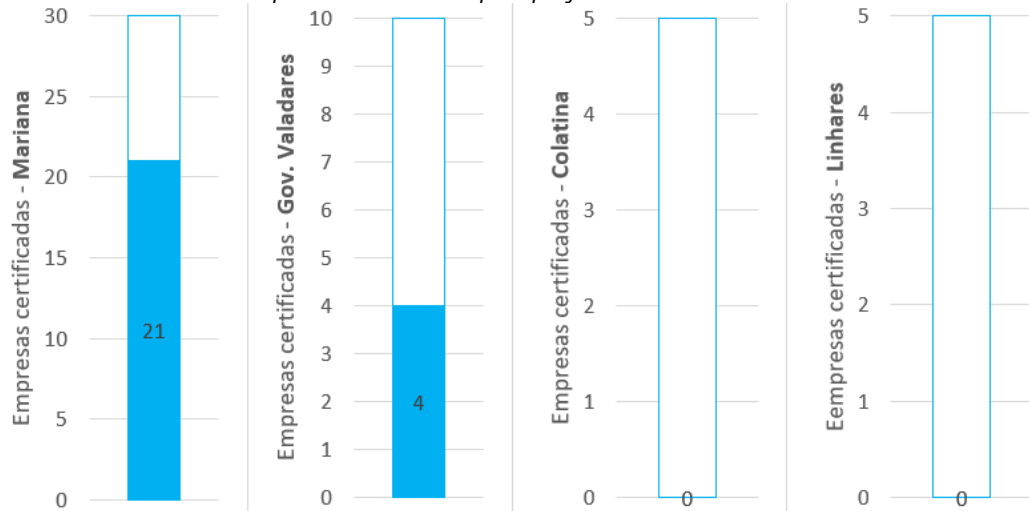


Figura 2.20-02 – Total de empresas certificadas pelo projeto de desenvolvimento de fornecedores locais



Não foram apresentados os certificados das seguintes empresas: M & Elétrica, Elétrica 102, Franklin Materiais de Construção e RJ Material de Construção. Ainda em relação as empresas certificadas, observou-se que as empresas Comercial Jorc, Angel Fly, Construtora Ribeiro Oliveira e Macon Fortaleza possuíam CNPJs diferentes no mesmo município, sendo que no caso da Construtora Ribeiro Oliveira existem CNPJs em Belo Horizonte e Governador Valadares (ambos anteriores ao desastre), e para a Macon Fortaleza foram identificados CNPJs em Mariana (antes do desastre) e em Governador Valadares (após o desastre). Ainda serão verificados pela Ramboll oportunamente se os vínculos da certificação se referem à empresa de CNPJ na localidade apontada e se a existência do CNPJ na localidade é anterior à ocorrência do desastre.

Já para o item do escopo acima citado, referente à criação e fortalecimento de entidades de classe empresarial, pode-se constatar os alinhamentos feitos pela DVF em relação a *compliance* das empresas certificadas, porém, além de ser restritiva a poucas empresas da região, o projeto de desenvolvimento de fornecedores locais, no ciclo de 2019, tem atendimento apenas à Mariana, Governador Valadares, Linhares e Colatina, o que tem pouca representatividade na totalidade dos 39 municípios abrangidos pelo programa.

Processo de qualificação de mão de obra

Em reunião realizada pela Ramboll junto ao SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em Mariana, que atua como parceiro da Fundação Renova no processo de qualificação de MDO, relatou-se que a escolha dos cursos deu-se a partir da compatibilização das vagas a serem ofertadas pela Fundação com os registros da população com baixa capacitação técnica disponíveis junto ao SINE Mariana, fato considerado muito adequado. Esta compatibilização foi realizada a partir do estudo feito pela consultoria DVF, contratada pela Fundação Renova. Segundo o SENAI, até 2018, foram realizadas 800 matrículas tendo como alcançado a conclusão dos cursos um número de 640 profissionais.

Para o item do escopo referente ao estabelecimento de parcerias para qualificação de profissionais em linha com as demandas de contratação da Fundação Renova, estão sendo realizadas oficinas de qualificação de MDO em diversos municípios, dentre os quais Mariana, Santa Cruz do Escalvado, Governador Valadares, Linhares e Marilândia, realizados em parceria com a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) e SENAI dos dois Estados.

Observações

Iniciativas de engajamento de stakeholders para cooperação e interface com outros programas, apesar de inseridos na definição do PG20, tem sido pouco explorados pela Fundação Renova. A cultura da contratação de fornecedores de soluções e serviços contra a de investimentos e esforços para cooperação, que tornariam os programas mais impactantes e resilientes no longo prazo, parece predominar de forma tática e estratégica na Renova.

A valorização e promoção de dinâmicas de flexibilização, releitura e revisão de procedimentos e táticas na implementação de programas deve ser incentivada, contra a rigidez formal na definição, planejamento e controle, como condicionantes para o atingimento e superação das metas estabelecidas, com ênfase em longo prazos. É um grande mérito compreender o processo de aprendizado e construção dos programas de recuperação que antes de tudo devem responder às expectativas das populações das regiões atingidas. O processo de aprendizado e gestão do conhecimento, com ênfase em iniciativas de cooperação e desempenho interprogramático serão essenciais nas fases de repactuação dos programas.

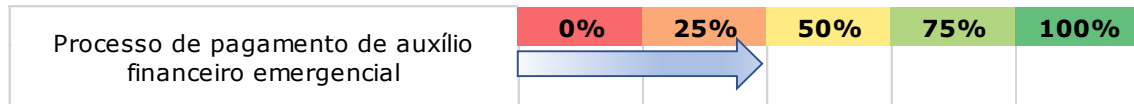
Entende-se como uma falha de abrangência do programa que critérios de efetividade, como os adotados na definição do *"Programa de desenvolvimento e diversificação econômica"*, em especial aqueles de *"Massa salarial"* e de *"Geração de empregos formais"*, não sejam expandidos à atuação do PG020. Cabe destacar, ainda, que o programa permanece realizando os comparativos de contratação utilizando como base apenas os 39 municípios destacados no TTAC, desconsiderando, até então, a inclusão de novas áreas atingidas, tais como as incluídas pela dliberação CIF nº 58 e/ou aquelas relacionadas à atuação da Fundação em Sooretama.

2.21 PG021 – Programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE)

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

O PG021, segundo o TTAC, foi criado para garantir auxílio financeiro emergencial até que sejam restabelecidas as condições para o exercício das atividades econômicas originais dos impactados. Este programa também não está aprovado pelo CIF e algumas Deliberações incidem sobre seu escopo: nº 48 de (31/01/2017); nº 58 (31/03/2017); nº 111 (25/09/2017); nº 161 (24/05/2018); nº 167 (25/05/2018); nº 169 (25/05/2018); e, nº 210 (28/09/2018).

A tabela abaixo é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG021). Em seguida, são realizados comentários a respeito:



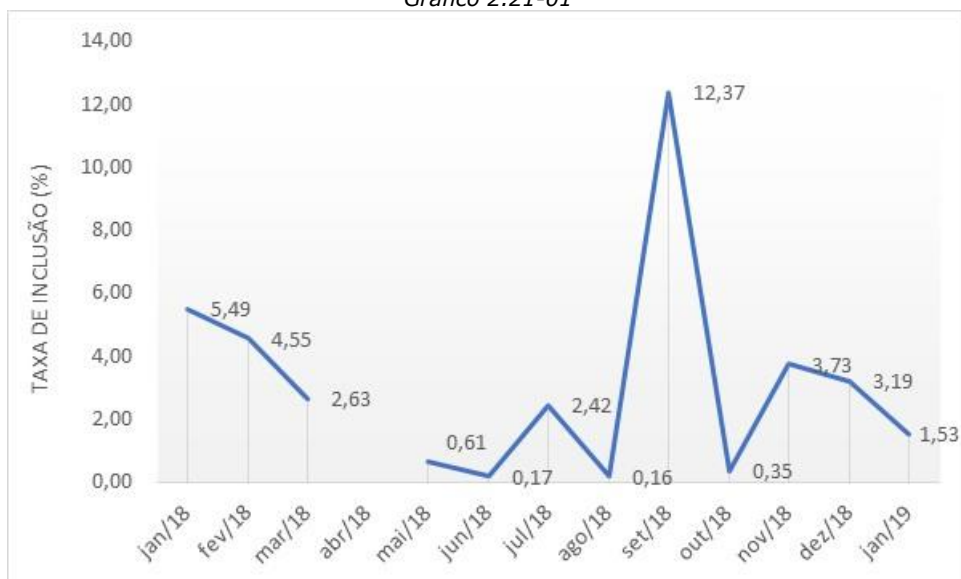
• Processo de pagamento de auxílio financeiro emergencial - AFE (25%)

A Fundação Renova apresenta que há 11.753 auxílios ativos com 27.154 pessoas assistidas, incluindo titulares e dependentes. Os municípios de Linhares/ES e Aimores/MG concentram expressiva parcela dos auxílios pagos (2.235 e 1376 respectivamente)⁹⁸.

Assumindo o número de cadastros das campanhas 1 e 2 de 18.472, tem-se que o AFE assiste 63,6% de atingidos segundo a referência de titulares. Caso seja assumido o número de cadastros submetidos ao CIF⁹⁹, tem-se que a cobertura do AFE é de cerca de 37% dos titulares. Ainda que essa estimativa seja conservadora, aponta para o número expressivo de atingidos no âmbito do cadastro que aguardam pelo PG021.

Adicionalmente, observando-se a tendência histórica de inclusão ao AFE, observa-se uma média de 271,15 inclusões/mês¹⁰⁰ em valores absolutos, o que corresponde a 3,10%/mês (valores percentuais). O gráfico abaixo apresenta a taxa percentual de inclusão por mês no AFE, permitindo identificar 3 blocos principais: (i) de janeiro a agosto/2018, os percentuais apresentaram um comportamento decrescente com uma média de inclusão de 2,29%/mês; (ii) o mês de setembro/2018 representando um pico de inclusão no AFE de 12,37% - correspondente a 1.186 atingidos; (iii) de novembro/2018 a janeiro/2019, a taxa mensal volta a se assemelhar ao observado no primeiro bloco (média de 2,2%/mês).

Gráfico 2.21-01



⁹⁸ Fundação Renova: Relatório Monitoramento Mensal de fevereiro/2019

⁹⁹ 31.716 cadastros enviados ao CIF, sendo 26.521 aprovados pelo CIF (data de corte em 30/01/2019) e 5.195 em análise.

¹⁰⁰ O mês de abril/2018 foi excluído por ter representado um valor negativo, ou seja, o quantitativo de AFE em abril/18 foi inferior que o de março/2018.

Assumindo os valores de referência do número de cadastros em três cenários (Cadastros da Campanha 1 e 2; Cadastros aprovados pelo CIF e lotes aprovados e em análise pelo CIF) versus as taxas médias mensais de inclusão do AFE segundo dois cenários (média mensal para o período de janeiro/18 a janeiro/19) e média mensal excluindo o mês de setembro/2018 por representar um *outlier* na série anual), tem-se estimativas conservadoras de quanto tempo o PG021 demanda para processar o déficit de cadastrados (tabela abaixo).

Tabela 2.21-01

	Cadastro (Campanha 1 e 2 = 18.472) Passivo de 6.719	CIF (Lotes aprovados = 26.521) Passivo de 14.768	CIF (Lotes aprovados e em análise = 31.716) Passivo de 19.963
Média mensal de inclusão (jan/18 a jan/19)	22,6 meses	49,7 meses	67,2 meses
Média mensal de inclusão (excluindo set/18)	30,2 meses	66,5 meses	89,9 meses

Os critérios assumidos de perda de renda e renda abaixo de meio salário mínimo para dar celeridade na identificação de pessoas e famílias são coerentes. Todavia, esbarram no procedimento do cadastro e critérios de elegibilidade que notoriamente não permite uma forma célere e participativa de atendimento.

Como exemplo, em Patrimônio da Lagoa, a barragem feita para evitar que a água do Rio Doce entrasse no sistema lagunar de Juparanã impediu a migração dos peixes para reprodução bem como a retirada de espaços de lazer e recreação (espaços comuns) decorrentes do aumento do nível da lagoa. Cerca de 85 pescadores impactados foram reconhecidos pela Samarco e, destes, 15 que possuem RGP não recebem o AFE. A Fundação Renova comunica que o reconhecimento dos pescadores ocorre mediante os impactos do barramento segundo a análise da Defesa Civil¹⁰¹. Ao considerarmos os números de comunidades tradicionais, tem-se 212 auxílios para os faiscadores (107 em Rio Doce e 105 em Santa Cruz do Escalvado) e 174 na comunidade quilombola de Degredo¹⁰². Em contrapartida, o cadastro apresenta 391 areeiros, 248 faiscadores, 987 autodeclarados quilombolas e 25 autodeclarados indígenas¹⁰³. Assim, exemplifica-se o centralizado processo de cadastramento e dos critérios de elegibilidade que mantém uma probabilidade razoável de exclusão de pessoas atingidas, em especial em estado de vulnerabilidade, até o presente momento.

A Decisão Liminar 1013613-24.2018.4.01.3800 27, de 27/12/2018 proferida pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte que anulava a validade das Deliberações nºs 111 e 119 do CIF, foi suspensa em 06/02/2019. Com isso, o pagamento dos lucros cessantes, com previsão para acontecer em 05/02/2019, deve ser concretizado sem qualquer compensação de valores pagos a título de Auxílio Financeiro Emergencial, consoante TAC – Termo de Ajustamento de Conduta constante da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800 e do TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, vinculado à Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400. Nesses termos, deverá a Fundação Renova notificar todos os beneficiados pelos programas e providenciar a complementação necessária, no prazo de 30 dias.

A Fundação Renova tem implementado um plano de cancelamento de AFEs. Segundo dados fornecidos¹⁰⁴, até o momento foram 70 cancelamentos distribuídos ao longo do ano, por município e segundo os motivos apresentados na tabela e gráficos abaixo:

Tabela 2.21-02

2016	1
2017	24
2018	33
2019	12

¹⁰¹ Depoimento e documentos apresentados pelo Sr. Milton da comunidade do Patrimônio da Lagoa na 32ª Reunião CT-OS.

¹⁰² Fundação Renova: Relatório Monitoramento Mensal de fevereiro de 2019

¹⁰³ Planilha GOV1928 a 1933 apresentada a Ramboll em resposta as solicitações de dados atualizados e estratificados.

¹⁰⁴ Segundo planilha solicitada pela Ramboll e recebida por email no dia 25/02/19 (Base Cancelamento AFE_20190213.xlsx)

Gráfico 2.21-02

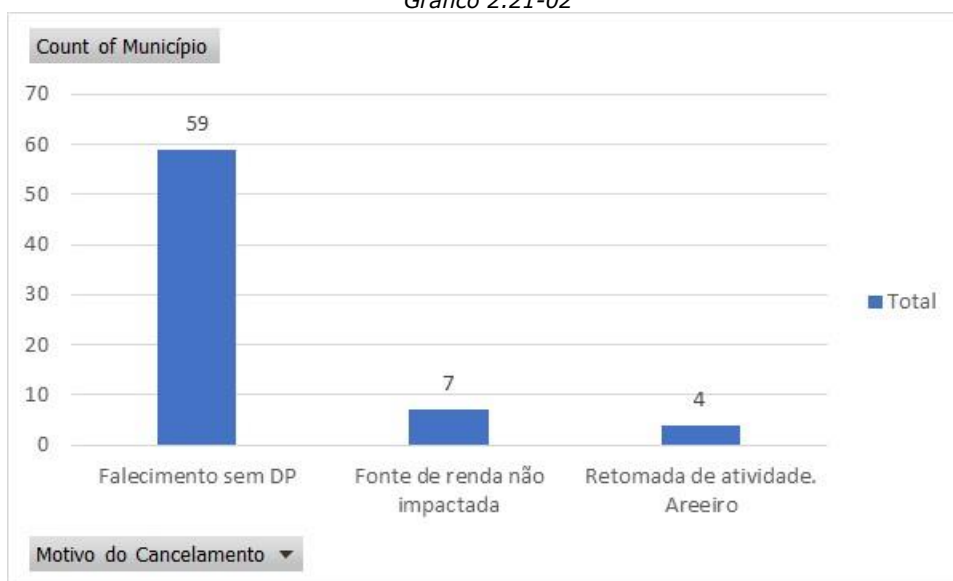
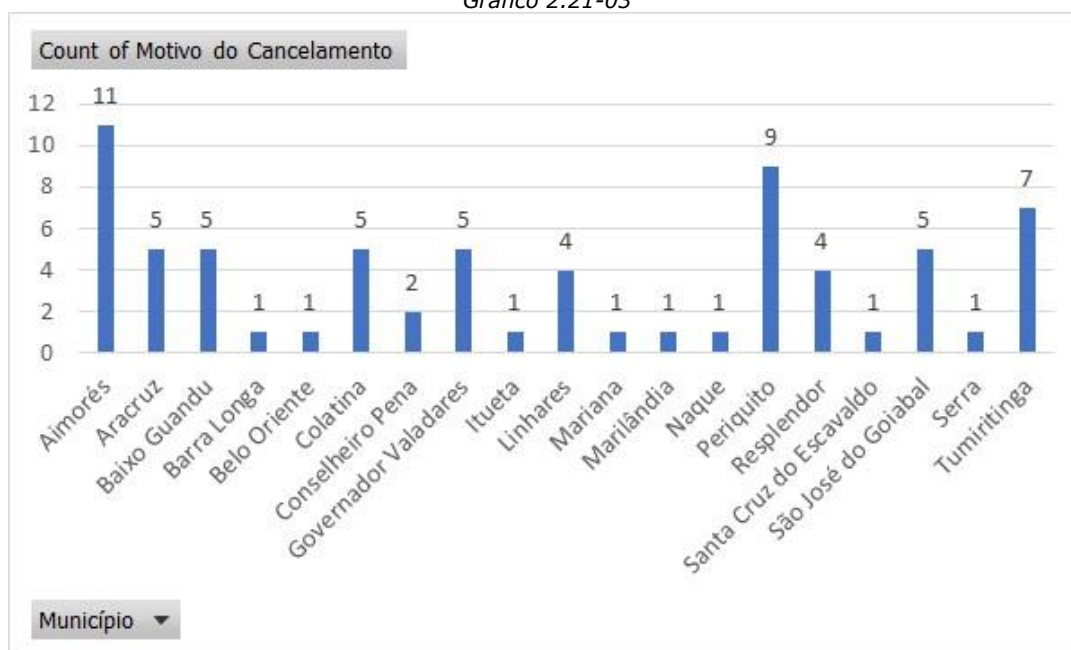


Gráfico 2.21-03



Observações

Segundo a Fundação Renova, até dezembro/2018, o repasse de recurso do AFE totalizava R\$ 660 milhões de reais. O planejamento do programa (versão outubro/2018) considera um prazo até dezembro/2021, com previsão orçamentária de R\$ 690,4 milhões. Entre 2015 e 2019, segundo o documento de definição do PG021, foram gastos R\$ 486,5 milhões, restando, portanto, R\$ 203,9 milhões para os anos de 2020 e 2021.

Tabela 2.21-03

Ano	Orçamento (PG021- Out/18)
2015	9.6 M
2016	176.7 M
2017	171 M
2018	254,9 M
2019	60,6 M

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou¹⁰⁵ previsão orçamentária de R\$ 370.448.617,00 para 2019, sendo R\$ 10.445.110 para AFE em Mariana e Barra Longa, R\$ 360.003,507 para AFE Rio Doce e sem valores para AFE Garimpeiros.

Tabela 2.21-04

AUXÍLIO FINANCEIRO MARIANA E BARRA LONGA	10.445.110
AUXÍLIO FINANCEIRO RIO DOCE	360.003.507
SUBSÍDIO AOS RIBEIRINHOS	352.213.374
COMUNICAÇÃO PROGRAMA 21	75.000
DESPESAS CARTÕES RIBEIRINHOS	567.744
AUX FINANC REGÊNCIA/POVOAÇÃO	3.160.880
REAValiação DO PROCESSO DE ELEGIBILIDADE	3.511.309
SERVIÇOS JURÍDICOS AFE	475.200
AUXILIO FINANCEIRO GARIMPEIROS	-
OUTROS CUSTOS	-
AUXILIO FINANCEIRO GARIMPEIROS	-

A Revisão do PG021 ainda não foi apresentada pela Fundação Renova¹⁰⁶. O critério de encerramento do programa – retomada da atividade econômica do atingido – deve ser objetivamente considerado à luz do enfoque da reparação integral em especial para pessoas atuantes em sistemas familiares de geração de renda.

A forma como este programa vem sendo implementado ocorre na contramão de sua proposição nos termos da Cláusula 137 do TTAC. O seu caráter emergencial pressupõem a adoção de mecanismos que agilizem a situação daqueles que, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, tiveram sua renda comprometida mediante a interrupção de suas atividades produtivas. Este princípio básico para a existência do PG021 não vem sendo cumprido. Ao contrário, o PG021 se desenvolve a partir de critérios de “elegibilidade” pouco evidentes. Questionada sobre o motivo pelo qual cadastrados não tem acesso ao AFE, a Fundação Renova, através de documento enviado à Ramboll, esclareceu *“As elegibilidades aos AFE são realizadas de acordo com as Campanhas, que são definidas, por sua vez, com a data da manifestação do atingido. Com isso, pode ocorrer casos como os mencionados, não significando que são inelegíveis. Apenas se encontram em estágios distintos”*. Tratando-se de um dispositivo que objetiva atender questões emergenciais, a condição de cadastrado deveria, a priori, garantir o acesso ao PG021. O que se tem é um conjunto de critérios difusos, porém formais, semelhantes aqueles adotados pelo PG002, cujo objetivo é a reparação final do dano ocorrido. *“A gente aqui não sabe, nem nunca soube porque uns tem o AFE e outros não conseguem, estão todos na mesma situação depois do desastre e vivendo no mesmo lugar. Eu tenho e meu vizinho de porta, que passou tudo iguala mim, ainda não conseguiu”*(relato de um atingido em Barra Longa). Ou ainda: *“essa lama e esse auxílio só chegaram para colocar uns contra os outros”* (atingido, Rio Doce).

Outra situação que causa estranhamento é a ausência de integração entre o PG021 e o PG005 – Proteção Social. Entende-se que, se a dificuldade de integração com o PG001 passa por um conjunto de critérios questionáveis, com relação ao PG005, a evidência da necessidade de atendimento especial deveria evidenciar claramente a necessidade de acesso ao AFE, contudo, isto não ocorre. A condição de vulnerabilidade também, ao que tudo indica, não é critério para o acesso ao auxílio, deixando a pergunta: quais são realmente os atributos para o acesso ao AFE? Ou seja, O PG021 não cumpre com a função para a qual foi concebido: garantir condições mínimas de subsistência aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. Além disso, tem sido fonte de conflitos e disputa pela condição de atingido, fomentando o esgarçamento do tecido social e a ruptura de laços comunitários; bem como estimulando a ocorrência de fluxos migratório para algumas áreas, o que sugere a necessidade de revisão urgente deste programa.

¹⁰⁵ Planejamento e Orçamento Anual – Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

¹⁰⁶ Deliberação nº 210 de 28/09/2018, baseada nos achados da auditoria da EY¹⁰⁶¹⁰⁶ e da Nota Técnica 025/2018/CTOS-CIF.

2.22 PG022 – Programa de Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

No período monitorado, a Fundação Renova informa que a estrutura de PMO – Project Management Project da Fundação vem desenvolvendo os trabalhos de Gestão de Portfólio, Programas e Projetos com foco em integração, visando promover ritmo às atividades desenvolvidas nos programas, realizando a análise crítica das informações e divulgando resultados analisados e consistentes para apoio à decisão da Fundação Renova (âmbito interno e externo).

Quanto à Gestão das Interfaces, continuam sendo realizadas entrevistas com lideranças e equipes técnicas para identificação e validação de conexões entre os programas. Das 732 consideradas em novembro/dezembro, após serem revisitadas, foram reduzidas 480 interfaces/interações. Até janeiro/2019, em reunião com o setor, a Fundação Renova informou ter confirmadas 281 interfaces e 149 delas já tinham sido incorporadas ao cronograma do Masterplan, quando 16 programas e 11 áreas de apoio concatenaram as atividades dentro de uma lógica de retroalimentação e sequência em cadeia de efeitos mútuos aos programas. Este trabalho ainda está em andamento com o apoio da equipe de especialistas e consultores do Instituto Águila e da Alvarez & Marsal.

No período monitorado, a gerência de PMO teve também “foco no desenvolvimento do banco de dados e na implantação de ferramentas para disponibilização de informações para a Fundação Renova e público externo, através de relatórios e da implantação de um processo robusto de inteligência de negócios”¹⁰⁷.

No relatório CIF034_RELATORIO_CIF_Dezembro_18.pdf, é informado que, em 2018, foram emitidas 106 deliberações pelo CIF, representando 95 ações a serem executadas pela Fundação Renova, sendo que 78 foram atendidas. Com relação aos programas, dezembro/2018 terminou com cinco programas com a definição aprovada pelo sistema CIF e 7 com aprovação parcial. Em planilha específica enviada pela Fundação Renova, **até fevereiro/2019, 04 programas de socioeconomia obtiveram aprovação integral e 03 aprovação parcial**¹⁰⁸. O programa 37 foi considerado encerrado em 30/11/2018 pela Deliberação CIF nº 243.

Considera-se que, no quesito análise crítica da gestão dos cronogramas e orçamentos dos programas, o avanço ficou estagnado em 25%. Na revisão de 281 interfaces efetivas, o alcance retrocedeu a 53% daquelas que foram incorporadas de fato no cronograma. No sistema de informação interna e externa, a evolução ficou mantida em 50%.

Observações

- A não aprovação integral dos programas compromete o planejamento e suas respectivas análises de riscos como um todo. Sem que as versões dos programas estejam validadas no sistema de governança, a gestão fica parcial e precária dada a ampla complexidade e a redução de possibilidade de planejamento estruturado de cada programa.
- Dos 39 programas, em 16 abordados, foram remapeadas aproximadamente 500 interfaces e interações entre os mesmos. Entretanto, a comunicação integrada dessas interfaces do ponto de vista processual de efetivação de atividades no território está muito incipiente entre os programas.
- Em reunião com a equipe PMO da Fundação, a dificuldade em realizar o mapeamento, a validação e a integração de cronogramas das interfaces no trabalho interno tem sido considerado um desafio, impedindo que o *masterplan* avance com um planejamento mais consistente considerados também os riscos programáticos.
- Um avanço ainda sem efeito prático aos programas, mas que se esperam frutos no aperfeiçoamento dos mesmos, será o resultado de uma equipe montada a partir de janeiro/2019 pelo setor de PMO que está rastreando as principais questões colhidas pelos Canais de Relacionamento do PG006 para conduzir melhorias internas na gestão.

¹⁰⁷ Fundação Renova: CIF033_RELATORIO_CIF_NOVEMBRO_18.pdf pg. 178, confirmada a continuidade nos documentos: CIF034_RELATORIO_CIF_Dezembro_18.pdf pg. 239 e CIF035_RELATORIO_CIF_Janeiro_19.pdf pg. 192.

¹⁰⁸ Fundação Renova: GOV 1976 - Status dos programas – quais encontram-se aprovados, não aprovados e parcialmente aprovados

2.23 PG023 – Programa de Manejo de Rejeitos

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- Antes do desastre, barragem de Fundão armazenava cerca de 54,4 milhões de metros cúbicos (Mm³), dos quais 43,8 Mm³ foram liberados na bacia do Rio Doce (Fonte: Golder Associates, 2016. Avaliação dos Impactos no Meio Físico Resultantes do Rompimento da Barragem de Fundão. Belo Horizonte, MG. Outubro, 2016. Ref. RT-023_159-515-2282_01-J. 736 pp);

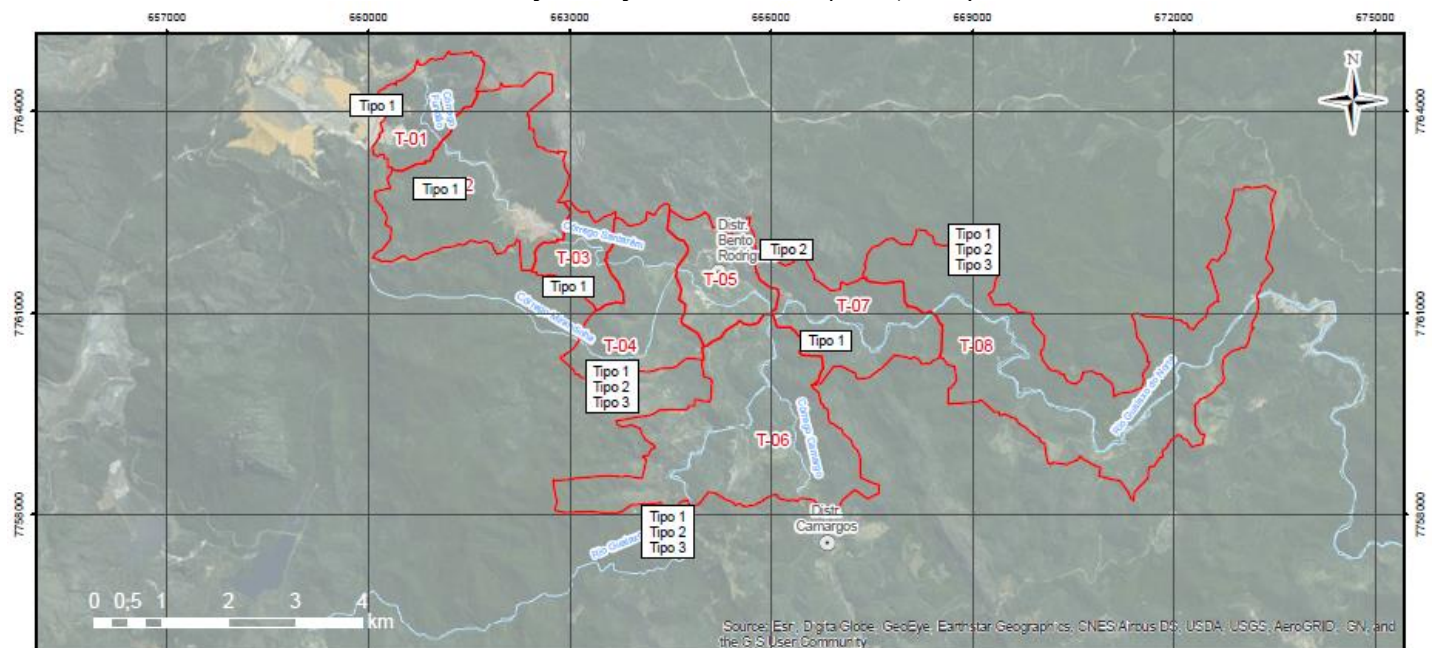
- Segundo estimativas da Golder Associates (2016), cerca de 33 Mm³ foram acumulados até a UHE Risoleta Neves (Candonga). Do total acumulado no trecho, **1,73% do volume de rejeitos** foi retirado. Foram removidos emergencialmente 157 mil m³ (Ch2m, 2017. Plano de Manejo de Manejo de Rejeito – Revisão 1) e em Candonga foram acondicionados aproximadamente 415 mil m³ nos setores localizados nas margens do reservatório da UHE Risoleta Neves (Fonte: AECOM - Relatório Nº 10 - Referente à visita de auditoria realizada ao reservatório de Candonga e à Fazenda Floresta e UHE Risoleta Neves de 25/06 a 04/07/2018).

- Plano de Manejo de Rejeitos:

- A primeira versão do Plano de Manejo de Rejeito (PMR) foi publicada em abril/2017 e a primeira revisão em agosto/2017. De forma resumida, o Plano de Manejo de Rejeito prevê cinco etapas: (1) Caracterização ambiental da área afetada; (2) Tomada de decisão e seleção de alternativas de manejo; (3) Avaliação governamental da proposta apresentada; (4) Comunicação aos proprietários; e (5) Implementação e monitoramento da alternativa selecionada:

- A bacia do Rio Doce foi dividida em 17 trechos, sendo 12 (doze) até a UHE Risoleta Neves, 4 (quatro) da usina até o litoral e 1 (um) no mar:

Figura 2.23-01: Divisão em Ottobacias do Trecho 1 ao Trecho 8. Datum horizontal: UTM SIRGAS 2000, fuso 23°. Fonte: Plano de Manejo de Rejeito – Revisão 01 (CH2M, 2017).



- Trecho 1: Barragem do Fundão até o Remanso do Reservatório Santarém. Extensão: 1.100 metros;
- Trecho 2: Reservatório de Santarém. Extensão: 2.500 m;
- Trecho 3: Barragem de Santarém até 1.200 m a jusante medidos ao longo dos cursos do córrego Santarém;
- Trecho 4: Reservatório do Dique S-3. Extensão: 1.200 metros ao longo do córrego Santarém e 2.700 m ao longo do córrego Mirandinha;
- Trecho 5: Dique S3 até o Dique S4. Extensão: 1.900 m ao longo do córrego Santarém;
- Trecho 6: Rio Gualaxo do Norte, a montante da foz do córrego Santarém. Extensão: 5.700 m no rio Gualaxo do Norte + 2.000 m no córrego "dos Camargos";
- Trecho 7: Rio Gualaxo do Norte, desde a confluência do córrego Santarém. Extensão: 3.200 m;
- Trecho 8: PCH Bicas. Rio Gualaxo do Norte. Extensão: 9 km;

- Cada trecho tem ou terá uma publicação de “Aplicação do Plano de Manejo de Rejeito”, que devem ser elaborados pela Fundação Renova, validados pela CT-GRSA (Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental) e por fim implementados pela Fundação Renova;

- Publicação de “Planos de Comunicação do Plano de Manejo de Rejeitos”, para comunicação e consulta junto aos proprietários das áreas alvo de manejo de rejeitos.

- Aplicação do Plano de Manejo de Rejeitos:

- Até o final de fevereiro/2019, foram publicados 9 (nove) volumes de Aplicação do Plano de Manejo de Rejeitos, que compreendem 15 (quinze) trechos da bacia do rio Doce dos 17 (dezessete) definidos no Plano de Manejo de Rejeitos. Dos 9 (nove) volumes protocolados na Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), 3 (três) foram aprovados na CT-GRSA e no CIF, 4 (quatro) estão em análise e 2 (dois) são versões piloto.

Tabela 2.23-01

Trecho(s)	Extensão do trecho (km)	Protocolo CT-GRSA	Aprovação CT-GRSA	Aprovação CIF
1	1,1	23/02/2018	Nota Técnica GRSA nº 03/2018	Deliberação CIF nº 222
2	2,5			
3	1,2			
4	3,9			
5	1,9	21/12/2018	-	-
6	7,7	06/08/2018	Nota Técnica GRSA nº 08/2018	Deliberação CIF nº 245
7	3,2			
8	9,0	Versão piloto publicada em 30/04/2018	-	-
9	58,0	21/08/2018	Nota Técnica GRSA nº 13/2018	Deliberação CIF nº 261
10	25,0	04/01/2019	-	-
11	5,8			
12	11,0	06/11/2018	-	-
13	220,0	Pendente	-	-
14	180,0			
15	100,0	Versão piloto publicada em 15/06/2018	-	-
16	42,0			
17	(zona marinha e costeira)	21/12/2018	-	-

Legenda:

	Aplicação do Plano de Manejo de Rejeito aprovada no CIF
	Aplicação do Plano de Rejeito em revisão na CT-GRSA
	Aplicação do Plano de Manejo de Rejeito não protocolado na CT-GRSA

- Plano de Comunicação referente ao Plano de Manejo de Rejeito:

- O CIF notificou a Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação CIF nº 86 pela não apresentação dos Planos de Comunicação solicitados pela Nota Técnica IBAMA/SISEMA/IEMA nº 002/2017, por meio da Deliberação CIF nº 173 de 29/06/2018. Essa deliberação estabeleceu o prazo de 30 dias para entrega do documento, observando os termos estabelecidos pela Nota Técnica IBAMA/SISEMA/IEMA nº 002/2017 e pela Nota Técnica nº 2/2018/DITEC-MG/SUPES-MG;

- Em 27/07/2018, a Fundação Renova protocolou na CT-GRSA o Plano de Comunicação referente ao Plano de Manejo de Rejeito, conforme consta no ofício OFI.NII.052018.3091-02. Na 25ª CT-GRSA, que foi realizada em 06/09/2018, os membros da Câmara Técnica concluíram que o documento protocolado pela Fundação Renova não atendeu as diretrizes estabelecidas pelo TTAC e pela Deliberação CIF nº 173. Além disso, foi constatado que o Plano de Comunicação apresentado trata somente da comunicação junto à sociedade geral, não tratando da comunicação junto aos proprietários das áreas alvo de manejo. Até fevereiro de 2019, o Plano de Comunicação referente ao Plano de Manejo de Rejeitos não foi revisado.

- Monitoramento da Qualidade do ar:

- Desde 2016, duas estações automáticas (Centro e Volta da Capela) monitoram os parâmetros de partículas totais em suspensão (PTS), partículas inaláveis (PM10), partículas respiráveis (PM2,5) e condições meteorológicas em Barra

Longa-MG. Os dados de medição disponibilizados pela Fundação Renova dessas duas estações estão em conformidade com a Resolução CONAMA nº 03/1990:

Tabela.23-02

Barra Longa - Centro				
Ano	Partículas Inaláveis (PM ₁₀)		Partículas Totais em Suspensão (PTS)	
	Média aritmética anual (MAA) ¹	Médias 24h acima do limite diário ²	Média Geométrica Anual (MGA) ³	Médias 24h acima do limite diário ⁴
2017	26 µg/m ³	0	48 µg/m ³	0
2018	26 µg/m ³	0	43 µg/m ³	0

Barra Longa - Volta da Capela				
Ano	Partículas Inaláveis (PM ₁₀)		Partículas Totais em Suspensão (PTS)	
	Média aritmética anual (MAA) ¹	Médias 24h acima do limite diário ²	Média Geométrica Anual (MGA) ³	Médias 24h acima do limite diário ⁴
2017	27 µg/m ³	0	40 µg/m ³	0
2018	18 µg/m ³	0	26 µg/m ³	0

Ano	Partículas Inaláveis (PM ₁₀)	
	Média aritmética anual (MAA) ¹	Médias 24h acima do limite diário ²
2018	18 µg/m ³	0

Ano	Partículas Inaláveis (PM ₁₀)	
	Média aritmética anual (MAA) ¹	Médias 24h acima do limite diário ²
2018	20 µg/m ³	0

Limites Resolução CONAMA nº 03/1990:

1- PM₁₀: Média aritmética anual (MAA)<50 µg/m³

2- PM₁₀: Média 24h<150 µg/m³

3- PTS: Média Geométrica Anual<80 µg/m³

4- PTS: Média 24h <240 µg/m³

- Estudos de avaliação das alterações e caracterizações geoquímica, biogênica e geomorfológica, previstos na cláusula 150 do TTAC:

- A CT-GRSA solicitou, por meio da Nota Técnica nº 01/2018, que o Estudo Geoquímico apresentado pela Fundação Renova, especialmente suas conclusões, não sejam mais propagadas a outros programas e projetos;

- O Estudo Geomorfológico, mesmo sendo considerado satisfatório para o estado de Minas Gerais, precisa de complementação para caracterizar a área desde jusante da UHE Risoleta Neves até o distrito de Regência (Linhare/ES).

- Proteção do sistema lacustre do Baixo Doce: Barramento do Rio Pequeno – Lagoa Juparanã em Linhare/ES (localizado no Trecho 15):

- A Fundação Renova concluiu em 21/09/2018 as obras de preparação do barramento do rio Pequeno para o período chuvoso de 2018/2019. Por conta do risco de galgamento, a crista do barramento e as ombreiras do canal extravasor foram reconformadas na cota de elevação 12 metros. A fim de evitar possível entrada do rio Doce na lagoa Juparanã, foi desenvolvido um projeto de fechamento do canal extravasor com big bags e de fechamento da enseadeira com enrocamento;

- No dia 22/09/2018, antes da abertura do canal, as famílias residentes das casas nas margens do Rio Pequeno foram realocadas e as 11 primeiras casas tiveram suas fundações protegidas com enrocamento.

Observações

- Nas vistorias de campo realizadas nas áreas de manejo de rejeitos a montante da UHE Risoleta Neves, contata-se que as ações emergenciais de revegetação foram eficazes para recuperar a cobertura vegetal com espécies pioneiras, o que auxilia na contenção de rejeitos nas margens e terraços do rio.

- Entretanto, ainda não há um consenso técnico se essas áreas onde houve deposição de rejeitos darão suporte a uma sucessão ecológica. Dessa forma, a definição de espessura máxima da camada de rejeito para plantio é primordial para

avancar nessa questão, porque essa definição tem impacto na demanda do volume de rejeitos que deverão ser retirados da bacia e na escolha e preparação de Áreas de Disposição de Material Excedente (ADMEs).

- Das quatro ADMEs previstas no Volume de Aplicação do Plano de Manejo de Rejeito do Trecho 08, trecho-piloto das ações de manejo de rejeito da Fundação Renova, apenas uma ADME está em condições de funcionamento, ou seja, possui acessos trafegáveis por veículos pesados, com terraplenagem e disciplinamento de drenagem na área de disposição.

- Outro ponto de atenção é o conflito do uso histórico do solo da bacia com as ações de recuperação ambiental. Principalmente no Trecho 09, a pecuária extensiva compete com o plantio de vegetação nas margens e terraço do rio, mesmo nas áreas cercadas. Nesse contexto, a sinergia das ações do Programa de Manejo de Rejeitos (PG023) com o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG017) e com o Programa de Recuperação da Área Ambiental 1: Revegetação, enrocamentos e outros métodos (PG025) assume caráter fundamental para a eficácia do desenvolvimento da vegetação, para prover as condições necessárias para que a atividade pecuária seja realizada com maior eficiência, sem ocupar as áreas de plantio. Sendo assim, o Plano de Comunicação referente ao Plano de Manejo de Rejeito assume papel fundamental para o diálogo entre a Fundação Renova e os proprietários das áreas alvo das ações do Plano de Manejo de Rejeito.

- Em relação aos estudos de avaliação das alterações e caracterizações geoquímica, biogênica e geomorfológica, previstos na cláusula 150 do TTAC, reforça-se a solicitação da Nota Técnica CT-GRSA nº 01/2018 de que os resultados bem como as conclusões do Estudo Geoquímico não devem ser propagados a outros programas e projetos, enquanto não houver consenso na CT-GRSA a respeito da assertividade dos resultados. Em relação ao Estudo Geomorfológico, é necessária e urgente a complementação da caracterização para as áreas afetadas pelo desastre a jusante da UHE Risoleta Neves, as incertezas impostas pela falta ou escassez de caracterização dificultam a tomada de decisão.

2.24 PG024 – Programas de Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento *in situ*

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- Descomissionamento do Dique S4 (dique que alagou a região de Bento Rodrigues):

- O prazo estipulado pelo "TTAC do Dique S4" para o descomissionamento do Dique S4, localizado em Bento Rodrigues (Mariana-MG) está firmado para 31/07/2019. Porém, a Fundação Renova informou que irá pleitear junto à SEMAD a prorrogação do prazo.

- Construção da barragem Eixo 1 no vale do Fundão:

- Até 09/10, quando foi concluída a etapa de construção da temporada 2018, o aterro do núcleo da barragem atingiu a cota 796,9 m;

- A retomada das obras está prevista para abril/2019, após o término do período chuvoso. Para o período chuvoso de 2018/2019, estão em andamento obras de proteção a ensecadeira do Eixo 1, reforço do canal extravasor, fechamento do aterro da barragem Eixo 1, construção de canal extravasor sobre o maciço, proteção de drenos nas ombreiras, recuperação da bacia de dissipação do extravasor definitivo da barragem, drenagem superficial de acessos e instalação de sistema de bombas no reservatório;

- A crista da barragem Eixo 1 será elevada até a cota 820 m, esse alteamento tem previsão de término em 31/08/2019 e a desmobilização de obra está prevista para 20/10/2019.

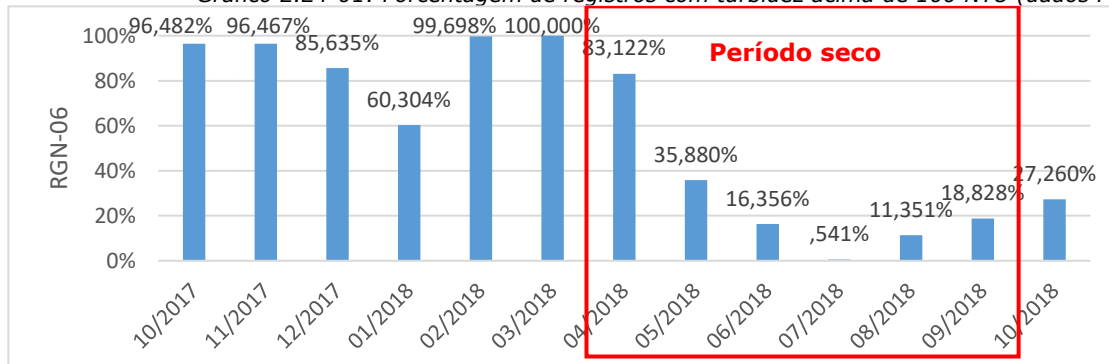
- Medições de turbidez nos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, até a UHE Risoleta Neves:

- A cláusula 157 do TTAC estabelece que, no prazo máximo de 3 (três) anos, a turbidez deve ser gradativamente reduzida até níveis máximos de 100 (cem) NTU no período seco.

- Considerando o período seco compreendido entre abril/2018 e setembro/2018, abril foi o único mês no qual todas as estações, localizadas onde houve deposição de rejeitos, apresentaram pelo menos 14% dos registros acima de 100 NTU. Em maio/2018, as estações RGN-06 e RGN-08 (localizadas no rio Gualaxo do Norte) apresentaram mais de 34% dos registros acima de 100 NTU. Em julho/2018 todas as estações apresentaram menos de 1% dos registros acima de 100 NTU;

- Na NT nº 4/2018/DCI/GABIN, o IBAMA sugere que a cláusula 157 do TTAC seja revista para que nas demais estações do ano sejam contemplados metas e objetivos para a mitigação, reparação e/ou compensação dos efeitos da alta turbidez nos rios.

Gráfico 2.24-01: Porcentagem de registros com turbidez acima de 100 NTU (dados PMQQS).





Observações

- Em consonância com a NT nº 4/2018/DCI/GABIN, emitida pelo IBAMA, a cláusula 157 do TTAC, que trata da diminuição progressiva da turbidez ao nível máximo de 100 NTU em até 3 (três) anos durante a estação seca, precisa de complementação a fim de estabelecer metas e objetivos para a mitigação, reparação e/ou compensação dos efeitos da alta turbidez nos rios. Dessa forma, a eficácia desse programa está condicionada ao sucesso do Programa de manejo de Rejeitos (PG023) e do Programa de Recuperação da Área Ambiental 1: Revegetação, enrocamentos e outros métodos (PG025).

2.25 PG025 – Programa de Recuperação Ambiental 1

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Novembro/dezembro:

Os documentos avaliados reportaram:

- Diferença de -7% no número de cercamentos de APPs planejados para o período e realizados, ocasionando um avanço físico inferior ao planejado.
- Desvio identificado no que diz respeito à assinatura do contrato com empresa responsável pela frente 1 de Restauração Florestal, previsto para novembro de 2018.
- Desvio identificado na mobilização para iniciar as atividades de Restauração Florestal da Frente 4, previsto para ter sido concluído em setembro de 2018.

Dezembro/janeiro:

- Os Relatórios CIF e Executivo da Fundação Renova emitidos em novembro/2018 reportaram os seguintes status referente ao restauro florestal: (i) Frente 1: prevista a retomada das atividades para dezembro/2018, porém não foi verificado um novo contrato referente à essas atividades (ii) Frente 2: "atividades realizadas em 8,94 ha porém previstas em 16 ha; (iii) Frente 3: atividades previstas para iniciarem em dezembro/2018; (iv) Frente 4: atividades previstas para iniciarem em dezembro/2018. A mobilização da nova empresa da Frente 1 foi planejada para novembro/2018, resultando em um atraso de 2 meses. Houve também um desvio na atividade de mobilização para iniciar as atividades da Frente 4, previsto para ter sido concluído em setembro/2018.
- Em visita de campo realizada pela Ramboll em dezembro/2018, foram verificadas ações de preparo do solo iniciadas na região de Santa Cruz do Escalvado pela empresa Agroflor.
- Em outubro/2018, através da Deliberação CIF nº 223, para recuperação das áreas localizadas em APP, compreendidas nos 2.000 hectares previstos na Cláusula 159, foi requerido à Fundação Renova realizar mapeamento das áreas com remanescentes de vegetação nativa a partir do ano de 1990 e se manifestar sobre a obtenção e disponibilização das imagens necessárias para realizar a atividade no prazo de 30 dias a partir de 30/10/2018. A Fundação Renova informou, através do ofício OFI.NII.112018.4672 emitido em 04/12/2018, que não foi possível estabelecer um mosaico homogêneo que possibilite uma análise consistente sobre os fragmentos em toda a extensão da área referenciada na deliberação, a CT-FLOR e o CIF não haviam se posicionado oficialmente sobre o assunto.
- Em ofício SEQ14436/2018/GJU datado 12/11/2018, a Fundação Renova solicita que a Deliberação nº 223 seja reconsiderada e expõe argumentos relacionados à discussão das diretrizes definidas para recuperação das áreas localizadas em APP, compreendidas nos 2000 hectares previstos na Cláusula 159.
- Em dezembro/2018, através da Deliberação CIF nº 249, foi solicitado à Fundação Renova apresentar, no **prazo de 60 dias**, o orçamento detalhado das ações previstas no âmbito do programa, a partir de 17/12/2018.
- Em ofício OFI.NII.102018.4266, de 16/10/2018, a Fundação Renova apresentou "Relatório de Resultados do 1º ano de Monitoramento das Intervenções Prioritárias" no que se refere a eficácia e efetividade das ações de revegetação emergencial, reabilitação dos rios e planícies afetadas solicitando a apreciação e parecer da CT-FLOR a respeito do cumprimento das Cláusulas 158 e 160.

Janeiro/fevereiro:

- Entre os dias 15 a 18/01, a Ramboll vistoriou 63 tributários do Rio do Carmo e Gualaxo do Norte, dos 166 assinalados como não sendo contemplados pelo programa PG25. Os tributários vistoriados apresentavam-se bastante antropizados, com gramíneas no entorno ou no leito, pasto. E não foi identificada a necessidade de intervenção para contenção de processos erosivos.
- Na reunião do GTA-PMQQS, no dia 06/02, foi apresentado pela empresa Ecology (contratada pela Fundação Renova) os principais resultados do relatório trimestral (outubro/2017 a janeiro/2018) do Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo de Vigilância para Avaliação de Impactos PMQQVAI (AnexoD do PMQQS) da deliberação nº17/2016, desenvolvido em 176 pontos amostrais distribuídos em 16 áreas prioritárias e 11 não prioritárias para recuperação nas calhas dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce. As avaliações têm por objetivo analisar o cumprimento das cláusulas 158 a 160.
- Relatório de Resultados do 1º ano de monitoramento das Intervenções Prioritárias da Fundação Renova traz informações relativas ao Percentual de Cobertura e Produção de Biomassa vegetal e programa de monitoramento de solos incluindo a avaliação de atributos físicos, químicos e microbiológicos. Destaca-se que composição granulométrica do solo se mantém ao longo do monitoramento com um percentual médio de 77% de partículas finas (silte e areia fina). Os resultados de soma de bases também foram baixos, refletindo a condição favorecida pelo rejeito. Os teores de matéria orgânica do solo refletem a evolução do plantio durante o período amostral. O relatório destaca variação de biomassa em função da distância à floresta, informação verificada em campo durante vistoria pela Ramboll.

- O Relatório Executivo da Fundação Renova publicado em janeiro aponta que: 1) assinatura do contrato com empresa responsável pela frente 1 de Restauração Florestal previsto para 8/11/18, continua em atraso. E, 2) um desvio identificado na mobilização para iniciar as atividades de Restauração Florestal das frentes 3 e 4.
- O restauro realizado no mês foi de 5,3 hectares, uma redução de -66,8% com relação ao planejado para o período.

Fevereiro/março:

Relatório Executivo apresentado pela Fundação Renova, em fevereiro/2019, reportou:

- Assinatura do contrato para Restauração Florestal – Frente 1 – Mariana em 29/01/19;
- A empresa Dinâmica mobilizará mais 2 frentes de trabalho em fev/19 (totalizando 5 frentes desta empresa) para recuperar o atraso nas atividades de restauro florestal. No total, serão mobilizadas 10 frentes;
- Até outubro a meta prevista para todas as frentes e o total realizado estavam equivalentes, entretanto, entre novembro e janeiro, ocorreu um desvio de – **58%**, entre a meta 81,26ha e o realizado, 33,69ha;
- Apenas 142 hectares de 2000ha de restauração florestal foram concluídos, o prazo para esta meta é março/2020.

A Fundação Renova apresentou, em 12/02/2019, o detalhamento das estimativas de custo do Programa de Recuperação da Área ambiental 1 para atendimento ao item 3 da Deliberação CIF nº 249. Os custos previstos para o restauro florestal, R\$ 44.113.633 indicam que foram realizados R\$ 6.407.491, e a realizar R\$ 37.706.142. O gasto corresponde a 14% do total, um valor superior ao percentual de ações executadas, **11,7%**.

Durante a realização da CT-FLOR, no dia 12/02/19, a FEAM/SISEMA apresentou os resultados da “Operação WATU fase VI - Fiscalização dos Trechos Prioritários e Não Prioritários de Recuperação atingidos pelos rejeitos da barragem de Fundão” realizada em julho/2018. Dentre os principais problemas destacados no relatório, estão a presença de animais, principalmente bovino, nas áreas de APP, falhas no plantio, predomínio de espécie no mix, presença de praias com sedimentos, processos erosivos. Dentre as Considerações gerais, foram destacados:

- Evolução da recuperação ambiental resultante das medidas emergenciais.
- Soluções definitivas estão sendo apresentadas nos planos de manejo, mas durante a operação, não foram visualizadas grandes intervenções no ambiente.
- Necessidade de manutenção e adequação das áreas de bioengenharia.

Em vistorias de campo, a Ramboll também detectou a presença frequente de animais de criação nas áreas de APP e o predomínio de algumas poucas espécies nas áreas com cultivo emergencial.

Figura 2.25-01 - Presença de rejeito e animais na APP (alto) e evidência da evolução da recuperação ambiental, resultado tanto das medidas emergenciais, quanto da resiliência de áreas contíguas aos remanescentes (baixo).



Observações

- A Deliberação CIF nº 223 solicita o mapeamento das áreas com remanescentes de vegetação nativa a partir do ano de 1990, porém não define escala de mapeamento nem parâmetro de resolução espacial a fim de orientar a Fundação Renova na definição de critérios para obtenção das imagens de satélite. Desta forma, os critérios apresentados no ofício OFI.NII.112018.4672 são incertos. Entende-se que a data de corte (1990) definida na Deliberação CIF nº 223 impossibilita a obtenção de imagens de alta resolução, uma vez que estas imagens estão disponíveis somente a partir de 1999 através do satélite Ikonos.

- As atividades de restauração florestal que compreendem as Frentes 1 a 4 apresentam desvio no cronograma gerando recorrentes atrasos no cumprimento de tais atividades. De acordo com os Relatórios CIF e Executivo da Fundação Renova, até o momento, 142 ha de restauração florestal foram concluídos **(11,7%)**, de um total de 1.209,7 ha passíveis de reflorestamento. Portanto, quase 90% do Programa deve ser implementado até março/2020, requerendo investimento e esforço muito superior ao que foi realizado até o momento.

2.26 PG026 – Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP)**Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019**

Em Novembro/2018, uma nova versão da definição do PG026 foi emitida pela Fundação Renova, solicitada após reunião do GT de Indicadores entre a CT-FLOR e a Fundação Renova. Uma das etapas de execução previstas para o atendimento da Cláusula 161 do TTAC é a Definição de Áreas Prioritárias. De acordo com o "Termo de Referência para Definição de Critérios de Priorização de Áreas para Recuperação Ambiental na Bacia do Rio Doce – Versão 04" de 08/09/2016, o estudo de áreas prioritárias deve ser realizado em 5 etapas, apresentadas a seguir:

- (i) P0 (Elaboração do Plano de Trabalho): aprovada através da Deliberação CIF nº196;
- (ii) P1 (Mapeamento de mananciais alternativos na área de captação): aprovada através da Deliberação CIF nº196;
- (iii) P2 (Cadastro das Instituições Governamentais e não Governamentais com ações de restauração na Bacia do Rio Doce): aprovada através da Deliberação CIF nº196;
- (iv) P3 – Mapeamento das áreas prioritárias para recuperação ambiental: aprovado, com ressalvas, o produto 3.2 (parte integrante do P3). Após entregas preliminares, em Dezembro/2018, através do Ofício NII.102018.4238-02, foi disponibilizada pela Fundação Renova versão final do produto 3.2 em complemento ao atendimento da Deliberação CIF nº 196;
- (v) P4 – Proposta técnica de escalonamento das áreas a serem recuperadas (anual) conforme priorização: de acordo com os documentos revisados pela Ramboll, em Janeiro/2019 e Fevereiro/2019 a Fundação Renova protocolou versões atualizadas do produto 4.0 referente ao escalonamento das áreas para recuperação ambiental (Ofícios NII.012019.4973, NII.012019.4973-02 e NII.012019.4973-03). O produto 4.0 apresenta proposta técnica de escalonamento a fim de distribuir e alocar três diferentes modalidades de recuperação previamente definidas no produto 3.0 (condução da regeneração natural, plantio total sem fins econômicos e plantio total com fins econômicos – SAFs). Até a data de emissão do presente relatório, a CT-FLOR não havia se posicionado em relação à última versão deste produto (v12), protocolada em 19/02/2019.

Os Relatórios Executivos de outubro/2018 a janeiro/2019 reportaram um avanço físico referente ao cercamento de APPs um pouco inferior ao planejado para o período. A meta acumulada para janeiro/2019 era de 600 hectares de APPs cercada, enquanto que o cercamento foi realizado em 587,1 hectares até o momento, ou seja, aproximadamente 97% do programado. De acordo com a Fundação Renova, pode-se atribuir a esses resultados a falta de mão-de-obra local, proprietários idosos sem condições físicas de realizar o cercamento e dependência da execução da atividade pelo produtor rural. Além disso, o Relatório Executivo de janeiro/2019 reportou atraso na execução dos contratos de fornecimento de mudas.

Observações

Embora os pedidos de prorrogação de prazos feitos pela Fundação Renova à CT-FLOR tenham sido aprovados, é possível observar atraso nessas etapas de execução do programa em questão que, pelo prazo inicial estabelecido pelo Termo de Referência, deveriam ter sido finalizadas em 08/03/2017. Para cada produto, o Termo de Referência estabeleceu um prazo de entrega, a contar a partir da data de emissão do mesmo: P0 – 15 dias; P1 – 45 dias; P2 – 90 dias; P3 – 165 dias e P4 – 180 dias.

Importante ressaltar que, no escalonamento apresentado, é considerada a modalidade de plantio total com fins econômicos (SAFs) e há uma discussão em curso, entre os órgãos ambientais, acerca da preponderância da Lei da Mata Atlântica e Código Florestal para aprovação desta prática em APPs.

2.27 PG027 – Programa de Recuperação de Nascentes

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Constatou-se durante a vistoria realizada pela Ramboll em novembro/2018, presença expressiva de remanescentes florestais no entorno e baixa incidência de processos erosivos. Espera-se, assim, um sucesso do programa nesta área, em função da proximidade destes remanescentes com as nascentes. A presença dos remanescentes também é um indicativo do grau de esclarecimento dos proprietários com relação à preservação, fator importante tanto na adesão quanto na manutenção das espécies plantadas.

De acordo com os Relatórios CIF e Executivo de Novembro/2018, o plantio de mudas para nascentes Ano 1 foi planejado para 306.000 mudas e apenas 118.501 foram plantadas, ou seja, aproximadamente 39%. Já para o replantio, planejou-se a quantidade de 25.212 mudas e apenas 23.097 foram replantadas, representando aproximadamente 92%. Já as atividades de cercamento de nascentes ano 2 foram realizadas abaixo do previsto para o período. Estavam planejados os cercamentos de 500 nascentes e apenas 419 foram concluídos, ou seja, aproximadamente 84%.

O Relatório Geral de Vistoria, Operação Águas – Fase Olhos D'Água III emitido pelo IBAMA em novembro/2018, verificou de forma amostral o desenvolvimento das nascentes Ano 1 bem como o atendimento das recomendações feitas após as vistorias ocorridas nas fases Olhos D'Água I e II. Dentre as recomendações, destacam-se:

- (i) as atividades de manutenção passem a ser executadas pela Fundação Renova, ao invés de pagamento ao proprietário;
- (ii) necessária adoção de medidas para eliminação da contaminação de nascentes, a exemplo do que ocorre na nascente N035 (presença de efluentes oriundos do laticínio situado a montante e de um galinheiro instalado nas residências);
- (iii) realizar o plantio no início da estação chuvosa;
- (iv) incluir áreas localizadas no entorno das nascentes, como por exemplo, as áreas de recarga do lençol freático, em outros programas, para garantir o sucesso do programa;
- (v) exclusão das nascentes N183, N197, N198 e N202 por estarem integralmente inseridas em fragmento florestal bem conservado sem necessidade de recuperação;
- (vi) que a Fundação Renova faça e apresente ao IBAMA e à CT-FLOR um levantamento das nascentes que estão na mesma linha de drenagem, promovendo a unificação dos pontos em uma única nascente;
- (vii) que a Fundação Renova mantenha e disponibilize ao IBAMA e à CT-FLOR uma base atualizada das nascentes envolvidas no programa, com o status atualizado das mesmas;
- (viii) realização de conferência das placas de identificação com a base de dados georreferenciada disponibilizada;
- (ix) solicitar à Fundação Renova um cronograma anual que indique o detalhamento das atividades a serem executadas a cada mês, por região e por grupo de nascentes (ano 1, ano 2);
- (x) solicitar à Fundação Renova relatório com informações quantos aos métodos de recuperação empregados por nascente, considerando as especificidades de cada uma, informando as mudas que serão plantadas;
- (xi) solicitar à Fundação Renova os resultados esperados a cada ano por grupo de nascentes (ano 1, ano 2) para que se possa avaliar as metas atingidas assim como o porte esperado para as mudas plantadas, o avanço no controle de espécies indesejáveis, o estágio de regeneração natural que se espera.

Os Relatórios CIF e Executivo de dezembro/2018 relataram que, para o período, estavam planejados os cercamentos de 500 nascentes e apenas 444 foram concluídos, ou seja, aproximadamente 89% do total.

De acordo com os Relatórios CIF e Executivo de janeiro/2019, o término do plantio do Ano 2 estava previsto para fevereiro/2019 e foi reprogramado para junho/2019, configurando um desvio na programação. Da mesma forma, o término de cercamento das nascentes do Ano 2, previsto para agosto/2018 foi reprogramado para o final de fevereiro/2019. Os documentos reportaram dificuldades enfrentadas pela Fundação Renova à luz da execução do processo de recuperação das nascentes devido à indefinição do CIF e CBH das regiões a serem trabalhadas no ano e por atraso na assinatura do contrato com a empresa para realizar a Mobilização de Nascentes do ano 3 (para as bacias de Pontões e Piranga). Além disso, a Fundação reporta um atraso na mobilização da empresa Lucus para implantação florestal do ano 2 devido à dificuldade de contratação de mão-de-obra e pontuam que a falta de mão-de-obra local se deve à colheita do café no mesmo período da construção das cercas. Além disso, foi reportado um avanço físico referente ao cercamento de nascentes inferior ao planejado para o período. A meta acumulada para janeiro/2019 era de 500 nascentes cercadas (Ano 2) enquanto que o cercamento foi realizado em apenas 463 até o momento, ou seja, 92,6% do planejado.

Durante a visita técnica realizada em fevereiro/2019, foi possível vistoriar 33 nascentes. Destas, 29 estavam contempladas no primeiro ano de implantação. Outras quatro, em Pancas/ES, estavam contempladas no segundo ano de atividade. Foi observado cercamento de 100% das nascentes, todas com arame farpado, 4 fios. Das 33 nascentes visitadas, foi observado água corrente em 26 delas, enquanto em 6 não foi possível detectar devido ao difícil acesso das nascentes e em 1 não foi avistado água. Apesar de 100% das áreas serem antropizadas com predomínio de pastagens contendo gramíneas (Poaceae), e espécies exóticas como bananeira (*Musa paradisiaca*), colonião (*Panicum maximum*), mamona (*Ricinus communis*) e brachiaria (*Urochloa* sp), foi notada a presença de fragmentos florestais no entorno de 70% das nascentes do programa, em algumas nascentes não foi possível a observação de remanescentes, em 27% não havia remanescentes florestais. Não foi observada área sem cobertura vegetal.

Figura 2.27-01: Cercamento realizado com arame farpado.



Figura 2.27-02: Presença de espécies exóticas: café (*Coffea canéfora*) bananeiras (*Musa sp.*), *Brachiaria sp.* e colônio (*Panicum maximum*) na nascente.



Observações

- Durante a vistoria em novembro/2018, pode-se perceber que a adesão dos proprietários rurais ao programa de recuperação de nascentes da Fundação Renova dependeu, principalmente, de dois fatores: inclinação prévia às questões ambientais e acordo realizado pela equipe de campo. A realização de ações de educação ambiental, divulgação dos casos de sucesso, sensibilização da população rural, dentre outras, poderiam trazer resultados positivos na adesão inicial, permanência e na definição de áreas de preservação que possam possuir conexões a fragmentos florestais vicinais.
- Durante a visita em fevereiro/2019, notou-se que o plantio das nascentes N363 e N365 estão atrasados e sem previsão de início. O processo de contrato da empresa responsável pelo plantio ainda não está finalizado. Nas nascentes N383, N382 e N269, ocorreu baixo plantio e alta perda nas plantações, necessitando assim, de replantio na área. Importante destacar que as atividades de manutenção e plantio continuam atrasadas em função do atraso no processo de contratação da empresa que desenvolverá tais atividades.
- Apesar da contagem exposta nos relatórios (ações de recuperação implementadas em 511 nascentes Ano 1 e mapeadas 541 nascentes Ano 2), existem diretrizes estabelecidas pela CT-FLOR com base nas avaliações realizadas pelo IBAMA no âmbito da operação Águas, fase Olhos D'Água, para que a Fundação Renova proceda com a recontagem das nascentes incluídas no programa. A quantidade de nascentes deve ser atualizada com as propriedades que evadiram o programa.
- O resultado consolidado do monitoramento realizado pela Ramboll em 7 campanhas realizadas entre março e novembro/2018 totalizou a amostragem de 243 nascentes, o que representa 23% do total de nascentes cadastradas pela Fundação Renova. Cerca de 15% das áreas já apresentavam vegetação de porte arbóreo e não precisam ser recuperadas, em 35% das áreas não havia incidência de regeneração natural de vegetação nativa e 100% das áreas apresentavam infestação por gramíneas invasoras. Processos erosivos que precisam ser corrigidos eram presentes em 5,5% das áreas recuperadas e 9,8% delas apresentavam indícios de sobrepastejo de gado bovino.
- Conforme o exposto, as atividades previstas para o programa encontram-se em atraso e são cumulativas a outras frentes de trabalho do programa de recuperação de nascentes. O atraso no cronograma compromete a eficiência e a efetividade do programa uma vez que são etapas predecessoras à outras atividades.

2.28 PG028 – Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

O programa PG28 foi definido de acordo com as Cláusulas 164, 165 e 166 do TTAC e serão analisadas, a seguir, as ações referentes a cada programa, no período em epígrafe, separadamente.

- **Cláusula 164. Alínea a.**

Visão geral: Esta alínea compreende os estudos populacionais dos organismos aquáticos atingidos direta e indiretamente pela pluma de rejeitos advinda da Barragem do Fundão. Este estudo contemplou um ano de coletas, no período de abril/2017 a abril/2018. A premissa básica é que o conhecimento das populações fornece subsídios técnicos para a análise de seu estado de conservação (escopo da alínea b) e, sequencialmente, a elaboração de medidas de reparação e conservação da biota (escopo da alínea c) e à elaboração de medidas mitigatórias (escopo da Cláusula 166). Deste modo, todo o restante dos estudos solicitados na cláusula 164 e na 166 dependem diretamente não somente da coleta dos dados, mas também de sua solidez e qualidade técnica.

Prazo: Atendido dentro do prazo reprogramado.

O prazo inicial previsto no TTAC para atendimento desta alínea foi até o dia 31/12/2016. Ela foi alterada pelas deliberações CIF 51/2017 e 102/2017. O último prazo reprogramado foi 23/10/2018. O protocolo do estudo de atendimento a esta cláusula foi em 22/10/2018.

Tempo de análise pela CT-Bio: 136 dias (atualizado em 07/03/2019). Nota Técnica CEPTA elaborada, aguardo da elaboração da Nota Técnica CT-Bio. Alegada complexidade do documento.

Desvios identificados: Não atendimento a itens do escopo previstos no TR1.

Campanha de avaliação de impacto ambiental iniciada aproximadamente 1 ano e meio depois do desastre, o que prejudica o entendimento do comportamento das populações aquáticas. Tempo de coletas pequeno, não há possibilidade de comparação entre estações, já que apenas uma estação chuvosa e uma seca foram contempladas. 1 dos 5 objetivos do documento não foram totalmente atendidos (levantamento de dados secundários). O detalhamento dos objetos, configurando o corpo do trabalho, é constituído de 7 itens, dos quais 1 foi atendido, 5 foram atendidos parcialmente e 1 foi considerado insatisfatório.

Principais conclusões:

Importância de vegetação marginal para reconstituição da fauna aquática. Não foram encontradas relações entre as comunidades aquáticas e os efeitos do impacto. Prevalência de espécies exóticas.

- **Cláusula 164. Alínea b.**

Visão geral: A alínea b irá compor a avaliação do obtido nos estudos da alínea a, de modo a fornecer dados sobre o estado de conservação das espécies nativas da área ambiental 1.

Prazo: Não se aplica.

Como não houve entrega da alínea a, o prazo estipulado extrapola o previsto na alínea b. A resolução CIF 51/2017 estipula que devem ser entregues os estudos referentes a esta alínea em até 6 meses após a validação do estudo da alínea a.

Andamento:

A proposta do plano de trabalho está com a Biodiversitas há dois meses, sendo que o prazo inicial da proposta do plano seria até fevereiro/2019.

- **Cláusula 164. Alínea c.**

Visão Geral: A elaboração do Plano de Ação (PAN) por parte da Fundação Renova depende das demais alíneas desta cláusula, de forma que este plano seja embasado em dados sólidos de avaliação ambiental. Estes dados servirão de base para as ações de recuperação e conservação da fauna aquática.

Prazo: Não se aplica.

Como não houve entrega da alínea a, o prazo estipulado extrapola o previsto na alínea c. A resolução CIF 51/2017 estipula que devem ser entregues os estudos referentes a esta alínea em até 3 meses após a validação do estudo da alínea b e que as ações previstas no plano sejam implementadas em até 30 dias após a validação do plano.

Andamento:

Em fevereiro/2019, foi feito encaminhamento para início imediato das ações, com início pela aprovação de cronograma (Prevista pela Fundação Renova para início em 11/2019). A definição possui a função de evitar maiores atrasos, entretanto há de se tomar cuidados para que planos e ações não sejam definidos com base em informações incompletas e potencialmente equivocadas, considerando os desvios identificados no atendimento à alínea a. Não houve prazos definidos.

- **Cláusula 165**

Visão geral: Esta alínea é relativa à identificação de impactos agudos, crônicos e monitoramento da biota aquática e dos habitats de fundo das áreas afetadas pelo rejeito advindo da Barragem de Fundão. Estes estudos são importantes para a avaliação da qualidade do pescado, para a decisão da proibição ou liberação da pesca, para o entendimento da forma em que haverá uma eventual bioacumulação de contaminantes na cadeia trófica, além de fornecer subsídios para ações da Cláusula 164 e 166 e fornecer informações importantes para cruzamento com o programa PMQQS.

Prazo: Em atraso.

O prazo inicial previsto no TTAC para atendimento destas alíneas foi até o dia 31/05/2017. Ela foi alterada pelas deliberações CIF 79/2017, 112/2017 e 148/2017. O último prazo reprogramado foi 28/02/2018.

Entrega:

O protocolo do estudo de atendimento à alínea II a e b desta cláusula, FEST/UFES-RRDM "Relatório de identificação de impactos agudos e crônicos sobre as espécies e cadeia trófica dos ambientes dulcícolas, estuarino e marinho" foi efetuado em 24/01/2019.

Tempo de análise pela CT-Bio: 35 dias (atualizado em 07/03/2019). Nota Técnica CT-Bio em elaboração, realizado Grupo de Trabalho, em fevereiro, com a função de dar agilidade ao processo de análise do documento.

Desvios identificados: atendimento parcial

Não contempla totalmente o escopo previsto, pois o mesmo não tratava de todos os dados secundários pós rompimento da barragem de Fundão (necessários à análise). Entretanto, entende-se que o documento aponta alguns impactos potenciais inerentes à deposição de rejeito e, portanto, importantes para o entendimento da situação ambiental. Serão também incorporados outros estudos à avaliação supracitada e a futuras análises da RRDM.

Principais conclusões:

Período agudo até o final do verão de 2016; Impacto crônico observado em plâncton; Contaminação geral da biota por arsênio (As), Cádmio (Cd) e Chumbo (Pb); Dados inconclusivos.

- **Monitoramento no Espírito Santo**

Até então, foram protocolados apenas estudos de reprodução de tartarugas marinhas (semestral e anual), sendo o relativo ao período de agosto/2017 a julho/2018 protocolado no dia 22/10/2018, o qual está aguardando análise há 136 dias (atualizado em 07/03/2019).

Desvios identificados: Atendimento parcial (reprodução de tartarugas marinhas)

Houve um esforço amostral para o período noturno significativamente menor do que para o período diurno. Foram atendidos 62,5% dos objetivos do programa.

Principais conclusões (reprodução tartarugas marinhas):

Redução nos registros de desova não pode ser atribuído diretamente ao desastre; Reforço de monitoramento resultou em menores quantidades de perdas de ninhos em 2018.

Demais grupos de organismos e anexos do TR4:

Monitoramento iniciado em setembro/2018, seis meses após o prazo de protocolo estipulado pela CIF 148/2017. Coletas realizadas pela FEST-RRDM ocorrendo dentro do cronograma esperado (Informação obtida em Câmara Técnica). A coleta da segunda etapa de organismos aquáticos dulcícolas está aguardando a aprovação do Plano de Trabalho elaborado pela CP Mais (em análise no CT-Bio há 80 dias).

- **Monitoramento em Minas Gerais**

Contrato FAPEMIG

O prazo estabelecido pela Deliberação CIF 159/2018 estabeleceu como 12/05/2018 a data limite para firmamento do instrumento de seleção para cumprimento da cláusula 165. A chamada FAPEMIG ocorreu em 10/11/2018. O

prazo estipulado para contratação da(s) entidade(s) responsável(is) pelo monitoramento pela CIF 159/2018 foi 31/10/2018, sendo a previsão mais otimista para início dos trâmites em 30/04/2019.

Monitoramento emergencial

A Deliberação CIF 212/2018 definiu a necessidade da contratação emergencial de empresa para realização do monitoramento na porção dulcícola do Rio Doce no estado de MG. O prazo estipulado foi 28/10/2018. Os planos de Trabalho foram apresentados pela Fundação Renova em 01/11/2018, sendo um sugerindo a utilização de dados secundários, outro de coleta primária. A NT 20/2018 do CT-Bio, de 03/12/2018 apresentou adequações metodológicas para atendimento da Cláusula (Baseado no TR4 do ICMbio), com prazo para início dos trabalhos em 10/01/2019. FEST enviou proposta à Fundação Renova, foram realizadas reuniões em 18 e 21-01-19 para adequação do Plano de Trabalho, Nota Técnica foi elaborada e estipulou o prazo de 31/01/19 para aprovação do Plano de Trabalho, previsão de campo para 15/02/19. Em 05/02/2019, a Fundação Renova enviou ofício à CT-Bio com histórico de ações realizadas até então para atendimento da Deliberação CIF 212/2018, com ênfase à morosidade do processo de contratação junto à FEST. Explica que não conseguirá cumprir o prazo e oferece como alternativa aproveitamento de dados do PMQQS, apoio a instituições acadêmicas como a UFV e outra (Instituição paulista, não nomeada), com aproveitamento de seus dados para atendimento da Cláusula. Entende-se que seria possível, de forma parcial, a avaliação de ecotoxicologia (Anexo 1 ICMBio) e de análises químicas (Anexo 3 ICMBio), entretanto a metodologia utilizada pela UFV NÃO foi adequada para realização de estudos de monitoramento de fauna de ambiente dulcícola (Anexo 2). Esta falha na coleta de dados é CRÍTICA.

- **Cláusula 166**

Pedido Fundação Renova, por meio do documento "SEQ1906-01/2017/GJU", de suspensão do prazo, já que depende de outros programas, que já tiveram seus prazos alterados (Cláusula 164, pela Deliberação CIF 51/2017).

Observações

- Protocolado no CIF a revisão da definição do Programa, em atendimento à NT nº 16/2018/CT-Bio/DIBIO/ICMBio de 01/10/2018.

- Relatório ICMBio sobre o impacto da samarco nos corais do PARNA Abrolhos (elaborado por Silva, H. E.) conclui que os mesmos foram impactados e que poderiam ser utilizados como indicadores de impacto, devendo ser monitorados em médio e longo prazo.

- A avaliação do sistema de transposição de peixes em Candonga está parada, já que o IEF não pode contribuir. Esta avaliação é importante para a manutenção das populações organismos aquáticos (não somente peixes, mas todos afetados por eles na cadeia trófica) da região de influência do barramento.

- A lateralidade dos estudos de toxicidade e de estado de conservação de populações de ictiofauna, que são escopo das CL164 e CL165, com estudos de qualidade do pescado e saúde física e mental demonstra a importância dos resultados, em atraso, deste programa, já que os mesmos servem de subsídio para estudos da ANVISA que impactam na retomada ou não da pesca.

- O documento elaborado pela Aplysia (867/2018_rev01 – Relatório sobre a qualidade do pescado) conclui que os estudos realizados até o momento são insuficientes para que uma resposta segura seja dada quanto ao consumo de pescado, e sugere realização de avaliação de risco específica para o caso. No advento do cancelamento da proibição, indicam que a mesma seja mantida nos tributários, importante para a recomposição dos estoques pesqueiros, e a pesca seja liberada apenas no Rio Doce, desde que as condições de ausência de contaminação sejam mantidas (avaliadas por estudos de ecotoxicologia). Sugerem também a recuperação de vegetação ripária e de áreas de berçário. Nas regiões costeiras, indicam que devem ser realizados estudos específicos sobre as concentrações de metais nos tecidos dos peixes e em comparação às regiões adjacentes não impactadas.

- Considerando as lacunas temporais do monitoramento da biodiversidade aquática que foi descontinuado, assim como os reiterados atrasos registrados em diversas etapas e atividades do programa, e tendo em vista a criticidade do programa em função do impacto causado pelo desastre na biota aquática, entende-se que o programa não está atendendo ao escopo apresentado no estado de MG e atende parcialmente ao escopo do programa no estado do ES, onde os projetos de monitoramento marinho tiveram início pela UFES e já contava com o monitoramento de tartarugas marinhas pelo TAMAR.

2.29 PG029 – Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reintrodução da Fauna Silvestre**Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019**

- No período de novembro/2018 a janeiro/2019, o IBAMA indicou formalmente a localização da unidade do CETRAS Espírito Santo, através do Ofício nº 974/2018/GABIN-IBAMA, emitido em 01/11/2018. A área sugerida localiza-se no Bairro Barcelona, no município de Serra, Região Metropolitana da Grande Vitória/ES. A definição ocorreu após diversas discussões sobre o tamanho da área onde será construído o Centro. Neste sentido, o Ofício SEMMA nº 645/2018 da Prefeitura do Município de Serra indica a possibilidade de ampliação da área caso necessário, através da intenção da Prefeitura em fornecer ao IBAMA uma área de 19.977 m², adjacente ao CETAS. Uma visita da equipe de engenharia ao terreno onde será construído o Centro era prevista no período para reconhecimento da área e foi realizada no dia 12/12/2018, de acordo com informações apresentadas no Relatório Executivo dos Programas Socioambientais e discutidas na 30ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF¹⁰⁹. Na mesma data, ocorreu uma reunião da Fundação com a Prefeitura Municipal de Serra, IBAMA e IEMA para tratativas acerca do processo de doação do terreno para o IBAMA. Definiu-se que o IBAMA e IEMA terão o apoio da Fundação Renova no processo de concessão e regularização do terreno, que apresenta como condicionantes o levantamento topográfico e o mapa de uso e ocupação do solo da área, atividades não realizadas no período. A Fundação Renova informou que o início do levantamento topográfico na área, exigência para o andamento do processo de doação do terreno ao IBAMA, estava prevista inicialmente para o dia 01/02/2019, sendo adiada para 11/02/2019. Contudo, ainda existem riscos no processo de concessão, pois o terreno pode tratar-se de uma área devoluta do Estado ou da União.

- Em relação ao Termo de Referência do CETRAS Espírito Santo, o documento OFI.NII.102018.4431 valida a retificação da Nota Técnica nº 15/2018/CTBio/DIBIO, que apresenta os requisitos mínimos para a construção do CETAS/ES, para que realizem-se ajustes. A Fundação Renova sinalizou, através do Ofício OFI.NII.012019.5029 ao CIF, que não irá cumprir o prazo de 01/03/2019 - definido na Revisão Extraordinária nº 1/2018 do TTAC - para o CETRAS do Espírito Santo, tendo em vista que o Termo de Referência para o Centro ainda necessita de revisões e complementações pelos órgãos ambientais responsáveis e que a indicação pelo IBAMA de uma área para construção do CETRAS ocorreu apenas em 08/11/2018, sendo que até o presente momento não foi determinado um prazo para que a área esteja livre e desimpedida. Importante destacar que havia sido definido na 25ª Reunião Ordinária da CT-BIO o limite de 01/10/2018 para conclusão dos Termos de Referências do CETAS de Minas Gerais e CETRAS do Espírito Santo, prazo não atendido.

- Em relação ao CETAS Minas Gerais, o projeto arquitetônico foi revisado pela Fundação Renova e apresentado ao IBAMA em 18/10/2018. Após as alterações sugeridas pelo IBAMA, o projeto foi novamente revisado, sendo aprovado em 26/10/2018. O projeto 3D do CETAS/MG foi apresentado pela Fundação Renova durante a 29ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF, realizada no dia 03/12/2018. O IBAMA divulgou em 16/10/2018 a descrição dos requisitos mínimos e as definições de alguns dos equipamentos que serão instalados como critérios a serem atendidos durante a elaboração do Projeto Conceitual do CETAS de Minas Gerais.

- De acordo com informações fornecidas no Relatório Executivo Mensal da Fundação Renova, em dezembro/2018 foi realizado um novo levantamento topográfico na área de construção do CETAS/MG, em virtude de inconsistências no levantamento realizado em maio/2018.

- No que se refere ao cronograma de obras do CETAS de Minas Gerais, a Fundação Renova informou no Ofício OFI.NII.012019.5029 ao CIF que apresentaria o documento até 01/03/2019, no prazo estabelecido no TTAC.

- No período de janeiro a fevereiro/2019, a Consultoria Silvestre, contratada da Fundação Renova, apresentou o Projeto Arquitetônico Conceitual do CETAS de Minas Gerais na 30ª Reunião da CTBIO-CIF, realizada em 22/01/2019. O projeto estima uma área total construída de 4.502 m². Durante a apresentação, o IBAMA ressaltou a questão de transporte do animal entre a recepção/triagem e área de reabilitação, que no projeto atual está desconectada estruturalmente. Desta forma, o animal seria transportado em carro próprio em ambiente aberto. Outros pontos operacionais foram levantados, buscando otimizar o transporte e deverão ser incluídos pela Fundação Renova. A Fundação Renova informou na 31ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF¹¹⁰ que apresentaria o projeto conceitual até 01/03/2019, de acordo com prazo estabelecido na Cláusula 167 do TTAC e Revisão Extraordinária nº 1.

- Na 30ª Reunião da CT-BIO/CIF, foram apresentadas três novas opções de área a ser doada no Bairro Barcelona, apresentadas na Figura 1. Foi discutida ainda a questão de uso irregular da área a ser doada pela comunidade. O IBAMA informou que se trata de uma expansão das casas da Rua Dourados, localizadas no entorno do atual CETAS Espírito Santo. A Fundação Renova descreveu que a proximidade com a comunidade é uma preocupação técnica. O IBAMA informou que a questão de ampliação do limite das residências já vem sendo tratada pelo Ministério Público.

¹⁰⁹ Memória de Câmara Técnica - 30ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF nos dias 22 e 23/01/2019.

¹¹⁰ Memória de Câmara Técnica - 31ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF nos dias 04 e 05/02/2019.

Figura 2.29-03. Opções de áreas a serem doadas pela Prefeitura Municipal de Serra/ES para implantação do CETRAS no Espírito Santo.



- No período de fevereiro a março/2019, permaneceu inconcluso o Termo de Referência para o CETRAS – ES, sendo necessárias complementações ao documento pelos órgãos ambientais responsáveis. As causas desse atraso ainda não foram discutidas no âmbito do CIF e tampouco nas 30ª e 31ª Reuniões Ordinárias da CT-BIO/CIF. Havia sido definido na 25ª Reunião da CT-BIO o prazo de 01/10/2018 para conclusão do Termo de Referência do CETRAS do Espírito Santo, prazo não atendido.

- Em relação a localização do CETRAS - ES, na 31ª Reunião da CT-BIO/CIF, uma nova opção de área foi apresentada pelo IBAMA, incluindo uma área a ser cedida pela Polícia Ambiental. Importante destacar que a proposta de nova área para construção do CETRAS/ES, no município de Serra, ainda não foi discutida entre IBAMA e IEMA.

- No dia 05/02/2019, foi realizada uma visita técnica pelos representantes da Ramboll, com acompanhamento de Décio Luiz do IBAMA-ES, no CETAS Espírito Santo. Durante a visita, foram verificadas as atuais estruturas que integram o Centro (Figura 2), as informações sobre número de animais recebidos, principais ocorrências, bem como realizada visita ao terreno em processo de doação pela Prefeitura Municipal de Serra. Também, foi verificado que o limite de algumas residências no entorno do CETAS foi ampliado até a área da Prefeitura (Figura 3).

Figura 2.29-04. Estruturas do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Espírito Santo: (i) placa de identificação do Centro, (ii) recinto de passeriformes e (iii) sala de biópsia.



Figura 2.29-05. Entorno do CETAS - ES.

- No período, foram protocolados o cronograma de obras e o Projeto Conceitual do CETAS – MG¹¹¹. Os documentos foram entregues pela Fundação Renova no prazo estabelecido pela Revisão Extraordinária nº 01, de 28/03/2018. Segundo a Fundação Renova, o orçamento detalhado de construção do CETAS – MG está em elaboração e será protocolado até 01/04/2019.

- O cronograma de obras apresentado pela Fundação Renova, datado de 28/02/2019, define o início das obras de construção do CETAS – MG em julho/2020 e a conclusão em abril/2022, com duração de 457 dias. O Centro será formado por 8 Prédios principais: i) Administração e Alojamento, ii) Laboratório, iii) Recebimento e Triagem – Tratamento Médico Veterinário, iv) Recintos Suspensos, v) Viveiro para treinamento de voo, vi) Recinto para reabilitação de aves/cozinha principal, vii) Viveiros e piquetes para mamíferos e viii) Compostagem/Viveiro de Répteis/Viveiro dos Quelônios.

- Em apresentação realizada pela Fundação Renova na 33ª Reunião Ordinária do CIF, em 17/12/2018, foi anunciado um orçamento previsto para o PG029 em 2019 de R\$ 4,9 milhões. Contudo, em virtude do documento apresentado não incluir o detalhamento dos recursos destinados a cada Programa do TTAC, um novo orçamento deveria ser apresentado pela Fundação Renova até 17/01/2019, conforme Deliberação CIF nº 253, de 18/12/2018.

- Em relação aos indicadores estabelecidos para acompanhamento do Programa, até o momento foi observado progresso apenas no indicador de elaboração do Projeto dos CETAS, com uma porcentagem de atendimento de 50%, em virtude da entrega do Projeto Conceitual do CETAS MG em março/2019.

¹¹¹ Protocolo realizado através do Ofício OFI.NII.022019.5571 da Fundação Renova, de 01/03/2019. O Ofício reitera a informação apresentada no Ofício OFI.NII.012019.5029, de 09/01/2019, sobre a inviabilidade de cumprimento dos prazos para o CETRAS no Espírito Santo.

Observações

- O Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reintrodução da Fauna Silvestre apresenta dificuldades em relação ao consenso sobre a definição de um local para implantação do CETRAS no Espírito Santo e em virtude de atrasos na emissão de documentos orientadores pelos órgãos ambientais e demais atores envolvidos. Além disso, os procedimentos internos da Fundação Renova tornam o processo ainda mais burocrático e moroso, contribuindo para o adiamento das medidas compensatórias.

- São necessárias ainda alterações e detalhamento no Termo de Referência emitido pelo IBAMA e IEMA sobre a construção e aparelhamento do CETAS Espírito Santo para que a Fundação Renova prossiga com o Projeto Conceitual e construção do Centro.

- Os atrasos na emissão do Termo de Referência de Construção e Aparelhamento e na definição da área do CETRAS Espírito Santo causam recorrentes alterações no cronograma de início das atividades de construção e aparelhamento do Centro, previsto inicialmente para julho/2018, além de aumentar o risco de efetividade do programa. Além disso, a proximidade do local sugerido para implantação do CETRAS – ES com uma área residencial gera riscos futuros como, por exemplo, ruídos gerados no entorno, tratativas sobre os limites das residências, entre outros.

- É importante destacar as inconsistências e divergências de prazos do Programa apresentados nos documentos disponibilizados pela Fundação Renova. Por exemplo, o MasterPlan de novembro/2018 estabelece de forma genérica os prazos de 10/04/2019 e 01/05/2026 para a definição e execução da construção dos 2 Centros, enquanto que nos documentos Relatório Socioambiental Mensal e Relatório CIF, ambos de novembro/2018, são definidos os prazos de maio/2020 para construção dos Centros e 2023 para encerramento do Programa.

- Considerando que o programa está em desacordo com o cronograma apresentado pela Fundação Renova, a data limite de março/2019 para conclusão do cronograma e localização da implantação do CETAS-MG e CETRAS-ES e que há uma insegurança com relação ao local sugerido para o CETRAS - ES devido à proximidade com residências do Bairro Barcelona no município de Serra, este programa não atende ao escopo definido.

2.30 PG030 – Programa da Fauna e Flora Terrestre

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de novembro/2018 a março/2019

- Em relação à Cláusula 168, havia um desentendimento em relação à natureza de algumas ações, se eram de cunho reparatório ou compensatório. Após reuniões e alinhamento com o Grupo de trabalho, a Fundação Renova protocolou o relatório final do plano de ação de fauna terrestre no dia 23/11/2018, com as devidas adequações.
- Na 29ª reunião da CT-BIO, foi informado que o plano de trabalho apresentado pela Fundação Renova traz um cronograma diferente do que foi apresentado anteriormente na definição do programa, com um prazo maior para entrega dos relatórios. A justificativa é o elevado número de registros durante a campanha de seca e que se espera um número muito superior nas chuvas.
- No mês de janeiro/2019, iniciou-se a execução da segunda campanha prevista dentro das atividades de avaliação ecológica rápida da fauna e flora terrestre nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo:
 - As vistorias realizadas pela equipe da Ramboll nos módulos amostrais visitados, durante esta campanha da estação chuvosa, demonstraram aderência aos grupos de estudo, métodos e aplicação dos esforços amostrais definidos no plano de trabalho, por parte das equipes executoras;
 - Algumas parcelas isoladas, em determinados módulos (ex. 1p05T), não foram amostradas por risco de acidentes com vespas e marimbondos; por motivos de segurança física das equipes; de descaracterização do ambiente (roçada e manejo) por parte do proprietário ou por proibição de entrada nas áreas, o que não compromete a campanha como um todo;
 - Todas as equipes portavam a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Fauna emitida pelo Ibama, a qual incluía o nome de todos os coordenadores que foram acompanhados;
 - Notou-se a biometria e marcação *ex situ* (em hotel) de alguns indivíduos capturados, o que não está no plano de trabalho e resulta em manipulação e estresse adicionais;
 - A segunda campanha está prevista para finalizar em março/2019 e a entrega do relatório da primeira campanha em abril/2019.
- Em 28/01/2019, a Fundação Renova protocola o documento: *PG-030–Conservação da Fauna e Flora Terrestre, Definição do Programa – Etapa 3 – Dezembro/2018*:
 - Atualização da versão anterior de novembro de 2017, com adequação da estrutura analítica dos programas e revisão dos indicadores, conforme Nota Técnica nº 16/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio;
 - Apresenta a declaração do programa; objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições; ações realizadas e em andamento; mobilização do conhecimento e identificação das soluções; solução construída; interface com outros programas; projetos e processos; planejamento consolidado; custo; cronograma; papéis e responsabilidades; plano de resultados; indicadores e critérios para encerramento do programa;
 - No documento não há clareza com relação à definição dos indicadores (nomenclaturas, critérios de cumprimento, forma de cálculo) e sua forma de apresentação.
- Em 05/02/2019, a Fundação Renova protocola o documento: *Plano de Trabalho – Revisão 3 – Avaliação Ecológica Rápida da Fauna e Flora Terrestre nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Fevereiro/2019*:
 - Trata-se de uma revisão do Plano de Trabalho apresentado em fevereiro/2018, considerando as adequações da localização dos módulos amostrais instalados e outros ajustes metodológicos necessários.
 - Traz informações de objetivos; equipe técnica; delimitação e caracterização dos sítios amostrais; premissas para a coleta de dados primários; métodos para análise de paisagem e coleta de dados primários, amostras de solo e material biológico; análise de dados; cronograma; estimativa de custos e referências;
 - Em que pese esta já ser a 3ª revisão do documento, o mesmo ainda necessita readequações, tais como: alguns objetivos apresentados não se enquadram como Avaliação Ecológica Rápida; falta de detalhamento de determinadas ações e, primordialmente, a definição de quais são os tratamentos que serão utilizados com base no desenho amostral empregado, bem como suas premissas e número de réplicas.
- Em 11/02/2019, a Fundação Renova protocola o documento: *Relatório Consolidado do Plano de Ação para Conservação da Fauna e Flora Terrestres afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão Mariana, Minas – Fevereiro/2019*:
 - Apresenta todo o processo de elaboração do Plano de Ação, desde a elaboração do propósito, resultados de reuniões realizadas, aplicação de questionários, e os resultados das oficinas de planejamento e de metas e indicadores;
 - Define ações reparatórias e compensatórias. As ações elencadas que foram consideradas de cunho compensatório, não estariam, portanto, em congruência com a cláusula 168 do TTAC, que é de cunho reparatório. Por este motivo as ações consideradas compensatórias e reparatórias foram separadas em quadros diferentes, conforme acordado na 28ª Reunião Ordinária da CT-Bio, ocorrida em 07/11/2018;

– As próximas etapas do Plano incluem a aprovação do plano, por meio da portaria do ICMBio; a implementação das ações recomendadas; a publicação do Sumário Executivo e do Livro do PAN; e o acompanhamento sistemático da execução do plano por meio de um processo de monitoria e refinamento contínuo, a ser executado pelo Grupo Assessor.

Observações

- O programa encontra-se estruturado para geração de informações ecológicas de fauna e flora terrestre para subsidiar a elaboração de um Plano de Ação de conservação para a bacia do rio Doce. Entretanto, não há uma definição sobre como os dados coletados na AER serão agrupados e analisados.

- Em relação à amostragem de insetos aquáticos nas parcelas terrestres, por se tratar de grupos que têm seus estágios iniciais de vida em habitats aquáticos com boa oxigenação, torna-se potencialmente difícil que ocorra algum sucesso de captura destas comunidades, o que foi demonstrado pelos resultados (zero capturas) nas duas parcelas que foram acompanhadas nesta campanha chuvosa, além de acarretar desperdício de recursos humanos e financeiros.

- Por fim, a Fundação Renova vem executando as atividades de monitoramento conforme o escopo do programa e o plano de trabalho apresentado à CT-BIO, apesar de ter realizado a amostragem em 94% das parcelas para fauna e 85% para flora. Em relação às atividades aqui relatadas, por se tratar de uma etapa de coleta de dados, deve ser atribuída atenção para a forma como estes dados serão analisados e a consequente definição da aplicação dos resultados obtidos no programa, e se os mesmos representarão os subsídios esperados.

2.31 PG031 – Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos**Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019**

De acordo com o TTAC, em suas cláusulas 169 e 170, estabeleceu-se o PG031, de cunho compensatório. Determinou-se que a Fundação Renova deverá disponibilizar recursos financeiros no valor de R\$ 500 milhões, conforme cronograma apresentado no TTAC, para custeio de (i) elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, (ii) elaboração de Projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário, (iii) implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, (iv) erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais.

Observa-se que a distribuição do recurso financeiro dos R\$ 500 milhões se reflete em desde cerca de R\$ 70,00/habitante (Ipatinga) até R\$ 1.680,00/habitante (Sem-Peixe). Conforme o Ranking do Saneamento 2018, realizado pelo Instituto Trata Brasil e a GO Associados, o investimento médio anual per capita dos vinte melhores municípios brasileiros do ranking está em R\$ 85/hab. Considerando que o PG-31 é um programa de aproximadamente 7 anos (conforme cronograma apresentado na Definição do Programa), o investimento médio recomendado seria de R\$ 595/hab. Vê-se que para 22 municípios (56% do total) da Área Ambiental 2 serão disponibilizados um valor inferior ao investimento recomendado.

Além dos repasses de recursos, e de maneira a facilitar o acesso dos municípios aos recursos compensatórios, bem como garantir a sua implantação de maneira mais eficiente, os itens 4.1 e 4.2 da Deliberação nº 75 (junho/2017) estabeleceram que **é responsabilidade direta da Fundação Renova a apresentação de um Plano de Capacitação e uma Proposta de Estrutura de Apoio Técnico aos municípios** para o desenvolvimento das ações a serem pleiteadas. Além disso, o item 4.3 da mesma deliberação estabeleceu que a Fundação Renova deverá apresentar uma proposta para o repasse dos recursos financeiros formalizada junto a uma ou mais instituições financeiras públicas com atuação na área de saneamento básico e/ou desenvolvimento urbano. Os custos para estas ações não serão debitados do valor compensatório de R\$ 500 milhões.

O documento que deu respaldo a essa estrutura de processos é conhecido como “Diretrizes para Repasse de Recursos e Apoio Técnico para os Municípios”, que foi aprovado pelo CIF em 20/11/2017, pela Deliberação nº 122, **e a proposta era um fluxo de repasse de recursos concomitante à prestação de serviços de capacitação e apoio técnico aos municípios.** Ao todo, **o programa abrange 39 municípios**, e na tabela a seguir apresentam-se os valores consolidados para cada município, para os aportes financeiros, conforme estabelecido pela Deliberação CIF nº 43, que serão distribuídos para esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

Tabela 2.31-01

	Município	População 2015 (NT 02 - CT-SHQA)	Teto (R\$) (Deliberação nº 43)
1	Mariana	58.802	71.296.644,86
2	Barra Longa	5.799	8.695.238,10
3	Rio Doce	2.600	2.661.115,58
4	Santa Cruz do Escalvado	5.003	4.726.993,07
5	Sem-Peixe	2.814	4.726.993,07
6	Rio Casca	14.247	7.878.321,79
7	São José do Goiabal	5.673	4.726.993,07
8	São Pedro dos Ferros	8.284	4.726.993,07
9	Raul Soares	24.394	11.029.650,50
10	Dionísio	8.463	4.726.993,07
11	Córrego Novo	3.032	4.726.993,07
12	Bom Jesus do Galho	15.542	7.878.321,79
13	Pingo D'Água	4.789	4.726.993,07
14	São Domingos do Prata	17.798	9.453.986,14
15	Marliéria	4.127	4.726.993,07
16	Timóteo	87.542	22.059.301,00
17	Ipatinga	257.345	17.740.770,56
18	Ipaba	18.068	9.453.986,14
19	Santana do Paraíso	31.604	12.605.315,85
20	Belo Oriente	25.619	11.029.650,50
21	Naque	6.824	4.726.993,07
22	Iapu	10.870	6.302.657,43

23	Bugre	4.134	4.726.993,07
24	Periquito	7.103	4.726.993,07
25	Alpercata	7.478	4.726.993,07
26	Governador Valadares	278.363	63.998.361,67
27	Sobralia	5.842	4.726.993,07
28	Fernandes Tourinho	3.304	2.661.115,58
29	Tumiritinga	6.669	4.726.993,07
30	Galiléia	7.061	4.726.993,07
31	Caratinga	90.782	22.059.301,00
32	Conselheiro Pena	23.141	9.453.986,14
33	Resplendor	17.675	9.453.986,14
34	Itueta	6.087	2.661.115,58
35	Aimorés	25.694	11.029.650,50
36	Baixo Guandu	31.467	12.605.315,86
37	Colatina	122.646	43.028.831,34
38	Marilândia	12.353	6.302.657,43
39	Linhares	163.662	47.755.824,41
Total		1.432.700	500.000,00

A seguir, apresenta-se Tabelas Resumo da situação dos municípios quanto ao Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos, conforme diagnóstico elaborado pela Fundação Renova. Cabe ainda salientar que a profundidade do estudo apresentado pela Fundação Renova é considerada superficial, onde as questões críticas não foram abordadas, como a indicação de projetos em andamento, áreas prioritárias para investimento de recursos, bem como uma preconcepção para sanar as deficiências estruturais e sinalizar áreas para melhor aproveitamento dos aportes financeiros, de forma direcionar o melhor custo-benefício.

Tabela 2.31-02

Município		Índice de Coleta de Esgoto (%)	Índice de Tratamento de Esgoto (%)	Município		Índice de Coleta de Esgoto (%)	Índice de Tratamento de Esgoto (%)
1	Mariana	94,37%	0,00%	21	Naque	98%	0,00%
2	Barra Longa	97,45%	0,00%	22	Iapu	65%	0,00%
3	Rio Doce	100,00%	100,00%	23	Bugre	100%	0,00%
4	Santa Cruz do Escalvado	100,00%	36,35%	24	Periquito	100%	100,00%
5	Sem-Peixe	100,00%	0,00%	25	Alpercata	60%	0,00%
6	Rio Casca	77,00%	0,00%	26	Governador Valadares	98%	0,00%
7	São José do Goiabal	100,00%	0,00%	27	Sobralia	100%	0,00%
8	São Pedro dos Ferros	80,00%	0,00%	28	Fernandes Tourinho	100%	100,00%
9	Raul Soares	80,68%	3,40%	29	Tumiritinga	35%	35,00%
10	Dionísio	95,00%	0,00%	30	Galiléia	95%	0,00%
11	Córrego Novo	90,00%	0,00%	31	Caratinga	79%	0,00%
12	Bom Jesus do Galho	81,78%	0,00%	32	Conselheiro Pena	97%	13,64%
13	Pingo D'Água	100,00%	0,00%	33	Resplendor	95%	95,00%
14	São Domingos do Prata	93,01%	0,00%	34	Itueta	100%	100,00%
15	Marliéria	70,00%	0,00%	35	Aimorés	96%	70,00%
16	Timóteo	100,00%	0,00%	36	Baixo Guandu	84%	4,00%
17	Ipatinga	99,00%	98,00%	37	Colatina	85%	8,00%
18	Ipaba	0,85%	0,00%	38	Marilândia	81%	0,00%

19	Santana do Paraíso	92,43%	0,00%	39	Linhares	69%	23,00%
20	Belo Oriente	95,00%	0,00%				

Tabela 2.31-03

Resíduos Sólidos		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Municípios que fazem disposição de seus resíduos sólidos em lixões	Municípios que fazem disposição final em aterro sanitário regularizado ou UTC não regularizada	Municípios que fazem disposição final em UTC Regularizada
Barra Longa, Sem Peixe, Bom Jesus do Galho, Alpercata, Fernandes Tourinho, Bugre, Tumiritinga, Galiléia e Ituaeta;	Raul Soares, Córrego Novo, Marliéria, Timóteo, Ipatinga, Ipaba, Santana do Paraíso, Belo Oriente, Naque, Periquito, Governador Valadares, Sobrália, Caratinga, Replendor, Aimorés, Colatina, Marilândia, Linhares;	Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, São José do Goiabal, Dionísio, Pingo D'água, São Domingos do Prata.

Fazendo uma análise direta, com base nas tabelas acima, é possível reconhecer as seguintes prioridades e preocupações:

- **24 municípios com 0% de tratamento de esgoto (62% dos abrangidos pelo programa);**
- **pelo menos 14.000 ton DBO é a carga anual estimada total lançada in natura na bacia do Rio Doce** (base de cálculo 54g DBO por habitante x dia);

- **no mínimo 95.668.300 L/dia é vazão de esgoto bruto estimada com lançamento direto à bacia do rio Doce** (considerando População 2015 ref. NT 02 - CT-SHQA, e percapita de 130L por habitante x dia);

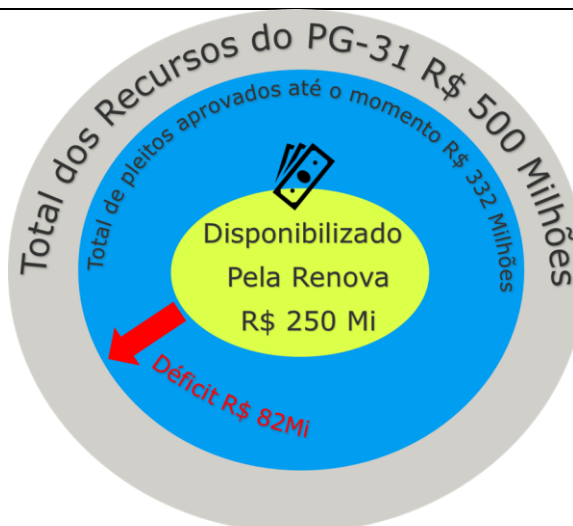
Para o acompanhamento e monitoramento do programa, foram analisados os documentos desenvolvidos no período, bem como forte participação em reuniões de câmaras técnicas, focando as duas grandes questões-chave, sendo elas:

1. **Governança da Distribuição dos Recursos do Programa; e**
2. **Suporte técnico para orientar a tomada de decisão, otimizando a utilização dos recursos disponibilizados no programa.**

Com relação ao primeiro item, é importante mencionar que, conforme a cláusula 170 do TTAC, a Fundação Renova deveria depositar em conta corrente separada o valor de R\$ 250 milhões até o final do ano de 2017, 125 milhões até o final do primeiro semestre de 2018, e por fim, os 125 milhões finais até o final do segundo semestre do ano de 2018. No entanto, de acordo com a Revisão Extraordinária nº02, da CLÁUSULA 170, de 29/06/2018 o cronograma de depósito das duas últimas parcelas foi alterado para o que segue:

- **R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) até o primeiro semestre do exercício de 2019; e**
- **R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) no segundo semestre do exercício de 2019**

A figura a seguir ilustra o panorama geral dos recursos do programa, dos pleitos aprovados até o momento e dos valores disponibilizados pela Fundação Renova, bem como o déficit no período.



Pleitos Solicitados 232 R\$484.417.324	Pleitos Aprovados  159 de 232 R\$332.665.425
Contratos junto aos Bancos  39 de 39 Municípios	Deliberação CIF nº 75 128 R\$289.032.268
Autorização para contratação dos serviços dos pleitos  98 de 159 R\$104.215.585	Deliberação CIF nº 166 13 R\$6.428.607
	Deliberação CIF nº 174 7 R\$2.577.363
	Deliberação CIF nº 184 5 R\$19.599.565
	Deliberação CIF nº 241 3 R\$8.808.426
	Deliberação CIF nº 242 2 R\$5.969.196
	OFI.NII.082018.3697-02 1 R\$250.000

Com relação ao segundo item de monitoramento deste programa (Apoio Técnico e Capacitação), observa-se também atrasos generalizados da completude das tarefas correspondentes, já que a contratação de empresas/instituições parceiras para apoio técnico e capacitação dos municípios ainda estão em andamento.

Segundo o informações reportadas pela Fundação Renova, através do 1º relatório trimestral de acompanhamento do programa, que foi entregue em fevereiro/2019, todos os 39 municípios estão recebendo apoio técnico. A tabela a seguir resume o número de reuniões/apoios por demanda.

Tabela 2.31-04

Resumo das ações durante as reuniões de apoio técnico			
Nº de reuniões	Ajuste de Pleito	Apoio para Licitações	Outras Demandas
	32	47	50
	129		

Percebe-se que mais de 50% das demandas de apoio técnico são para ajuste de pleito e apoios em licitações, estas duas as principais motivadoras para o atraso dos recursos.

Observações

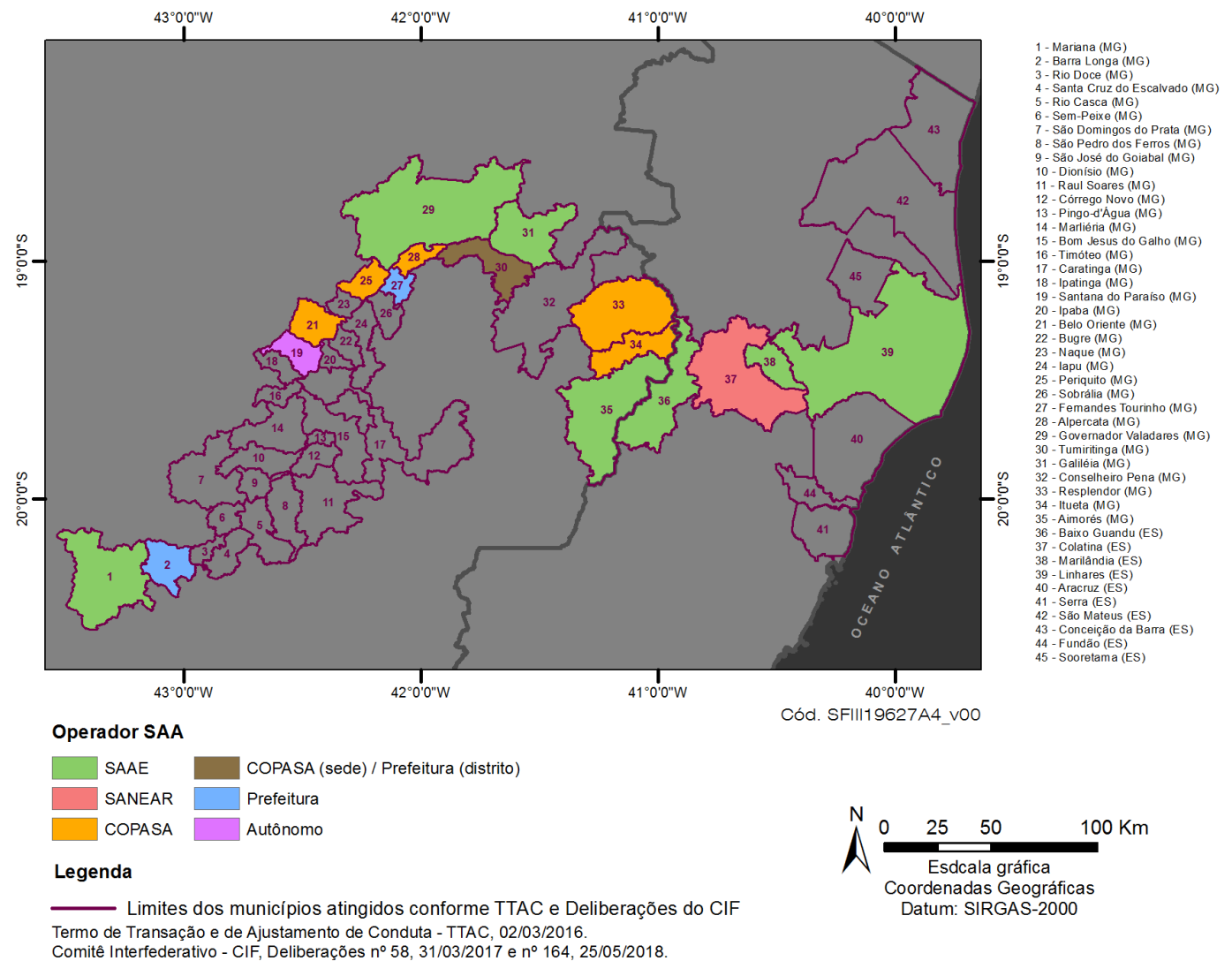
- A Deliberação CIF nº 122, que aprova as Diretrizes de Repasse de Recursos, Apoio Técnico e Capacitação aos Municípios, estabelece o escopo das oficinas de capacitação, que são divididas em 4 módulos, e a Fundação Renova relata que, até o momento, vem sendo realizada uma parte do escopo de cada um desses módulos. No entanto, segundo o relatório trimestral, fica declarado que os participantes confirmam a presença e não comparecem na oficina, ou ainda, participam apenas de um dos períodos do dia, de forma não cumprir toda a carga horária prevista. Essa situação é um forte indicador de que a abordagem e a sistemática proposta para as oficinas precisa de ajuste e maior empenho por parte da Fundação Renova.

2.32 PG032 – Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

Este programa é estruturado com base nos termos da Cláusula nº 171 do TTAC, no qual a Fundação Renova tem como compromisso principal **a construção de sistemas alternativos de captação e/ou adução**, bem como **melhorias das estações de tratamento de água** para todas as localidades que tiveram seus Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) afetados, ou que necessitam de implementação de novos sistemas de captação de águas para abastecimento humano. No TTAC **foram identificadas 24 localidades**, em **17 municípios**. A figura a seguir indica as localidades e respectivas operadoras dos SAA.

Figura 2.32-01



Após o desastre muitas das Estações de Tratamento de Água (ETAs), que recebiam água do Rio Doce, pararam suas atividades ou operaram com capacidade de tratamento reduzidas. Além disso, mesmo após 3 anos de desastre, sempre quando aumenta a vazão do rio, principalmente em dias chuvosos, ocorre, novamente, uma elevação da turbidez, fato este que prejudica a operação das estações de tratamento, colocado em risco a produção e o fornecimento de água potável para população.

Cabe salientar que algumas localidades ainda não retomaram suas captações no rio Doce, e um dos principais motivos é a rejeição da população, combinada com a ausência de uma divulgação transparente e direta dos resultados do programa de monitoramento quali-quantitativo sistemático (PMQQS) de água e sedimentos do Rio Doce, bem como ausência de estudos e ensaios de tratabilidade, que demonstrem garantias no tratamento da água bruta e o atendimento aos parâmetros de potabilidade recomendado pelo Ministério da Saúde.

Conforme relatório quadrimestral anterior (novembro/2018), a Ramboll teve como maior dedicação o resgate de dados e informações sobre as condições do abastecimento de água das localidades pré-rompimento. Na ocasião uma das fontes de informação foi o *Estudo de Capacidade de Mananciais Superficiais e Subterrâneos*, elaborado em 2017, pela NHC Brasil Consultores e RHMA Consultoria Ambiental. Para esse segundo relatório quadrimestral, a maior parte das informações foram levantadas em campo, e comparadas com as anteriores, de forma permitir o acompanhamento espacial e temporal dos SAA das localidades abrangidas pelo programa. Foram realizadas visitas e inspeções de campo nos meses de março, maio, junho, agosto, outubro, dezembro/2018 e janeiro/2019.

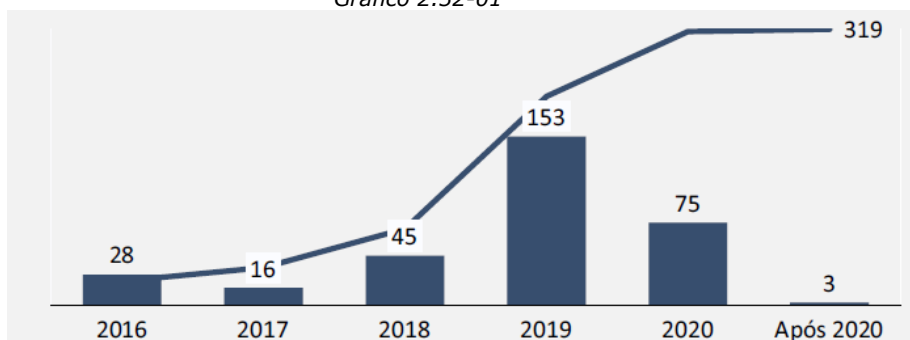
Além das inspeções de campo, foram realizadas diversas reuniões com os responsáveis pela operação dos sistemas, a fim de identificar pendências em relação as ações de implementação, bem como confirmar os dados, que são reportados pela Fundação Renova através dos relatórios mensais (atendimento à Deliberação CIF nº33, de 24/11/2016).

Para o monitoramento contínuo do programa, a Ramboll estabeleceu 4 (quatro) pilares principais, são eles:

- Orçamento do programa;
- Abastecimento emergencial;
- Captações Alternativas;
- Melhorias nas ETAs;

O orçamento previsto para o programa foi revisado em outubro/2018 (fonte: *Orçamento 2019 Versão 03 – 19/10/2018, Fundação Renova*), **inicialmente a estimativa era de R\$ 206 milhões, e atualmente a correção dos valores atingiu o montante de R\$ 319 milhões, um desvio de 54%**, ou seja, **R\$ 112 milhões de incremento**. O fluxo de desembolso apresentado em outubro/2018 pode ser observado na figura a seguir.

Gráfico 2.32-01



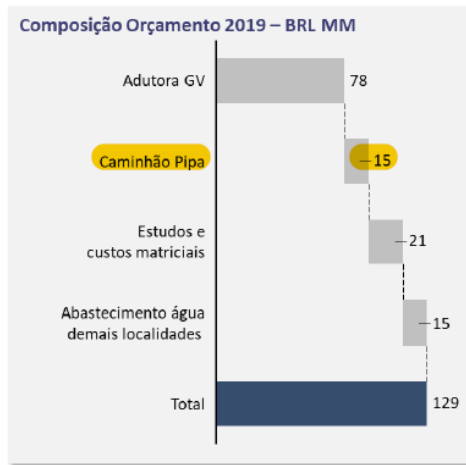
Cabe destacar que, em outro documento referente ao orçamento, emitido posteriormente (*Planejamento e Orçamento Anual Exercício 2019, Fundação Renova, dezembro/2018*), o valor indicado para o exercício de 2019 é divergente. No documento mais recente, o montante a ser gasto para o ano corrente é de R\$ 129,2 milhões, ou seja, R\$ 24 milhões a menos do previsto em outubro/2018.

A composição dos valores orçados para 2019 é de:

- 60% para ações de abastecimento de água para o município de Governador Valadares;
- 15% para ações de abastecimento às demais localidades;
- 12% para abastecimento por caminhão pipa;
- 12% para estudos e custos matriciais.

Além de divergências nos valores quando se compara os dois documentos, percebe-se, ainda, que no orçamento mais recente (dezembro/2018), os custos estimados para abastecimento com caminhão pipa apresentam duas informações, em uma delas o montante total é de R\$ 15 milhões, e na outra a somatória é da ordem de R\$ 19 milhões, ou seja, diferença de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Tabela 2.32-01



FORNECIMENTO DE ÁGUA	21.485.776
OUTROS CUSTOS	21.485.776
CAMINHÃO PIPA - BAIXO GUANDÚ	2.588.198
CAMINHÃO PIPA - COLATINA	870.000
CAMINHÃO PIPA - RESPLENDOR - MG	8.369.751
CAMINHÃO PIPA - AIMORÉS - MG	3.105.837
CAMINHÃO PIPA - IPABA - MG	523.764
CAMINHÃO PIPA - ITUETA - MG	3.537.520
CAMINHÃO PIPA - GOVERNADOR VALADARES	124.313
CAMINHÃO PIPA - BELO ORIENTE	28.688
CAMINHÃO PIPA - PERIQUITO	36.338
CAMINHÃO PIPA - ALPERCATA	33.469
CAMINHÃO PIPA - TUMIRITINGA - MG	28.688
CAMINHÃO PIPA - GALILEIA - MG	23.906
CAPTAÇÃO ÁGUA RIO MANHUAÇU	81.430
RECUPERAÇÃO ACESSOS - PIPA	721.148
CAMINHÃO PIPA - MARIANA	269.451
CAMINHÃO PIPA - RIO DOCE	317.508
AQUISIÇÃO TANFLOC	94.008

Com relação ao **abastecimento emergencial**, implantado logo após o rompimento da barragem, quando foram liberados rejeitos para jusante, que impactaram a bacia do Rio Doce e geraram adversidades no abastecimento de água, comprometendo a operação de estações de tratamento de água, pode-se observar, na tabela a seguir, as principais ações implantadas, bem como as que continuam em operação.

Tabela 2.32-02

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	População Atendida	Ações Emergenciais	
			Implantadas após o desastre	Mantidas atualmente
Aimorés	Santo Antônio do Rio Doce (Mauá)	1.500	Uso de caminhão pipa. São utilizados hidrantes em 2 pontos da sede do município.	Sim
Alpercata	Sede	9.400	Sistema provisório para captação no Rio Doce, devido obstrução do antigo canal de tomada d'água, e instalação de mais uma bomba.	Sim
Baixo Guandu	Sede	30.700	O SAAE adaptou uma antiga estrutura (da década de 70 - reservatório de UHE no rio Guandu) para captar água.	Sim
	Mascarenhas	990	O abastecimento da ETA é realizado por meio de caminhões pipa, que levam água tratada da ETA da SEDE para Mascarenhas.	Sim
Barra Longa	Barreto	90	Caminhões pipa começaram a atender o distrito com água tratada proveniente da ETA da sede de Barra Longa.	Não
	Gesteira	113	A Samarco recuperou um poço existente e a demanda da localidade passou a ser atendida pelo mesmo;	Não
Belo Oriente	Perpétuo Socorro (Cachoeira Escura)	9.000	Uso de caminhão pipa	Não
Colatina	Sede	102.000	Uso de caminhão pipa	Não
Galileia	Sede	8.100	Como medida emergencial, foram perfurados poços próximos à ETA e ainda dois caminhões pipa complementavam o volume necessário para abastecimento, trazendo água tratada do município de Conselheiro Pena.	Não
Governador Valadares	Sede	282.000	O abastecimento emergencial foi realizado utilizando caminhões pipa para transporte de água bruta até as ETAs da localidade.	Não
	São Vitor	655	Inicialmente o abastecimento emergencial foi realizado por caminhões pipa com água tratada provenientes do município de Ipatinga.	Não
Itueta	Sede	4.263	Desde novembro de 2015 a ETA é abastecida com água de caminhão pipa	Sim
Linhares	Sede	136.600	Não foram encontradas informações quanto às medidas tomadas para o abastecimento em caráter emergencial da localidade.	Não
Linhares	Regência	2.200	O antigo poço foi retomado e um sistema de tratamento avançado foi implantado por poucos meses, além disso o abastecimento foi suprido por caminhão pipa com água tratada da Sede do município.	Sim
Mariana	Pedras	1656	Uso de caminhão pipa	Não
Marilândia	Boninsegna		Uso de caminhão pipa	Sim
Periquito	Pedra Corrida	1.421	Inicialmente a localidade foi abastecida por caminhões pipa. Posteriormente, perfurou-se um poço profundo.	Não
Resplendor	Sede	19.962	Desde de novembro de 2015 a elevatória de água bruta que recebia água captada no rio Doce, passou a ser abastecida por caminhão pipa	Sim
Santana do Paraíso	Ipaba do Paraíso	1.274	Uso de caminhão pipa	Sim
Tumiritinga	Sede	6.600	O abastecimento emergencial foi feito a partir de um poço existente, pertencente à COPASA, localizado junto à ETA. A conexão deste poço à adutora de água bruta foi feita utilizando tubulação flexível.	Não
	São Tomé do Rio Doce	120	Uso de caminhão pipa	Não

Conforme a tabela acima, o mesmo status do ultimo relatório quadrimestral (novembro/2018) é mantido, ou seja, aproximadamente **70.000 habitantes são abastecidos por sistema emergencial**. Baixo Guandu, Resplendor, Itueta, Regência e Aimorés enfrentam também dificuldades para retomada da captação no Rio Doce. Cabe ainda destacar que essas localidades além de representarem mais de 50% da população atendida atualmente por abastecimento emergencial, não possuem seus projetos consolidados para solução definitiva de abastecimento de água, com exceção do município de Resplendor, que no último mês teve entendimentos entre a Fundação Renova e a COPASA quanto a concepção dos sistemas que serão implantado na localidade. Na mesma linha de raciocínio, e considerando que já se passaram três anos do desastre, e que o TTAC estabeleceu prazo de 2 anos para o desenvolvimento de estudos de concepção e projetos básicos, a contar da data da assinatura do Acordo (ref. março/2016), e a partir destas atividades, as obras necessárias deverão ser concluídas num prazo de 3 (três) anos, portanto, estima-se que a dependência das ações emergenciais se estendam até o ano de 2021.

Cabe ainda citar que a maior parte das ações emergências se resumem ao transporte de água bruta ou tratada por meio de caminhões pipa, que ocasionam, além dos riscos envolvidos no deslocamento de toda operação, o acúmulo de custos elevados ao longo do tempo. A tabela a seguir apresenta os volumes mensais de água transportado por localidade, bem como o custo mensal estimado.

Tabela 2.32-03

Município	Localidade	População	Operador do sistema	Mensal (litros)	Valor médio mensal (Estimado Ramboll)
Aimorés	Santo Antônio do Rio Doce (Mauá)	1513	SAAE	9.800.000	R\$ 258.819,75
Baixo Guandu	Mascarenhas	990	SAAE	7.560.000	R\$ 215.683,17
Itueta	Itueta	5830	COPASA	19.880.000	R\$ 294.793,33
Linhares	Regencia	6300	Regencia	924.000	R\$ -
Marilândia	Comunidade Bonisegna	40	Comunidade Bonisegna	320.000	R\$ 72.500,00
Resplendor	Resplendor	17089	COPASA	45.360.000	R\$ 697.479,25
Santana do Paraíso	Ipaba/Ipabinha	2200	Ipaba/Ipabinha	292.000	R\$ 43.647,00
Total		33.962		84.136.000	R\$ 1.582.922,50

As imagens a seguir mostram uma das ações emergenciais que ainda está em operação.

Figura 3.32-2 e .32-3: Linhares/ES – Esquerda: Caminhão pipa sendo abastecido na ETA da SEDE em Linhares/ES; Direita: Caminhão Pipa alimentando o reservatório de água potável em Regência;

Dezembro/2018

Dezembro/2018



Conforme mencionado anteriormente, o **Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água**, de acordo com essa Cláusula nº 171, **visa implantar captações alternativas para redução em 30% da dependência de abastecimento de água feito diretamente a partir do Rio Doce**, em relação aos níveis anteriores ao rompimento, **como medida reparatória**. Para os municípios com mais de 100.000 habitantes, **essa redução poderá ser de até 50%, sendo o percentual excedido aos 30% considerado como medida compensatória**.

A metodologia adotada pela Ramboll para avaliação das captações alternativas foi a confirmação das informações reportadas mensalmente pela Fundação Renova, bem como a manifestação de algumas operadoras do SAA quanto

ao aceite e condições operacionais. A Ramboll considera, ainda, que além das anuências pelas operadoras quanto as alternativas, é pertinente uma análise conjunta dos seguintes aspectos:

- **Q-Outorga:** Vazão de Outorga (vazão do pedido e da outorga obtida, além de análise dos testes de bombeamento para captação de água subterrânea);

- **Q-Infra:** Vazão de Infraestrutura (Vazão do sistema de bombeamento instalado, e/ou adutora implantada);

- **Q-Qualidade:** Qualidade da água bruta (Considera-se água bruta adequada ao tratamento existente, ou em condições onde demanda tratamento específicos é avaliado projeto e/ou implantação de ETA dedicada);

A tabela a seguir apresenta um panorama geral das verificações das metas referentes às captações alternativas, conforme as referências estabelecidas na Cláusula 171 do TTAC.

Tabela 2.32-02

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	REDUÇÃO TTAC (%)	VAZÃO/META (l/s)	Atendido até o Momento (l/s)	Análise Conjunta			Observações
					Q Outorga	Q Infra	Q Qualidade	
Aimorés	Santo Antônio do Rio Doce (Mauá)	30	1,8	0	Não Atende	Não Atende	Não Avaliado	Foram perfurados dois poços, um deles não apresentou vazão suficiente e o outro não foi concluído as interligações devidas rejeição da população.
Alpercata	Sede	30	7,12	0	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Foram perfurados dois poços (vazões de 1,6 e 1,3 l/s), nenhum deles equipado/interligado - Não estão operantes. Segundo estudos recentes, a região não possui água subterrânea. Novos estudos serão desenvolvidos e até o momento não existe uma solução para localidade.
Baixo Guandu	Sede	30	42	0	Aguardando apresentação	Não Atende	Demanda Melhorias na ETA, ainda não executada	Segundo informações reportadas pela Renova encontra-se em desenvolvimento projetos para captação no Rio Guandu e Melhorias na ETA;
Baixo Guandu	Mascarenhas	30	1,8	0	Não Atende	Não Atende	Não Atende	A pedido do SAAE o SAA do distrito será interligado a ETA da SEDE, de forma que a mesma captação alternativa definida para SEDE atenderá a localidade de Mascarenhas, no entanto, até o momento não existe uma aprovação do CIF
Barra Longa	Barreto	30	1,2	0	Aguardando apresentação de outorga	Não Atende	Não Avaliado	A proposta para captação alternativa da localidade é a perfuração de um poço, em nov/18 foi emitida autorização de perfuração, mas até o momento o mesmo não foi implantado.
Barra Longa	Gesteira	30	1,2	0	OK	Não Atende	Não Atende	Foi implantada uma nova ETA na localidade, mas a prefeitura não recebeu as instalações até o momento devido questões fundiárias, além disso a unidade vem apresentando problemas operacionais;
Belo Oriente	Perpétuo Socorro (Cachoeira Escura)	30	12	3,6	Parcial	Parcial (somente para um poço que não atende a demanda da meta)	Não Avaliado	Encontra-se estudos em andamento e discussão entre Copasa e Renova para definição das alternativas, até o momento somente um poço foi interligado e equipado, mas a vazão do mesmo não atende a demanda da meta.
Colatina	Sede	50	192	80	Aguardando apresentação de outorga	Não Atende	Não Avaliado	Pendente anuência da entrega da adutora rio Pancas, falta equalizar questões fundiárias. Cabe observar que o sistema implantado vem sofrendo com furto e vandalismo, portanto, em caso de necessidade de operação o mesmo precisa de manutenção/reposição de peças/equipamentos
Fernandes Tourinho	Senhora da Penha	30	1,2	0	Em processo de solicitação	Não Atende	Não Atende	cabe salientar que o SAA de água de Fernandes Tourinho é precário e que o prefeito apesar de validar o diagnóstico não possui conhecimento técnico ao nível de validar as ações propostas pela Renova.
Galileia	Sede	30	7,09	18,1	Aguardando apresentação de outorga	Atende	Atende	Documentos emitidos pela Renova indicam que a captação alternativa para localidades os 4 poços já existentes no município, os mesmos já estão interligados na rede e com tratamento dedicado.
Governador Valadares	Sede	67	900	900	Ok	Em implantação	Não Avaliado	Em 2015, foi entregue a adutora Recanto dos Sonhos (32 L/s), implantada para a ligação do Rio Suaçuí Grande (captação) à Estação de Tratamento de Água (ETA) do SAAE. Outra captação alternativa refere-se ao poço perfurado na região de São Vitor (7,5 L/s) que encontra-se interligado à ETA de São Vitor. Encontra-se em obras a adutora do Rio Corrente Grande;
	São Vitor	30	1,8	7,5				
Itueta	Sede	30	5,15	0	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Foram recuperados 2 poços da COPASA (3,0 L/s) e perfurado outros, no entanto, devido a baixa vazão a exploração destes foi inviabilizada como captação alternativa, além disso, a proposta para o SAA é a implantação de uma nova ETA (outro local) e exploração do Rio Manhuaçu e Doce. Portanto, até o momento não se pode considerar o atendimento.
Linhares	Sede	50	200	0	Ok	Não Atende	Atende	Como captação alternativa foi implantada adutora da Lagoa Nova até a ETA, com capacidade de adução de 200L/s (50% da demanda). No entanto, segundo a diretoria do SAAE vem apresentando problemas com a chegada da água bruta, mas até o momento não foi solucionado. Tal problema inviabiliza a utilização da captação de Lagoa Nova.

	Regência	30	6	0	Ok	Atende	Não Atende	A solução para o abastecimento de água de Regência foi a reativação do poço existente, na área da antiga ETA, no entanto, o mesmo possui concentrações elevadas de Bário e Cloreto, e por isso, foi implantada nova ETA para tratamento. O sistema foi entregue para o SAAE, mas ainda continua em fase de comissionamento.
Mariana	Camargos	30	1,2	0	Aguardando apresentação de outorga	Em Desenvolvimento	Não Avaliado	Recentemente o SAAE de Mariana aprovou o projeto para SAA da localidade
Mariana	Paracatu de Baixo	30	1,2	...	Não Avaliado			Reassentamento
Mariana	Pedras	30	1,2	0	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Em janeiro/19 foi perfurado um poço em Pedras, porém sem disponibilidade de água (poço seco); assim, em 18/01 foi realizado o tamponamento do mesmo. Um segundo poço deverá ser perfurado em março/19.
Marilândia	Boninsegna	30	1,2	0	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Foi realizada a perfuração de um poço tubular. No entanto o mesmo se apresentou seco. Não houve avanço até o momento
Periquito	Pedra Corrida	30	3,3	6,67	Aguardando apresentação de outorga	Atende	Atende	Foi perfurado poço na localidade e interligado na ETA, mas o mesmo apresenta alta concentração de Ferro, Manganês e Dureza. Recentemente a COPASA aprovou os projetos de adequação do sistema de tratamento dedicado, que encontra-se em fase de execução.
Resplendor	Sede	30	18	18,5	Aguardando apresentação de outorga	Atende	Atende	Como alternativa ficou acordado (Renova e COPASA) a exploração de dois poços existentes nas proximidades o C1 e o C2. Encontra-se em fase de execução.
Santana do Paraíso	Ipaba do Paraíso	30	1,2	0	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Sem evolução
Tumiritinga	Sede	30	5,7	13	Aguardando apresentação de outorga	Não Atende	Não Atende	Ficou acordado com a COPASA que o poço existente C-04 será a fonte alternativa. Ainda está pendente os projetos.
Tumiritinga	São Tomé do Rio Doce	30	1,5	...	Aguardando apresentação de outorga	Não Avaliado	Não Avaliado	O sistema é operado pela prefeitura, e com base em documentos emitidos pela Renova, o poço perfurado pelo Samarco logo após o rompimento da barragem atende a demanda atual. Não existe outras discussões em relação a captação alternativo, visto que o poço assumiu a posição de sistema principal.

As imagens a seguir mostram a situação de uma das captações alternativas implantadas e que ainda não foi recebida oficialmente pela Operadora do SAA.

Figura 4.32-4 e .32-5: Colatina/ES – Situação atual das instalações da captação alternativa no rio Pancas, com avarias devido ao furto de cabos e equipamentos elétricos

Janeiro/2019



Janeiro/2019



Em consonância com a Cláusula 171 do TTAC, um dos principais objetivos do programa é promover melhorias referentes aos tratamentos de água para abastecimento, por meio de medidas de cunhos reparatório e compensatório, em municípios/localidades que tiveram seu sistema de abastecimento público inviabilizado temporariamente. Portanto, uma das formas de cumprir o objetivo do programa é viabilizar o abastecimento de água tratada, por meio de melhorias em ETAs conforme os padrões de qualidade adequados para fins de abastecimento público. O primeiro passo para implantação de melhorias é o desenvolvimento de diagnóstico e respectivo aceite ou concordância por parte dos operadores.

No entanto, por meio da Nota Técnica nº 22, de 17/06/2018, e na sequência reforçada através da Nota Técnica nº 29, de 23/11/2018, os membros da CT-SHQA registraram em nota, que não foi apresentado pela Fundação Renova, os "termos de compromisso e anuências" para pelo menos 22 localidades, lembrando que apartir das Deliberações CIF nº185 e 258, a Fundação deve apresentar anuências tanto pelas prefeituras quanto pelas operadoras dos SAA.

Observações

Com base no período de monitoramento com foco em análise das quatro grandes questões-chave do programa (Orçamento; Abastecimento Emergencial; Melhorias nas ETAs; e Captações Alternativas), apresentam-se a seguir as seguintes observações e considerações:

- A maior parte das ações emergências são mantidas, ou seja, o transporte de água bruta e tratada por meio de caminhões pipa, que continuam contribuindo para o acúmulo dos custos elevados e desperdícios, que poderiam ser empregados em novas instalações, mais eficientes e confiáveis. A revisão dos custos para 2019 indica a tendência de novos acréscimos com caminhões pipa.

- Durante as inspeções em campo, bem como análises de documentos, percebe-se que os municípios operados pela COPASA continuam com dificuldades para conseguir suporte da Fundação Renova no que tange a implantação de captações alternativas, bem como, execução de obras para melhorias nas ETAs, em especial o caso de Alpercata, Tumiritinga e Belo Oriente.

- Entende-se que, para alguns municípios, as propostas sugeridas para captações alternativas não atenderam as necessidades mínimas, e a retomada de exploração do Rio Doce se torna a solução mais viável técnica e economicamente, entretanto, a Fundação Renova mantém a mesma postura quanto a ausência de estudos aprofundados para mitigar a rejeição da população. Cabe, ainda, destacar a importância de ações de comunicação junto a comunidade para fortalecer a confiança e esclarecer as dúvidas.

- O prazo para apresentação de projetos de engenharia básica para sistemas de abastecimento de água era final de março/2018, no entanto, a Fundação Renova submeteu ao CIF os estudos de engenharia conceitual (DEPPs), alegando não ter tempo hábil para elaboração dos projetos. Cabe salientar que muitas das localidades não possuem entendimentos quanto a solução para o SAA, fato que contribui para atrasos generalizados.

- Em inspeção realizada no dia 12/12/2018, no SAAE de Governador Valadares, foi possível acompanhar a limpeza de rotina dos decantadores da ETA Central, desde a lavagem dos tanques até a destinação final do resíduo. Na ocasião, foi registrado que, ao mesmo tempo em que os operadores executavam a limpeza do tanque os resíduos, eram descartados diretamente no afluente do Rio Doce por meio de bombas, ou seja, todo resíduo era direcionado ao curso d'água sem qualquer tratamento. A operação de limpeza teve duração de aproximadamente meio período (4-5 horas) e, segundo relatos do SAAE de Governador Valadares, a frequência de limpeza ocorre a cada 8 dias durante o período chuvoso. Partindo que as localidades com maior concentração de população não possuem sistemas de tratamento de lodo, a Ramboll ressalta que, dentro do contexto, as melhorias compensatórias e reparatórias, estabelecidas no programa, deveriam priorizar a implementação de unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos.

- O SAAE de Baixo Guandu continua operando a captação no rio Guandu em condições precárias, fato esse que indica risco iminente de desabastecimento.

- A morosidade, pela Fundação da Renova, para implantação das captações alternativas, conforme observado no panorama apresentado, demonstra que a meta está muito distante de ser atendida, e o risco de maiores atrasos é relativamente certo.

2.33 PG033 - Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

- O PG033, antes chamado de "Educação Ambiental", em sua versão inicial, limitava-se a mobilização de atores locais e a promoção de ações pontuais de Educação Ambiental (como o Projeto Douradinho e Pensando o Planeta), voltadas para escolas dos municípios acima de Candongas. Passou a ser construído de forma participativa em encontros e oficinas no segundo semestre de 2017 e início de 2018. Versões foram analisadas pela CT-ECLET, que fez sucessivos reparos.

- Foi protocolada a primeira versão do documento conforme a Deliberação nº 136/2018 e a NT nº 07/2018, sendo aprovada pelo CIF a definição do Programa em sua versão de 25/06/2018, com ressalvas (deliberação nº 178/2018). Desde então, embora tenha sido mantida a definição do Processo e dos 3 Projetos deste PG033, vários aspectos em sua estrutura ainda estão sendo debatidos pela CT-ECLET, considerando sugestões do 1º Fórum em Colatina e Ipatinga.

- Na tabela abaixo, é apresentado o status de progresso dos componentes (processos e projetos) constantes na definição deste programa (PG033). Em seguida, são realizados comentários a respeito

Processo: Interfaces Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização de Educação e Práticas	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce	0%	25%	50%	75%	100%
Projeto de Formação de Lideranças Jovens	0%	25%	50%	75%	100%

○ **Processo: Interfaces Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis (25%)**

Recentemente, com a finalidade de planejar a atuação integrada com outros programas, foram iniciadas reuniões com atores locais e técnicos da Renova envolvidos com o Programa de Recuperação de Nascentes. Seis encontros foram programados para fevereiro/2019 nas cidades de Governador Valadares, Viginópolis, Guanhões, Sabinópolis.¹¹²

○ **Projeto de Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização de Educação e Práticas (25%)**

No segundo semestre de 2017 foram realizados dois eventos - o Encontro de Prosas e Saberes (com projetos de EA da região e do Brasil em geral) e o Encontro de gestores (com prefeituras e Comitês de Bacia) que tinham a função inclusive de aperfeiçoar o próprio PG033.

O primeiro dos Fóruns previstos no escopo deste Projeto foi realizado em 2018, em dois locais - Colatina/ES; e Ipatinga/MG. Essa divisão foi proposta para facilitar a participação de mais atores sociais da região. No entanto, houve falhas na mobilização e logística, resultando no baixo comparecimento, tanto de instituições como de pessoas atingidas: somando os 2 eventos, foram 248 participantes, incluindo um número considerável de técnicos das empresas contratadas. Um livreto, com as experiências relatadas no Encontro de Prosas e Saberes (2017) foi distribuído aos participantes do Fórum. Está com o cronograma atrasado o lançamento da plataforma virtual para cadastramento e mapeamento de instituições parceiras e o lançamento do primeiro edital Revitaliza Rio Doce.

¹¹² Documento (ppt) apresentado pela Fundação Renova na reunião da CT-ECLET em fevereiro/2019

○ **Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce (0%)**

A fase de mobilização, prevista para iniciar em março ainda não foi contratada. Nessa fase, será feita a apresentação do Projeto às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. O projeto está em processo de mudanças, por ter recebido críticas e sugestões da CT-ECLET. Segundo a Renova, houve um "desvio devido a necessidade de melhor detalhamento técnico para elaboração da RT. Equipe técnica está empenhada e dedicada no detalhamento dos requisitos para contratação."¹¹³

Sobre o Curso de Formação de Facilitadores de Mudanças Educacionais para os professores da rede pública de ensino dos municípios impactados, a Renova informa estar definindo estratégia para atendimento da proposta apresentada pelo Movimento dos Sem Terras (MST) - "Programa ambiental produtivo na Bacia do Rio Doce"¹¹⁴. No entanto, até fevereiro/2019, não houve o envio desse projeto para exame da CT-ECLET.

Também estão sem previsão de início os cursos para gestores escolares (EAD), formação de educadores (presencial) e curso de pós-graduação em Educação Ambiental para os educadores da rede pública dos municípios da Área ambiental 1. Em janeiro/2019 foi somente iniciado o "Estudo de Viabilidade para concessão de curso de especialização e bolsas para professores da rede municipal e estadual dos 45 municípios atendidos pelo Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce", havendo previsão de entrega desse estudo em março deste ano.

A CT-ECLET fez um apelo à Fundação Renova para que inicie o curso presencial ainda neste ano, com o aproveitamento dos projetos que já foram encaminhados pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (em parceria com a UFMG) e pela Secretaria Municipal de Educação de Mariana (em parceria com a UFOP).¹¹⁵

○ **Projeto de Formação de Lideranças Jovens (25%)**

A primeira contratação de empresa para a execução deste Projeto, realizada na forma de experiência piloto (contratando sem licitação uma empresa que não é da região), levou a gastos que foram considerados excessivos pela CT-ECLET a qual desautorizou os mesmos e exigiu revisão na forma de contratação desse Projeto, adequando inclusive ao cardápio de temas elencados no escopo do PG033.¹¹⁶

No entanto, segundo a Fundação Renova, foi iniciado o processo de "mobilização e qualificação de lideranças jovens em três sentidos: a) participação de jovens que relataram suas experiências de EA no Fórum de 2017; b) mobilização e participação de jovens no segundo Fórum (2018 - Colatina e Ipatinga), expondo suas iniciativas e participando do evento; c) mobilização dos jovens pelo projeto do Instituto Elos. Houve, porém, jovens não atendidos e pouca participação das Secretarias de Educação e das Escolas na mobilização dos jovens." As observações da Ramboll no Fórum¹¹⁷ e na região confirmam essa afirmação da Fundação Renova.

Observações

Em janeiro/2019, a Fundação Renova apresentou¹¹⁸ uma previsão orçamentária de R\$ 14.762.121 para o ano de 2019, sendo a distribuição apresentada abaixo:

Tabela 2.33-01

EXECUÇÃO DO PROGRAMA	
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES DAS CIDADES ÀS MARGENS DO RIO DOCE	
EXECUÇÃO DO PROJETO	8.113
DEFINIÇÃO DO PROGRAMA 33	8.113
INTERFACES EDUCAÇÃO PARA PLANEJAMENTO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS	
OUTROS CUSTOS	2.210.804
PG027 AÇÕES COM PRODUTORES RURAIS (NASC)	2.113.854
Interfaces - Comunicação e Eventos	96.950
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E ESCOLAS EXPERIMENTAIS	
EXECUÇÃO DO PROJETO	5.450.742
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO TÉCNICO	2.451.587

¹¹³ Relatório CIF de janeiro de 2019 (CIF035)

¹¹⁴ Relatório CIF de janeiro de 2019 (CIF035)

¹¹⁵ Memória Ramboll da Reunião da CT-ECLET - fevereiro/2019

¹¹⁶ Memória Ramboll do Fórum de Colatina

¹¹⁷ Memória Ramboll da Reunião da CT-ECLET - fevereiro/2019

¹¹⁸ Planejamento e Orçamento Anual - Exercício 2019 apresentado ao CIF mediante Ofício OFI.NII.012019.5154 de 17/01/2019

CURSO EAD - GESTORES ESCOLARES	231.155
FORMAÇÃO PRESENCIAL DE PROFESSORES	2.218.000
FORMAÇÃO EDUCAD - COMUNICAÇÃO E EVENTOS	550.000
FORMAÇÃO DE LIDERANÇA JOVENS	
EXECUÇÃO DO PROJETO	.716.341
PROJETO MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS - ELOS	499.081
MAPEAMENTO E MOBILIZ LIDERANÇAS JOVEM	784.667
INTEGRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO LIDERANÇA JOV	932.594
FORMAÇÃO LIDERANÇA JOVEM - EVENTOS E COM	500.000
FORTALECIMENTO DE REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REVITALIZAÇÃO	
EXECUÇÃO DO PROJETO	4.376.122
CONSTITUIÇÃO E FORTALECIMENTO REDES	152.100
ELABORAÇÃO PROJ POLÍTICOS PEDAG TERRIT	3.333.335
FÓRUM DE EDUCAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO	400.000
FORTALECIMENTO REDES COMUNICAÇÃO EVENTOS	490.687
AÇÕES PARALELO RIO DOCE	-

Revisto em meados de 2018 quanto aos seus objetivos, quanto ao seu escopo e até ao próprio nome, este Programa evoluiu pouco até o momento, tendo usado menos de 3% dos recursos a ele destinados. No entanto, é considerado fundamental por vários atores locais, por órgãos de governo, assim como pela Ramboll, uma vez que é necessário para:

1. apoiar a realização sustentável de vários outros programas;
2. proporcionar condições de continuidade de várias ações estratégicas na medida em que forem cessando os recursos de indenização e restauração das áreas afetadas; e
3. restabelecer na região atingida condições para um estado de resiliência.

2.34 PG034 - Programa de Preparação às Emergências Ambientais

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

As ações definidas no programa endereçam ações pontuais de suporte às instituições e comunidades, tais como instalação de sirenes em Bento Rodrigues ou capacitação e realização de simulados, porém não há menção à criação de um centro de monitoramento e controle unificado às situações de emergências ou aos elementos para estruturação do Sistema de Defesa Civil pautado pela Lei Federal 12.608/2012 (Política Nacional de Defesa Civil), para toda bacia.

A partir das reuniões realizadas como as coordenadorias de Defesa Civil dos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado é possível ter uma visão integrada do programa, com um parecer em relação a cada componente em cada município, conforme segue:

Tabela 2.34-01

Componentes do programa	Mariana	Barra Longa	Rio Doce	Santa Cruz do Escalvado
1. Instalação de Sistema de Alerta de Emergências;				
2. Reestruturação da Defesa Civil;				
3. Sistema de Monitoramento e Alerta de Cheias;				
4. Monitoramento e Manutenção do Sistema de Alerta de Emergência e de Cheias;				
5. Execução de Censo Populacional e Simulados Reais;				
6. Processo de Apoio à Defesa Civil;				

A seguir, apresentamos as evidências referentes a cada componente do programa, organizada por município.

Tabela 2.34-02

Componentes do programa	Mariana	Barra Longa	Rio Doce	Santa Cruz do Escalvado
1. Instalação de Sistema de Alerta de Emergências	A localização e implantação das sirenes e pontos de encontro instalados é compatível com a localização informada pela Fundação Renova.	A localização e implantação das sirenes e pontos de encontro instalados é compatível com a localização informada pela Fundação Renova.	Embora o programa não preveja a instalação de sirenes neste município, a Fundação Renova trocou as sirenes instaladas pelo Consórcio Candonga.	Embora o programa não preveja a instalação de sirenes neste município, a Fundação Renova trocou as sirenes instaladas pelo Consórcio Candonga.
2. Reestruturação da Defesa Civil	Todos os municípios receberam o kit de equipamentos para DC: Caminhonete, tração 4x4, com capota fechada, plotada e identificada conforme padrão da Defesa Civil, com sinalizadores de emergência, sistema acústico-visual em barra de sinalização na cor laranja, guincho e GPS. Gerador de Energia elétrica com torre de iluminação integrada Data Show, Caixa amplificadora e microfone para realização de palestras e treinamentos. Notebook 15" GPS portátil Coletes de Identificação na cor Laranja e com faixas reflexivas para identificação de moradores nos eventos organizados pela defesa civil. Coletes de identificação dos agentes de Defesa Civil Municipal, PRETO e LARANJA, conforme padrão de identificação das COPMDECS. Câmara fotográfica a prova d'água Cones de Borracha de 70 cm Cavaletes de sinalização com identificação de área de risco Corda 6mm Lona silo – 8x100 metros Rádio de Ponto a Ponto (walk talk) HD externo 1 TB	Todos os municípios receberam o kit de equipamentos para DC: Caminhonete, tração 4x4, com capota fechada, plotada e identificada conforme padrão da Defesa Civil, com sinalizadores de emergência, sistema acústico-visual em barra de sinalização na cor laranja, guincho e GPS. Gerador de Energia elétrica com torre de iluminação integrada Data Show, Caixa amplificadora e microfone para realização de palestras e treinamentos. Notebook 15" GPS portátil Coletes de Identificação na cor Laranja e com faixas reflexivas para identificação de moradores nos eventos organizados pela defesa civil. Coletes de identificação dos agentes de Defesa Civil Municipal, PRETO e LARANJA, conforme padrão de identificação das COPMDECS. Câmara fotográfica a prova d'água Cones de Borracha de 70 cm Cavaletes de sinalização com identificação de área de risco Corda 6mm Lona silo – 8x100 metros Rádio de Ponto a Ponto (walk talk) HD externo 1 TB	Todos os municípios receberam o kit de equipamentos para DC: Caminhonete, tração 4x4, com capota fechada, plotada e identificada conforme padrão da Defesa Civil, com sinalizadores de emergência, sistema acústico-visual em barra de sinalização na cor laranja, guincho e GPS. Gerador de Energia elétrica com torre de iluminação integrada Data Show, Caixa amplificadora e microfone para realização de palestras e treinamentos. Notebook 15" GPS portátil Coletes de Identificação na cor Laranja e com faixas reflexivas para identificação de moradores nos eventos organizados pela defesa civil. Coletes de identificação dos agentes de Defesa Civil Municipal, PRETO e LARANJA, conforme padrão de identificação das COPMDECS. Câmara fotográfica a prova d'água Cones de Borracha de 70 cm Cavaletes de sinalização com identificação de área de risco Corda 6mm Lona silo – 8x100 metros Rádio de Ponto a Ponto (walk talk) HD externo 1 TB	Todos os municípios receberam o kit de equipamentos para DC: Caminhonete, tração 4x4, com capota fechada, plotada e identificada conforme padrão da Defesa Civil, com sinalizadores de emergência, sistema acústico-visual em barra de sinalização na cor laranja, guincho e GPS. Gerador de Energia elétrica com torre de iluminação integrada Data Show, Caixa amplificadora e microfone para realização de palestras e treinamentos. Notebook 15" GPS portátil Coletes de Identificação na cor Laranja e com faixas reflexivas para identificação de moradores nos eventos organizados pela defesa civil. Coletes de identificação dos agentes de Defesa Civil Municipal, PRETO e LARANJA, conforme padrão de identificação das COPMDECS. Câmara fotográfica a prova d'água Cones de Borracha de 70 cm Cavaletes de sinalização com identificação de área de risco Corda 6mm Lona silo – 8x100 metros Rádio de Ponto a Ponto (walk talk) HD externo 1 TB

3. Sistema de Monitoramento e Alerta de Cheias	Com base na lista com 17 estações pluviométricas/fluviométricas, enviada pela Fundação Renova em 17/09/2018, foi possível espacializar apenas 10 pontos para vistoria, já que os demais não apresentam coordenadas geográficas. Deste total, a instalação e a localização de 33% das estações pluviométricas (2 estações pluviométricas) não conferem com os dados informados pela Fundação Renova, assim como a instalação e a localização de 20% das estações fluviométricas (1 estação fluviométrica). Não estão instaladas ao longo de todo o rio. Não considera as cabaceiras.	Com base na lista com 17 estações pluviométricas/fluviométricas, enviada pela Fundação Renova em 17/09/2018, foi possível espacializar apenas 10 pontos para vistoria, já que os demais não apresentam coordenadas geográficas. Deste total, a instalação e a localização de 33% das estações pluviométricas (2 estações pluviométricas) não conferem com os dados informados pela Fundação Renova, assim como a instalação e a localização de 20% das estações fluviométricas (1 estação fluviométrica).	Não há sistema de monitoramento e alerta de cheias por estar localizado a jusante de Candonga. Este item deverá ser verificado no próximo monitoramento.	Não há sistema de monitoramento e alerta de cheias por estar localizado a jusante de Candonga. Este item deverá ser verificado no próximo monitoramento.
4. Monitoramento e Manutenção do Sistema de Alerta de Emergência e de Cheias	Foi feita uma capacitação no sistema POTAMOS com todos os membros da coordenadoria da Defesa Civil.	Foi feita uma capacitação no sistema POTAMOS com todos os membros da coordenadoria da Defesa Civil.	Não há sistema de monitoramento e alerta de cheias por estar localizado jusante de Candonga. Este item deverá ser verificado no próximo monitoramento.	Não há sistema de monitoramento e alerta de cheias por estar localizado jusante de Candonga. Este item deverá ser verificado no próximo monitoramento.
5. Execução de Censo Populacional	467 domicílios levantados na área de dam-break em 2017 (Mariana e Barra Longa).	467 domicílios levantados na área de dam-break de 2017 (Mariana e Barra Longa).	Este município não tem censo da população na área de dam-break.	Este município não tem censo da população na área de dam-break.
6. Processo de Apoio à Defesa Civil	Todos os processos implementados: Escola Segura, Comitê Gestor e NUPDEC - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil.	Todos os processos implementados: Escola Segura, Comitê Gestor e NUPDEC - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil.	Todos os processos implementados: Escola Segura, Comitê Gestor e NUPDEC - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil.	Todos os processos implementados: Escola Segura, Comitê Gestor e NUPDEC - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil.
7. Demandas	Revisão do programa	Revisão do programa Demanda por formação de equipe. Pavimentação de rotas de fuga alternativas (Ponte Nova).	Plano de Contingência em revisão;	Plano de Contingência em revisão; Pavimentação de rotas de fuga alternativas (Merengo).

Embora o processo Escola Segura dissemine na comunidade os princípios do programa, na implementação dos outros programas da Fundação Renova, as diretrizes formuladas não constituem base para a tomada de decisão. Verifica-se muitas contradições nos Programas PG008 e 010, que consolidam situações de dam break ou localizações de áreas de risco.

Observações

No caso deste programa, verificamos que ele cria regras que deveriam nortear todos os programas. Porém, estas regras não são respeitadas nos outros programas. Se analisarmos, a questão do dam break, este programa consolida um censo populacional para identificar as famílias nesta situação. Tanto no programa PG008 como PG010, verifica-se a localização de famílias nestas áreas tanto na forma de reassentamento definitivo ou temporário, sem análise prévia da vulnerabilidade aos diferentes tipos de risco, muitas vezes consagrando intervenções que deveriam ser relocadas.

No ano de 2012, foi promulgada a denominada lei da Defesa Civil, Lei Federal nº 12.608 que consagrou por lei a necessidade de incorporação da redução de riscos ambientais em qualquer processo de urbanização. Esta lei trouxe avanços sobre a gestão de riscos, apontando para um processo de mudança de paradigma, incorporando a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais; a priorização das ações preventivas relacionadas à minimização de desastres e estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização; o estímulo ao ordenamento da ocupação do solo urbano e rural; o combate à ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco, bem como a promoção da realocação da população residente nessas áreas e o estímulo a iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro.

2.35 PG035 – Programa de Informação para a População

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

No geral, os Centros de Informação Técnica estão tendo um ritmo muito lento de implementação e ainda estão descolados do programa de educação ambiental na sua função e concepção e dos outros programas em geral. O CIT do ES tem um atraso maior pelo fato de o governo daquele estado não ter feito a decisão do local de instalação, demorando cerca de um ano para definir desde a primeira solicitação da CT-CPDCS.

Assim, durante o período monitorado, **o resultado ficou estagnado em 35% de alcance geral do programa.**

No CIT de Mariana em funcionamento, as informações técnicas dos programas e do processo são insuficientes, pois tecnicamente não amparam as questões-chaves que devem ficar disponíveis a quaisquer interessados por elas, especialmente os atingidos.

A Fundação Renova tem apresentado evidências de que vem realizando oficinas de Definição Participativa do plano de uso CIT de Governador Valadares e Mariana com apoio da assessoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A definição participativa, no entanto, não deve excluir a finalidade primordial de realizar informações técnicas conforme está previsto no TTAC, cláusula 174.

CIT de Mariana: em funcionamento desde agosto/2018. As informações técnicas dos programas e do processo de reparação são insuficientes, pois tecnicamente não amparam as questões-chaves que devem ficar disponíveis a quaisquer interessados por elas, especialmente os atingidos. Da mesma forma, não são disponibilizadas informações ambientais da Área Ambiental 1, conforme previsto na Cláusula 174 do TTAC. Há evidências de incremento do uso do equipamento por diferentes atores sociais de Mariana e Região, onde já foram realizadas 10 oficinas com participação de grupos diversos¹¹⁹. No dia 22/02/2019, aconteceu o segundo evento multicultural no local. O projeto conceitual do CIT Mariana e CIT Governador Valadares foi protocolado no CIF¹²⁰, em 25/02/2019, dentro do prazo estabelecido pela Deliberação nº 229/2018 e deve compor a pauta da próxima reunião da CT-CPDCS. Em análise preliminar, detectamos uma concepção centrada na museologia, com intensa preocupação com recursos tecnológicos, cenografias e atrativo arquitetônico de fachada do prédio para “atrair interesse do público”.

CIT de Governador Valadares: foi escolhido o nome “Doce Renascer”, em eleição que envolveu estudantes do Município; as empresas para obras de instalação estão em contratação.

CIT de Regência/Linhares em início do planejamento e termo de cooperação entre Renova e ICMBio em elaboração, pois o mesmo será instalado na sede do Projeto TAMAR deste órgão, já seguindo a diretriz da CT-CPDCS de facilitar a transferência do equipamento ao poder público.

Observações

- No geral, os Centros de Informação Técnica estão tendo um ritmo muito lento de implementação e ainda estão descolados do programa de educação ambiental, na sua função e concepção, e dos outros programas em geral. O CIT do ES tem um atraso maior pelo fato de o governo daquele estado não ter feito a decisão do local de instalação.

- No CIT de Mariana em funcionamento desde agosto/2018, as informações técnicas dos programas e do processo são insuficientes, pois tecnicamente não amparam as questões-chaves que devem ficar disponíveis a quaisquer interessados por elas, especialmente os atingidos. Tampouco tem instrumentos destinados a comunicar e informar a população quanto aos aspectos ambientais da área Ambiental 1, conforme disposto na Cláusula 174 do TTAC. A Deliberação 239/CIF de 29/11/18, estabeleceu o prazo de 90 dias para apresentação dos projetos conceituais do CIT de Mariana e de Linhares; prazo de 120 dias para realização de encontro com participação de CTs e atingidos para levantar contribuições para a produção de conteúdos para o PG 35 e prazo de 180 dias para apresentação do projeto conceitual do CIT de Linhares.

- A transferência destes equipamentos ao poder público quando do encerramento do programa ainda é uma questão em aberto a despeito dos questionamentos da CT-CPDCS, como esclarece o Retorno ao questionamento – 1703. Fundação Renova de 22/01/2019. O mesmo documento diz sobre o CIT Marina que “O objetivo é que o local funcione como um espaço democrático de encontro para os moradores de Mariana como uma extensão da própria praça na qual está localizado.

¹¹⁹ Retorno da Fundação Renova ao Questionamento 1703/Ramboll, em 22/01/2019

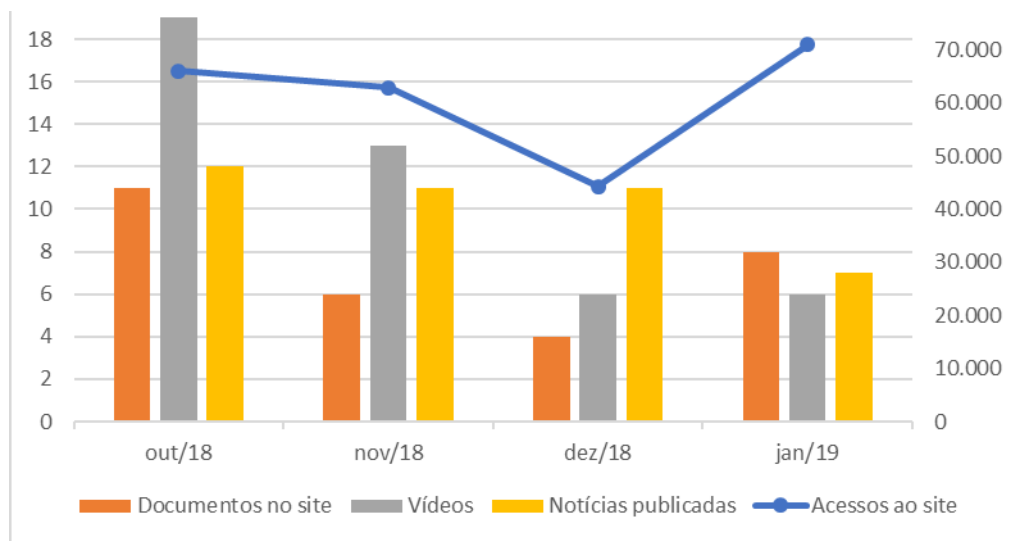
¹²⁰ Conforme ofício da Fundação Renova OFI.NII.022019.5365, de 25/02/2019.

2.36 PG036 – Programa de Comunicação Nacional e Internacional

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

A evolução da produção e publicação de conteúdos no website e a quantidade de acessos de visitantes virtuais apresentou uma queda progressiva de outubro a dezembro de 2018 e, mesmo que a produção de conteúdos não tenha sido retomada como no nível do primeiro mês deste período monitorado, **os acessos retomaram em maior quantidade, quando em janeiro de 2019 a marca de quase 71 mil acessos foi alcançada**, representando dez mil a mais que a média de acessos no ano de 2018. (Figura)

Figura 2.36-01: Evolução da contagem de produção de conteúdo X acessos ao website do público geral. Fonte: Relatório ao CIF034 e 035 da F. Renova.



A CT-CPDCS emitiu a NT nº 10/2018/CTCPDCS/CIF, em continuidade à NT nº 06/2018/CTCPDCS/CIF e seguem abaixo as evoluções monitoradas no período para os itens da NT:

a) ter um espaço para agenda das ações da Fundação Renova com os atingidos; Foi verificada a implantação da área "Calendário" no site da Fundação Renova, que traz a agenda, com atividades inseridas a partir do dia 18/02 até o dia 27/03. Nela constam nome da atividade, data, horário e nome do local onde será realizada – não há informação completa do endereço. Existe um mapa de acesso e a opção de obter direção via integração com o Google. Porém, quando acessado (08/03/19) tal opção não estava funcionando (Mensagem de erro "Não foi possível encontrar a rota") e pelo mapa também não é possível obter o endereço completo do local. Não há nenhum tipo de descrição sobre do que se trata o evento, a qual público se destina e como fazer para participar.

b) ter caixa de comentários em todos conteúdos, sem moderação, permitindo a livre manifestação; A caixa de comentários está presente apenas na área "Notícias", com necessidade de aprovação do conteúdo pela moderação e que o visitante faça login em alguma rede social (Google+ ou Facebook) para comentar. Nas demais áreas do site ainda não existe a possibilidade de comentários.

c) inserir um mecanismo de avaliação sobre se as informações foram úteis, coligando com uma caixa para apresentação de dúvidas; A funcionalidade de avaliação sobre a utilidade do conteúdo ("Esse conteúdo foi útil para você?") foi implantada na área de "Notícias", porém não apresenta a coligação com uma caixa para apresentação de dúvidas. Nas demais áreas do site não existe a avaliação do conteúdo.

d) apresentar no relatório ao CIF (CIF034_RELATORIO_CIF_Dezembro_18.pdf pg. 227/8) a contagem dos acessos originados nos municípios prioritários da reparação. Os indicadores no relatório ao CIF não estão em consonância com os solicitados pela referida NT. No relatório CIF035_RELATORIO_CIF_Janeiro_19 a Fundação Renova segue informando o total de acessos, sem a contagem por municípios prioritários de reparação. Em resposta à solicitação feita pela Ramboll de tal informação, a Renova alega que 2 indicadores foram revisados a pedido da CT-CDPCS e está aguardando a aprovação desta. Dessa forma, a Fundação não forneceu os dados necessários para a medição.

Assim, quanto aos compromissos de **ampliação de interatividade** dos usuários prioritários e pessoas atingidas com a produção de conteúdo do website em curso, conforme solicitação da referida NOTA TÉCNICA Nº 10/2018/CTCPDCS/CIF, considera-se que a evolução no quadrimestre em monitoramento alcançou **25% e depois ficou estagnado do que deveria ser realizado**.

Observações

- O site da Fundação continua no ar e apresenta uma comunicação institucional da mesma, contudo seu alcance passou a ter um compromisso de medição sistemática do site que caracteriza o acesso dos municípios prioritários conforme pedido da NT nº 10/2018/CTCPDCS/CIF.

Tabela 2.36-01

Indicador	Unidade	Meta
Acessos das cidades prioritárias	Acessos	15 mil
Visualizações de páginas de serviço	Acessos	20 mil
Tempo de resposta	Acessos	24 horas

- A medição e a relação com estas metas deveriam ter tido início a partir de janeiro/2019. Contudo, a Fundação não forneceu os dados necessários para a medição, alegando que 2 indicadores foram revisados a pedido da CT-DPCS e está aguardando a aprovação desta.

- Com relação aos demais itens da NT nº 10/2018/CTCPDCS/CIF alguns avanços foram verificados, como a implantação da agenda das ações da Fundação Renova com os atingidos; caixa de comentários em conteúdos e a inserção de mecanismo de avaliação sobre se as informações foram úteis. Contudo, foram implantações parciais, já que não atendem plenamente às recomendações contidas na NT.

- A produção de informação no website predomina com um conteúdo fortemente institucional, predominantemente de marketing das ações da Fundação Renova, considerando que os contrapontos e as visões de outras partes interessadas são pouco integradas ao conteúdo, especialmente no que se refere ao andamento e a adaptação das ações dos programas por território.

2.37 PG037 – Programa de Gestão de Riscos Ambientais**Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019**

Este programa tem seu escopo definido na cláusula 176 do TTAC, que determina que sejam apresentados estudos para a identificação dos riscos ambientais dos ativos da Samarco, diretamente afetados pelo rompimento, que possam impactar a bacia do rio Doce, bem como propor ações preventivas e mitigatórias associadas a esses riscos. O parágrafo único desta cláusula prevê revisões do documento no caso de renovação das licenças ambientais destas estruturas, que não estão previstas no curto prazo.

Não foram realizadas atividades no período de monitoramento.

Conforme constam nos últimos três Relatórios Mensais de Atividades, referentes aos meses de julho, agosto e setembro/2018, não houve entregas a serem concluídas no período.

De acordo com a Ata da 25ª reunião ordinária da CT-GRSA, a Fundação Renova apresentou os estudos conforme previsto na cláusula 176 do TTAC, que foram analisados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, a qual considerou que a cláusula 176 foi atendida, uma vez que tais estudos foram apresentados e que há o indicativo de que a Samarco continuará com o monitoramento no âmbito do licenciamento ambiental e junto a Agência Nacional de Mineração - ANM.

Em resposta à solicitação feita pela Ramboll, no mês de setembro/2018, sobre o status das definições dos programas e com relação ao Programa de gestão de riscos ambientais, a Fundação Renova informou, que *"não há definição deste programa. Na reunião da 25ª CT Rejeitos, realizada no dia 06/09/18, foi apresentada NT que recomenda a quitação da cláusula 176. Para tanto, será necessário apresentar à E&Y toda a documentação referente a esta cláusula para avaliação e emissão de parecer técnico de encerramento"*.

Em 29/10/2018, a Ernest Young encaminhou ao CIF o relatório acerca dos aspectos relacionados ao cumprimento da cláusula 176 do TTAC, bem como os respectivos dispêndios realizados no âmbito do Programa de Gestão de Riscos Ambientais. O relatório informa que *"a partir dos procedimentos realizados, a EY não identificou nenhuma inconsistência acerca do cumprimento da cláusula 176 e, conseqüentemente, do Programa de Gestão de Riscos Ambientais na Área Ambiental 1 da Bacia do Rio Doce"*. A CT-Rejeitos, até o presente momento não se posicionou acerca do referido relatório.

O programa foi encerrado, conforme consta na Deliberação nº 243 de 30/11/2018 do CIF:

- 1) Aprovar o encerramento do Programa de Gestão de Riscos Ambientais na AREA AMBIENTAL 1 da Bacia do Rio Doce, estabelecido pela Cláusula 176 do TTAC, com base na NT 02 e relatório da EY.*
- 2) Os programas de monitoramento e segurança para as estruturas de contenção de rejeitos no Complexo Minerário de Germano deverão continuar sendo executados pela Samarco Mineração S/A, de forma a permitir o acompanhamento pelos - órgãos competentes.*

Observações

O programa encontra-se encerrado.

2.38 PG038 – Programa de Investigação e Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

1. Orçamento

- 2018 - **Total de R\$19.183.955,00**, sendo distribuídos entre os programas:
 - Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistema de Água e **(PMQQS): 67,65%**
 - Programa de Monitoramento Quali-quantitativo das Águas do Rio Doce e seus Tributários em Função das Intervenções **(PMQQVAI): 14,39%**
 - Programa de Monitoramento da Água Para Consumo Humano **(PMQACH): 5,31%**
- 2019 - **Total Previsto de R\$41.741.594,00**, sendo distribuídos entre os programas:
 - **PMQQS: 40,68%**
 - **PMQQVAI: 5,50%**
 - **PMQACH: 25,92%**

Até o momento, não há **relatório anual dos programas publicado**. Há apenas resultados parciais do PMQQS, resultados dos meses de outubro/2017 a janeiro/2018 do PMQQVAI.

2. Boletins Semanais de Qualidade da Água emitidos pela RENOVA

Os Boletins Semanais de Qualidade da Água vêm sendo realizados regularmente, embora com ausência de resultados em alguns pontos devido falta de aferição e defeitos em sensores.

- Novembro à Dezembro de 2018: o Boletim Semanal de Qualidade da Água contava com 13 pontos de estações automáticas que avaliavam Turbidez, Condutividade Elétrica, pH e Chuva acumulada.
 - Nos municípios de **Mariana (MG) e Acaiaca (MG)**, **não houve registro de Condutividade Elétrica e pH**.
 - O Parâmetro de Turbidez foi o único a ser monitorado em todos os pontos e boletins semanais, enquanto **Chuva acumulada 92%, Condutividade elétrica e pH com 68%** de frequência.
- A partir de janeiro/2019: foi aprovado o novo Modelo do Boletim Semanal de Qualidade da Água do Período Chuvoso, por parte do GT PMQQS (Nota Técnica N° 24). Houve a redução dos pontos apresentados no Boletim semanal para **09 estações automáticas**. Além dos parâmetros que já eram apresentados no boletim antigo, também são apresentados **Clorofila a, Cianobactérias, Temperatura e Oxigênio Dissolvido**.
 - Em uma das estações do Município de Rio Doce (MG), não houve medição de Clorofila a, Cianobactérias e Chuva acumulada. Também houve falha em outra estação automática para os parâmetros de Condutividade elétrica e Temperatura.
 - Os parâmetros de **Turbidez, Oxigênio Dissolvido e pH estiveram presentes em 100%** dos pontos e boletins semanais, enquanto **Condutividade Elétrica e Temperatura tiveram 96%**, e os demais parâmetros **88%** de frequência.

3. Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistema de Água e Sedimentos (PMQQS)

Até o momento, todas as versões de relatório anual apresentadas pela Fundação Renova para PMQQS, foram reprovadas. Entre os documentos aprovados por este programa está apenas o Relatório de Abril de 2017, o qual continha os métodos a serem empregados no PMQQS e o Relatório parcial que continha os dados do período de amostragem de agosto/2017 a janeiro/2018, que foi validado pelo GTA PMQQS.

Sobre o relatório de abril/2017:

Continha os métodos a serem seguidos nos futuros relatórios produzidos pela Renova, descritos a seguir:

- **Coleta manual de água:** 92 Pontos de amostragem (frequência mensal).
- **Coleta manual sedimento:** 92 Pontos de amostragem (frequência mensal).
- **Estações automáticas:** 22 Pontos de amostragem (frequência horária).
- **Fitoplâncton:** 11 Pontos de amostragem (frequência mensal).
- **Macroinvertebrados Bentônicos:** 17 Pontos de amostragem (frequência mensal).
- **Perifíton:** 3 Pontos de amostragem (frequência sazonal- 4 vezes ao ano).

No entanto, o que há até então de resultado sobre este programa é apenas o relatório parcial com os dados do período de amostragem de agosto/2017 à janeiro/2018.

Sobre o relatório parcial de agosto/2017 à janeiro/2018, foi apresentado:

- **Coleta manual de água: 24% dos resultados**, pois contém apenas 29 pontos de coleta.
- **Coleta manual sedimento: 0%**
- **Estações automáticas: 0%**
- **Fitoplâncton: 0%**
- **Macroinvertebrados Bentônicos: 0%**
- **Perifíton: 0%**

Conforme informação da reunião com o GTA – PMQQS, é esperado que o primeiro relatório anual do PMQQS seja entregue ainda no **1º semestre de 2019**.

4. **1º Relatório do Plano de Monitoramento Quali-quantitativo das Águas do Rio Doce e seus Tributários em Função das Intervenções (PMQQVAI)**

Em fevereiro/2019, foi apresentado ao GTA – PMQQS o 1º Relatório do PMQQVAI.

Objetivo do PMQQVAI: avaliar os possíveis efeitos das atividades de intervenção na qualidade da água, no sedimento e nas comunidades biológicas, através do monitoramento de parâmetros físico-químicos e biológicos em 176 pontos de amostragem na bacia do rio Doce, distribuídos ao longo dos rios principais e tributários no trecho entre a barragem de Fundão e o reservatório de Candonga.

Sobre o PMQQVAI:

O monitoramento da maioria dos pontos iniciou após as obras de intervenção, impossibilitando a avaliação a partir de um tempo inicial e prejudicando a discussão dos resultados.

Não foi possível realizar um comparativo dos resultados gerados antes, durante e após as intervenções para todos os pontos de monitoramento.

Demais questões:

- Visível a **contradição na efetividade** deste programa frente ao gasto gerado;
- Possui praticamente o **dobro de pontos** de amostragem que o próprio PMQQS;
- É realizado em uma extensão territorial menor que a do PMQQS;
- Sobre o ponto de vista técnico, o PMQQVAI possui qualidade de resultados obtidos para os parâmetros avaliados, mesmo que seu objetivo não tenha sido atendido.

Sendo que ambos (PMQQS e PMQQVAI) possuem como característica o monitoramento da qualidade da água e sedimentos, ao invés de 2 programas com sobreposição de malha amostral, **há por parte do GTA – PMQQS a intenção da extinção do PMQQVAI**. No entanto, do ponto de vista técnico e sobre os resultados já obtidos, uma abordagem parcimoniosa e interessante seria unificá-los, excluindo pontos sobrepostos, otimizando tempo, custos e resultados.

5. **Conclusão sobre as ações do PMQQS e PMQQVAI.**

Atenta-se que devido ao fato de o Programa 38 produzir informações (PMQQS e PMQQVAI) sobre a qualidade de água e sedimento, bioindicadores e ecotoxicologia, este deve servir como subsídio para avaliações e ações dentro de outros Programas que também estão sendo desenvolvidos pela Fundação Renova. Desta forma, é imprescindível que, logo após validados junto aos GTs e CTs respectivos, os dados sejam encaminhados para futuras ações. Isto é preconizado inclusive pelo RELATÓRIO TÉCNICO - Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos (PMQQS) de Abril de 2017, que define os métodos utilizados, em sua página 35: “A seção do PMQQS para a Zona Costeira e Estuários, cujo escopo foi previamente definido no âmbito da Nota Técnica DT/Monitoramento Marinho nº16/2016, parte integrante do documento anexo à Deliberação CIF nº 17, apresenta forte interação com o Termo de Referência 04 da Câmara Técnica de Biodiversidade (CTBio), que apresenta as medidas de monitoramento necessárias ao atendimento à Cláusula 165 do TTAC”. No entanto, devido aos atrasos já enunciados acima, isto ainda não pode ser realizado.

6. **Programa de Monitoramento Água Para Consumo Humano (PMQACH).**

Em setembro/2018 foi iniciado o Monitoramento de Água para Consumo Humano em atendimento à Deliberação nº 95 do CIF de 04/08/2017, e deliberação nº 129 do CIF de 20/11/2017. As atividades foram iniciadas em setembro/2018 e ao todo são 385 pontos de coletas e análises de água, sendo na frequência semanal 52 pontos com tratamento de água (ETAs) e mensal 333 pontos sem tratamento de água abrangendo 30 municípios. Em duas localidades, foram encontrados parâmetros acima do limite máximo permitido, entre eles estão Ferro, Alumínio e Turbidez. Cabe ainda destacar que diversos pontos que são monitorados não possuem tratamento e, portanto, para

esses pontos de amostragem diversos parâmetros encontram-se fora das condições de potabilidade segundo o Ministério da Saúde.

7. Levantamentos de campo

Com base em recente levantamento de campo, foi constatado que os resíduos gerados durante o tratamento de água são descartados *in natura* no rio Doce, sem qualquer tratamento e controle, e, conseqüentemente, a maior parte dos sólidos retidos durante a etapa de tratamento, são devolvidos ao rio em concentrações mais elevadas das encontradas na água bruta. Nesse sentido, é pertinente a correlação dos eventos de descarte desse material, com os resultados do monitoramento PMQQS, visto que, algumas das unidades de tratamento passaram a realizar a limpeza dos decantadores a cada 8 dias. Governador Valadares é uma das situações mais críticas, conforme observado nas imagens a seguir.

Figura 2.38-01: limpeza do decantador SAAE de Governador Valadares- ETA Central no dia 12/12/18 (Fonte: Ramboll, 2018)



Figura 2.38-02: ponto de descarte do resíduo de limpeza dos decantadores da ETA Central no dia 12/12/18 (Fonte: Ramboll, 2018).



Observações

Com base nos documentos avaliados pela Ramboll no período, é possível concluir que, além do atraso da entrega dos relatórios relacionados ao PMQQS, há também outros problemas relacionados à falta de integração destes dados em outros programas.

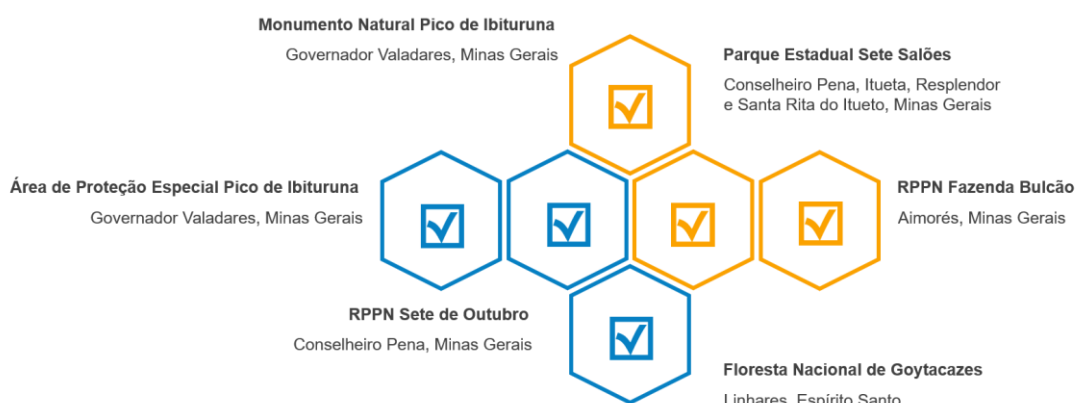
Não obstante, os dados do PMQQVAI não cumpriram totalmente seu objetivo de avaliar as intervenções, visto que as obras iniciaram antes do período do monitoramento. Salienta-se que, 3 anos após o rompimento da barragem, não foi aprovado e disponibilizado um documento sólido para subsidiar tomadas de decisão no âmbito de abastecimento e consumo da água, bem como atividades de pesca e agropecuária que dependiam e dependem do Rio Doce como fonte de suprimento.

2.39 PG039 – Programa de Consolidação de Unidades de Conservação

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

No período de novembro/2018 a janeiro/2019, tiveram início as atividades de avaliação de impactos ambientais previstas na Cláusula 181 do TTAC. Em 23/10/2018, o Instituto EKOS iniciou o diagnóstico de 6 Unidades de Conservação continentais, listadas a seguir e identificadas na Figura 1: i) Monumento Natural Pico de Ibituruna (localizada no município de Governador Valadares - MG), ii) Área de Proteção Especial Pico de Ibituruna (Governador Valadares - MG), iii) RPPN Sete de Outubro (Conselheiro Pena - MG), iv) Parque Estadual Sete Salões (área do Parque abrangendo os municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto - MG), v) RPPN Fazenda Bulcão (Aimorés - MG) e vi) Floresta Nacional de Goytacazes (Linhares - ES). Foram iniciadas ainda as atividades e a mobilização das ações de diagnóstico das UCs Costeiras e Continentais 1 pela consultoria CP+, previstas para serem concluídas em 09/12/2018.

Figura 2.39-06. Unidades de Conservação Continentais em avaliação pelo Instituto EKOS.



As etapas iniciais de diagnóstico e avaliação de impactos ambientais, previstas na Cláusula 181 do TTAC, envolvem as seguintes etapas: i) compilação de dados secundários socioambientais e socioeconômicos, ii) documento do estado das UCs, iii) oficina de diagnóstico, iv) expedições de campo e v) oficina de avaliação com elaboração de proposta de reparação. As ações seguem com atrasos diante da previsão informada pela Fundação Renova na 24ª Reunião Ordinária da CT-BIO de que a avaliação das UCs Continentais seria finalizada em julho/2018 e das UCs Costeiras em agosto/2018. O prazo inicialmente estabelecido no TTAC para conclusão dos estudos e implementação das ações de reparação era julho de 2017. As ações do programa estão em desacordo com ambos os prazos.

No que se refere à Cláusula 182, segundo reunião do GT-Pesca realizada em 31/10/2018, a audiência pública para criação da Área de Proteção Ambiental na Foz do Rio Doce era prevista para o dia 20/11/2018. No período não houveram indicativos de avanços em relação às demais ações elencadas na Cláusula 182 do TTAC, como a apresentação dos Planos de Trabalho para a consolidação de cada Unidade de Conservação. O Plano de Trabalho do Parque Estadual do Rio Doce continua em etapa de revisão pelo IEF e Fundação Renova, mantendo-se os atrasos observados desde outubro de 2016. No dia 12/12/2018 a Fundação Renova realizou visita ao Parque Estadual do Rio Doce para avaliação da necessidade de reformas. O relatório que inclui os resultados da vistoria está sendo finalizado pela equipe de engenharia da Fundação Renova.

No período de janeiro a fevereiro/2019, o cronograma de trabalho das atividades de diagnóstico das UCs Continentais e Costeiras 1, que será realizado pela Consultoria CP+, foi enviado e está em avaliação pela Fundação Renova.

No que concerne a Cláusula 182 do TTAC, na 31ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF foi apresentada a atualização do Plano de Trabalho para Consolidação do Parque Estadual do Rio Doce. Para a REVIS de Santa Cruz foi assinado acordo de cooperação entre ICMBIO e Fundação Renova em dezembro/2018 para consolidação da UC, sendo as prioridades a equipe, a sede e o Plano de Manejo, para buscar pontos focais junto ao ICMBio. Ainda no período, teve início a construção do planejamento executivo de desenvolvimento do Plano de Trabalho e o planejamento para contratação da equipe. Os Termos de Referência serão elaborados pelo ICMBio, contendo o detalhamento das ações previstas no Plano de Trabalho.

Quanto à medida de criação da UC na Foz do Rio Doce, no período foi realizada reunião com camaroneiros para que a UC contemple seu local de pesca. De acordo com informações apresentadas na 30ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF, os próximos passos incluem uma reunião com o estado do Espírito Santo, reunião com os camaroneiros e finalmente uma audiência pública. Pretende-se estabelecer a sede da UC em uma antiga estrutura da Petrobrás, com os objetivos de implementar o turismo e aqüicultura aliados à conservação.

No período de fevereiro a março/2019, o Instituto EKOS Brasil e a Fundação Renova realizaram, nos dias 06 e 07/02/2019, uma Oficina de Diagnóstico das seis Unidades de Conservação Continentais em avaliação pelo Instituto (Figura 2). Um dos principais pontos levantados pelos participantes da Oficina, que incluem gestores das UCs, ICMBio, representantes de Prefeitura, pescadores, entre outros, foi a curta duração do evento em relação a quantidade de informações e aspectos a serem discutidos e que podem contribuir para o diagnóstico das UCs, além da celeridade nas expedições de campo e no processo de diagnóstico em si¹²¹.

A Oficina foi baseada nos relatórios de diagnóstico de Linha de Base¹²² elaborados pelo Instituto EKOS Brasil para as 6 UCs apresentadas na Figura 2.39-01. Cabe ressaltar que os relatórios de diagnóstico das UCs apresentados em janeiro/2019 não incluem, por exemplo, os dados de monitoramento de fauna das campanhas realizadas pela Bicho do Mato. A ausência dessas informações no diagnóstico das UCs reitera a necessidade de integração das informações geradas pelas empresas contratadas pela Fundação Renova, comprometendo a qualidade e abrangência da avaliação de impactos em andamento.

Após a oficina de diagnóstico, o Instituto EKOS realizou uma expedição de campo e, a partir das informações obtidas em campo, será construído um novo documento com a avaliação de impactos. Importante destacar que na 31ª Reunião Ordinária da CT-BIO/CIF, o IEMA informou que a avaliação deve trazer de forma clara o que é impacto potencial e o que é impacto identificado. Desta forma, até a realização do presente relatório, foi realizado o diagnóstico a partir de dados secundários de apenas 15% das UCs abrangidas pelo programa.

Figura 2.39-07. Oficina de Diagnóstico das UCs Continentais 2, realizada pelo Instituto EKOS Brasil nos dias 06 e 07/02/2019, em Governador Valadares – MG.



- o Em apresentação realizada pela Fundação Renova na 33ª Reunião Ordinária do CIF, em 17/12/2018, foi anunciado um orçamento previsto para o PG039 em 2019 de R\$ 8,6 milhões. Contudo, em virtude do documento apresentado não incluir o detalhamento dos recursos destinados a cada Programa do TTAC, um novo orçamento deverá ser apresentado pela Fundação Renova, conforme Deliberação CIF nº 253, de 18/12/2018.
- o A linha de base elaborada pelo Institutos Lactec e apresentada no Relatório de Linha-Base: Volume II – Meio Biótico e Bens Arqueológicos e Culturais (Institutos Lactec, 2017) identificou 59 UCs afetadas pelo rompimento da barragem (36 terrestres e 23 costeiras/marinhas), em uma distância de até 10 km da margem do Rio Doce para as UCs continentais, contudo, o Programa da Fundação Renova contempla apenas 40 UCs, ou seja 68% do total.
- o Foram estabelecidos 7 indicadores para acompanhamento das ações do Programa, listados a seguir: i) quantidade de diagnósticos em UCs compromissados x realizados, ii) aderência da avaliação de impactos nas UCs ao Plano de Trabalho, iii) quantidade e qualidade das ações de reparação executadas x diagnosticadas, iv) custeio das ações estabelecidas para consolidação do Parque Estadual do Rio Doce e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, v) publicação do decreto de criação da APA na foz do Rio Doce, vi) contratação e elaboração do Plano de Manejo de acordo com o Termo de Referência e, vii) implementação do Plano de Manejo (ações + construção da sede). Até o momento, foi observado progresso apenas no indicador de diagnóstico

¹²¹ Ata de Reunião – Oficina de Diagnóstico das Unidades de Conservação Continentais 2, realizada nos dias 06 e 07/02/2019.

¹²² Identificação e proposição de medidas reparatórias para eventuais impactos decorrentes do rompimento da barragem de fundão nas Unidades de Conservação – Pacote 2. Diagnóstico de Linha de Base – Medição 3. Janeiro/2019.

nas UCs Continentais 2. Cabe ressaltar que o diagnóstico ainda não foi finalizado para estas Unidades de Conservação e será consolidado apenas após a realização da oficina de avaliação com elaboração de proposta de reparação.

Observações

Apesar dos diagnósticos e avaliação de impactos terem sido iniciados em 6 UCs Continentais, o cronograma permanece em atraso, principalmente para as UCs costeiras, sendo realizado, até o momento, o estudo de impactos ambientais a partir de dados secundários de apenas 15% das UCs incluídas no Programa. Esse atraso provoca consequências cumulativas nos objetivos do Programa, tendo em vista que os dados gerados ainda serão submetidos à uma etapa de validação e avaliação pelos atores envolvidos. Neste sentido, as medidas reparatórias são deslocadas temporalmente de seu objetivo inicial. Portanto, é possível concluir que o programa não atende ao escopo apresentado. Além disso, há grande preocupação pelo fato de o diagnóstico realizado basear-se em dados secundários, não sendo gerados dados primários em função do prazo, além da celeridade do processo de diagnóstico, o que compromete a qualidade da avaliação, intensifica os desafios e expõe a avaliação aos riscos metodológicos e de integração das informações geradas até o momento.

No período que contempla esta avaliação, os avanços verificados em relação à consolidação do Parque Estadual do Rio Doce e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz e a criação da Área de Proteção Ambiental na Foz do Rio Doce são ainda incipientes, permanecendo o atraso diante das atividades planejadas que não foram executadas em conformidade com o cronograma apresentado.

2.40 PG040 – Programa de Fomento ao CAR e PRA

Este programa está sendo tratado em conjunto com o PG017 – Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias no contexto do desenvolvimento rural sustentável.

2.41 PG041 – Programa de Gerenciamento dos Programas Socioambientais

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

No período monitorado, a Fundação Renova informa que a estrutura de PMO – Project Management Project da Fundação vem desenvolvendo os trabalhos de Gestão de Portfólio, Programas e Projetos com foco em Integração, visando promover ritmo às atividades desenvolvidas nos programas, realizando a análise crítica das informações e divulgando resultados analisados e consistentes para apoio à decisão da Fundação Renova (âmbito interno e externo).

Quanto à Gestão das Interfaces, continuam sendo realizadas entrevistas com lideranças e equipes técnicas para identificação e validação de conexões entre os programas. Havia sido consideradas 732 em novembro/dezembro; foram revisitadas e reduzidas a 480 interfaces/ interações. Até janeiro/2019, em reunião com o setor, a Fundação Renova informou ter confirmadas 281 interfaces e 149 delas já tinham sido incorporadas no cronograma do Masterplan, quando 16 programas e 11 áreas de apoio concatenaram as atividades dentro de uma lógica de retroalimentação e sequencia em cadeia de efeitos mútuos aos programas. Este trabalho ainda está em andamento com o apoio da equipe de especialistas e consultores do Instituto Águila e da Alvarez & Marsal.

No período monitorado, a gerência de PMO tem também “foco no desenvolvimento do banco de dados e na implantação de ferramentas para disponibilização de informações para a Fundação Renova e público externo, através de relatórios e da implantação de um processo robusto de inteligência de negócios”.¹²³

O relatório CIF034_RELATORIO_CIF_Dezembro_18.pdf informa que durante 2018 foram emitidas 106 deliberações pelo CIF, representando 95 ações a serem executadas pela Fundação Renova, sendo que 78 foram atendidas. Com relação aos programas, dezembro/2018 terminou com cinco programas com a definição aprovada pelo sistema CIF e 7 com aprovação parcial. Em planilha específica enviada pela Fundação Renova, **até fevereiro/2019, 03 (três) programas socioambientais obtiveram aprovação integral e 04 (três) tem aprovação parcial**¹²⁴. O programa 37 foi considerado encerrado em 30/11/2018 pela Fundação Renova baseado na Deliberação CIF 243.

Considera-se que, no quesito análise crítica da gestão dos cronogramas e orçamentos dos programas, o avanço ficou estagnado em 25%. Na revisão de 281 interfaces efetivas, o alcance retrocedeu a 53% daquelas que foram incorporadas de fato no cronograma. No sistema de informação interna e externa, a evolução ficou mantida em 50%.

Observações

- A não aprovação integral dos programas compromete o planejamento e suas respectivas análises de riscos como um todo. Sem que as versões dos programas estejam validadas no sistema de governança, a gestão fica parcial e precária dada a ampla complexidade e a redução de possibilidade de planejamento estruturado de cada programa.
- Dos 39 programas, em 16 abordados, foram remapeadas aproximadamente 500 interfaces e interações entre os mesmos, contudo, a comunicação integrada dessas interfaces do ponto de vista processual de efetivação de atividades no território está muito incipiente entre os programas.
- Em reunião com a equipe PMO da Fundação Renova a dificuldade em realizar o mapeamento, a validação e a integração de cronogramas das interfaces no trabalho interno tem sido considerado um desafio, impedindo que o *masterplan* avance com um planejamento mais consistente considerados também os riscos programáticos. O PG008 foi considerado o que mais se aproxima do melhor planejamento com interfaces e riscos definidos.
- Um avanço ainda sem efeito prático aos programas, mas que se espera frutos no aperfeiçoamento dos mesmos será o resultado de uma equipe montada a partir de janeiro/19 pelo setor de PMO que está rastreando as principais questões colhidas pelos Canais de Relacionamento do PG006 para conduzir melhorias internas na gestão.

¹²³ Fundação Renova: CIF033_RELATORIO_CIF_NOVEMBRO_18.pdf pg. 178, confirmada a continuidade nos documentos: CIF034_RELATORIO_CIF_Dezembro_18.pdf pg. 239 e CIF035_RELATORIO_CIF_Janeiro_19.pdf pg. 192.

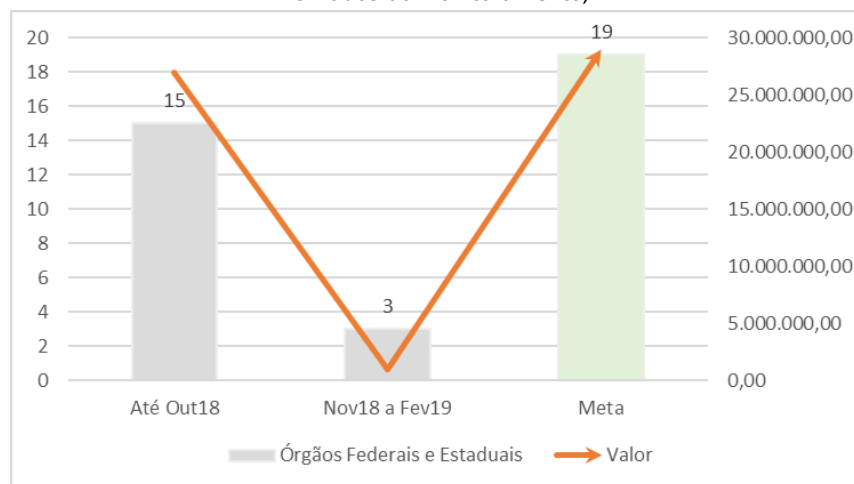
¹²⁴ Fundação Renova: GOV 1976 - Status dos programas - quais encontram-se aprovados, não aprovados e parcialmente aprovados

2.42 PG042 – Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários

Consolidação dos resultados do monitoramento no período de dezembro/2018 a março/2019

No quadrimestre, **evoluiu de 15 órgãos ressarcidos até outubro/2018 para 18 órgãos federais e estaduais ressarcidos**. O valor total dos ressarcimentos para esta categoria, **no quadrimestre monitorado, saltou de R\$ 26.959.322,74 para R\$ 27.909.532,00**. Dos órgãos estaduais e federais ressarcidos resta ainda o ressarcimento ao Ministério da Integração Regional (previsto R\$ 1.057.427,77), que optou por receber em equipamentos e em janeiro/2019 foi reajustada a meta de cumprimento da quitação para março/2019. A meta final são 19 órgãos federais e estaduais e o valor previsto de R\$ 28.966.954,77 (Figura 2.42-01).

Figura 2.42-01: Evolução dos valores e números de órgãos federais e estaduais ressarcidos pela Fundação Renova. Fonte: Renova e Dados do Monitoramento,



Quanto **ao ressarcimento aos municípios**, a Fundação Renova estimou em **R\$ 54.500.000,00** o valor total a ser pago às prefeituras. Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2018, quando 13 (treze) municípios receberam os valores acordados. Até fevereiro deste ano **19 (dezenove)** municípios tinham sido ressarcidos, conforme consta no ofício OFI.NII.012019.5291 da Fundação Renova, totalizando **R\$ 13.882.652,12** repassados aos municípios, o que representa **25,47%** dos valores previstos pela Fundação Renova para o setor público municipal no programa.

No período monitorado, os municípios de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Barra Longa ingressaram com Ação Civil Pública na 2ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova (processo nº 5001772-35.2018.8.13.0521) contra a Fundação Renova para recebimento dos gastos extraordinários sem a assinatura do Termo de Quitação proposto pela Fundação Renova e também reprovado pelo CIF. Na audiência ocorrida em 13/02/2019, as partes não chegaram a um acordo e a Fundação Renova insistiu na aplicação do Termo de Quitação rejeitado pelo CIF. Em decisão liminar proferida após a audiência de conciliação, a justiça determinou o bloqueio de R\$ 7.621.728,54 da Fundação Renova para o pagamento aos municípios. Em contato da Ramboll com a prefeitura de Rio Doce, foi informado pelo Secretário de Governo que, após o bloqueio judicial, a Fundação Renova concordou em estabelecer um acordo com os municípios para o pagamento dos valores devidos.

Em visita de campo realizada entre os dias 19/02/2019 e 21/02/2019, a Ramboll entrevistou o prefeito de Ponte Nova/MG, município atingido, situado na área de abrangência ambiental, uma vez que a comunidade de Chopotó foi atingida pela lama de rejeitos, mas que ainda o mesmo não foi reconhecido e incluído nos programas da Fundação Renova. Na ocasião, o prefeito relatou que a demora na inclusão do município entre os atingidos tem impedido e/ou dificultado a cobrança do ressarcimento pelas perdas econômicas (produção leiteira e suinocultura, por exemplo). Tal situação também fez com que o município não fosse incluído no modelo de ressarcimento aprovado pelo CIF (Nota Técnica CT-EI nº 62/2018 e Deliberação CIF nº 208).

Através do ofício OFI.NII 0322019.5580, com o reporte mensal do PG042, referente ao mês de fevereiro/2019, é informado que não houve nenhuma alteração com relação ao mês de janeiro/2019, ou seja, nenhum ressarcimento foi efetuado pela Fundação Renova. Ressalta-se que a Fundação Renova, no Relatório Executivo dos Programas de janeiro/2019, informa previsão de encerramento do PG042 para abril/2019.

O quadro abaixo mostra a evolução dos pagamentos aos municípios:

Tabela 2.42-01

MUNICIPIO_IBGE	UF	STATUS_NOV2018	STATUS_DEZ2018	STATUS_JAN2019
AIMORÉS	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	PARCIALMENTE ATENDIDO
ALPERCATA	MG	NÃO ATENDIDO	R\$630.115,33	
ARACRUZ	ES	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
BAIXO GUANDU	ES	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
BARRA LONGA	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
BELO ORIENTE	MG	R\$2.540.576,18		
BUGRE	MG	R\$630.115,33		
CARATINGA	MG	NÃO ATENDIDO		
COLATINA	ES	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
CONSELHEIRO PENA	MG	R\$630.115,33		
CÓRREGO NOVO	MG	R\$630.115,33		
DIONÍSIO	MG	NÃO ATENDIDO	R\$630.115,33	
FERNANDES TOURINHO	MG	R\$630.115,33		
GOVERNADOR VALADARES	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
IAPU	MG	R\$630.115,33		
IPABA	MG	R\$630.115,33		
IPATINGA	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
ITUETA	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	PARCIALMENTE ATENDIDO
LINHARES	ES	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
MARIANA	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
MARILÂNDIA	ES	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
MARLIÉRIA	MG	R\$630.115,33		
NAQUE	MG	R\$630.115,33		
PERIQUITO	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
PINGO-D'ÁGUA	MG	R\$630.115,33		
RAUL SOARES	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
RESPLENDOR	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
RIO CASCA	MG	NÃO ATENDIDO	R\$630.115,33	
RIO DOCE	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
SANTANA DO PARAÍSO	MG	R\$630.115,33		
SÃO DOMINGOS DO PRATA	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
SÃO JOSÉ DO GOIABAL	MG	R\$630.115,33		
SÃO PEDRO DOS FERROS	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
SEM-PEIXE	MG	R\$630.115,33		
SOBRÁLIA	MG	NÃO ATENDIDO	R\$630.115,33	
TIMÓTEO	MG	NÃO ATENDIDO	R\$630.115,33	
TUMIRITINGA	MG	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	NÃO ATENDIDO

- Parcialmente atendido significa que a Fundação Renova relatou que o termo de quitação foi aceito e assinado pela respectiva prefeitura, abrindo o caminho para efetivação do ressarcimento.

Observações

O protelamento dos pagamentos dos ressarcimentos programados para as prefeituras, desrespeitando cronograma delineado e validado pela CT-EI e CIF (Deliberação CIF nº 208 de 28/09/2018), tem gerado mais conflitos entre os municípios atingidos e a Fundação Renova, pelo termo de quitação proposto.

Além disso, Santa Cruz de Escalvado, Rio Doce e Barra Longa judicializaram a questão, dificultando a implementação de outros programas que dependem do poder público local e o monitoramento concreto e específico do cumprimento do TTAC, Cláusulas 141 a 143.

A elevação do nível de tensão no território e consequentes conflitos tem se avolumado inclusive no âmbito da relação com as administrações municipais, que podem comprometer a execução de outros programas uma vez que as ações

da Fundação Renova em muitos dos casos devem ser integradas com as políticas públicas em desenvolvimento nos municípios.

3. ANÁLISE DE RISCOS PROGRAMÁTICOS – PLANEJAMENTO DO REASSENTAMENTO DE BENTO RODRIGUES

De modo complementar ao monitoramento executado para o programa PG008 – Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, item 2.8 deste relatório, a Ramboll iniciou a aplicação de técnicas de análise de riscos programáticos com os seguintes objetivos:

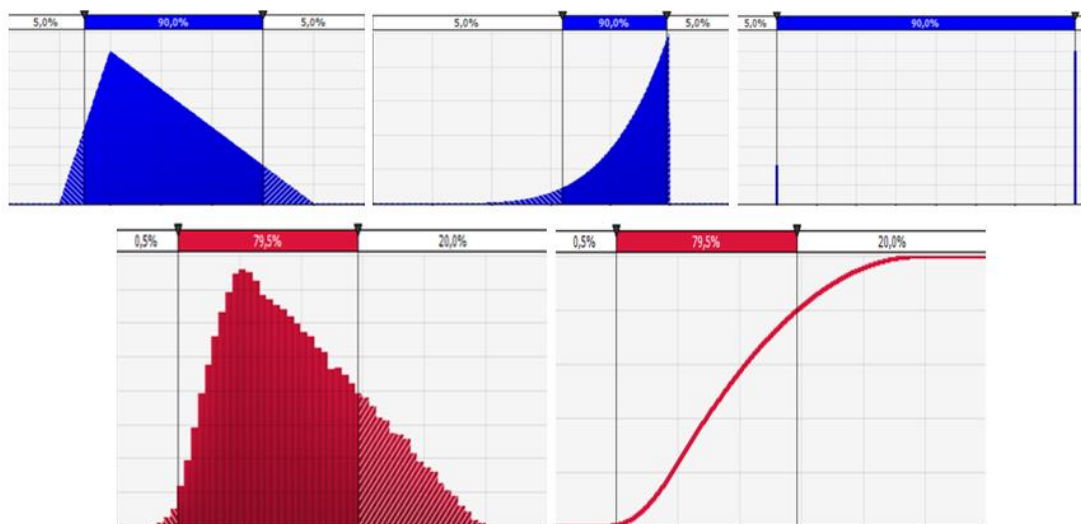
- verificar a probabilidade de que as datas planejadas para conclusão dos reassentamentos sejam efetivamente alcançadas; e
- auxiliar, com base em informações técnicas fundamentadas, nos processos de tomada de decisão, visando que as ações decorrentes destas decisões sejam as mais adequadas para que os objetivos sejam alcançados.

Em função de sua dimensão (a qual prevê o reassentamento de 255 famílias), criticidade, status de desenvolvimento e existência de um cronograma mais estruturado, optou-se por iniciar as análises pelo reassentamento de Bento Rodrigues, o qual encontra-se com obras em curso na área da antiga Fazenda Lavoura. É importante destacar que um dos fatores que suportou na priorização da aplicação da análise para o reassentamento de Bento Rodrigues é o fato de a Fundação Renova ter aplicado prática semelhante em suporte à definição do cronograma de obras deste reassentamento.

A análise de risco programáticos baseia-se na metodologia de análise quantitativa de riscos por simulação de *Monte Carlo*. Este método permite identificar a probabilidade de sucesso de um determinado objetivo, sendo, neste caso, a probabilidade de que o cronograma proposto para a execução do projeto de reassentamento de Bento Rodrigues seja alcançado, bem como de priorizar, com base em critérios matemáticos, os riscos que causam os maiores impactos a este objetivo.

De posse destas informações, a equipe de gestão dos programas pode priorizar os principais riscos, definir estratégias e adequar o direcionamento dos programas, no caso em que se vislumbre que a orientação atual não direcionará ao cumprimento das metas estabelecidas.

Figura 3.1: Simulação de Monte Carlo – Exemplo de curvas de entrada de dados (azul) e de resultados simulados (vermelho).



A execução da análise encontra-se em curso, sendo prevista sua conclusão ainda ao longo do mês de março de 2019. Após concluída, a análise permitirá indicar se o planejamento possui ameaças que podem fazer com que os prazos indicados não sejam cumpridos bem como de eventuais oportunidades de antecipação das entregas.

3.1 Metodologia adotada

A aplicação da análise vem se dando considerando as seguintes etapas:

1. Análise documental: com base no entendimento de aspectos que podem influenciar no prazo de execução do reassentamento de Bento Rodrigues, a Ramboll solicitou à Fundação Renova uma série de documentos relativos às diferentes etapas e processos que compõem este reassentamento. Dentre as documentações solicitadas, cita-se: cronograma de obras, processos de licenciamento ambiental, status de discussões com a comissão de atingidos e/ou assessoria técnica, histograma de equipamentos, etc;
2. Discussões com equipe interna: durante e após a análise das documentações, foram realizadas reuniões entre membros da Ramboll envolvidos no monitoramento do PG008 e profissionais com conhecimento em planejamento, acompanhamento de obras e execução de análise de riscos;
3. Reuniões entre equipes Ramboll e Fundação Renova: a partir do entendimento das documentações disponibilizadas e de discussões internas, a Ramboll conduziu duas reuniões junto à Fundação Renova para discutir aspectos do processo de reassentamento de Bento Rodrigues. A primeira, realizada em dezembro/2018, teve como objetivo conhecer o entendimento das equipes da Fundação envolvidas no processo de reassentamento de Bento Rodrigues com relação às atividades que vinham sendo executadas e/ou que se encontravam planejadas; era objetivo, ainda, realizar uma identificação preliminar de riscos à partir das discussões que surgiriam. Já a segunda reunião, realizada em fevereiro/2019, foi direcionada à discussão dos riscos preliminarmente identificados pela Ramboll e/ou pela Fundação Renova; é importante destacar que, uma vez que já haviam trabalhos de análise de riscos realizados pela Fundação para o reassentamento de Bento Rodrigues, os riscos identificados foram considerados, analisados pela Ramboll e discutidos juntamente com as equipes da Fundação; durante esta reunião, foi realizada também uma discussão aprofundada do cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues, a partir da qual os riscos que poderiam afetar o cronograma foram quantificados em relação ao seu potencial de atraso em diferentes atividades;
4. Complementação da quantificação de riscos: novas reuniões internas à Ramboll foram executadas buscando quantificar o impacto dos riscos que, por terem menor potencial de impacto, não foram priorizados para discussão junto à Fundação Renova. Esta quantificação e a escolha das atividades que poderiam ser impactadas foram realizadas por meio de análise de documentos e de análises comparativas às estimativas de impacto adotadas pela Fundação Renova (quando da sua realização da análise quantitativa de riscos do projeto da Nova Bento); e
5. Modelagem, simulação de riscos e análise de resultados: consiste na criação de modelos computacionais que permitem simular o impacto dos mais variados riscos ao cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues e na análise dos resultados da simulação; para lidar com situações complexas, onde fatores podem se correlacionar indiretamente, ou onde há um grande volume de dados e atividades sujeitos a riscos, a criação de modelos computacionais é o que melhor embasa a análise e avaliação de riscos, contribuindo para um melhor suporte à tomada de decisão. Esta é a etapa que ainda encontra-se em curso e está sendo desenvolvida com base nos riscos identificados e quantificados, os quais estão sendo simulados na versão atualizada do cronograma do reassentamento (última versão disponibilizada pela Fundação Renova, datada de fevereiro de 2019). Após concluída a etapa de análise quantitativa de riscos, será realizada nova análise comparativa àquela executada/atualizada pela Fundação Renova.

3.2 Análise do cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues

Com base no cronograma disponibilizado pela Fundação Renova, foi realizada uma análise crítica, buscando identificar: quais atividades (i) estariam no caminho crítico do planejamento; ou (ii) que, apesar de não encontrarem-se no caminho crítico, tenham alta probabilidade de virem a integrá-lo em função dos riscos aos quais este planejamento encontra-se sujeito.

O entendimento da Ramboll é que, conforme cenário atual dos processos que envolvem o reassentamento de Bento Rodrigues, seria esperado que duas variáveis-chave estivessem destacadas no caminho crítico do cronograma. São elas:

- a adesão das famílias atingidas ao reassentamento; e
- a emissão do Alvará de Construção, pela Prefeitura Municipal de Mariana (PMM), para início das obras das casas.

É importante que se destaque o fato de que, de acordo com os processos estabelecidos junto ao Grupo de Trabalho Local Interdisciplinar de Reparação do Direito à Moradia (GT-Moradia), instituído no âmbito da Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6, a adesão das famílias ao reassentamento coletivo, formalizada por meio da assinatura do “Termo de Adesão ao Reassentamento Coletivo”, só é realizada após a emissão do Alvará de Construção das casas.

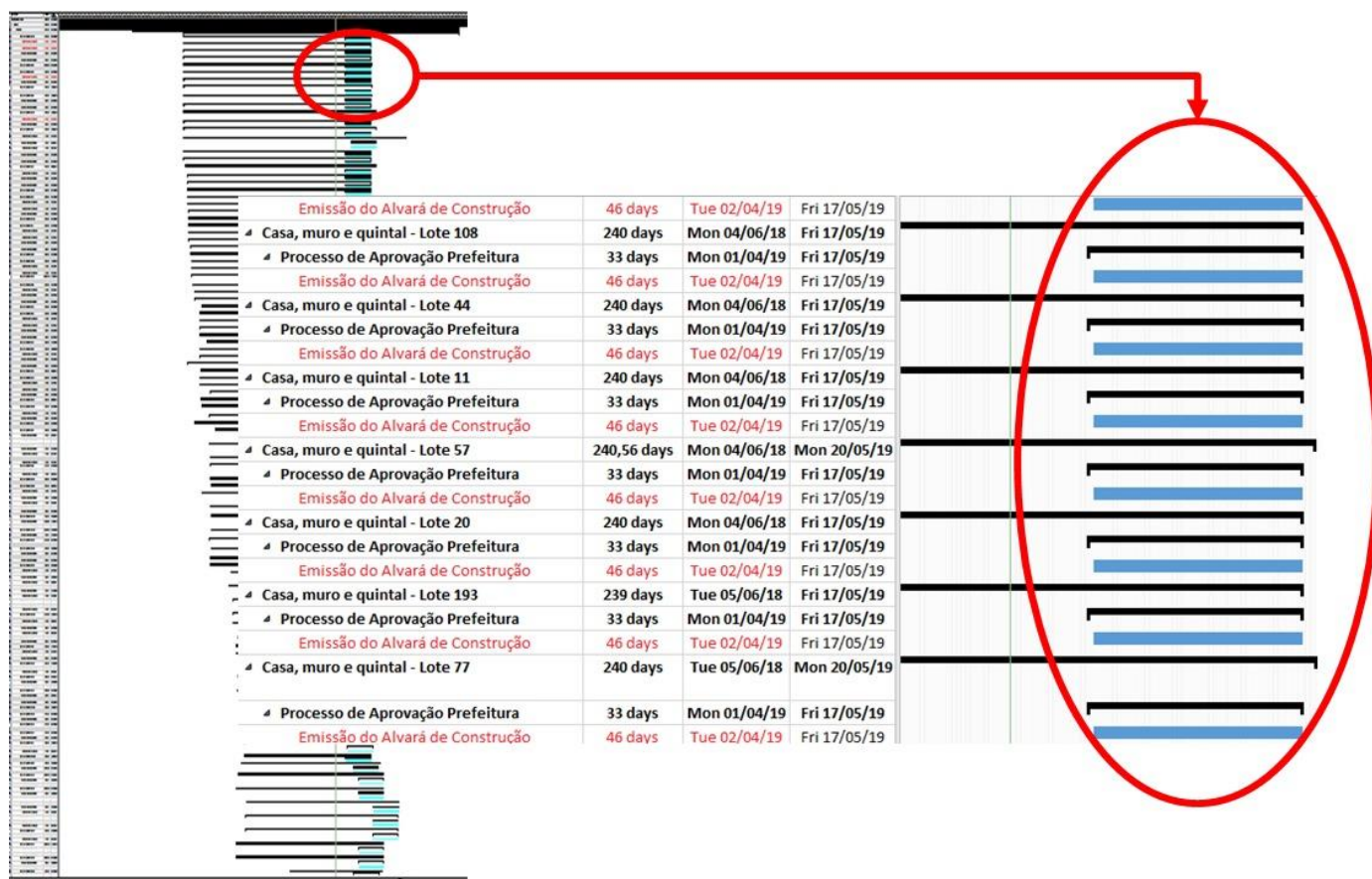
Reforçando o entendimento de que tais atividades são críticas, destaca-se a declaração do Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Mariana, Fábio Vieira, o qual, durante a 30ª Reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura – CT-INFRA, em 18/02/2019, alertou para o risco de que, em se considerando a equipe técnica atual da Prefeitura, responsável pela análise de projetos, a emissão dos Alvarás de Construção das casas pode demorar até 36 meses. Tal aspecto foi rediscutido no último dia 13/03/2019, durante reunião do GT-Moradia, contudo sem que alguma solução fosse concensada entre as partes.

Apesar do acima destacado, quando realizada a verificação dos caminhos críticos listados pela Fundação Renova, constata-se que nenhuma das duas atividades faz parte do caminho crítico. Entende-se que o nível de abertura das atividades do projeto conceitual das residências busca fazer face ao processo que leva à adesão das famílias, mas não considera, ainda, a assinatura do “Termo de adesão” (termo de autorização para o início da construção da casa) – que ocorre apenas após as famílias tomarem conhecimento e aprovarem as modificações de projeto solicitadas pela Prefeitura.

Fatores agravantes que podem ser identificados na análise do cronograma (demonstrados na imagem abaixo) como indutores de riscos são:

- a adoção de uma estimativa de duração de 46 dias para a emissão do alvará de construção, pela PMM, quando, casos semelhantes alcançam facilmente 90 dias de duração;
- a existência de um nível muito acentuado de paralelismo nas atividades de emissão do Alvará de Construção;
- a duração e proximidade do período previsto no cronograma para obtenção dos alvarás, sendo de apenas 5 meses, concentrados entre abril e agosto de 2019.

Figura 3.2: Cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues – Alto nível de paralelismo entre atividades de emissão do Alvará de Construção das casas. À esquerda, quantitativo de atividades. À direita, imagem ampliada de trecho do cronograma.



É provável que a não resolução das questões de restrição de mão-de-obra da Secretaria de Obras de Mariana comece, em um curtíssimo prazo, a impactar o planejamento, conforme hoje estabelecido.

3.3 Exemplos de riscos quantificados com grande potencial de impacto ao cronograma

3.3.1 Risco –“A-08-075” – Baixa capacidade de aprovação dos projetos das casas pela Prefeitura Municipal de Mariana (PMM)/atraso na mobilização de profissionais

Conforme discutido acima, no item 3.2, a restrição em relação à mão de obra da equipe técnica atualmente disponível na prefeitura (responsável pela análise de projetos e emissão dos alvarás de construção das casas) pode implicar numa duração total de até 36 meses para esta atividade. Os agravantes constantes da estruturação do planejamento, anteriormente destacados, potencializam que os impactos comecem a ser percebidos no curto prazo.

Abaixo são apresentadas as estimativas de atraso (vinculação ao cronograma pela Ramboll – atividades de emissão do alvará de construção das casas).

Figura 3.3: Estimativa de atraso, em dias – Em vermelho, estimativa original Fundação Renova; em azul, estimativa Ramboll discutida junto à Fundação Renova. Considera atraso de 90 dias, vinculado às atividades de emissão dos Alvarás de Construção (exceto aquela que ocorre mais tardiamente).

A-08-075 / Atraso na mobilização de profissionais para aprovação dos projetos pela P...

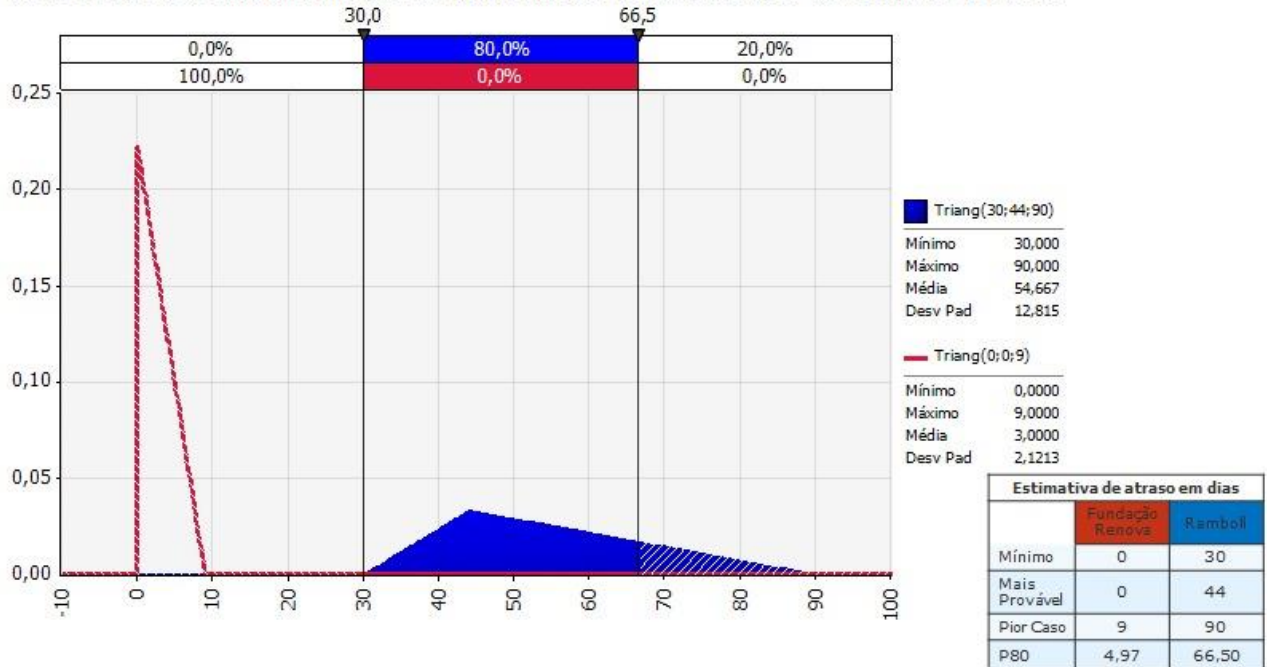
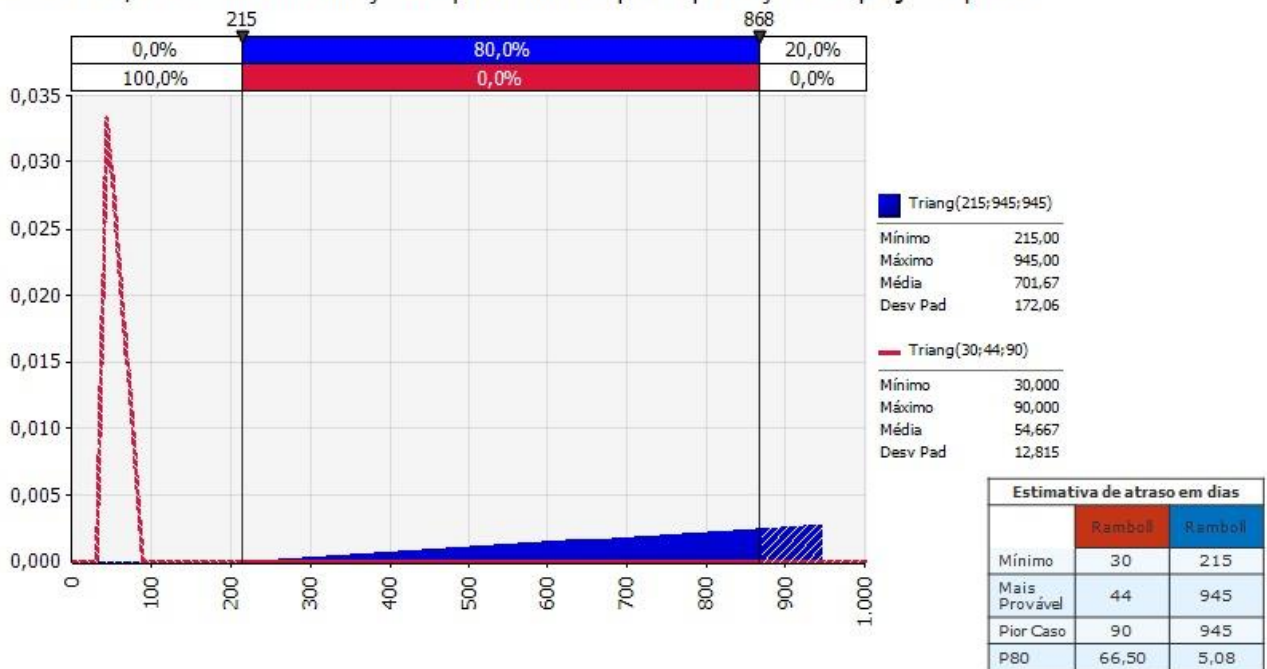


Figura 3.4: Estimativa de atraso, em dias – Em vermelho, estimativa Ramboll discutida junto à Fundação Renova (acima destacada); em azul, estimativa Ramboll implementada após análise detalhada do cronograma. Considera, em função da forma como o cronograma está estruturado (paralelismo), a duração de 31 meses adicionais (vinculada somente à emissão do Alvará de Construção que ocorre mais tardiamente).

A-08-075 / Atraso na mobilização de profissionais para aprovação dos projetos pela P...

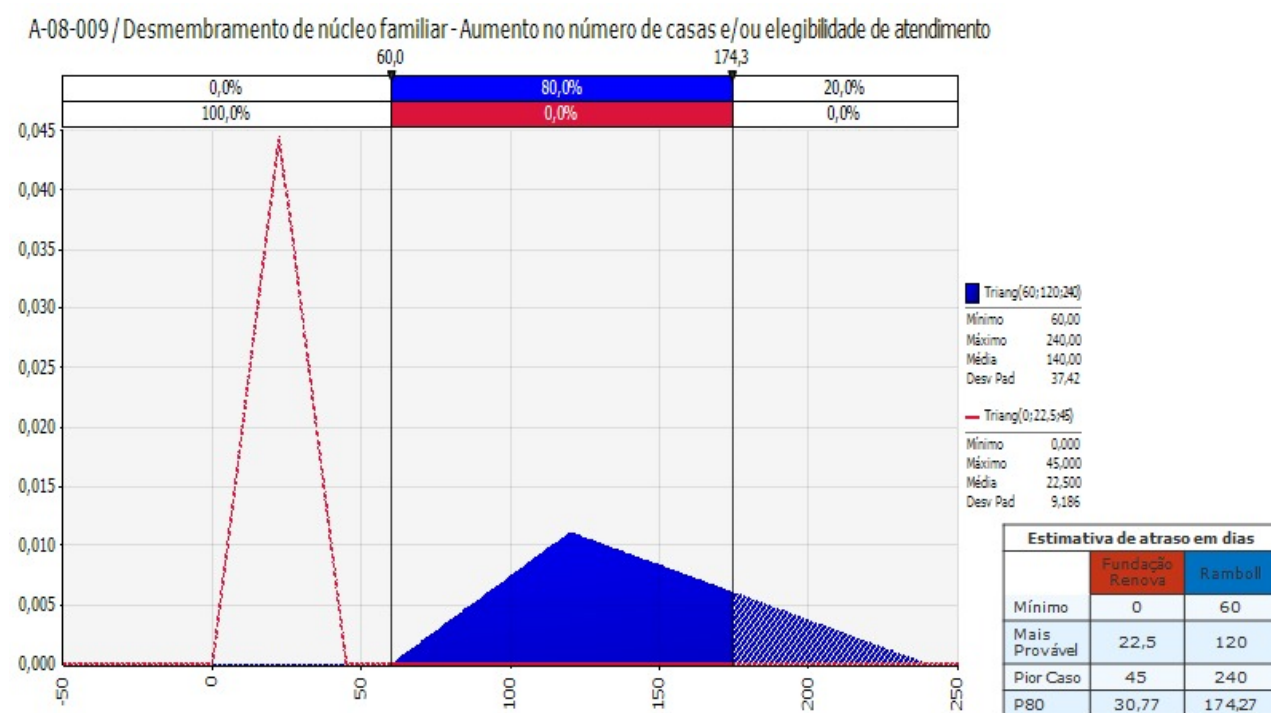


3.3.2 Risco – “A-08-009” – Desmembramento do núcleo familiar, levando ao aumento no número de casas e/ou elegibilidade de atendimento

Devido à diretriz de atendimento ao desmembramento do núcleo familiar, já começa a haver um número significativo de famílias que pleiteiam pelo atendimento neste molde. Conforme contabilização discutida em reuniões do GT-Moradia, há 57 famílias que solicitaram o desmembramento. Como fator que potencializa este risco pode ser destacado o fato de ainda não haver consenso no GT-Moradia sobre qual seria a data limite a ser considerada para interrupção da aplicação do desmembramento do núcleo familiar.

Abaixo são apresentadas as estimativas de atraso (vinculação ao cronograma pela Ramboll – atividades de “Infra”, “Super” e “Acabamento das casas”, em ao menos 25% do número total de casas).

Figura 3.5: Estimativa de atraso, em dias – Em vermelho, estimativa original Fundação Renova; em azul, estimativa Ramboll discutida junto à Fundação Renova.

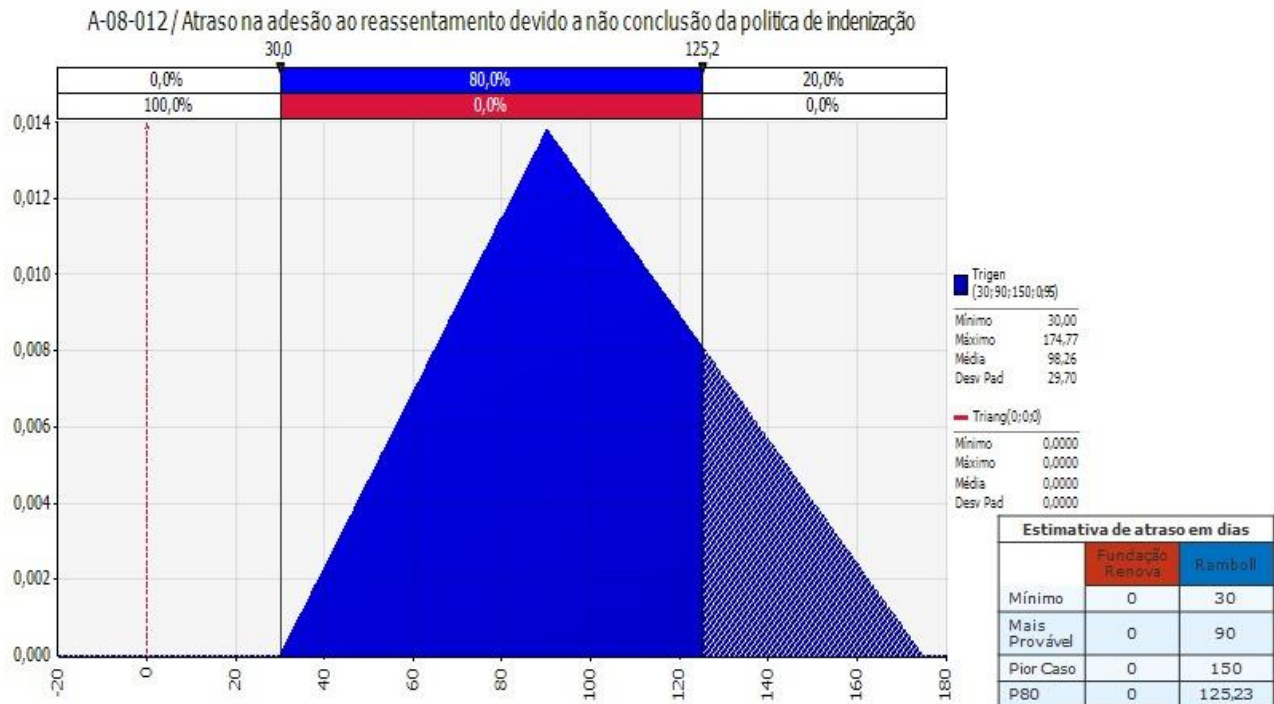


3.3.3 Risco – “A-08-012” – Atingidos não quererem aderir ao reassentamento de Bento Rodrigues sem antes ter a política de indenização definida/atraso na adesão ao reassentamento

Um dos aspectos considerados crítico na atuação da Fundação Renova e que persiste até a presente data é a baixa integração existente entre seus diferentes programas, o que fica demonstrado pelo fato de o “diálogo” entre programas/atingidos ser realizado de maneira fragmentada. Para que o processo de reassentamento possa transcorrer de modo adequado, aspectos de compensação das perdas, sejam elas materiais ou imateriais, deveriam ser discutidos e pactuados juntamente à população atingida, fato reforçado como boa prática pelo IFC (*International Finance Corporation*) e pelo Banco Mundial. Como as questões de compensação tendem a ser tratadas pelo Programa de Indenização Mediada (PIM) e ainda não há uma data claramente prevista para que os aspectos de compensação sejam equacionados, entende-se haver um potencial de atraso significativo à adesão ao reassentamento, com consequente atraso na sequência e conclusão de obras (houve, em novembro/2018, paralização das visitas em função da indefinição das indenizações). A possibilidade de ocorrência de atrasos é potencializada pelo fato de o cadastro realizado pela assessoria técnica Cáritas ainda não se encontrar concluído.

A seguir, são apresentadas as estimativas de atraso (vinculação ao cronograma pela Ramboll – atividades de adesão ao reassentamento de Bento Rodrigues).

Figura 3.6: Estimativa de atraso, em dias – Em vermelho, estimativa original Fundação Renova; em azul, estimativa Ramboll discutida junto à Fundação Renova.



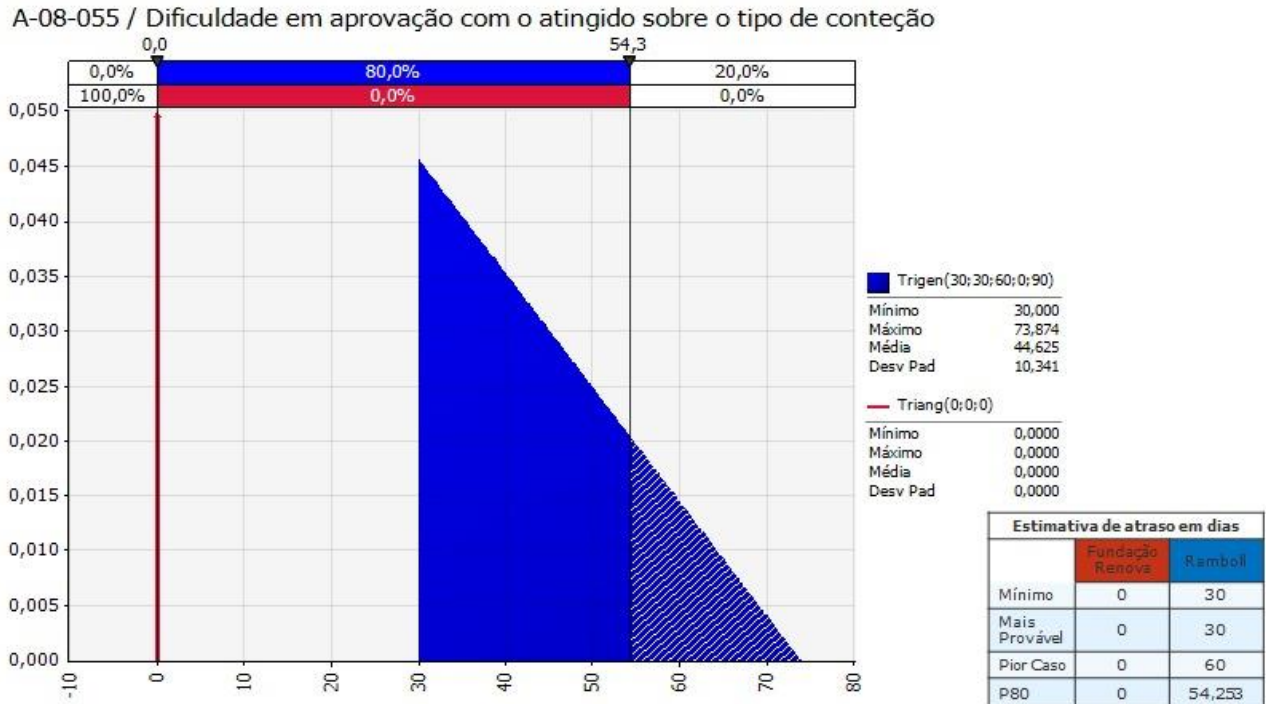
3.3.4 Risco – “A-08-055” – Dificuldade de aprovação com o atingido do tipo de contenção de encostas

O processo de seleção da gleba da Fazenda Lavoura levou à escolha de terreno localizado em área com alto grau de declividade. As adequações topográficas em curso, por meio de corte e aterro de solo, realizarão a adequação da área de modo a permitir a construção de casas. Entretanto, entende-se que, para tanto, será necessária a construção de um número elevado de obras de contenção, havendo, inclusive, a necessidade de uso de contenções especiais, tais como muros de arrimo. Segundo discussões realizadas junto à Fundação Renova, o número de contenções especiais necessárias vem sendo recorrentemente ampliado, fato que vem fazendo com que as contenções especiais se tornem de uso cada vez mais comum no reassentamento de Bento Rodrigues.

Atrasos na aprovação dos projetos podem ser potencializados a partir de receios dos atingidos quanto à adoção em seus lotes de grandes contenções, especialmente à luz do desastre da Vale, recentemente ocorrido em Brumadinho, gerando, consequentemente, atrasos devido à necessidade de retrabalhos.

Abaixo são apresentadas as estimativas de atraso (vinculação ao cronograma pela Ramboll – atividades de “6º encontro com a família”, que é quando ocorre a entrega do projeto conceitual à família e a obtenção de autorização de entrega do projeto na Prefeitura à Fundação).

Figura 3.7: Estimativa de atraso, em dias – Em vermelho, estimativa original Fundação Renova; em azul, estimativa Ramboll discutida junto à Fundação Renova.



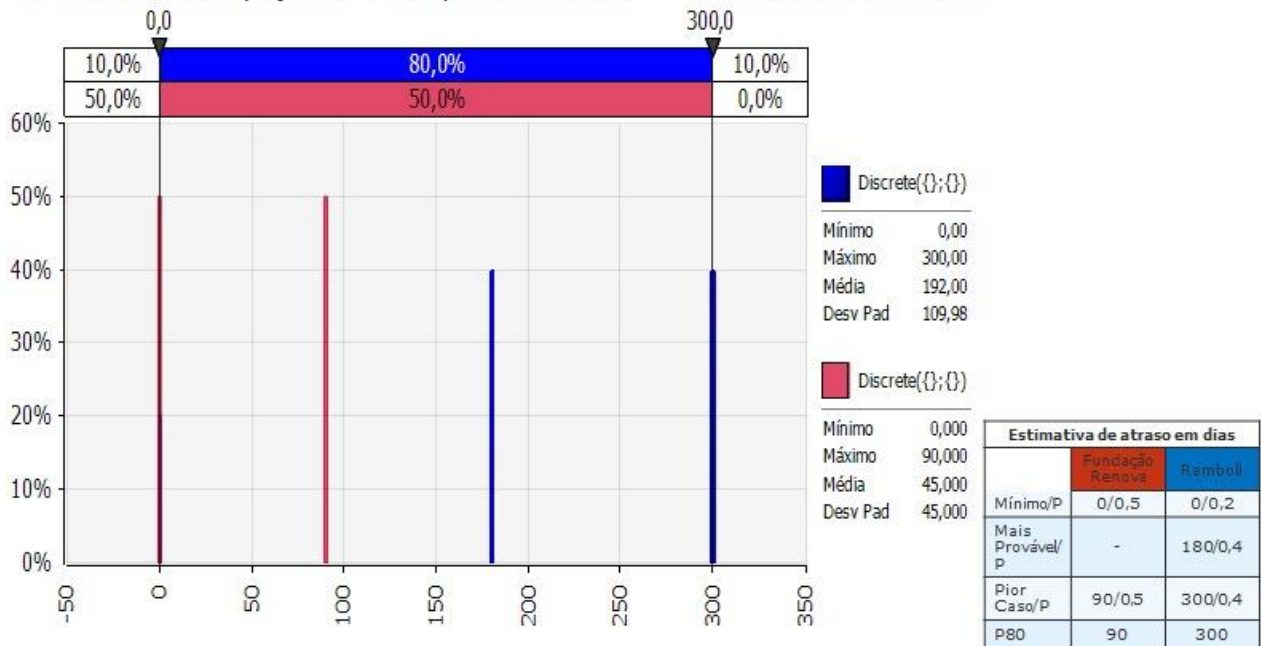
3.3.5 Risco – “A-08-077” – Não ocupação de Bento Rodrigues por falta de atendimento ao TAC do aterro sanitário

Existe uma condicionante da Licença de Instalação (LI) do projeto de reassentamento de Bento Rodrigues que vincula a ocupação da “Nova Bento” ao atendimento do “TAC do aterro”. Este risco apresenta-se destacado em função de: (i) até o momento, o cronograma indica haver diversas atividades predecessoras à mobilização das obras, e de sua execução propriamente dita, ainda não concluídas; (ii) a duração total das obras de adequação ser significativa (~226 dias); (iii) a mobilização para as obras estar prevista para ocorrer no início de abril/2019; e (iv) durante a discussão com a Fundação Renova, ter sido possível identificar que as obras de adequação, que incluem a estabilização do maciço irregular do aterro por meio de retaludamento, precisam ser iniciadas e concluídas durante o período seco. Eventuais atrasos no desenvolvimento, protocolo e aprovação de estudos ambientais, assim como na mobilização da empresa executora das obras, podem fazer com que seja necessária a postergação do início desta frente de atividades para o próximo período seco, já em 2020.

A seguir, são apresentadas as estimativas de atraso (vinculação ao cronograma pela Ramboll – atividade de mobilização da empresa executora das obras do TAC do aterro).

Figura 3.8: Estimativa de atraso, em dias – Em vermelho, estimativa original Fundação Renova; em azul, estimativa Ramboll discutida junto à Fundação Renova.

A-08-077/ Não ocupação de Bento por falta de atendimento do TAC do Ater...



3.4 Riscos considerados “potenciais falhas fatais”

Os riscos considerados “potenciais falhas fatais” são ameaças cujo impacto, independente do nível de probabilidade associada, caso ocorram, podem vir a inviabilizar o alcance dos objetivos de um determinado programa e/ou projeto.

A Ramboll optou por não realizar a simulação das ameaças consideradas como potenciais falhas fatais em função do fato que, a sua ocorrência, induziria a atrasos de tal maneira que poderiam inviabilizar a continuidade da implementação do processo de reassentamento de Bento Rodrigues.

3.4.1 Risco – “A-PG08_R14” (Fundação Renova) / “F-08-001” (Ramboll) – Não adesão ao reassentamento coletivo superior à 30%

Apesar de a Fundação Renova já ter realizado a identificação desta ameaça (“A-PG08_R14”), a Ramboll optou por “renomear” o risco a partir da sua classificação não como uma ameaça ordinária mas sim como uma potencial falha fatal (F-08-001).

A Fundação entende que a não adesão ao reassentamento coletivo, em um percentual de atingidos superior a 30%, resultaria na judicialização de diversos processos, danos reputacionais e perdas financeiras, dentre outros impactos. São entendidas, pela Fundação, como eventuais causas, os seguintes aspectos: (i) radicação dos reassentados em centros urbanos; (ii) perda do círculo de proximidade existente entre os atingidos a serem reassentados; (iii) existência de outros interesses dos atingidos envolvidos; (iv) a movimentação de resíduos provenientes do aterro sanitário em área próxima ao novo reassentamento; (v) ocorrência de atraso nas obras de execução do reassentamento; (vi) discordância de parte dos atingidos com as diretrizes estabelecidas na política de reassentamento da Fundação Renova; e (vii) a manutenção da indefinição da política indenizatória a ser executada.

A Ramboll concorda com os pontos previamente apontados pela Fundação e complementa com os seguintes aspectos, os quais podem ser causas que induzam à ocorrência desta potencial falha fatal:

- ampliação dos atrasos na implementação do reassentamento de Bento Rodrigues em função da alteração do fluxo para adesão das famílias ao reassentamento coletivo (a partir da inclusão da etapa de visita ao lote anteriormente à formalização da adesão, podendo ser agravada ainda a partir de nova suspensão da realização de visitas); e
- dificuldade de reestabelecimento dos modos de vida tradicionais, gerando baixa adesão das famílias ao reassentamento e dificultando o "estabelecimento da nova vila", prevenindo a conclusão do programa (acompanhamento pós-reassentamento).

Em razão do potencial de gravidade deste risco, é recomendado pela Ramboll que as causas identificadas, seja pela Fundação Renova ou pela Ramboll, sejam monitoradas pela Fundação e pelos órgãos que realizam o acompanhamento dos reassentamentos, de modo a se buscar a implementação de medidas que possam mitigar a probabilidade ou o impacto das diferentes causas.

3.4.2 Risco – "A-08-84" (Fundação Renova) / "F-08-002" (Ramboll) – Necessidade de licenciamento de novas áreas

Apesar de a Fundação Renova já ter realizado a identificação desta ameaça ("A-PG08_84"), a Ramboll optou por "renomear" o risco a partir da sua classificação não como uma ameaça ordinária mas sim como uma potencial falha fatal (F-08-002).

A Fundação entende que o aumento da necessidade de áreas a serem construídas pode resultar no licenciamento ambiental de novas áreas. O potencial de atraso decorrente é entendido pela Fundação como implicando na necessidade de um planejamento totalmente reestruturado, desconsiderando os prazos hoje já pactuados com as diferentes partes interessadas.

A Ramboll entende que há restrições ambientais existentes que não estão sendo consideradas (vide Mapa 2.8-1 – restrições ambientais da gleba da Lavoura) e que apresentam potencial de demandar ajustes no projeto urbanístico que terminariam por inviabilizar a manutenção da área licenciada, conforme aprovada. A Ramboll verificou a existência de Áreas de Preservação Permanente (APPs) não adequadamente reconhecidas, nem no projeto, nem no licenciamento, o que permitiu a alocação de 42 lotes privados sobre linhas de talvegue, indo contra legislações urbanísticas vigentes. Entende-se que haverá, caso seja dada continuidade à construção das casas presentes nestes lotes, inobservância dos seguintes aspectos caros aos atingidos, destacados no documento "Diretrizes de Reparação do Direito de Moradia", elaborado pela Comissão de Atingidos de Mariana:

- habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde;
- Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

4. PONTOS CRÍTICOS IDENTIFICADOS

O Projeto de Cadastramento Emergencial é avaliado como tendo 50% de progresso. Para as três campanhas, é reportado que 31.716 cadastros foram enviados ao Comitê Interfederativo (CIF), sendo que 26.521 foram aprovados pelo CIF (data de corte em 30/01/2019) e 5.195 em análise. O status para as campanhas 1, 2 e 3 apontam para um total 30.200 manifestações, 31.730 propriedades, 28.204 famílias, 48 empresas e 91.887 pessoas, sendo 29.226 da categoria pescadores. Os números apresentados nos relatórios da Fundação Renova e extratos gerados diretamente do banco de dados SGS apontam para diferenças de 1.069 cadastros de famílias, 3.663 de pessoas e 1.582 de propriedades. Há falta de clareza e imprecisões nos números relativos às empresas (micro e pequeno negócios), uma vez que foram reportados, no PG019, 190 empresas que sofreram impactos em 5 municípios. Adicionalmente, os dados não são claros quanto à relação do número de manifestações versus famílias cadastradas e fichas de famílias apontando impacto direto (são considerados elegíveis 28.784 indivíduos), indicando haver imprecisões na aplicação dos critérios de impactado direto previstos na cláusula 01 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). O escopo do Programa encontra-se não aprovado. Além disso, a metodologia conceitual apresentada pela Fundação Renova para a Fase 2 do cadastro foi avaliada como insuficiente pela Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS).

Com relação ao dano geral, que é contemplado pelo Programa de Indenização Mediada, entre 30/11/2018 e 31/01/2019, as campanhas 1 e 2 apresentam 19.233 cadastros de famílias, sendo 8.391 propostas aceitas e 8.321 indenizações pagas. Não houve novos cadastros de famílias entre novembro/2018 e janeiro/2019, havendo uma diferença (passivo) de 5.807 cadastros aguardando a aprovação no processo de indenização (data de corte 31/01/2019). A metodologia do Pescador de Fato apresentou atrasos na sua realização em Regência e Povoação, e ainda não foi iniciada em Conselheiro Pena, caracterizando um descumprimento de deliberação do CIF.

Para os estudos epidemiológicos e toxicológicos das áreas atingidas, a consolidação dos estudos já realizados e a elaboração de estratégias de comunicação com a população local não foram iniciadas. O estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) está em desenvolvimento, com a Fase I em vias de conclusão e envolvendo os municípios de Mariana, Barra Longa e Linhares.

O processo de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividade aquícola apresenta baixo desempenho e avanço quando comparado ao status relatado entre março e novembro/2018. O avanço ocorrido no progresso deste componente se deve à iniciativa do GT-Pesca de elaborar um plano de trabalho compilando e repassando, em fevereiro/2019, uma base de 11 mil dados coletados, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Fundação Renova, de material biológico de pescado marinho e continental, que contemplam 12 diferentes metais. O material foi encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para proceder a uma análise de risco à saúde humana. Foi identificada a presença de arsênio na água marinha e salobra da região costeira da foz do Rio Doce.

O processo de pagamento de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) apresenta 11.753 auxílios ativos com 27.154 pessoas assistidas, incluindo titulares e dependentes. Os municípios de Linhares/ES e Aimorés/MG concentram expressiva parcela dos auxílios pagos (2.235 e 1376, respectivamente). Assumindo o número de cadastros das campanhas 1 e 2 de 18.472, tem-se que o AFE assiste 63,6% de atingidos segundo a referência de titulares. Caso seja assumido o número de cadastros submetidos ao CIF, tem-se que a cobertura do AFE é de cerca de 37% dos titulares.

Um aspecto considerado crítico é o fato de o diálogo ser feito de maneira fragmentada por programa e por território. O que se percebe em campo é que, por vezes, mais se confunde a população sobre seus direitos e os programas da Fundação Renova do que se garante participação e controle social efetivo. No quadrimestre, a média nos Canais de Relacionamento caiu de 21.774 para 9.596 manifestações/mês, o SGS/Fundação Renova registrou aumento na taxa média de atendimento fora do prazo de 38,5% para 45,5% (refere-se ao total das manifestações que não receberam resposta dentro do prazo de 7 dias). A Ouvidoria finalizou apenas 49% dos protocolos abertos dentro do prazo de 20 dias.

Nenhuma família foi reassentada até o presente momento. Aproximadamente 414 moradias temporárias foram disponibilizadas às famílias atingidas. Considerando os 232 imóveis vistoriados, 56% apresentam algum tipo de inadequação, sendo que aproximadamente 39 moradias (17%) estão localizadas em áreas consideradas como de risco geotécnico ou de inundação pelo Plano de Municipal de Redução de Risco de Mariana ou pela CPRM em Barra Longa. Cerca de 72 moradias apresentam problemas de habitabilidade relativos à iluminação/ventilação inadequada e/ou à falta de acabamentos. Por outro lado, verifica-se que as moradias “temporárias” que foram disponibilizadas perderam esta qualificação, já que estão abrigando a população atingida das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira pelos últimos 3 anos, transcorridos desde 05/11/2015. Se considerarmos que ainda resta um período de, no mínimo, 24 meses para o início da solução do reassentamento, no caso de Bento Rodrigues, estas famílias permanecerão nas moradias temporárias por um período de, no mínimo, 5 anos.

Com relação a obra de Bento Rodrigues, há Áreas de Preservação Permanente que não foram assim reconhecidas nem no projeto urbanístico aprovado nem no licenciamento ambiental, uma vez que 42 lotes privados e a Área de Disposição de Material Excedente (ADME) estão localizados sobre linhas de talvegue existentes no terreno, contrariando as legislações urbanísticas vigentes e comprometendo aproximadamente 17% dos 240 lotes do reassentamento, além de 2 das 10 áreas públicas. Destaca-se que a probabilidade de ocorrência de processos erosivos é muito alta em situações onde os caminhos d’água são alterados e ocupados. Por outro lado, considerando as características do projeto, onde haverá lotes com desníveis entre frente e fundo que giram em torno dos 20 metros, verifica-se 58 famílias insatisfeitas com a situação dos seus lotes por não permitirem a reprodução dos modos de vida.

É importante ressaltar que, atualmente, duas variáveis definem o caminho crítico do processo de reassentamento de Bento Rodrigues: o processo de adesão e a emissão do alvará de construção para início das obras das casas. A adesão das famílias ao reassentamento coletivo (assinatura do Termo de Adesão ao Reassentamento Coletivo) só é realizada após a visita aos lotes e a emissão do Alvará de Construção pela Prefeitura. Nestas visitas, muitas famílias têm reconhecido a situação real dos seus lotes e manifestado sua insatisfação. A adesão é necessária para dar início às obras das casas. Por outro lado, na 30ª Reunião da Câmara Técnica de Infraestrutura – CT-INFRA, realizada no dia 18/02/2019, o Secretário de Obras da Prefeitura de Mariana, Fábio Vieira, pontuou que, considerando a equipe técnica atual da Prefeitura responsável pela análise de projetos, os Alvarás de Construção das casas podem demorar até 36 meses para serem emitidos, o que atrasaria a adesão ao reassentamento coletivo e, conseqüentemente, o início das obras das casas. O cronograma do reassentamento de Bento Rodrigues apresentado pela Fundação Renova prevê uma probabilidade de 80% de alcance da data de agosto/2020. Entretanto, se for considerado o fato de as aprovações das casas poderem se estender por muito mais tempo do que o planejado, este cronograma pode atrasar e comprometer a o planejamento previsto para a entrega das chaves das casas em Bento Rodrigues.

Com relação ao PG010 (Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas), merece destaque a falta de equacionamento dos problemas relativos às trincas encontradas em 234 casas. Este universo de intervenções deveria ter sido incorporado ao PG10, porém, verifica-se que a inclusão das infraestruturas com danos e casas com trincas, assim reconhecidas pela Comissão de Atingidos de Barra Longa, no planejamento de obras da Fundação Renova, está acontecendo parcialmente. Somente 55 residências atingidas, de um total de 234, foram incorporadas. Por outro lado, já foram realocadas 34 famílias, cujas moradias se encontravam em situação de risco estrutural. Conforme informado pela assessoria técnica Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), na reunião realizada no dia 18/01/2019, a Fundação Renova tem se negado a reconhecer os encaminhamentos negociados em Assembleia pela comissão de atingidos de Barra Longa no que diz respeito ao Plano de Ação para a recuperação das infraestruturas com danos reconhecidos (Plano Popular de Recuperação de Moradias e Infraestruturas Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão no município de Barra Longa).

Com relação ao manejo de rejeitos, pode-se destacar que as obras do dique intermediário na Fazenda Floresta estão paralisadas desde maio/2018. O talude da ombreira esquerda do dique apresenta trincas, e parte dele cedeu, conforme observado pela Ramboll em vistoria de campo realizada em agosto/2018. Atualmente, a Fundação Renova está conduzindo estudos de caracterização geotécnica na área e monitorando por radar as movimentações nos diques intermediário e principal. Por outro lado, a dragagem no reservatório da usina Risoleta Neves foi concentrada na área dos 400 metros imediatamente à montante da barragem da usina.

Porém, o grande volume de rejeitos a ser dragado dessa área (inicialmente cerca de um milhão de metros cúbicos) e os atrasos nas obras da Fazenda Floresta, área destinada à disposição final do material dragado do reservatório, levaram ao exaurimento dos setores de disposição de rejeitos localizados nas margens do reservatório. Isso ocasionou, inicialmente, a diminuição da produtividade da dragagem e, posteriormente, a suspensão dessa atividade. Atualmente, estima-se um tempo de 6.586 dias (ou seja, 19 anos) para dragar o volume de 712 mil m³ de sólidos (rejeitos e/ou sedimentos naturais do rio) contido na área dos 400 m, considerando a variação da produtividade da dragagem.

Na bacia do Rio Doce, há um conflito do uso histórico do solo com as ações de recuperação ambiental. Principalmente no Trecho 09, a pecuária extensiva compete com o plantio de vegetação nas margens e terraço do rio, mesmo nas áreas cercadas. Neste contexto, a sinergia das ações do Programa de Manejo de Rejeitos (PG023) com o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PG017) e o Programa de Revegetação, Enrocamento e Outros Métodos (PG025) assume caráter fundamental para a eficácia do desenvolvimento da vegetação, para prover as condições necessárias para que a atividade pecuária seja realizada com maior eficiência, sem ocupar as áreas de plantio. Sendo assim, o Plano de Comunicação referente ao Plano de Manejo de Rejeitos assume papel fundamental para o diálogo entre a Fundação Renova e os proprietários das áreas-alvo das ações do Plano de Manejo de Rejeito. No entanto, em minuta de Nota Técnica apresentada e aprovada na 25ª reunião da Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeitos), realizada em 06/09/2018, os membros da Câmara Técnica concluíram que o documento protocolado pela Fundação Renova não atendeu as diretrizes estabelecidas pelo TTAC e pela Deliberação CIF nº 173.

Aproximadamente 70.000 habitantes, distribuídos em 8 municípios, são abastecidos por sistemas de caráter emergencial, mesmo após três anos do desastre. Fica nítido que as ações de maior permanência se resumem ao transporte de água bruta ou tratada por meio de caminhões-pipa, que, além dos riscos envolvidos no deslocamento de toda operação, implicam em elevados custos de distribuição, os quais vem se acumulando ao longo do tempo. Um dos casos mais críticos relacionado ao abastecimento emergencial é o do município de Baixo Guandu/ES, onde o manancial, utilizado atualmente para suprimento de água (Rio Guandu), recebe mais de 90% da contribuição de esgoto in natura da população, sendo o ponto de captação localizado à jusante dos lançamentos. Além disso, a estrutura utilizada para captação apresenta condições precárias, com risco iminente de desabastecimento, agravado pelo fato de não existir nenhuma alternativa de suprimento, a não ser operação com caminhão-pipa.

As localidades com as maiores concentrações de população, como Governador Valadares, Colatina e Linhares, não possuem sistemas de tratamento de lodo. Sendo que, no caso de Governador Valadares, foi constatado que, durante a limpeza dos decantadores (frequência a cada 8 dias em período chuvoso), todo o resíduo gerado no processo é lançado diretamente em curso d'água, sem qualquer tratamento. Consequentemente, a maior parte dos sólidos retidos durante a etapa de decantação são devolvidos ao Rio Doce em concentrações mais elevada das encontradas na água bruta.

Como pode ser verificado acima, a segurança hídrica de parte da população da bacia do Rio Doce encontra-se comprometida. Do mesmo modo, para as questões de segurança alimentar, pode-se destacar que há estudos que evidenciam que, apesar de haver tendência de redução nas concentrações de metais nos pescados ao longo do período de monitoramento, foi observada maior frequência de amostras de peixes em não conformidade para Cádmio nos pontos amostrais próximos à foz do Rio Doce, tanto ao norte quanto ao sul. Para a porção mineira do Rio Doce, há reiterados atrasos em estudos de monitoramento da biodiversidade, o que acarreta uma lacuna de informações para este território. É importante destacar que, independentemente da existência de restrição à atividade da pesca na área da foz do Rio Doce, esta continua ocorrendo em larga escala, apesar dos esforços de fiscalização empreendidos pelo poder público, com suporte da Fundação Renova.

A metodologia de atendimento aos atingidos necessita de urgente revisão e critérios de priorização claros, seja para o adiantamento de indenizações, seja para ações como as de atendimento emergencial para retomada de atividades econômico-produtivas, acesso aos fundos de desenvolvimento econômico junto aos bancos de fomento e contratação de mão-de-obra local.

Com relação ao Programa de Promoção da Inovação, o Projeto Inove Mariana deverá ser reapresentado à Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI) quando concluída sua revisão. O término deste projeto já apresenta um desvio de 8 meses em relação ao prazo informado inicialmente.

Em relação à chamada pública 09/2018, realizada em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), as 40 propostas recebidas não contemplam todos os eixos e linhas de pesquisa e há linhas de pesquisa que visam fomentar a execução de Sistemas Agro Florestais (SAFs). Apesar de a Ramboll considerar adequado, nas perspectivas técnicas e de indução de sustentabilidade, o uso de SAF pode estar comprometido em função da Deliberação CIF nº 223, de 30/10/2018, que veta a utilização de SAF em áreas de APP. Ainda em relação à atuação conjunta entre FAPEMIG e Fundação Renova, a FAPEMIG relata que houve, inicialmente, entraves junto à Fundação Renova para estabelecimento do convênio para lançamento das chamadas. A Ramboll entende que a revisão das regras de celebração de convênios com a FAPEMIG, proposta recentemente pela Fundação Renova, pode induzir a riscos de novos atrasos e/ou eventuais paralizações no avanço do lançamento de chamadas entre as duas instituições.

É importante alertar que a demora no lançamento do Fundo Compete Rio Doce na versão mineira e, mais ainda, na versão capixaba, pode ter potencializado a situação de vulnerabilidade das empresas que tiveram o crédito negado quando do lançamento do fundo Desenvolve Rio Doce, dado que as restrições identificadas à época podem ter se agravado durante esse período de tempo transcorrido.

De maneira geral, os processos e ações em curso no âmbito do PG018 (Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica) não são integrados (prazos descasados, informações contraditórias entre diferentes atores e falta de planejamento estratégico). Também se nota que os atrasos nas atividades acabam por tornar a implementação imediatista, com prazos de execução tendendo a compensar o atraso de algumas frentes, e, por fim, comprometendo o sucesso do programa, bem como o desencadeamento de casos de sucesso que potencializariam o alcance dos objetivos do programa.

Existe desencontro de informações entre os números de atendimentos realizados e os casos finalizados, além de falta de integração desse programa com as ações do Programa de Indenização Mediada (PIM). Isto acarreta na falta de participação e/ou desistências por parte dos atingidos em relação às ações assistenciais e estruturantes, como é demonstrado nas desistências que vêm ocorrendo no processo de desenvolvimento e planos de negócios junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A amostragem realizada pela Ramboll, até o momento, identificou que há pendências no atendimento emergencial em 85% dos casos que constam para a Fundação Renova como finalizados. É grave a constatação em campo de que, dentre os 85% anteriormente citados, há famílias/autônomos em estado de vulnerabilidade. De modo geral, fica evidenciada a necessidade de melhoria da gestão e verificação de dados quanto à assistência prestada aos atingidos.

Observa-se que existem diversos municípios considerados como atingidos onde há pouca ou nenhuma contratação de mão-de-obra local, seja direta ou indireta. A Fundação Renova vem canalizando recursos para polos econômicos de maior peso, o que se justifica, com pouca atuação nos demais municípios, fato que pode gerar um desequilíbrio nos processos de contratação.

No que se refere ao PG034 (Programa de Preparação para Emergências Ambientais), verifica-se que ele cria regras relativas à gestão de risco nos municípios de Área 1, que deveriam nortear todos os programas. Porém, estas regras não são respeitadas nos outros programas. Por exemplo, no caso da questão do dam break, este programa consolida um censo populacional para identificar as famílias nesta situação. Tanto no programa PG008 (Programa de Reconstrução de Vilas) como no PG010 (Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas), verifica-se a localização de famílias nestas áreas tanto na forma de reassentamento definitivo ou temporário, sem análise prévia da vulnerabilidade aos diferentes tipos de risco, muitas vezes consagrando intervenções que deveriam ser relocadas previamente. Este programa traz implícita uma discussão relativa ao padrão brasileiro de urbanização, pautado pelo loteamento periférico irregular, com profusão de áreas de risco, sem infraestrutura e com casa própria autoconstruída. Reconhecer as características deste padrão de urbanização nos processos de monitoramento pode evidenciar peculiaridades dos programas a serem verificadas. Por outro lado, esta análise é fundamental para conseguir superar estes entraves no âmbito da implementação futura do acordo a ser pactuado. Por exemplo, as moradias envolvidas nos programas não podem estar localizadas em áreas de risco, nem pode ser feita qualquer reconstrução em áreas consideradas inadequadas para a urbanização (por exemplo áreas de dam break, com risco de inundação ou geotécnico).

Quanto ao Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários, o ressarcimento dos órgãos públicos federais e estaduais evoluiu de 15 para 18 órgãos ressarcidos no quadrimestre monitorado, perfazendo um total de R\$ 27.909.532,00. Com relação ao ressarcimento dos municípios, 19 foram ressarcidos até fevereiro/2019, totalizando R\$ 13.882.652,12 repassados aos municípios, o que representa 25,47% dos valores previstos pela Fundação Renova. Os municípios de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Barra Longa ingressaram com Ação Civil Pública na 2ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova contra a Fundação Renova para recebimento dos gastos extraordinários sem a assinatura do Termo de Quitação que a mesma propõe.

As atividades de restauração florestal apresentam desvio no cronograma gerando recorrentes atrasos no cumprimento das ações. As mudas plantadas não possuem padrão mínimo adequado e a manutenção dos plantios é insuficiente ou inexistente, fatores que contribuem para a alta mortalidade das mudas verificada em campo, levando a uma perda de recursos e prolongando o tempo para a restauração florestal tanto das áreas objeto de reparação como das ações compensatórias de restauração.

A retomada das atividades agropecuárias possui ações pendentes de implementação, o que limita o avanço da produção bem como da diversificação das atividades agrícolas. Adicionalmente, observa-se uma resistência nos processos de recuperação ambiental nas propriedades diretamente atingidas pelo rejeito em função da consequente perda de áreas produtivas.

As metas de recuperação de nascentes não foram cumpridas com relação ao quantitativo esperado, e as áreas de preservação permanentes estão sendo restauradas sem a aprovação do estudo de áreas prioritárias pelo sistema CIF.

Estudos sobre o impacto do desastre nos corais do Parque Nacional de Abrolhos concluiu que os mesmos foram atingidos e deveriam ser monitorados em médio e longo prazo pela Fundação Renova. Relatório sobre a qualidade do pescado concluiu que os estudos realizados até o momento são insuficientes para que uma resposta segura quanto ao consumo de pescado seja emitida.

5. TORABIT - FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DAS MÍDIAS SOCIAIS

Monitoramento de Mídias Sociais

Para monitoramento das mídias sociais, foi utilizada a ferramenta Torabit. É uma plataforma de monitoramento midiático, que relaciona posts com análises específicas de sentimentos, comparando perfis e classificações no ambiente digital. Esta permite:

- Monitoramento das mídias sociais com a avaliação dos sentimentos das publicações analisadas;
- Levantamento da frequência de citação das palavras de maior relevância para o projeto e aglomerados com maior influência;
- Aplicação de novas análises fornecidas pelo software, possibilitando grande correlação dos dados coletados no período;
- Levantamento das principais notícias divulgadas no período estudado; e
- Informativos com as principais notícias disponibilizadas para os especialistas de cada área.

O acompanhamento das mídias sociais é realizado durante a etapa de monitoramento dos programas da Fundação Renova, principalmente como ferramenta para manter toda a equipe ciente das principais publicações, estudos, informações e notícias relacionadas ao desastre e às ações de reparação que estão sendo desenvolvidas. Enquanto monitoramento, é possível utilizar os dados desta ferramenta para acompanhar as notícias locais e as reações da comunidade envolvida, inclusive dos Atingidos, quanto à sua satisfação em relação à operacionalização e aos resultados alcançados a partir das ações.

Atividades Desenvolvidas

Para a análise e monitoramento da repercussão nos meios de comunicação e mídias sociais do rompimento da barragem de Fundão, foi realizado, até o momento, o levantamento e tratamento dos dados que abrangem quatro (4) períodos de monitoramento apresentados a seguir:

- **1º período Novembro-Dezembro:** 10/11/2018 até 09/12/2018.
- **2º período Dezembro-Janeiro:** 10/12/2018 até 09/01/2019.
- **3º período Janeiro-Fevereiro:** 10/01/2019 até 09/02/2019.
- **4º período Fevereiro-Março:** 10/02/2019 até 07/03/2019.

Visando ao aprimoramento da base de dados, foram coletados dados como: avaliações das menções, frequência de citações, espacialização, principais notícias, relações entre autores únicos e acompanhamento da página da Fundação Renova em redes sociais.

Foi gerado, para os períodos de monitoramento, a divisão de assuntos (trendings) que apareceram nas menções ao longo da análise, levantando as principais notícias divulgadas nos períodos de maior pico. Os picos, observados nos gráficos abaixo, são reflexos dos assuntos que motivaram as menções na mídia. Os termos utilizados para a pesquisa foram usados seguindo a frequência destes nos últimos quatro (4) meses, propiciando uma análise comparativa com os resultados anteriormente coletados.

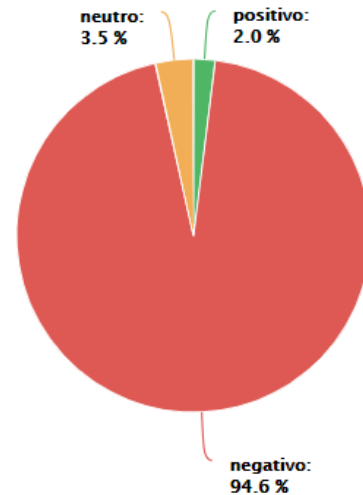
- **2º período Dezembro-Janeiro:** 10/12/2018 até 09/01/2019.

Figura 5-05: Os Estados que mais se manifestaram sobre os assuntos relacionados ao evento foram: São Paulo (21.9%), Rio de Janeiro (19.8%), Minas Gerais (15.3%) e Rio Grande do Sul (5.5%). A figura a seguir representa de forma espacial a repercussão no território brasileiro.



Localização das menções
(Twitter e Instagram)

Figura 5-06: 4.041 menções foram analisadas, sendo 94.6% negativas, 3.5% neutras e 2.0% positivas. A seguir, são apresentados alguns exemplos destas menções.



Sentimento

Gráfico 5-07: Assuntos mais falados no período.

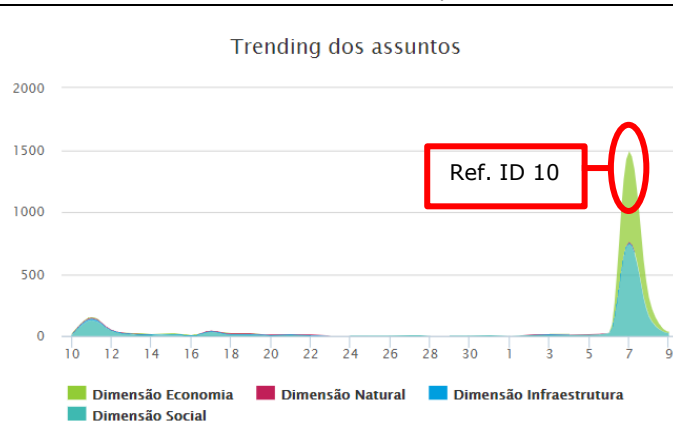


Figura 5-08: Palavras de maior frequência no período.



	ID	Data	Notícia	Portal
Geral	10	05/01/2019	Em 3 anos, Samarco cumpriu 1 dos 42 programas de reparação após crime ambiental	brasildefato.com.br
	11	07/01/2019	Juiz decide contra acordo de pescadores atingidos pela tragédia de Mariana	oglobo.globo.com.br
Governança	12	17/12/2018	Ação no Reino Unido divide minicípios atingidos na tragédia de Mariana	hojeemdia.com.br
Infraestrutura	13	17/12/2018	Moradores encontram lama do Rio Doce nas caixas d'água de casas em Colatina, ES	g1.globo.com
Natural	14	14/12/2018	Edital prevê R\$ 15 mi para monitorar biodiversidade no Rio Doce	revistaecologico.com.br
Social	15	11/12/2018	Tragédia de Mariana: sem indenização, vítimas pescam em área contaminada e já acumulam R\$ 833 mil em multas	g1.globo.com
Economia	16	10/12/2018	Reunião pública em Guarapari discute sobre o retorno da Samarco	folhaonline.es

- **3º período Janeiro-Fevereiro:** 10/01/2019 até 09/02/2019.

Durante o período analisado, houve um evento em 25/01/2019, o rompimento da barragem em Brumadinho, em Minas Gerais, o que causou conflitos na coleta de dados a partir do 3º período. Boa parcela do público indicou correlação entre os casos de Brumadinho e Mariana dentro da mesma postagem, afetando assim os picos (trendings). Por este motivo, não houve uma análise comparativa dos picos com as notícias levantadas.

Figura 5-09: Os Estados que mais se manifestaram sobre os assuntos relacionados ao evento foram: São Paulo (23.6%), Rio de Janeiro (19.5%), Minas Gerais (15.2%) e Rio Grande do Sul (4.2%). A figura a seguir representa de forma espacial a repercussão no território brasileiro.

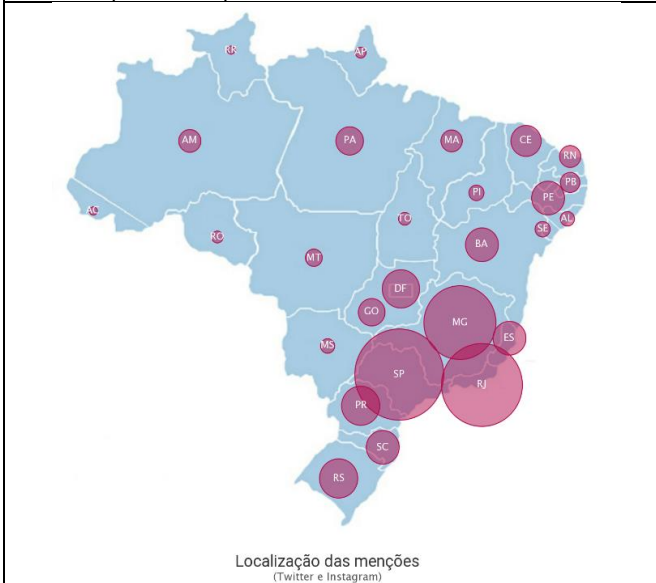


Figura 5-10: 158319 menções foram analisadas, sendo 99.7% negativas, 0.2% neutras e 0.1% positivas. A seguir, são apresentados alguns exemplos destas menções.

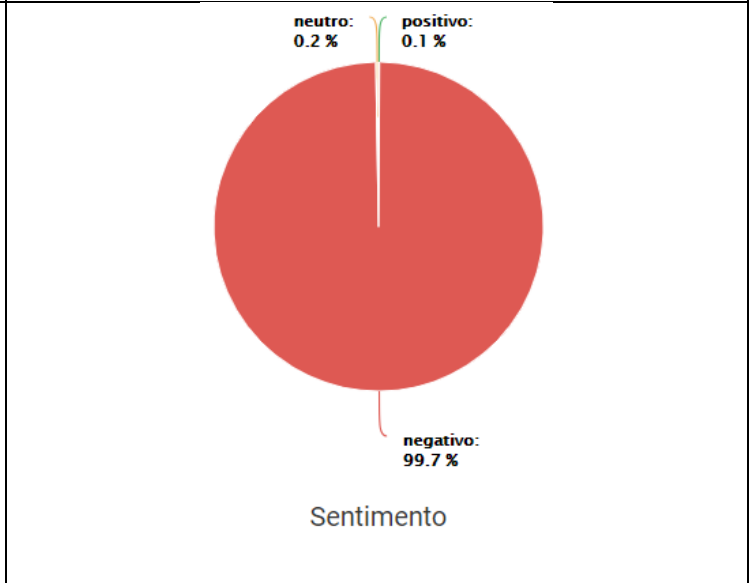


Gráfico 5-11: Assuntos mais falados no período.

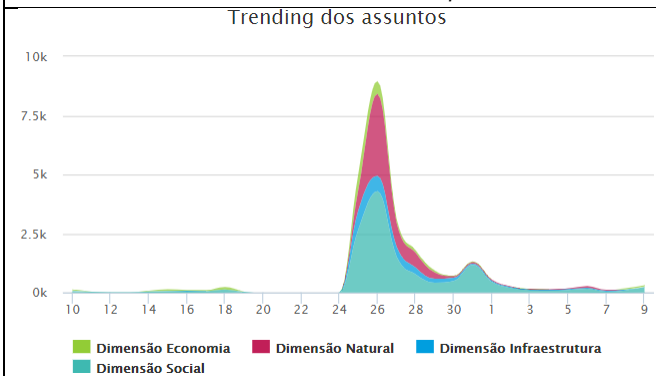


Figura 5-12: Palavras de maior frequência no período.



	ID	Data	Notícia	Portal
Geral	17	08/02/2019	Pescadores de Mariana tem vitória na Justiça contra a Samarco	blogs.oglobo.globo.com
	18	29/01/2019	Ibama diz que Samarco não pagou nenhuma multa aplicada pelo órgão após desastre em Mariana	g1.globo.com
Governança	19	26/01/2019	Desastre envolvendo Vale pode mudar rumo de negociações no caso Samarco, diz Procuradoria	folha.uol.com.br
Infraestrutura	20	16/01/2019	Reconstrução de distrito destruído na tragédia de Mariana tem avanço	agenciabrasil.ebc.com.br
Natural	21	25/01/2018	Dependentes do rio Doce, com medo da água	apublica.org
Social	22	31/01/2019	MPF recorre contra mudança nas indenizações de pescadores do Rio Doce	agenciabrasil.ebc.com.br
Economia	23	02/02/2019	Nos enrolaram e fomos esquecidos, diz prefeito de Mariana sobre desastre	exame.abril.com.br

- **4º período Fevereiro-Março:** 10/02/2019 até 07/03/2019.

Figura 5-13: Os Estados que mais se manifestaram sobre os assuntos relacionados ao evento foram: São Paulo (24.0%), Rio de Janeiro (23.3%), Minas Gerais (13.8%) e Rio Grande do Sul (4.8%). A figura a seguir representa de forma espacial a repercussão no território brasileiro.

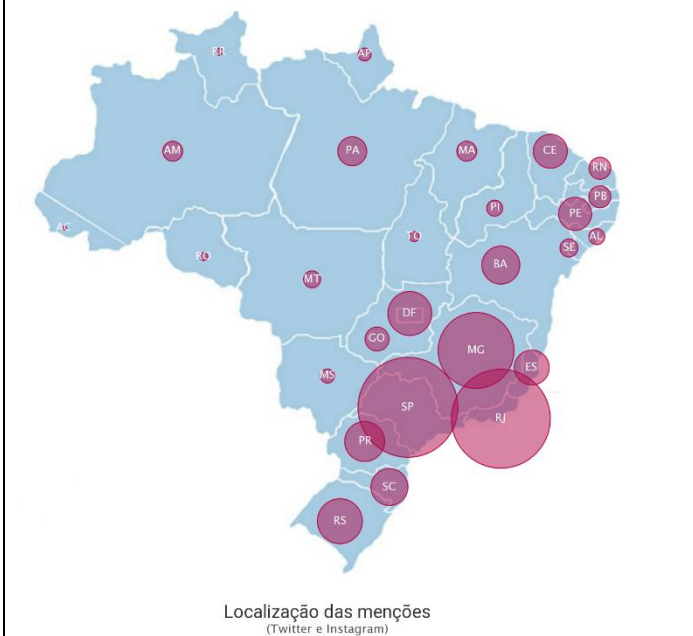


Figura 5-14: 10291 menções foram analisadas, sendo 98.1% negativas, 1.6% neutras e 0.4% positivas. A seguir, são apresentados alguns exemplos destas menções.

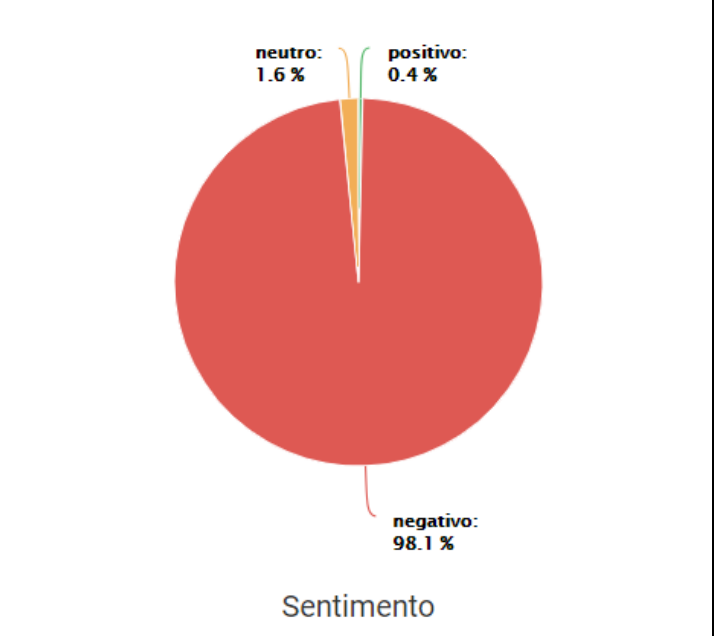


Gráfico 5-15: Assuntos mais falados no período.

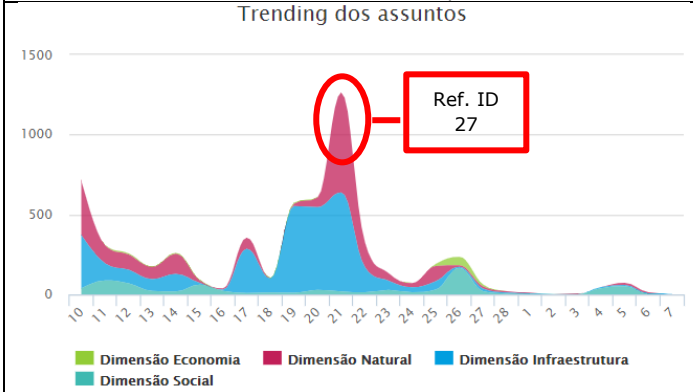


Figura 5-16: Palavras de maior frequência no período.



	ID	Data	Notícia	Portal
Geral	24	10/02/2019	Tragédia de Mariana: Vítimas da lama sofrem com doenças de pele e respiratórias por contaminação por metais pesados e temem nunca ser indenizadas pela Samarco	g1.globo.com
Governança	25	26/02/2019	PF apura irregularidades em indenizações a pescadores	agenciabrasil.ebc.com.br
Infraestrutura	26	19/02/2019	Pesquisa realizada na UERJ comprova que resíduos da Samarco afetaram Abrolhos	uerj.br
Natural	27			
Social	28	11/02/2019	Rio Doce: Justiça manda Samarco voltar a pagar indenização integral a atingidos	eshoje.com.br
Economia	29	18/02/2019	Três anos após tragédia, região de Mariana ainda tem desemprego alto	noticias.r7.com

6. SETTER - FERRAMENTA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS

Introdução

O Sistema de Monitoramento dos Programas – SETTER (<http://www.setter-ramboll.com.br>) é uma solução simplificada e informatizada de gestão de conformidades. O seu objetivo é centralizar as informações relativas aos programas socioeconômicos e socioambientais da Fundação Renova e disponibilizá-las facilmente aos especialistas e gestores socioambientais e socioeconômicos. Pode-se destacar como atividades controladas:

- Histórico do acompanhamento de Câmaras Técnicas, com suas respectivas localizações geográficas e informações relevantes;
- Banco de dados referente aos programas da Fundação Renova (com restrições de acesso);

Figura 6-01: Tela inicial do sistema SETTER, com a lista de programas da Fundação Renova e % de andamento seguindo MasterPlan.

VOCÊ ESTÁ EM: PROGRAMAS

Ações MAPA REPARAÇÃO

ESCOLHA UMA ÁREA

FILTRO DE DIMENSÃO:

☐ CAPITAL HUMANO/SOCIAL ☐ CAPITAL NATURAL ☐ ECONÔMICO FINANCEIRO ☐ FÍSICA/INFRAESTRUTURA

ÁREA:

RAMBOLL SOCIOAMBIENTAIS MÉDIA DE EXECUÇÃO

RAMBOLL SOCIOECONÔMICOS MÉDIA DE EXECUÇÃO

NOVO PROGRAMA

NÚM	PROGRAMA	ÁREA	DIMENSÃO	ESPACIALIZAÇÃO
PG001	PG001 - LEVANTAMENTO E CADASTRO DOS IMPACTADOS	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL -	
PG002	PG002 - RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO DOS IMPACTADOS	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL -	
PG003	PG003 - PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL -	
PG004	PG004 - PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL -	
PG005	PG005 - PROTEÇÃO SOCIAL	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL -	
PG006	PG006 - COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL - CAPITAL NATURAL - ECONÔMICO FINANCEIRO - FÍSICA/INFRAESTRUTURA -	
PG007	PG007 - ASSISTÊNCIA AOS ANIMAIS	SOCIOECONÔMICOS	CAPITAL HUMANO/SOCIAL -	

DEVELOPED BY ALTRAX INFORMATION SYSTEMS

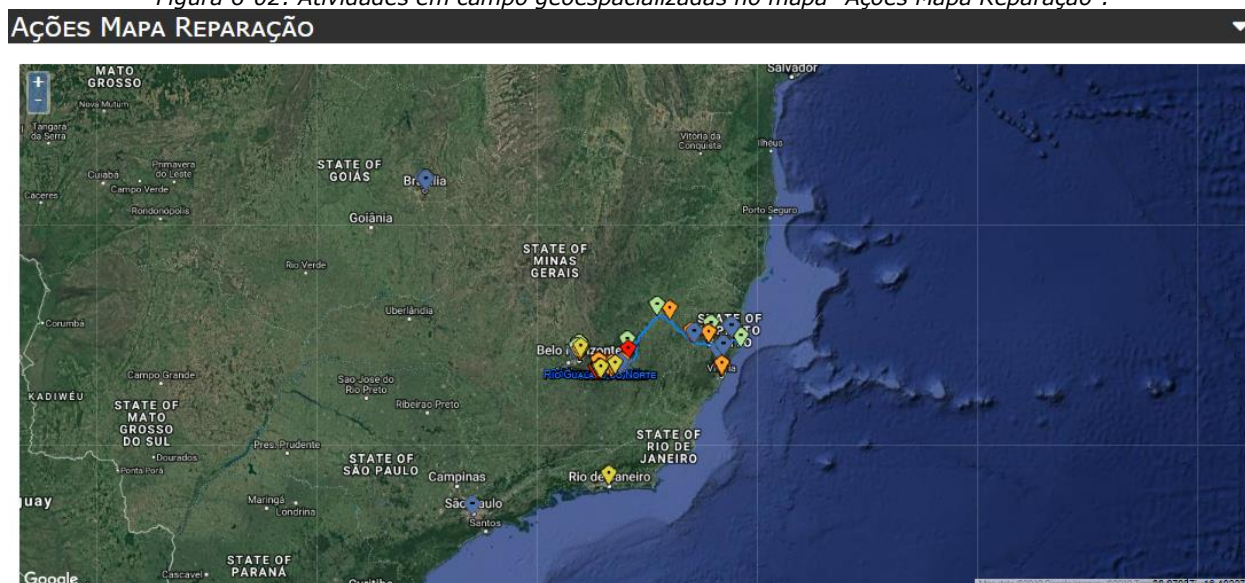
Atualizações

O SETTER está em constante melhoria evolutiva, tendo sido realizadas atualizações nas seguintes áreas de destaque:

Ações Mapa Reparação

Expansão das atividades geolocalizadas, conforme apresentado na figura.

Figura 6-02: Atividades em campo geoespacializadas no mapa "Ações Mapa Reparação".



Inserção das memórias dos últimos 4 (quatro) meses no sistema, ordenadas de acordo com a data de realização das ações, sendo capaz de serem visualizadas (Figura 6-03) e editadas.

Figura 6-03: Lista de memórias (ações) inseridas no sistema atualizadas.

AÇÕES MAPA DE REPARAÇÃO					
ID	TÍTULO DA AÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	ATALHOS	
164	2ª OFICINA DE INTERCÂMBIARAS DE COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL – CPDCS	19/10/2018	20/10/2018	  	
165	6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTBIO	23/10/2018	23/10/2018	  	
166	REUNIÃO INTERCÂMBIARAS CT – GRSA, CT-FLOR E CT-EI	24/10/2018	24/10/2018	  	
167	REUNIÃO GT INDICADORES – CT- FLOR	25/10/2018	26/10/2018	  	
168	VISITA DE CAMPO – REFERENTE À ABORDAGEM INTERDIMENSIONAL DA RAMBOLL COM A GESTÃO PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO ONDE O DESASTRE DEFLAGROU-SE	31/10/2018	31/10/2018	  	
169	18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT- SAÚDE - PROGRAMA PG-014 "APOIO A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS IMPACTADOS"	05/11/2018	07/11/2018	  	
170	28ª REUNIÃO DA CT-BIO	07/11/2018	08/11/2018	  	
171	VISITA DE CAMPO – COMUNIDADE DE ÁREAL – PG003	08/11/2018	08/11/2018	  	
172	VISITA DE CAMPO PG003 – REUNIÃO NA TERRA INDÍGENA CAIEIRAS TUPINIQUEM GUARANI, PARA RENOVAÇÃO DO ACORDO EMERGENCIAL, ENTRE FUNDAÇÃO RENOVA E ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUEM GUARANI	09/11/2018	09/11/2018	  	
173	VISITA DE CAMPO PG003 – REUNIÃO NA TERRA INDÍGENA COMBOIOS PARA RENOVAÇÃO DO ACORDO EMERGENCIAL, ENTRE FUNDAÇÃO RENOVA E ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUEM DE COMBOIOS	09/11/2018	09/11/2018	  	
174	MEMÓRIA DE VISITA DE CAMPO – SELEÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDEPENDENTE - REGÊNCIA	12/11/2018	12/11/2018	  	
175	MEMÓRIA DE VISITA DE CAMPO – SELEÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDEPENDENTE - ARACRUZ	21/11/2018	21/11/2018	  	
176	19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT-SAÚDE - PROGRAMA PG-014 "APOIO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS IMPACTADOS"	21/11/2018	22/11/2018	  	
177	2ª CÂMARA TÉCNICA EXTRAORDINÁRIA CT-REJEITOS	26/11/2018	26/11/2018	  	
178	ACOMPANHAMENTO DAS OFICINAS DE ORIENTAÇÃO FINANCEIRA – REFERENTES AO PG005	27/11/2018	27/11/2018	  	
179	PG023 – MANEJO DE REJEITO VISTORIA DE CAMPO TRECHOS 3, 4, 6 E 7	27/11/2018	28/11/2018	  	
180	28ª CÂMARA TÉCNICA DE GRSA (CT-REJEITOS)	03/12/2018	03/12/2018	  	
181	1ª REUNIÃO DO GT BAIXO DOCE – CT- GRSA	04/12/2018	04/12/2018	  	
182	PG023 – MANEJO DE REJEITO VISTORIA DE CAMPO TRECHOS 15 E 16	04/12/2018	05/12/2018	  	
183	3ª OFICINA DE INTERCÂMBIARAS DE COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL – CPDCS	06/12/2018	07/12/2018	  	
184	VISITA DE CAMPO PG015 - PROMOÇÃO À INOVAÇÃO	15/01/2019	15/01/2019	  	
185	VISITA DE CAMPO PG015 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - JÁ ENTENDI	16/01/2019	16/01/2019	  	
186	VISITA DE CAMPO PG015 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - LIA MARINHA	16/01/2019	16/01/2019	  	
187	VISITA DE CAMPO PG020 - ESTÍMULO A CONTRATAÇÃO LOCAL	17/01/2019	17/01/2019	  	
188	VISITA DE CAMPO PG020 – ESTÍMULO A CONTRATAÇÃO LOCAL	17/01/2019	17/01/2019	  	
189	VISISTA DE CAMPO PG020 - ESTÍMULO A CONTRATAÇÃO LOCAL	21/01/2019	21/01/2019	  	
190	VISITA DE CAMPO PG019 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS	22/01/2019	24/01/2019	  	
191	VISITA DE CAMPO PG018 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	23/01/2019	23/01/2019	  	

Figura 6-04: Visualização das informações das memórias inseridas no sistema.

AÇÃO MAPA REPARAÇÃO

NÚMERO: 178
 POSIÇÃO: 178
 INÍCIO DA VISITA: 27/11/2018
 TÉRMINO DA VISITA: 27/11/2018
 TÍTULO: ACOMPANHAMENTO DAS OFICINAS DE ORIENTAÇÃO FINANCEIRA – REFERENTES AO PG005
BAIXO GUANDU (ES)

DESCRIÇÃO: O PG005 – PROTEÇÃO SOCIAL POSSUI, ENTRE SUAS ATIVIDADES, OFICINAS DE ORIENTAÇÃO FINANCEIRA PARA OS ATINGIDOS (PROJETO "PAPO DE VALOR"). A RAMBOLL REALIZOU ACOMPANHAMENTO DE UM ENCONTRO DO PROJETO.

LATITUDE: -19.516043696
 LONGITUDE: -41.0155658552

IMAGEM:



DOCUMENTOS

+ NOVA PASTA

MEMORIA_ACOMPANHAMENTOOFICINAORIENTACAOFINANCEIRA

NOME	DESCRIÇÃO	FORMATO	ATALHOS
MEMORIA_ACOMPANHAMENTOOFICINAORIENTACAOFINANCEIRA	MEMORIA_ACOMPANHAMENTOOFICINAORIENTACAOFINANCEIRA	PDF	  

Alocação de Documentos

A área “Documentos” disponibiliza documentos que possuem importância para todos os programas, deixando sua acessibilidade de forma prática e rápida.

Figura 6-05: Lista dos campos que armazenam os documentos relacionados aos programas.

DOCUMENTOS	
+ NOVA PASTA	
RELATÓRIOS ENTREGUES - RAMBOLL	  
DOCUMENTOS MPF	  
MASTERPLAN / RISCOS PROGRAMÁTICOS	  
RELATÓRIOS CIF - FUNDAÇÃO RENOVA	  
DOCUMENTOS DIVERSOS - FUNDAÇÃO RENOVA	  
APRESENTAÇÕES	  
CARTOGRAFIA E FIGURAS	  
REVISTAS - EDIÇÕES SIRENE	  
CÂMARA TÉCNICA - BIODIVERSIDADE	  
CÂMARA TÉCNICA - RESTAURAÇÃO FLORESTAL	  
CÂMARA TÉCNICA - SEGURANÇA HÍDRICA	  
CÂMARA TÉCNICA - ECONOMIA E INOVAÇÃO	  
CÂMARA TÉCNICA - COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL	  
CÂMARA TÉCNICA - ORGANIZAÇÃO SOCIAL	  
CÂMARA TÉCNICA - SAÚDE	  
CÂMARA TÉCNICA - EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	  
CÂMARA TÉCNICA - INDÍGENAS E POVOS	  
CÂMARA TÉCNICA - INFRAESTRUTURA	  
CÂMARA TÉCNICA - REJEITOS	  
EVENTOS, WORKSHOPS, AUDIÊNCIAS E SEMINÁRIOS	  
VISITAS DE CAMPO	  
DOCUMENTOS DIVERSOS	  
CÂMARA INTERFEDERATIVA - CIF	  
INTERCÂMARAS	  

O sistema foi adaptado para a fase de monitoramento, adequando-se para o melhor monitoramento das informações que são levantadas em campo, em Câmaras Técnicas, reuniões e workshops. A seguir, são apresentadas as atualizações de alguns campos.

Figura 6-06: Relatórios entregues pela Ramboll atualizados.

RELATÓRIOS ENTREGUES - RAMBOLL			
NOME	DESCRIÇÃO	FORMATO	ATALHOS
19 - RELATÓRIO SETEMBRO/2018	PROTOCOLADO EM 17/09/2018	PDF	  
20 - RELATÓRIO OUTUBRO/2018	PROTOCOLADO EM 15/10/2018	PDF	  
21 - RELATÓRIO NOVEMBRO/2018	PROTOCOLADO EM 16/11/2018	PDF	  
22 - RELATÓRIO DEZEMBRO/2018	PROTOCOLADO EM 14/12/2018	PDF	  
23 - RELATÓRIO JANEIRO/2019	PROTOCOLADO EM 15/01/2019	PDF	  

Figura 6-07: Relatórios CIF disponibilizados pela Fundação Renova atualizados.

RELATÓRIOS CIF - FUNDAÇÃO RENOVA			
NOME	DESCRIÇÃO	FORMATO	ATALHOS
31 - RELATÓRIO CIF SETEMBRO/18	PUBLICADO EM 16/10/2018	PDF	  
32 - RELATÓRIO CIF OUTUBRO/18	PUBLICADO EM 19/11/2018	PDF	  
33 - RELATÓRIO CIF NOVEMBRO/18	PUBLICADO EM 17/12/2018	PDF	  
34 - RELATÓRIO CIF DEZEMBRO/18	PUBLICADO EM 23/01/2019	PDF	  
35 - RELATÓRIO CIF JANEIRO/19	PUBLICADO EM 15/02/2019	PDF	  

Figura 6-08: Documentos disponibilizados pelo MPF atualizados.

DOCUMENTOS MPF			
NOME	DESCRIÇÃO	FORMATO	ATALHOS
RELATÓRIO EXECUTIVO MENSAL SOCIOECONOMIA	SETEMBRO/2018	PDF	  
RELATÓRIO EXECUTIVO MENSAL SOCIOECONOMIA	OUTUBRO/2018	PDF	  
RELATÓRIO EXECUTIVO MENSAL SOCIOECONOMIA	NOVEMBRO/2018	PDF	  
RELATÓRIO EXECUTIVO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	SETEMBRO/2018	PDF	  
RELATÓRIO EXECUTIVO SOCIOAMBIENTAL	OUTUBRO/2018	PDF	  
RELATÓRIO EXECUTIVO SOCIOAMBIENTAL	NOVEMBRO/2018	PDF	  

Figura 4-09: Cartografias e Figuras elaboradas pela Ramboll.

CARTOGRAFIA E FIGURAS			
NOME	DESCRIÇÃO	FORMATO	ATALHOS
23 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG001 e PG002	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
24 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG003 e PG004	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
25 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG005 e PG006	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
26 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG007 e PG008	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
27 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG009 e PG010	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
28 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG011 e PG012	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
29 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG013 e PG014	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
30 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG015 e PG016	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
31 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG017, PG018 e PG040	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
32 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG019 e PG020	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
33 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG021 e PG023	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
34 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG024 e PG025	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
35 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG026 e PG027	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
36 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG028 e PG029	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
37 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG030 e PG031	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
38 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG032 e PG033	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
39 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG034 e PG035	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
40 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG038 e PG039	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  
41 - ABRANGÊNCIA/STATUS PG042	16/01/2019 à 15/02/2019	PDF	  

7. BASE DE DADOS GEOESPACIAL

Foi estruturada uma base de dados geoespaciais da Bacia do Rio Doce com a finalidade de concentrar e estruturar todos os dados geográficos do projeto, tendo como objetivos o apoio ao desenvolvimento do trabalho pela equipe de especialistas, execução de análises geoespaciais qualitativas e quantitativas, apoio ao sistema SETTER e geração de produtos cartográficos temáticos, bem como o suporte ao planejamento e execução das vistorias de campo,.

Para o período de 16/02/2019 a 15/03/2019, foram desenvolvidas as seguintes atividades em relação à base de dados geoespaciais:

- Atualização da base de dados geoespaciais do projeto para o mês de fevereiro/2019.
- Atualização e compilação dos metadados relacionados aos arquivos espaciais da base de dados.
- Elaboração dos mapas temáticos de abrangência e status de programas socioambientais e socioeconômicos referentes ao período de monitoramento.
- Sistematização de dados geoespaciais para suporte ao planejamento das atividades de campo (locais a serem vistoriados, logística de campo e tempo estimado).
- Geração de material cartográfico para apoio à execução das atividades de campo (mapas temáticos de apoio de campo). Sistematização e upload de dados geoespaciais em receptor GNSS e smartphone para facilitar a localização em campo.
- Inserção, na base de dados geoespaciais, de novos dados referentes a vistorias de campo realizadas no período (trajetos percorridos, pontos vistoriados com coordenadas registradas a partir de receptores GNSS e fotografias com registro de posição).
- Elaboração de novos cartogramas e mapas temáticos para apoio aos produtos gerados pela equipe do projeto.